

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ESTADO NOVO E RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS (1937-1945)

CARMEM G. BURGERT SCHIAVON

Porto Alegre, dezembro de 2007.

**PONTIFÍCIA UNIVERSIDADE CATÓLICA DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS
CURSO DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA**

ESTADO NOVO E RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS (1937-1945)

Tese apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História da Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, como requisito parcial à obtenção do título de Doutor em História.

**Orientador: PROF. DR. BRAZ
AUGUSTO AQUINO BRANCATO**

CARMEM G. BURGERT SCHIAVON

Porto Alegre, dezembro de 2007.

Portugal transportou-se inteiriço para o Brasil e aí se engolfou no mundo novo, adaptando-se à sua ecologia e à sua natureza esplêndida e avassaladora. A alma portuguesa, os costumes, tradições, hábitos, sensibilidades humanas e estéticas transfundiram-se no novo meio plasmando o homem novo luso-tropical.

Manuel de Sá Machado

AGRADECIMENTOS

Ao Prof. Dr. Braz Augusto Aquino Brancato, pela competente e dedicada orientação, pela amizade e pelo constante apoio na elaboração desta tese.

Ao Prof. Dr. René Gertz, pelas importantes considerações apontadas por ocasião da qualificação da presente tese, as quais enriqueceram o texto, notadamente, o primeiro capítulo.

Ao Prof. Dr. Francisco das Neves Alves, pela leitura do texto e sugestões apresentadas mas, fundamentalmente, pelo constante incentivo.

Ao Prof. Dr. Luís Reis Torgal, pelas indicações e orientações durante a fase da pesquisa, em Portugal.

Ao Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS pelo excelente curso oferecido, ao corpo docente por sua constante preocupação com a formação acadêmica dos alunos, e ao pessoal administrativo, com menção especial à Carla Carvalho e ao Davi Diniz.

A CAPES, pela bolsa, imprescindível para a realização desta tese.

Aos funcionários do Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, principalmente à Isabel Coelho, pelo seu auxílio à realização da pesquisa documental, em Portugal.

À Rosiane Graça Rigas Martins, aqui representando o pessoal administrativo do Arquivo Histórico do Itamaraty, no Rio de Janeiro, pelo auxílio à pesquisa neste local.

Aos colegas da Universidade Católica de Pelotas (UCPel), a Professora Franciane Maria Ramos Dias, pela pronta disposição em ajudar, principalmente no que dizia respeito às trocas de horário de aulas, e ao Professor Sergio Ricardo Pereira Cardoso, pelas discussões acerca da temática trabalhada.

À minha família, em especial, à minha mãe, dona Ema, pelo constante incentivo.

À Professora Flávia Mancine, pela revisão do texto.

E, finalmente, todavia, não menos importante, ao William, pelo inestimável apoio.

RESUMO

A década de trinta do século XX, com Getúlio Vargas à frente do executivo nacional, inaugura uma nova fase nas relações luso-brasileiras, pois a partir deste momento verifica-se um processo de reaproximação entre os dois países. Com a implantação do Estado Novo no Brasil, em razão das afinidades ideológicas e histórico-culturais, bem como do expressivo número de portugueses residentes no Brasil, acentua-se este processo de aproximação. Desse modo, com base na retórica da afetividade, Portugal irá assumir a liderança nesse processo de ligação com o Brasil, visando a formação da comunidade luso-brasileira e o incremento nas entre os dois países. Como fruto desse recrudescimento nas relações entre lusos e brasileiros, constata-se a assinatura de um Tratado Cultural, de uma Convenção Ortográfica, da criação da Revista *Atlântico*, de um Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1933, assim como uma série de outras iniciativas que objetivam aproximar Brasil e Portugal e ressaltar a identidade comum entre essas duas nações.

ABSTRACT

The 1930s decade, with Getúlio Vargas heading de national executive, sets up a new phase in the Brazilian-Portuguese relations, and from this moment on one can verify a process of reapproaching between the two countries. With the implementation of Estado Novo (New State) in Brazil, due to the ideological and historic-cultural kinship as well as the great number of Portuguese people living in Brazil, this process of approaching increases. Thus, based on the rethoric of affectionateness, Portugal will assume the leadership in this linking process to Brazil, aiming at the formation of a Brazilian-Portuguese community and the increase of the relations. As a result of the increment in the relations between Brazilian and Portuguese people, one can witness the signature of a Cultural Treaty, of an Orthographical Convention, and the creation of Atlantico Magazine, of an Additional Protocol to the Treaty of Commerce and Navigation (1933) besides a series of initiatives that have the objective of approaching Brazil and Portugal and emphasizing the common identity between these two nations.

LISTA DE TABELAS

3.1 Intercâmbio comercial luso-brasileiro (1938-1945).....	159
3.2 Comércio luso-brasileiro (1936-1940).....	164
3.3 Comércio português (1936-1940).....	165
3.4 Importações portuguesas de tabaco em folha.....	170
4.1 Emigração portuguesa para o Brasil (1937-1945).....	193
5.1 Defesa dos interesses brasileiros na Alemanha.....	249
5.2 Defesa dos interesses brasileiros no Japão.....	264

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA.....	23
1.1 Breve contextualização do quadro português.....	25
1.1.1 O término da Primeira República portuguesa e as raízes do 28 de Maio.....	26
1.1.2 A ditadura militar portuguesa e a implantação do Estado Novo em Portugal.....	34
1.1.3 A neutralidade portuguesa e a Segunda Guerra Mundial.....	45
1.1.4 O governo de Marcelo Caetano e o 25 de Abril.....	49
1.2 Breve contextualização do quadro brasileiro.....	52
1.2.1 O cenário brasileiro antes do decreto do Estado Novo no Brasil.....	53
1.2.2 O olhar português acerca da nova Constituição do país e a primeira fase do Estado Novo brasileiro (1937-1942).....	68
1.2.3 A segunda fase do Estado Novo brasileiro (1942 a 1945).....	76
CAPÍTULO 2 – BRASIL E PORTUGAL: RELAÇÕES CULTURAIS DURANTE O ESTADO NOVO BRASILEIRO.....	80
2.1 Aspectos culturais do Estado Novo brasileiro.....	83
2.2 Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941.....	87
2.3 O Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941 frutifica: criação da Revista <i>Atlântico</i>	101
2.4 Outros desdobramentos do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941.....	105
2.5 Assinatura do Acordo Postal de 1942 e Telegráfico de 1943	111
2.6 As Convenções Ortográficas de 1943 e 1945.....	115
CAPÍTULO 3 – EXPANSÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL LUSO-BRASILEIRO.....	128
3.1 A política externa econômica luso-brasileira durante a vigência do	

Estado Novo no Brasil.....	129
3.2 O Tratado de Comércio e Navegação de 1933.....	137
3.3 A vinda da missão comercial portuguesa ao Brasil em 1938.....	142
3.4 Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1933.....	155
3.5 Formação e atuação da Comissão Mista Luso-Brasileira.....	161
CAPÍTULO 4 – A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL DURANTE O ESTADO NOVO BRASILEIRO.....	176
4.1 A política de imigração desenvolvida por Getúlio Vargas.....	179
4.2 Os portugueses diante da nova legislação estabelecida pelo Estado Novo brasileiro.....	192
4.3 Uma das faces do nacionalismo de Getúlio Vargas: a naturalização dos estrangeiros.....	199
4.4 A vigilância salazarista exercida sobre a colônia portuguesa no Brasil.....	205
4.5 A ação dos “insubmissos” da colônia portuguesa durante o Estado Novo brasileiro.....	216
4.6 A colônia portuguesa no Brasil em face à Segunda Guerra Mundial.....	223
CAPÍTULO 5 – PORTUGAL E A DEFESA DOS INTERESSES BRASILEIROS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL.....	232
5.1 O dúbio jogo de interesses desenvolvido por Getúlio Vargas e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial.....	233
5.2 A representação portuguesa acerca dos interesses brasileiros na Alemanha, na Itália e no Japão.....	241
5.2.1 Defesa portuguesa dos interesses brasileiros na Alemanha.....	243
5.2.2 Defesa portuguesa dos interesses brasileiros na Itália.....	253
5.2.3 Portugal na salvaguarda dos interesses brasileiros na França ocupada.....	257
5.3 O pedido de facilidades de passagem a Portugal.....	264
5.4 A formação e a visita de um contingente da Força Expedicionária Brasileira a Portugal.....	267
5.5 As repercussões do término da Segunda Guerra Mundial para o Brasil e para as relações luso-brasileiras.....	281
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	284
FONTES E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA.....	292

INTRODUÇÃO

A intenção original desta tese consistia na análise do exílio do chefe do integralismo brasileiro, Plínio Salgado, durante o período em que ele esteve exilado em terras portuguesas (1939 a 1946), e as relações luso-brasileiras daí decorrentes. Entretanto, após um período de pesquisas em Portugal, verificou-se que as fontes para o desenvolvimento de tal projeto eram incipientes. Diante desta constatação e da expressiva correspondência diplomática e consular luso-brasileira existente no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (MNE), em Lisboa, e no Arquivo Histórico do Itamaraty (AHI), no Rio de Janeiro, houve um redimensionamento do projeto de pesquisa original, optando-se pela análise das relações luso-brasileiras – com enfoque no aspecto cultural, econômico, imigratório e militar – durante o Estado Novo no Brasil (1937-1945)¹.

Não obstante, para se entender as relações luso-brasileiras no período mencionado, torna-se necessário um retorno ao início da década de trinta, mais precisamente à Revolução de 1930, tendo em vista que ela alterou os rumos da República Velha no Brasil ao estabelecer uma ruptura na estrutura

¹ Sobre a questão ideológica do Estado Novo em Portugal e no Brasil ver, entre outros: PALOMANES, Francisco & PINTO, Antonio Costa (Orgs.). *O corporativismo em português – Estado, política e sociedade no salazarismo e no varguismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007. Ressalta-se que a obra de Palomanes não foi citada no corpo da presente tese pelo fato de ter sido publicada no momento em que esta se encontrava na fase final de elaboração.

republicana vigente até então, ocasionando uma série de mudanças traduzidas, principalmente, por uma centralização administrativa do país e a conseqüente perda de poder por parte das elites regionais, notadamente, São Paulo e Minas Gerais.

No plano interno, a década de trinta do século XX apresenta uma série de transformações para o Brasil, pois o país passa de uma posição agro-exportadora para uma condição de base urbana industrial. É claro, não existe, neste momento, a consolidação capitalista no Brasil, entretanto, “os pressupostos, as bases, os fundamentos necessários para o desenvolvimento dessa nova ordem econômico-social foram lançados durante o primeiro governo Vargas”².

Já no que respeita ao plano externo, o momento é marcado, principalmente, pelas transformações decorrentes da crise internacional de 1929. Sobre a condução das relações exteriores, em princípios da década de trinta do século XX, a historiografia das relações internacionais pode ser dividida em dois grupos. O primeiro defende a idéia de que não houve grandes alterações nos rumos desta no período³, tendo em vista a inexistência de “mudança de monta, pois, a nossa política externa no período compreendido entre 30 e 37, já que a atividade dos ministros do Exterior era puramente acadêmica, se tivermos como padrão as modificações radicais que surgiram posteriormente”⁴, uma vez que Vargas direcionava sua atenção para a sustentação do seu governo (provisório) estabelecido a partir de novembro de 1930 e buscava a resolução dos problemas internos, os quais emergiam a todo o momento. O segundo grupo, por sua vez, afirma que ocorreram mudanças significativas na condução das relações exteriores brasileiras na época; consubstanciam seu pensamento no fim da hegemonia agro-exportadora, bem

² DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999, p. 24.

³ PINSKI, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990; SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Para uma nova política externa*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

⁴ PINSKI, Jaime. Op. cit., p. 342.

como na posterior ênfase das relações internacionais por meio da assinatura de diversos tratados na área comercial⁵.

Entretanto, com o advento do Estado Novo no Brasil, em 1937 – e mesmo um pouco antes – as relações exteriores do Brasil terão contorno mais nítido e serão orientadas no sentido da obtenção dos insumos necessários ao desenvolvimento industrial do país almejado por Getúlio Vargas; em outras palavras, o projeto varguista de desenvolvimento almejava “sistematicamente atrair capitais e tecnologia para fomentar o desenvolvimento, além de tentar abrir novos mercados para as exportações brasileiras”⁶. Nesta direção, ocorrerá uma nova orientação das relações exteriores do país, ou seja, “é nessa fase que se passa de uma postura mais ou menos passiva em relação ao sistema internacional dominante para uma tentativa de inserção positiva e, portanto afirmativa, nos quadros da ordem mundial em construção”⁷.

Seguindo esta linha, estudos sobre as relações exteriores do Brasil em tela no período⁸ apontam para essa busca getulista dos recursos necessários para pôr em prática o processo de industrialização do país, notadamente, da oscilação de posição ora em relação à Alemanha, ora em direção aos Estados Unidos, até a posterior definição por este último, no momento em que foi atendida a reivindicação referente ao empréstimo para a construção da

⁵ Os principais expoentes desse grupo são: CERVO, Amado Luiz & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992; BANDEIRA, Moniz. O Brasil e o continente. In: CERVO, Amado Luiz. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: Ed. da UnB, 1994.

⁶ CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. da UNESP; FAPESP, 2000, pp. 15-16.

⁷ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 44.

⁸ Com relação à política externa durante a Segunda Guerra Mundial e o Estado Novo no Brasil, numa caracterização geral, pode-se dividir a bibliografia em três linhas. De acordo com a primeira, a política externa brasileira de 1935 a 1942 representou o que Moura denominou de “autonomia na dependência” – MOURA, Gérson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira (1935-1942)*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980. A segunda traduz a idéia de que “o Brasil não teve uma política externa independente e autônoma durante o período de 1932-1942” (SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. O processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985, p. 341). E, por fim, Francisco Corsi afirma que “foi com o Estado Novo que a política externa passou a pautar-se por um projeto de desenvolvimento”. Todavia, segundo Corsi, o “projeto de desenvolvimento de Vargas não pode ser concebido como um plano acabado, com metas, mecanismos de financiamento e órgãos de controle e coordenação de programas formalmente definidos, pois não existia à época algo nesses moldes”. CORSI, Francisco Luiz. Op. cit., p. 16.

siderúrgica de Volta Redonda. Ressalta-se que “esse panorama, contudo, era recíproco, à medida que os principais países cortejavam o governo de Getúlio Vargas”⁹. Internamente, o presidente getulista adota um discurso que vinculava autonomia econômica como fator de desenvolvimento nacional, de modo a articular a construção de um Estado centralizado, justificando-o como a peça fundamental para o desenvolvimento brasileiro. Assim, o governo brasileiro assumirá a posição de um anti-liberalismo representativo, ou seja, a figura do cidadão concederá lugar à classe trabalhadora tutelada pelo Estado¹⁰.

Do outro lado do Atlântico, diferentemente do caso brasileiro, na etapa inicial do Estado Novo português, as relações exteriores portuguesas ainda estavam orientadas no sentido de manter o país em um estágio de agrarismo e a palavra “industrialização” estava condicionada tão somente à obtenção de gêneros de primeira necessidade. Posteriormente, essas relações exteriores terão por base três pilares: a defesa do império colonial português, a libertação da influência espanhola e a busca de alicerces com base na aproximação – leia-se apoio – junto à Inglaterra e ao Brasil, associada à amizade peninsular¹¹.

Com referência nesta leitura, fica clara a importância do incremento nas relações luso-brasileiras para Portugal, o que justifica todo o empenho do governo português em assumir uma posição de liderança no que respeita ao fortalecimento da aproximação entre os dois países, afinal, para o governo luso, tal prática constituía-se numa solução vital para a sua sobrevivência. A partir destas proposições, há que se levar em conta, também, que o governo português chamava para si a condição de líder da civilização lusíada – composta pela união de Portugal, suas colônias na Ásia e na África e o Brasil – e isto era importante para os planos de manutenção do império colonial do regime salazarista.

⁹ MAGRO, Breno Simões. Op. cit., p. 15.

¹⁰ Sobre o assunto, ver: GOMES, Ângela de Castro. Ideologia e trabalho no Estado Novo. In: PANDOLFI, Dulce. Op. cit., pp. 53-72.

¹¹ Esta prática não constitui uma novidade na história portuguesa, eis que o país “salvo no contexto específico da inauguração histórica do que se convencionou chamar – ainda assim mais para a Ásia – de ‘era de Vasco da Gama’, sempre esteve numa posição excêntrica em relação aos grandes movimentos internacionais relevantes e sua participação na trama das relações internacionais foi, por assim dizer, modestíssima em todas as épocas”. ALMEIDA, Paulo Roberto de. Op. cit., p. 27.

Desse modo, com base nas ligações histórico-culturais e na afinidade ideológica do regime estadonovista dos dois países, o governo português investirá no fortalecimento das relações luso-brasileiras. De acordo com o pensamento português, essa aproximação com o Brasil era de suma importância, notadamente para que o país tivesse condições de abandonar a condição de país periférico e ocupasse uma posição de maior destaque junto ao cenário mundial. Todavia, para isto, necessitava da construção de um Estado forte, com uma economia estável e, devido à falta de industrialização portuguesa, a manutenção do seu império colonial era um ponto inquestionável. Acontece que, com o deflagrar da Segunda Guerra Mundial, a onda anticolonialista irá adquirir forma. E, dentro deste contexto, a intensificação nas relações luso-brasileiras representa um alicerce no sentido da defesa de manutenção das colônias portuguesas.

Além disso, o fato do Brasil ter sido colônia de Portugal constituía uma espécie de prova irrefutável da eficiência portuguesa no que respeita à administração dos seus impérios coloniais, pois “Portugal seria um fabricante de Brasis: um grande país, filho de Portugal e onde todas as raças, em permanente processo de miscigenação, coexistem harmonicamente”¹². Em outras palavras, existia a necessidade de se mostrar que Portugal era eficiente na sua administração colonial¹³.

Por outro lado, em escalas diferentes, essa intensificação nas relações luso-brasileiras também interessava ao Brasil, pois em face das graves crises econômicas e políticas que circundavam o cenário internacional – que teve como consequência direta um retraimento comercial – a perspectiva de um aprofundamento das relações envolvendo os dois países poderia incentivar o

¹² GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003, p. 89. De acordo com o autor, “essa idéia da tolerância racial e a propensão para a miscigenação constituem, enfim, a idéia-chave do colonialismo não só contra a pressão das grandes potências, mas também e, sobretudo, contra a pressão do movimento anticolonialista”.

¹³ Nesta direção vale assinalar a obra *Casa-grande & senzala*, de Gilberto Freyre, a qual aponta a colonização portuguesa como um empreendimento de êxito, inclusive, na forma como havia oportunizado a miscigenação no Brasil. Posteriormente, com a publicação da obra *O mundo que o português criou*, em 1940, Freyre sedimenta este posicionamento e vai além ao defender a superioridade portuguesa no que respeita à colonização em todos os lugares onde se processou. Em outras palavras, o posicionamento de Freyre avaliza a política colonial portuguesa. Sobre o assunto, ver: GONÇALVES, Williams da Silva. Op. cit., pp. 90-98.

quadro das exportações brasileiras para o velho continente. Além disso, há que se registrar a questão do nacionalismo brasileiro e a relação deste com o elemento português, assim como o fato de que na iminência de um conflito mundial, a amizade luso-brasileira representava um elo entre o Brasil e a Europa.

Tendo por base estas afirmações, as relações luso-brasileiras não serão desenvolvidas como um fato isolado, até porque “as relações internacionais’ não têm fronteiras reais; não podem ser separadas materialmente dos outros fenômenos sociais”¹⁴. No entanto, serão apreendidas a partir da análise da retórica da afetividade, visto que esta “constitui um traço permanente das relações luso-brasileiras”¹⁵. Esta premissa – tomada emprestada do historiador Williams da Silva Gonçalves – e outras formulações teóricas de Raymond Aron¹⁶ constituirão as bases principais que irão nortear o estudo das relações luso-brasileiras durante a vigência do Estado Novo no Brasil.

A partir dos anos 30 do século XX, Portugal e Brasil, com peculiaridades próprias, apresentaram a construção de regimes que se alicerçavam em um forte dirigismo estatal, na introdução de políticas sociais e no descaso à representação democrática. Todavia, essas afinidades ideológicas, associadas à tradição histórico-cultural aproximam os dois países. É claro, esta aproximação não ocorre por mero acaso, ela é impulsionada e acontece com a concordância dos dirigentes estatais. No presente estudo, observar-se-á que a aproximação luso-brasileira é, diretamente, estimulada pelo governo português. Do lado brasileiro, Vargas não apresenta imposições a esta intensificação nas relações entre Portugal e Brasil, até mesmo porque ela será aproveitada no

¹⁴ ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Trad. de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1986, p. 51. Nesta direção, o autor ainda esclarece que “a ciência das relações internacionais da mesma forma que a história diplomática, não pode ignorar os vínculos entre o que ocorre no cenário diplomático e os acontecimentos de cada país”. Idem, p. 53.

¹⁵ GONÇALVES, Williams da Silva. Op. cit., p. 15. Trabalhando com a retórica da afetividade, o autor afirma que “foi no governo de Juscelino Kubitschek que essa retórica atingiu uma expressão nunca antes observada, transformando-se mesmo num programa de política externa de ambos os países”; todavia, como o próprio autor explica, posteriormente, em seu livro, “a política externa do segundo governo Vargas, iniciado em janeiro de 1951, foi uma tentativa de reedição da política que desenvolvera no final de seu primeiro período governativo” (p. 16 e p. 64), ou seja, muitos dos pressupostos básicos da união luso-brasileira têm suas raízes no período do Estado Novo – como poderá ser confirmado na própria leitura deste trabalho.

¹⁶ ARON, Raymond. Op. cit.

projeto de construção do ideário nacionalista – fato este que ficará evidente quando se avaliar a política imigratória adotada no período e as concessões feitas aos portugueses.

Assim, a aquiescência brasileira quanto às investidas portuguesas ocorre em virtude de que a presença portuguesa no Brasil favorecia o desenvolvimento de uma política de valorização do elemento nacional¹⁷. Neste caso, em virtude do processo de colonização portuguesa, de todo um passado em comum, das afinidades lingüísticas e histórico-culturais, os portugueses poderiam ser equiparados aos brasileiros¹⁸ sem prejuízo da questão nacional¹⁹.

Em termos metodológicos, o desenvolvimento deste trabalho ocorre, notadamente, pela análise de conteúdo²⁰ da correspondência diplomática e consular do período em questão (1937-1945) e pela busca de uma sistematização dos dados, haja vista a inexistência de trabalhos que se restrinjam, especificamente, ao estudo do assunto proposto²¹. Ao se buscar a organização das informações, evitou-se uma análise global das relações

¹⁷ De acordo com o próprio presidente Getúlio Vargas, a questão do nacionalismo esteve sempre presente em suas intenções, tanto que “desde que reassumi o Governo, ordenei que se reexaminasse o problema, dentro da orientação nacionalista de que nunca me afastei”. VARGAS, Getúlio. *O governo trabalhista do Brasil*. V. III, Rio de Janeiro: Livraria José Olympio Editora, 1969, p. 156.

¹⁸ Segundo Afonso Arinos de Mello Franco, a imigração favorece as ligações entre os governos na medida em que estabelece uma ponte cultural entre eles. FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965, p. 205.

¹⁹ Com relação a este ponto, Amado Cervo informa que “o nacionalismo brasileiro não haveria de comportar qualquer atitude de isolamento, prevenção ou hostilidade, mas, pelo contrário, uma disposição congênita para varrer obstáculos externos e aprofundar a inserção no sistema internacional. Um nacionalismo à base da não-confrontação política e da cooperação econômica”. CERVO, Amado Luiz. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Op. cit., p. 20.

²⁰ Desse modo, esta tem por base a orientação de Laurence Bardin, segundo a qual “as diferentes fases da análise de conteúdo, tal como o inquérito sociológico ou a experimentação, organizam-se em torno de três pólos cronológicos: 1) a pré-análise; 2) a exploração do material; 3) o tratamento dos resultados, a inferência e a interpretação”. BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1995, p. 95.

²¹ Sobre o período histórico denominado de a “Era Vargas”, a historiografia se detém, basicamente, na análise das relações internacionais do Brasil com a Alemanha e os Estados Unidos, o que implica num vazio historiográfico sobre as relações internacionais brasileiras estabelecidas com outros países. A respeito deste ponto, Paulo Almeida esclarece que isto não é prerrogativa exclusiva deste momento histórico, eis que “não dispomos, atualmente, de um estudo sistemático sobre as relações internacionais do Brasil, a despeito mesmo da existência de alguns trabalhos gerais de ‘história diplomática’ e de uma quantidade apreciável de estudos de ‘política internacional’ e de ‘relações exteriores’ do Brasil, cobrindo períodos determinados”. ALMEIDA, Paulo Roberto de. Op. cit., p. 35.

internacionais luso-brasileiras e propôs-se um aprofundamento em pontos específicos – cultural, econômico, imigratório e militar –, os quais foram considerados os mais importantes para o entendimento da aproximação entre Portugal e Brasil durante o Estado Novo brasileiro.

Como foi destacado anteriormente, a proposta central desta tese constitui-se no estudo das relações luso-brasileiras a partir da análise de conteúdo da correspondência diplomática e consular trocada entre Brasil e Portugal durante o Estado Novo brasileiro. Entretanto, como em diversos momentos, esta faz referência a textos – artigos, notícias – divulgados na imprensa brasileira ou portuguesa – e a análise destes tornava-se fundamental para o entendimento do processo – surgiu a necessidade de se associar, em termos metodológicos, também, a análise de discurso²².

Com relação à documentação diplomática e consular do período em análise, cabe mencionar que a correspondência localizada no Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (M. N. E.), em Lisboa, está separada por pastas e é temática. Já a documentação pesquisada no Arquivo Histórico do Itamaraty (A. H. I.), no Rio de Janeiro, encontra-se catalogada e dividida entre ofícios e telegramas, separada por anos.

Além disso, em linhas gerais, a correspondência emitida pelos representantes portugueses no Brasil – embaixador ou cônsules – caracteriza-se pela riqueza de detalhes e deixa transparecer uma posição de constante vigilância e acompanhamento dos principais acontecimentos brasileiros, notadamente àqueles relacionados à esfera política. Tal procedimento pode ser entendido à luz do expressivo número de portugueses residentes no Brasil, tendo em vista que até meados do século XX, a grande maioria de emigrantes portugueses destinava-se ao solo brasileiro e, é claro, também pela importância do país para os planos de Antônio de Oliveira Salazar.

Do lado brasileiro, a correspondência enviada pelo Embaixador brasileiro em Lisboa mostra certa linearidade – em muitos casos, mero relato

²² Neste caso, o discurso será tomado como uma prática “resultante de um conjunto de determinações reguladas em um momento dado por um feixe complexo de relações com outras práticas, discursivas e não-discursivas”. ROBIN, Régine et alii. Discurso e ideologia:

dos fatos ocorridos em Portugal. No entanto, evidencia a existência de uma admiração para com a obra de reconstrução nacional efetivada pelo Presidente do Conselho, Antônio de Oliveira Salazar; inclusive, para se ter uma idéia, há referências elogiosas à contenção dos distúrbios políticos e à calma existente no país, pois de acordo com o pensamento do Embaixador brasileiro esta seria a responsável pela “reconstrução nacional que os homens públicos do Estado Novo, [...] sob orientação do Dr. Oliveira Salazar, vêm realizando há doze anos em todos os sectores da vida portuguesa com uma tenacidade e perseverança incomparáveis”²³.

Isto posto, para viabilizar a realização desta tese, faz-se necessária a elaboração de alguns pressupostos, em nível de hipóteses. São elas:

a) que durante o Estado Novo no Brasil, em virtude de afinidades ideológicas e histórico-culturais, houve uma real intensificação nas relações luso-brasileiras²⁴ e que esta já estava sendo articulada desde o momento em que Getúlio Vargas assume a presidência do país; no entanto, acirrou-se à medida que o Brasil vivencia a institucionalização do Estado Novo, em 10 de novembro de 1937;

b) que o governo português chamou para si a responsabilidade da liderança neste processo de aproximação luso-brasileira;

c) que o governo brasileiro, a seu modo, também tirou proveito desta aproximação, notadamente pela representação portuguesa dos interesses brasileiros junto aos países do Eixo ou ocupados por estes.

Desse modo, a presente tese está organizada em cinco capítulos principais. No primeiro, ensaia-se uma análise estrutural que traz à tona aspectos históricos da implantação do Estado Novo em Portugal (1933-1974) e

bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994, p. 82.

²³ Ofício nº 3, do Embaixador brasileiro em Lisboa ao Ministério das Relações Exteriores no Brasil, em 31 de março de 1938. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1938.

²⁴ De acordo com Edgar Telles Ribeiro, é de fundamental importância o papel do Estado diante dos processos de aproximação internacional para a agilidade nos fluxos de troca entre os países. RIBEIRO, Edgar Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: FUNAG/IBRI, 1989, p. 15. (Coleção Relações Internacionais)

no Brasil (1937-1945). No primeiro caso²⁵, será observado que a experiência estadonovista portuguesa tem suas raízes na grave crise econômica e política que aflige o país nos anos vinte, desfechando um golpe fatal à Primeira República portuguesa (1910-1926), a qual além de manter a estrutura do seu império colonial, ou seja, a idéia do Portugal “novo” – identidade do nacionalismo português – remete ao passado, aos tempos em que os lusos estavam à frente e lideravam os grandes descobrimentos. Este fato acaba abrindo espaço para a instauração de uma ditadura militar e uma série de golpes e contragolpes e, finalmente, à implantação do Estado Novo em Portugal, em 1933, e dos seus principais momentos, com ênfase no período da Segunda Guerra Mundial.

No Brasil, o Estado Novo é instaurado em novembro de 1937; contudo, poderá ser constatado que o regime estadonovista brasileiro representa a consolidação de um processo iniciado em um período anterior, em 1930, no momento em que Getúlio Vargas assume a presidência do país. No caso da apresentação do decreto do Estado Novo no Brasil, esta terá por base a exploração de dois relatórios do Embaixador português no Rio de Janeiro, Martinho Nobre de Mello, privilegiando-se – sempre que possível – a percepção portuguesa acerca da institucionalização do Estado Novo no país.

O segundo capítulo analisa a aproximação luso-brasileira sob o aspecto das relações culturais a partir da assinatura do acordo cultural, em 4 de setembro de 1941, no Rio de Janeiro. Em linhas gerais, este acordo determinava a criação de seções especiais junto ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), em Portugal, e ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), no Brasil, visando uma maior difusão da cultura dos dois países. Mas, na prática, sua abrangência foi muito maior, tendo em vista que estas seções atuaram, também, visando à coibição de manifestações contrárias ao Estado Novo, tanto em Portugal, como no Brasil.

Da assinatura do Acordo Cultural luso-brasileiro decorre a criação da Revista *Atlântico*, em 1942. Idealizada por Antônio Ferro – diretor do SPN – em

²⁵ Com relação a este, há que se mencionar a dificuldade de localização de bibliografia, pois como o Estado Novo português se prolongou até abril de 1974, muitos arquivos ainda estão

um momento em que o nacionalismo estava em curso, a *Atlântico* propicia a difusão recíproca da cultura nacional luso-brasileira, por meio da publicação de artigos que destacam ou reafirmam os laços históricos entre Portugal e Brasil. A convenção ortográfica de 29 de dezembro de 1943 e o acordo postal e telegráfico de 30 de abril de 1942 constituem outro ponto de análise da aproximação cultural luso-brasileira durante o Estado Novo, abordada no segundo capítulo.

O terceiro capítulo, por sua vez, trata das transformações nas economias do Brasil e de Portugal em decorrência da Segunda Guerra Mundial e as alternativas encontradas para o desenvolvimento da economia luso-brasileira, assim como as possibilidades de incremento das relações comerciais entre os dois países a partir da revisão de alguns pontos do tratado de comércio e navegação, assinado no Rio de Janeiro, em 26 de agosto de 1933, as quais resultaram na assinatura do protocolo adicional a este, firmado em 21 de julho de 1941, em Lisboa.

Também constitui ponto de avaliação neste capítulo o trabalho desenvolvido pela missão econômica portuguesa no Brasil, em 1938, e sua influência na elaboração do protocolo adicional ao tratado comercial, em 1941. E, por fim, verifica-se o estudo da formação e atuação da comissão mista luso-brasileira, assim como as suas principais conclusões quanto às medidas necessárias para o incremento das relações comerciais envolvendo Brasil e Portugal.

A temática da imigração constitui o foco de análise do quarto capítulo. Neste, será observada a política inicial do governo de Getúlio Vargas com relação ao assunto imigração, a qual pode ser traduzida pela restrição numérica à entrada de imigrantes no Brasil, inclusive com relação aos portugueses; medida esta adotada e justificada em nome da defesa dos interesses nacionais, numa menção clara ao elevado número de desempregados brasileiros e aos “perigos” que determinadas nacionalidades ocasionavam ao país, notadamente a alemã e a italiana. Posteriormente, por um lado, serão ressaltados os fatores que levaram o governo brasileiro a abolir,

fechados ou recentemente liberados, o que dificulta a produção de obras que não sejam meras descrições laudatórias do regime salazarista.

paulatinamente, estas restrições quanto à entrada de imigrantes lusos no Brasil e, por outro, será evidenciada a política de naturalização dos estrangeiros – entre eles os portugueses – e suas implicações para a política nacionalista portuguesa.

O quarto capítulo vislumbra, ainda, aspectos da vigilância salazarista acerca dos portugueses residentes no Brasil e dos mecanismos de controle exercidos sobre as atitudes tidas como contestatórias do regime português no país. As práticas de adesão dos portugueses emigrados, por um lado, e a ação dos ditos “insubmissos” lusos, por outro, também constitui ponto de reflexão neste capítulo. E, por fim, delinea-se a ação da colônia portuguesa no Brasil face ao desenrolar da Segunda Guerra Mundial.

O quinto capítulo privilegia a análise das relações luso-brasileiras sob o aspecto militar, por ocasião da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial. Desse modo, o ponto central deste capítulo consiste na análise da representação portuguesa junto à salvaguarda dos interesses brasileiros – ou de súditos brasileiros – na Alemanha, na Itália e no Japão e em outros locais ocupados pelas forças do Eixo, como é o caso da França.

A estratégia utilizada pelo governo português para tirar de foco a atenção portuguesa no momento em que os governos autoritários estavam em xeque, com o final da Segunda Guerra Mundial, por meio da visita de um contingente da força expedicionária a Lisboa – e as contradições deste episódio – na ocasião do seu regresso ao Brasil, constitui o ponto final de análise da aproximação luso-brasileira no período em estudo, assim como as repercussões deste fato para o Estado Novo português.

Por fim, ressalta-se que cada um dos capítulos desta tese representa uma unidade, ao mesmo tempo em que se complementam, ocasionando a montagem de um quadro geral das relações luso-brasileiras durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945). Entretanto, o presente trabalho não pretende esgotar o tema, muito pelo contrário, visa despertar a atenção para novos estudos acerca deste assunto ainda tão pouco explorado pela historiografia luso-brasileira.

CAPÍTULO 1

CONTEXTUALIZAÇÃO HISTÓRICA

*Não se trata, no caso, de corresponder apenas a uma política de recíproca amizade, visando interesses também recíprocos e comuns mas a uma realidade fundamental na nossa vida: a língua, a raça, o feitio espiritual, são elementos imanentes que aproximam os dois povos*²⁶.

O século XX, em termos políticos, assiste ao despertar de líderes e regimes totalitários em vários países da Europa, como: Mussolini, na Itália; Hitler, na Alemanha e Franco, na Espanha, só para citar alguns.

Portugal e Brasil, muito embora o fato de eles não terem a institucionalização de um regime nazista ou fascista, propriamente dito, apresentam cada um, com peculiaridades próprias, o seu Estado Novo. No

²⁶ Jornal *Voz de Portugal*, Lisboa, em 11 de agosto de 1940, p. 2.

caso português, o Estado Novo tem início com a promulgação da Constituição, em 19 de março de 1933 e termina com a Revolução dos Cravos, em 25 de abril de 1974. Para alguns historiadores portugueses há consenso de que houve influência da experiência italiana e alemã no que se refere à implantação do Estado Novo português²⁷.

Por sua vez, o Estado Novo brasileiro abrange um período menor, começando em 10 de novembro de 1937, por meio da outorga da Constituição “polaca” e estendendo-se até 29 de outubro de 1945, momento em que Getúlio Vargas renuncia à presidência da República. Muito embora a negativa de Vargas quanto à semelhança do Estado Novo brasileiro aos regimes nazi-fascistas, não há como negar que “compartilhava de muitas idéias postas em prática nesses regimes: legislação social, propaganda política, representação corporativista, e até mesmo o anti-semitismo se fez presente em certas esferas, sobretudo na política de imigração”²⁸.

Dessa forma, este primeiro capítulo visa traçar um panorama geral que traz à tona aspectos históricos da implantação e funcionamento do Estado Novo em Portugal e no Brasil. No caso brasileiro, explora-se a correspondência diplomática portuguesa visando a construção do quadro relativo à percepção lusa com relação ao decreto estadonovista no país.

Ressalta-se que, no caso da análise da experiência portuguesa, o que se verificou é que grande parte da bibliografia existente acerca do Estado Novo português não o analisa em sua profundidade; o mais habitual é o apontamento de como ele foi implantado, suas principais modificações em relação aos períodos anteriores e, por fim, o relato das causas para o desfecho da experiência estadonovista portuguesa, no ano de 1974. Nesse sentido, acredita-se que o historiador português Luís Reis Torgal, ao abordar o problema das fontes para o estudo do Estado Novo português, e apontar as “dificuldades em analisar este e outros temas sem que se conheça

²⁷ Sobre o tema, entre outros, ver: PINTO, A. C. *O salazarismo e o fascismo europeu*. Problemas de interpretação nas Ciências Sociais. Lisboa: Estampa, 1992; SCHIRÓ, L. B. *A experiência fascista em Itália e Portugal*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1997; TORRAL, Luís Reis. Estado Novo em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 1, v. XXIII, jun. 1997, pp. 3-32.

profundamente os arquivos do Estado Novo, nomeadamente, para o caso presente, o Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros, e os espólios pessoais de Salazar²⁹, tenha encontrado a justificativa para o relativo vazio na historiografia portuguesa acerca do Estado Novo.

No caso brasileiro, a natureza da implantação do Estado Novo no país tem sido amplamente discutida pela historiografia brasileira; por isso, deixou-se de lado a revisão das suas diversas interpretações e passou-se à análise da visão portuguesa sobre o assunto.

A seguir, em relação à contextualização histórica do Estado Novo português e brasileiro, optou-se pela abordagem inicial do caso luso, em virtude da sua maior delimitação temporal.

1.1 Breve contextualização do quadro português

O fim do regime democrático e a implantação do Estado Novo português, a exemplo do que aconteceu no Brasil, foi fruto de um longo processo. No caso de Portugal, teve início com a grave crise econômica e política que assolou o país nos anos vinte e desfechou um golpe fatal à Primeira República (1910-1926). O término desta, com o movimento 28 de Maio, abriu espaço para a instauração de uma ditadura militar e uma série de golpes e contra-golpes e, finalmente, à implantação do Estado Novo em Portugal, em 1933.

²⁸ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, Livro 2).

²⁹ TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, salazarismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, São Paulo: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, p. 313. (Coleção História)

1.1.1 O término da Primeira República portuguesa e as raízes do 28 de Maio

A duração relativamente efêmera da Primeira República (1910-1926)³⁰ deve-se, fundamentalmente, à falta de unicidade em termos de interesses políticos dos seus principais membros articuladores, pois o objetivo em comum era a derrubada da Monarquia, mas no que se refere aos passos seguintes, em termos ideológicos, pouco havia de diferente em relação ao período monárquico. A “República era uma aspiração, não um projeto programado”³¹, tendo em vista que o debate acerca das questões estruturais não fazia parte da pauta de discussões dos republicanos³².

Em linhas gerais, o que unia os ditos republicanos, em sua maioria membros pertencentes à burguesia ou prestes a sê-lo, eram as idéias de patriotismo e anticlericalismo. A idéia de República começa a adquirir corpo por ocasião das atividades do terceiro centenário da morte do poeta Camões, no ano de 1880, por iniciativa direta do professor de Literatura Portuguesa, o positivista Joaquim Teófilo Fernandes Braga. Não por coincidência, ele será o primeiro presidente republicano, em Portugal. A segunda idéia, a do anticlericalismo, coloca em oposição, nitidamente, os elementos defensores do clericalismo e do ideal monárquico, constituídos pelos proprietários, oficiais, a alta burguesia citadina e, como não poderia deixar de ser, o clero; e os republicanos anticlericais que, por sua vez, são representados por uma elite de

³⁰ Diferentemente dos momentos posteriores, o período da Primeira República portuguesa (1910-1926) apresenta uma extensa bibliografia. Para aprofundamento sobre o assunto, entre outros, ver: SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. v. XI. Lisboa: Verbo, 1989; MARQUES, A. H. de Oliveira. *A primeira república portuguesa – alguns aspectos estruturais*. 2. ed. Lisboa: 1975; MEDINA, João. *A revolução republicana: esperanças, mitos e desilusões*. In: MEDINA, João (Dir.). *História contemporânea de Portugal*. v. I. Lisboa: Multilar, 1990, pp. 153-198; FERRÃO, Carlos. *História da república*, ed. comemorativa do cinquentenário. Lisboa: 1960; PERES, Damião. *História de Portugal*. Porto: Suplemento, 1954. Destaca-se que estas duas últimas obras, pelo fato de terem sua publicação autorizada durante o salazarismo, devem ser tomadas com muito cuidado.

³¹ SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1995, p. 340.

³² O ideal republicano não era algo novo, em 31 de janeiro de 1891 já havia estourado, no Porto, uma tentativa, sem êxito, para a implantação da República, em Portugal.

intelectuais (notadamente jornalistas e estudantes), sargentos, uma pequena parcela da classe média urbana e o operariado em geral. Assim, o término da Monarquia Portuguesa é fruto, essencialmente, do aumento das divergências entre esses dois grupos e é resultado direto da falta de ordem política após o assassinato do rei D. Carlos I e do príncipe herdeiro D. Luís Filipe (em 1º de fevereiro de 1908), por uma ação de grupos extremistas republicanos (Alfredo Costa e Manuel Buiça), pois “o rei, o seu prestígio no exército e a sua popularidade em grande parte da população eram já o único esteio da monarquia”³³.

Após o assassinato do rei, a situação política em Portugal era alarmante. Desse modo, a revolução de 3 e 4 de outubro de 1910 não encontrou dificuldades para solapar a Monarquia Portuguesa de uma vez por todas, tanto que em 5 de outubro, ocorre a Proclamação da República em Portugal. Esta é levada a efeito pelas tropas do exército e da marinha, bem como pela organização revolucionária do Partido Republicano. O grande êxito da revolução deve ser atribuído aos elementos civis que dela participaram, pois o almirante Reis, chefe da revolução, ao julgar o movimento como fracassado, se mata e diante desta situação são os grupos civis que, juntamente com a adesão dos navios de guerra, levam a revolução adiante, tornando-a vencedora. Como o jovem rei D. Manuel II não conta com nenhum apoio de sustentação que seja capaz de mantê-lo no trono, embarca para o exílio na Inglaterra, “onde aliás viveria assistido pela galante colaboração dos homens do novo regime”³⁴. O exílio do rei D. Manuel II representa o atestado de óbito da Monarquia portuguesa³⁵.

³³ SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Op. cit., p. 344.

³⁴ MEDINA, João. A democracia frágil: a Primeira República portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSP; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000, pp. 301-302. (Coleção História).

³⁵ Sobre o processo que conduziu ao fim a Monarquia Portuguesa, entre outros, ver: FERRÃO, Carlos. *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1978; LEITÃO, Joaquim. *Anais políticos da República Portuguesa*. v. I. Porto: Livraria Magalhães Moniz, 1916, pp. 13-62; MEDINA, João. O Cinco de Outubro contado pelos seus protagonistas militares. In: MEDINA, João (Dir.). *História contemporânea de Portugal*. Op. cit., pp. 39-52; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. v. XI. Lisboa: Verbo, 1989, pp. 26-40.

O decreto de Proclamação da República, em 5 de outubro de 1910, não encontra resistência em Portugal e, a partir deste momento, Joaquim Teófilo Fernandes Braga assume como chefe do governo provisório português. De acordo com o historiador Joaquim Veríssimo Serrão, o fato de Braga ter sido um membro histórico do Partido Republicano constitui uma das causas que justifica a sua escolha “mas para ela também contribuiu a pressão do doutor Afonso Costa, de que se impunha escolher uma pessoa respeitada no campo do pensamento, a fim de avalizar no plano da inteligência o primeiro Ministério saído da revolução”³⁶. O presidente Braga governa o país até a elaboração de uma nova Constituição e ele é o responsável pela implantação de várias reformas no país, tais como a separação entre Igreja e Estado, o divórcio e a lei de família.

Seguindo o calendário estipulado pelo governo provisório, em 20 de maio ocorre a eleição dos deputados que fariam parte da Assembléia Constituinte³⁷. O “critério” adotado para a escolha dos constituintes tinha por base a abrangência de um maior número possível de profissões e, é claro, a observância ao republicanismo do constituinte e/ou o papel desempenhado pela pessoa no episódio do “5 de Outubro”. Este tipo de escolha causou inúmeras preocupações e ressentimentos, como deixa claro o desabafo de Teixeira Gomes: “estou com bastante receio das eleições: com toda aquela votação de trabalhadores de enxada, é certo que os monárquicos obterão uma votação numerosa e isso produzirá mau efeito”³⁸.

Após a escolha dos 160 congressistas, o dia 20 de junho é definido para o início dos trabalhos³⁹. A principal tarefa desta Assembléia Constituinte, presidida por Anselmo Braamcamp Freire, consistia, obviamente, na elaboração da nova Carta Constitucional e na escolha do novo Presidente da

³⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. Op. cit., p. 42.

³⁷ Toda a legislação referente à Constituição de 1911 pode ser levantada em: *As Constituintes de 1911 e os seus Deputados*. Lisboa: Petrony, 1911. Esta obra foi compilada e dirigida por um antigo oficial da Secretaria do Parlamento (no livro, não há indicação do seu nome).

³⁸ Trecho da carta a João Chagas. Londres, 5 de maio de 1911. Publicada por GOMES, Teixeira M. *Correspondência*. v. I. Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1960, p. 28.

³⁹ Sobre o tema ver: RAVARA, Antônio. A Assembléia Nacional Constituinte. In: MEDINA, João (Dir.). *História contemporânea de Portugal*. Op. cit., pp. 149-152.

República. E assim foi feito. No dia 24 de agosto de 1912, o Dr. Manuel José de Arriaga Brum da Silveira foi eleito à Presidência da República portuguesa⁴⁰.

Os primeiros anos do regime republicano português, no âmbito político, foram marcados por constantes desavenças e divisões internas entre os membros do Partido Republicano. Como já foi destacado anteriormente, o único objetivo em comum deles era o término da Monarquia e, no que se refere aos rumos futuros do país, não havia mais união, muito menos planejamento, até porque:

As cizânias permanentes, a incapacidade de unir em torno de um núcleo central e fundamental de reformas os esforços dos novos dirigentes e das novas forças partidárias, a constante instabilidade governamental, o agravar dos velhos problemas de sempre, no campo econômico e financeiro, as querelas da sociedade civil e, agora, novos conflitos que se aguçariam de modo exasperante – nomeadamente com a Igreja Católica – fragilizaram a República, tornaram-na anêmica, incapaz, paralisada por indecisões, revoltas, bernardas castrenses, sobressalto⁴¹.

Desse modo, a diversidade de interesses e a situação política portuguesa formam “novos” partidos. A corrente dita mais radical origina o Partido Democrático, de Afonso Costa e a segunda divide-se em dois grupos, formando o Partido Evolucionista, de Antônio José de Almeida, e o Partido Unionista, de Brito Camacho. As diferenças entre esses partidos acentuaram-se com o deflagrar da Primeira Guerra Mundial (1914-1918) e o posterior embate político em torno da entrada de Portugal no conflito⁴². O Partido Democrático era favorável à participação portuguesa na guerra. Para a maioria de seus dirigentes esta era a única saída de defesa das possessões portuguesas ultramarinas, pois, já em 1913, Alemanha e Inglaterra haviam firmado um pacto secreto estabelecendo a divisão entre si das colônias

⁴⁰ Sobre o tema ver: ARRIAGA, Manuel de. *Na primeira presidência da República: um rápido relatório*. Lisboa: Typ. A Editora, 1916.

⁴¹ MEDINA, João (Dir.). *História contemporânea de Portugal*. Op. cit., p. 306.

⁴² Sobre o tema, entre outros, ver: MEDINA, João. *Portugal na Grande Guerra – guerristas e antiguerristas, estudos e documentos*. Lisboa: Bertrand, 1986; GARÇÃO, F. Mayer. *Portugal*

portuguesas. O deflagrar do conflito adia esses planos, mas o medo de que a vitória de qualquer uma dessas partes levasse à perda das colônias continua reinante. Entretanto, para o Partido Democrático os problemas não paravam por aí, havia ainda uma cisão interna no que diz respeito à escolha do lado a apoiar. O grupo ligado à direita, em razão do seu posicionamento de manutenção da ordem e da autoridade, julgava que a opção mais correta seria a Alemanha; os esquerdistas, por sua vez, eram adeptos dos aliados por dizerem que sua causa era a da liberdade⁴³. Nesse embate acaba vencendo a ala esquerda do Partido Democrático, pois Portugal, em 1916, após o episódio de apresamento dos barcos alemães que estavam refugiados no rio Tejo, a pedido da Inglaterra, entra na guerra ao lado dos ingleses e franceses. Sobre o desastre da participação de Portugal na Primeira Guerra Mundial, o historiador João Medina informa que:

A entrada na guerra, em 1916 – mas desde 1914 que combatíamos em Angola contra as tropas alemãs –, um dos erros mais obstinadamente levados adiante pela República, com o álibi da defesa das colônias – cuja partilha a Alemanha e a Inglaterra tinham projetado em 1898 e depois em 1913 –, acarretou dramas suplementares para as Forças Armadas, mandadas morrer sem glória na Flandres ou nas “epopéias malditas” dos sertões africanos, primeiro em Angola e depois em Moçambique⁴⁴.

As baixas a que Medina se refere encontram-se dentro do contingente das duas divisões compostas por 55 mil homens enviados à França, em princípios de 1917, e das outras forças militares que foram enviadas a Angola e Moçambique, em razão da invasão (por tropas) de suas fronteiras com as colônias alemãs, o que gera um saldo negativo de 5 mil mortos para o país. Em contrapartida, o envio destas tropas assegura a Portugal o reconhecimento das colônias africanas e uma proporção nas indenizações de guerra que o Estado alemão assume como pagamento às forças aliadas.

em guerra. 2. Série, Nº 8, Lisboa: 1918, s/e, pp. 17-37; SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. v. XI. Lisboa: Verbo, 1989, pp. 147-186.

⁴³ SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Op. cit., p. 346.

Um outro saldo negativo, interno, da entrada de Portugal na guerra fica por conta da explosão de uma revolução levada a efeito por setores da direita portuguesa, liderados por Sidônio Bernardino da Silva Pais, em fins de 1917. O golpe desencadeado por ele estabelece uma ditadura em Portugal e a modificação na forma de eleição do chefe de Estado, por sufrágio universal, pois Sidônio Pais “tinha a certeza de contar com o apoio popular no caso de eleições por sufrágio universal para ascender à Presidência da República”⁴⁵. Em 11 de maio, Pais assumiu a Presidência da República. A experiência presidencialista, no entanto, foi extremamente efêmera, pois Sidônio foi assassinado em Lisboa, em fins de 1918⁴⁶. Após este episódio, grupos ligados aos ideais monárquicos e à Sidônio tentam conquistar o poder português e chegam a proclamar na cidade do Porto a Monarquia do Norte⁴⁷.

Mas toda esta agitação política em torno da obtenção do poder gera um revés e vitória do republicanismo com a eleição de Antônio José de Almeida à Presidência da República, em 1919. Os anos seguintes representam uma grande agitação no cenário político português, tanto que ocorrem inúmeras (e efêmeras) indicações para o cargo de Presidente do Ministério⁴⁸. No campo econômico e financeiro a situação portuguesa também não é nada favorável; a moeda estava desvalorizada e a inflação em ritmo incontrolável. Esta situação de caos político e social leva à cisão do Partido Democrático em vários

⁴⁴ MEDINA, João. *A democracia frágil: a primeira república portuguesa (1910-1926)*. Op. cit., p. 307.

⁴⁵ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. Op. cit., p. 207.

⁴⁶ Sobre o tema ver: MARTINS, Rocha. *Memórias de Sidônio Pais*. Lisboa: Inquérito, 1922.

⁴⁷ “Perante a desagregação das instituições republicanas, entenderam muitos setores que estavam criadas as condições para restaurar o Trono. Os oficiais da Junta Militar do Norte defendiam com ardor o projeto (...). Certo é que no domingo, 19 de janeiro, ao início da tarde, depois de uma parada militar em Monte Pedral, era proclamada a Monarquia no Norte, com o desfraldar da bandeira azul e branca e a leitura de uma proclamação aos soldados das guarnições nortenhas, pelo major Eurico Satúrio Pires. Nela se declarava que, sendo o Exército a mais alta expressão da Pátria, esta devia ser defendida no culto dos seus valores tradicionais, não se permitindo a onda de anarquia que ameaçava a integridade nacional. Tudo devia ser feito no sentido do rápido regresso do rei D. Manuel II, cujo nome foi saudado festivamente pelas tropas e pela população do Porto”. SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. Op. cit., p. 224. Sobre o referido tema ver ainda: MARTINS, Rocha. *A monarquia do norte*. Lisboa: Oficinas Gráficas do ABC, 1922.

⁴⁸ Só para se ter uma idéia, durante o ano de 1920, troca-se sete vezes o Presidente do Ministério.

segmentos rivais e a idéia de que somente a ditadura poderia salvar o país encontrará terreno fértil para a sua propagação.

Antônio Maria da Silva, do Partido Democrático, estava à frente do Ministério há quase dois anos e isto constituía um grave entrave àqueles que esperavam a sua vez de ocuparem o seu lugar. Assim, membros do próprio Partido Democrático optaram pela deflagração de um golpe militar. O movimento, que contava com o apoio das tropas do norte, estoura em 28 de maio de 1926, no momento em que o General Manuel Gomes da Costa, chefe do movimento, proclama, na cidade de Braga, a revolução⁴⁹. O plano de derrubada do presidente do ministério previa que o movimento eclodiria, simultaneamente, em Lisboa. O comando desta outra operação estava a cargo do oficial da marinha, o Comandante João Mendes Cabeçadas, nome ligado à União Liberal Republicana⁵⁰. Na capital portuguesa, o movimento fracassa em razão da ausência das esperadas adesões, mas devido à situação alarmante do Norte, o presidente Bernardino Machado nomeia Cabeçadas como presidente do ministério e renuncia no dia seguinte (em 30 de maio)⁵¹.

O movimento que depôs o ministério do Partido Democrático (o Partido Republicano Português), em 1926, congregava membros das mais diferentes tendências políticas, pois de um lado estava Gomes da Costa, elemento ícone na defesa do movimento de caráter militar; para ele “se o exército inicia, organiza e realiza este movimento, é por se reconhecer como única entidade

⁴⁹ Sobre o tema, entre outros, ver: MADUREIRA, Arnaldo. *O “28 de Maio”*. Elementos para a sua compreensão. Lisboa: Editorial Presença, 1982; COSTA, Eduardo Freitas da. *História do 28 de Maio*. Lisboa: Bertrand, 1979.

⁵⁰ Com relação à União Liberal Republicana, torna-se importante destacar que “o grupo Cabeçadas-Cunha Leal exprime, na realidade, a velha aspiração da direita republicana (...) de impor uma duradoura mudança de turno à quase exclusiva governação dos “democráticos” (...). A União Liberal Republicana, criada por Cunha Leal, em 1926, para concretizar essa operação e guindar o seu líder, homem inteligente e ambicioso, à chefia do Governo, com o apoio geral das forças conservadoras. Os seus apoios não são despiciendos. Militarmente, controla boa parte da guarnição de Lisboa, seu principal ponto de apoio, com ligações na de Coimbra e em Braga. Politicamente, a União Liberal Republicana (que conta, além de Cabeçadas, com elementos que virão a destacar-se na ditadura militar e no Estado Novo: Jorge Botelho Moniz, Teófilo Duarte, Albino dos Reis, Duarte Pacheco, Bissai Barreto) tem contatos privilegiados com o governo de Antônio Maria da Silva e o presidente da República”. ROSAS, Fernando. *Saber durar (1926-1949)*. In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal – o Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, p. 144.

⁵¹ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. Op. cit., p. 330-333.

com poder e força para cumprir o que a opinião pública exige⁵² e, de outro, o Comandante Cabeçadas, que advogava por uma revolução que não ferisse a ordem constitucional existente. Estas posições contrárias serviram de base para o historiador Oliveira Marques afirmar que este “compromisso entre a opinião pública republicana e os grupos militares de tendência direita, não tinha condições de perdurar. Tentava conciliar o que, pelos próprios princípios ideológicos, se mostrava inconciliável”⁵³.

E, não podendo ser de outra forma, após o atendimento ao ensejo dos golpistas no sentido da interrupção do domínio do governo realizado pelo Partido Democrático, a fusão destas antagônicas tendências partidárias perdia a sua razão de ser. A partir deste momento, com a deposição dos democratas do governo português, debatiam-se concepções completamente distintas acerca do rumo do país após o “reinado” do Partido Democrático. Assim, logo depois do episódio do “28 de Maio”, abriu-se um período – em torno de 7 ou 8 anos – de busca pelo controle do Estado português. Interessante destacar é o fato de que esta luta ocorre dentro da própria ditadura militar e externamente a ela e que isto constitui a mola propulsora de afirmação do próprio salazarismo. No dizer do historiador Fernando Rosas:

*É no contexto deste combate – desta guerra civil, mais ou menos larvar, mas que não excluiu importantes confrontos militares nas principais cidades, milhares de presos, de deportados e muitas centenas de mortos e feridos – que se deve procurar entender o sinuoso mas firme percurso de afirmação do salazarismo na ditadura, até seu efetivo controle do Estado*⁵⁴.

Após a derrocada do Partido Democrático do poder, as forças da direita se aproveitam do caos político instaurado e instigam os chefes militares a decretarem o fim do governo dos partidos. Dessa forma, a 17 de junho de 1926, com a invasão de Lisboa pelas tropas militares e a indicação do General

⁵² Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 30 de maio de 1926, p. 2.

⁵³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. 3. ed. Lisboa: Palas Editores, 1986, p. 363.

⁵⁴ ROSAS, Fernando. *Saber durar (1926-1949)*. Op. cit., p. 142.

Manuel Gomes da Costa para o cargo de Primeiro Ministro tem início, propriamente dita, a ditadura militar em Portugal (1926-1933).

1.1.2 A ditadura militar portuguesa e a implantação do Estado Novo em Portugal

O governo do General Gomes da Costa, militar ligado ao Partido Radical, devido a sua frágil capacidade política, não logrou ter uma larga existência. No dia 6 de julho de 1926 ocorre uma sessão muito atribulada do Conselho de Ministros, no momento em que Costa impõe ao ministro da Justiça, Manuel Rodrigues, a situação vexatória de alteração de um decreto conforme os desígnios da Igreja Católica⁵⁵. Este ato do chefe dos ministros origina tenaz oposição de Oscar de Fragoso Carmona e de Antônio Claro, os quais, sob nítida pressão dos integralistas, são substituídos por Martinho Nobre de Mello (para a Pasta de Estrangeiros) e pelo Coronel João de Almeida (para a Pasta das Colônias). Diante deste novo quadro, com exceção de Filomeno da Câmara, todos os demais ministros prestam solidariedade à Carmona e à Antônio Claro. Além disso, os principais chefes do exército, numa atitude contrária às demissões, exigem que o presidente Gomes da Costa deixe a chefia do ministério. Este impasse levará o General a perceber que, praticamente, não tem apoio, tendo em vista que a 9 de julho de 1926 estoura um novo golpe de estado militar em Portugal, desta vez chefiado pelo General Sinel de Cordes, elemento ligado à Monarquia Portuguesa. Com este golpe, Gomes da Costa é enviado à prisão no Palácio de Belém. Mais tarde,

⁵⁵ Com relação a este ponto, há que se destacar o fato de que o General Gomes da Costa havia firmado um compromisso, anteriormente, com a Igreja Católica no sentido de submeter à aprovação desta todos os decretos relacionados à matéria religiosa. A situação se complica no momento em que “o reverendo Peres, com o desprazer permitido pela conjuntura, exige a Gomes da Costa a alteração de um decreto sobre matéria religiosa do ministro da Justiça, Manuel Rodrigues. Assim, o diploma (que reconhecia personalidade jurídica às associações religiosas, sem a estender, ainda, à própria Igreja, e mantinha as comissões jurisdicionais dos bens das igrejas) era tido por inaceitável para o episcopado”. Idem, p. 150.

conduzido ao Forte de Caxias e, posteriormente, encaminhado ao exílio nos Açores, onde morrerá em 1929⁵⁶.

O golpe do dia 9 de julho também coloca o General Oscar Carmona no antigo posto ocupado pelo General Gomes da Costa, ou seja, na Presidência do Ministério⁵⁷, a partir daí, a dobradinha Carmona (na chefia do Estado) e Cordes (na Pasta de Finanças) governará o país até o ano de 1928⁵⁸. Inicialmente, devido principalmente ao caos político e econômico da Primeira República, a ditadura encontrava apoio da grande maioria da população, mas a partir do momento em “que os elementos direitistas começaram a prevalecer, e as tendências monárquica e fascista a afirmar-se, um número cada vez maior de pessoas – mesmo no seio das Forças Armadas – passou a interrogar sobre os perigos do recém-criado regime”⁵⁹. Pairava no ar um sentimento de que o General Cordes, associado à figura de Carmona, “tinham traído a revolução”.

Diante desse quadro, a oposição das forças vencidas organiza uma tentativa de revide ao poder, em fevereiro de 1927. O movimento revolucionário, que contava com o apoio de unidades do exército, da marinha e milhares de civis, estourou no dia 3 de fevereiro, na cidade do Porto e se estendeu até a capital. O fato do movimento não ter eclodido simultaneamente possibilitou ao governo a sua debelação, muito embora as dificuldades impostas pelos revolucionários⁶⁰.

A partir deste momento, os militares recrudescem ainda mais o sistema, o que gera um aumento de insatisfação e o alvorecer de novas revoltas – embora de proporções menores⁶¹. A existência desses novos focos de

⁵⁶ ROSAS, Fernando. *Saber durar (1926-1949)*. Op. cit., p.150.

⁵⁷ O General Carmona ocupará a Presidência da República até o ano de sua morte, em 1951.

⁵⁸ Sobre o tema, entre outros, ver: CAMPINOS, Jorge. *A ditadura militar: 1926-1933*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1975; CARRILHO, Maria. *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (Coleção Estudos Gerais: Série Universitária)

⁵⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes*. Op. cit., p. 364.

⁶⁰ PERES, Damião. *História da Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1954.

⁶¹ Nesse sentido, o historiador Oliveira Marques esclarece que “em 20 de Julho de 1928, outro movimento revolucionário, de menor amplitude, limitado a Lisboa, Setúbal e pouco mais. Falhou igualmente. Em 1931, registraram-se duas revoltas, a primeira de Abril a Maio, na Madeira, Açores e Guiné, sob o comando de oficiais que aí se encontravam deportados e que

resistência faz com que o governo de Sinel de Cordes aumente significativamente os mecanismos de repressão do governo ditatorial. Assim, o acirramento da censura, das prisões e perseguições políticas a milhares de pessoas levaram à debelação de grande parte da oposição ao governo no âmbito interno. Externamente, a oposição organiza-se, tendo como centro de gravitação a cidade de Paris, local onde, a partir de fevereiro de 1927, os revolucionários organizam a Liga de Defesa da República para combater a ditadura portuguesa, mas diante dos malogros resultados obtidos, praticamente deixa de existir em 1931⁶².

A caótica situação financeira de Portugal em fins de 1927 leva o governo a solicitar um empréstimo estrangeiro junto à Sociedade das Nações. Após o pedido português, a Sociedade encaminha uma comissão a Lisboa visando averiguar a real situação financeira do país. A partir de um minucioso estudo, a comissão da Sociedade das Nações estipula algumas condições que implicam num real controle das finanças portuguesas em face da realização do empréstimo⁶³. Diante das fortes pressões da opinião pública, o governo ditatorial de Sinel de Cordes não aceita as condições impostas e abre mão do empréstimo por considerar as imposições “ofensivas à soberania nacional”. Com esta recusa e a situação financeira extremamente alarmante em Portugal, Cordes chega ao limite do seu governo⁶⁴.

Nas eleições presidenciais de abril de 1928, o General Carmona (único candidato) foi eleito Presidente da República e diante da caótica situação financeira e da falta de recursos externos, neste mesmo mês, o Coronel Vicente de Freitas forma um novo ministério, incluindo o professor de

conseguiram resistir durante quase um mês; a segunda, em 26 de Agosto, também em Lisboa, com alguma virulência. A Ditadura triunfou sempre. Igualmente ocorreram algumas tentativas de golpe-de-estado no seio do próprio regime, mas sem conseqüências de maior, a não ser empurramento cada vez mais para a Direita”. MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Op. cit., pp. 367-368.

⁶² Sobre o tema ver: MARQUES, A. H. de Oliveira. *A Liga de Paris e a ditadura militar: 1927-1928 – a questão do empréstimo externo*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

⁶³ Em resumo, as condições eram duas: “primeira – Criação de um agente de ligação junto ao Governo português com funções de *controle*; segunda – A faculdade de o *comité* financeiro enviar a Portugal, no caso de o Governo não cumprir o Protocolo, uma comissão finalmente de três membros para administrar as receitas consignadas ao serviço do empréstimo”. In: *Nota Oficiosa*, 8 de março de 1928.

Economia Antônio de Oliveira Salazar, da Universidade de Coimbra, na pasta de Finanças do governo⁶⁵. Fernando Rosas esclarece que a entrada de Salazar para o governo “marca, na realidade, o início do curto, mas decisivo, período do conúbio fascista-salazarista para varrer os republicanos conservadores da liderança do governo da situação (...) pois o chefe da oposição aos governos liberais conservadores está no Governo”⁶⁶. Assim, a indicação de Salazar à pasta das Finanças deve ser entendida como uma manobra política para derrotar o republicanismo-militar, uma espécie de execução, propriamente dita, da “revolução nacional”. Mas o rumo trilhado pela história a partir daquele momento mostrará uma outra realidade, um caminho pelo qual a direita radical e elementos ligados ao tenentismo não contavam.

À frente do ministério das Finanças, Salazar equilibra o orçamento e estabiliza o escudo português ao colocar em prática uma administração financeira à base de muita disciplina. Nada mais justo; afinal, ele preconizava que era necessário “que se fizesse a política da verdade, dizendo-se claramente ao povo a situação do País, para o habituar a idéia dos sacrifícios que haviam um dia de ser feitos, e tanto mais pesados quanto mais tardios”⁶⁷. O historiador Oliveira Marques deixa claro que estas transformações, premonitórias da futura organização política de Portugal, só são possíveis porque:

⁶⁴ ROSAS, Fernando. Saber durar (1926-1949). Op. cit., pp.155-156.

⁶⁵ Sobre Salazar, Oliveira Marques informa que ele “de trinta e nove anos, professor de Economia na Universidade de Coimbra (Faculdade de Direito), tinha já um passado político de certa relevância. Fora ele quem ajudara a organizar os Católicos como grupo político, sendo proposto candidato católico a deputado em 1921 (por Guimarães) e 1925 (Arganil) e eleito da primeira vez. Em 1919, havia sido acusado de conspirar, com outros colegas, contra as instituições republicanas. Longe de desconhecido, Salazar era considerado um representante ideal dos interesses da extrema-direita católica, simpatizante da Monarquia. Além disso, os seus livros e seu prestígio como docente, faziam-no louvar e respeitar por todos. Cabeçadas chamara-o para seu ministro das Finanças no efêmero primeiro gabinete saído do “28 de Maio”. Em 1928, Salazar só aceitou novamente a pasta de Finanças, com a condição de supervisionar os orçamentos de todos os ministérios e de ter direito de veto em todos os aumentos de despesa respectivos”. MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Op. cit., p. 371.

⁶⁶ ROSAS, Fernando. Saber durar (1926-1949). Op. cit., p. 164.

⁶⁷ Parte de um discurso de Salazar proferido em junho de 1928. Citado por MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Op. cit., p. 371.

Atrás de Salazar, claro está, achavam-se poderosas forças: o capital e a banca, que desejavam pulso livre para se expandirem sem restrições, protegidos contra gravames de classe, movimentos grevistas e a contínua agitação social; a Igreja, proclamando vitória sobre o ateísmo republicano demo-liberal e maçônico e explorando as chamadas aparições de Fátima que não tardaria a associar com a figura do futuro Presidente do Conselho; a maioria do Exército, constantemente louvado pelo próprio Salazar, respeitado, conhecedor de nova disciplina e detentor de redobrados privilégios; os intelectuais das direitas, com grande percentagem de professores de Coimbra; e a maior parte dos Monárquicos firmemente convencidos de que Salazar lhes acabaria por devolver o seu rei (o próprio D. Manuel II escreveu palavras de louvor ao estadista)⁶⁸.

Com uma gama tão diversificada de apoio, Salazar vê seu prestígio político aumentar cada dia que passa, tanto que em cinco de julho de 1932 ele assume o lugar de Domingos de Oliveira, sendo nomeado Presidente do Conselho de Ministros⁶⁹. A partir deste momento Salazar começa a substituir os generais do governo por professores da Universidade de Coimbra. Em 1930, cria a União Nacional, “uma idéia antiga que remonta à criação da Milícia Nacional, em fevereiro de 1927, e da União Nacional Republicana, iniciativa de Vicente de Freitas”⁷⁰. Era uma espécie de congregação política, da qual Salazar torna-se chefe e entre os anos de 1932 e 1933 aperfeiçoa o seu modelo de Estado autoritário e corporativo, rejeitando qualquer tipo de acordo ou possibilidade de entendimento com a oposição⁷¹. Também inicia a alteração da situação revolucionária através da elaboração de uma nova Constituição.

⁶⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Op. cit., p. 372.

⁶⁹ Salazar presidirá o Ministério até 1968, ano em que por motivo de enfermidade se afastará do cenário político.

⁷⁰ PAULO, Heloisa. *Estado novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994, p. 31.

⁷¹ “A União Nacional funcionou como um ‘partido orgânico’, isto é, ela não foi de fato apenas associação cívica destinada a intervir num terreno pré-jurídico ou moral, mas foi também uma associação política visando atuar no terreno das instituições políticas”. CRUZ, Manoel Braga da. *O partido e o estado no salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988, p. 169. Ver ainda: Bases orgânicas da União Nacional citadas em *Anais da Revolução Nacional*. 1930-1936. v. III. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933, p. 38.

A elaboração do novo texto constitucional contou com a colaboração de homens da confiança particular de Salazar, como o jurista Fezas Vital, Quirino de Jesus e até mesmo o jovem Marcelo Caetano, recentemente saído das fileiras do integralismo lusitano (embora com discreta participação nas discussões acerca da nova Constituição)⁷². No dia 28 de maio de 1932 a proposta da nova Carta Constitucional é divulgada na imprensa, visando-se a realização de um debate “livre e aberto”, muito embora as recomendações de Albino dos Reis, ministro do Interior, de que não seriam tolerados “ataques pessoais, discussão de outras questões a pretexto de debater a Constituição e críticas que ultrapassem o plano político”⁷³.

No ano de 1933, o projeto constitucional preparado pelo governo é posto à aprovação mediante a realização de um plebiscito nacional no dia 19 de março do mesmo ano. O resultado final deste assegura a entrada em vigor da nova Constituição, já que apenas 5.505 votos optam pelo não, 580.379 pelo sim e 427.686 abstenções⁷⁴. O historiador José Hermano Saraiva afirma que a aprovação da nova Constituição havia sido garantida no momento que “o governo tinha decretado que as abstenções se considerassem aprovações tácitas, embora se discriminassem os votos tácitos”⁷⁵. A partir da entrada em vigor desta nova Constituição, em 1933, começa o Estado Novo português, que se estenderá até abril de 1974, com o deflagrar da Revolução dos Cravos.

A criação do Estado Novo por Salazar e as modificações advindas da Constituição de 1933 não devem ser entendidas como um produto novo, tendo em vista que três anos antes, em 1930, o próprio Salazar já lançava as diretrizes fundamentais da organização corporativa que tencionava implementar, ao argumentar que pretendia “construir um Estado social e corporativo em estreita correspondência com a constituição natural da sociedade. As corporações são organismos componentes da nação, e devem

⁷² ROSAS, Fernando. Saber durar (1926-1949). Op. cit., p. 184.

⁷³ RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. *O debate em torno do projeto de constituição do Estado Novo na imprensa de Lisboa e Porto (1932-1933)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova, julho de 1990, p. 1. (texto datilografado)

⁷⁴ Apuração divulgada pelo Jornal *Diário de Notícias*, em Lisboa, em 23 de março de 1933, p. 1. Ressalta-se que não há consenso entre os números indicados.

⁷⁵ SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Op. cit., p. 351.

ter, como tais, intervenção direta na constituição dos corpos supremos do Estado”⁷⁶.

Dessa forma, a nova Carta Constitucional caracteriza-se como uma arma contra o parlamentarismo, pois o governo de Salazar torna o Conselho de Ministros um órgão “muito distinto dos executivos parlamentares do tempo da I República, o que era natural, mas um órgão onde deixa de existir a solidariedade governamental horizontal (...) para dar lugar à responsabilidade vertical dos ministros perante o presidente do Conselho”⁷⁷.

A Constituição de 1933 (que entrou em vigor no dia 11 de abril) determinava que “a soberania reside em a Nação e tem por órgãos o Chefe do Estado, a Assembléia Nacional, o Governo e os Tribunais”⁷⁸. De acordo com a Constituição, as eleições passam a ocorrer de quatro em quatro anos (artigo 85) e muito embora a existência do sufrágio direto para a Câmara de Deputados, existia um rígido e prévio controle de aprovação por parte de Salazar sobre os candidatos que iriam concorrer às eleições.

O chefe de Estado, à frente do executivo, estava acima dos demais e era eleito por sufrágio direto para um mandato de 7 anos (artigo 72). O controle absoluto da Nação dava-se através do artigo 111 da Constituição, determinando que “ao chefe do Estado competia a designação do governo e este era de exclusiva confiança do presidente da República e a sua conservação no poder não dependia de qualquer votação da Assembléia Nacional”⁷⁹. O presidente controlava em suas mãos, ainda, a Assembléia, tendo em vista que ele poderia dissolvê-la a qualquer momento.

Como forma de controle total, os partidos políticos não tiveram autorização para o seu funcionamento; para participarem das atividades políticas do país indica-se a União Nacional, “verdadeira frente política estruturante da convergência das várias forças da direita numa plataforma

⁷⁶ FERREIRA, Joaquim. *História de Portugal*. 2. ed. Porto: Editorial Domingos Barreira, p. 953.

⁷⁷ ROSAS, Fernando. *Saber durar (1926-1949)*. Op. cit., p. 244.

⁷⁸ MIRANDA, Jorge. *As constituições portuguesas: de 1822 ao texto atual da Constituição*. 2. ed. Lisboa: Livraria Petrony, 1984, p. 242.

⁷⁹ Idem, p. 258.

comum de apoio ao Estado Novo”⁸⁰. Assim, a União Nacional, na medida em que era o único mecanismo político passível de atuação, neutraliza qualquer tipo de reação contrária ao Estado Novo e à sua política de funcionamento.

No final de 1934 foram realizadas as eleições legislativas. O resultado destas foi a introdução de um grupo de 90 deputados, propostos pela organização da União Nacional. No ano de 1935, o General Carmona foi reeleito como Presidente da República e, em 1936, “duas organizações tipicamente fascistas, a *Legião Portuguesa* ou corpo de voluntários para a defesa do regime, e a *Mocidade Portuguesa*, organismo pára-militar obrigatório entre os adolescentes fizeram sua aparição, no meio de grande entusiasmo”⁸¹.

A censura prévia à imprensa⁸², implantada já na época da ditadura militar, não foi retirada no período do Estado Novo, e este fator associado à não autorização da vida partidária acaba por dificultar – mas não impedir – a manifestação ou tentativa de abertura política, tanto que alguns jornais não cederam ao regime salazarista. Isto leva Oliveira Marques a esclarecer que “apesar de todas as violências, ou talvez por causa delas, o regime nunca conseguiu disciplinar totalmente a imprensa periódica e converter os jornais em órgãos seus”⁸³.

Toda esta centralização política, como não poderia deixar de ser, acaba gerando certa oposição, esta se faz mais presente a partir de determinados elementos “nacionalistas”: Vicente de Freitas (antigo chefe de governo que havia nomeado Salazar para a pasta das Finanças), o qual além de afirmar que

⁸⁰ ROSAS, Fernando. Saber durar (1926-1949). Op. cit., p. 245.

⁸¹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Op. cit., p. 373.

⁸² “A censura à imprensa funda-se na disposição do art. 22º da Constituição, que incumbe ao Estado a defesa da opinião pública de todos os fatores que a desorientem contra a verdade, a justiça, a boa administração e o bem comum. Acrescenta-se o art. 3º do Decreto-Lei nº 22469, de 11 de Abril de 1933, que a censura tem por fim impedir também que sejam atacados os princípios fundamentais da organização da sociedade”. Instruções sobre a censura à imprensa. Sobre o tema ver ainda: CARVALHO, Alberto Arons de. *A censura e as leis de imprensa*. Lisboa: Seara Nova, 1973. (Coleção Que País?)

⁸³ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Op. cit., p. 428. Nesta mesma página o autor ainda aponta que “em 1933, só 101 (40,2%) dos jornais portugueses se podiam considerar situacionistas, frente a 81 (32,3%) oposicionistas e a 69 (27,5%) neutros. Em 1934 os números eram, respectivamente, 148 (59,9%), 56 (22,7%) e 43 (17,4%). Em 1945, no auge da repressão, só

União Nacional era um partido totalitário, critica ferozmente a Constituição de 1933. Como represália, Freitas é demitido do cargo de Presidente do Município de Lisboa. A classe operária também reage contra a nova organização do trabalho, realizando uma greve geral, em princípios de 1934, que mobiliza milhares de trabalhadores. De acordo com Afonso Manta, a ação desencadeada em 18 de janeiro de 1934 representou “um movimento de resistência aos decretos de fascização dos sindicatos livres (e a dos outros decretos) até então existentes em Portugal”⁸⁴.

Em princípios de 1935, os “camisas azuis”, grupo da direita fascista – os nacionais-sindicalistas – que haviam apoiado Salazar no início de seu governo, mas que estavam descontentes com o rumo que o governo salazarista tomava, lideraram um golpe contra o Estado Novo português, em Lisboa.⁸⁵ Pela ação de seus órgãos de vigilância e informação, a revolta militar foi descoberta antes de ser deflagrada. Argumentando sobre a forma como a revolta militar havia sido esvaziada, Salazar informa que:

*Por falta de acordo, primeiro acerca da distribuição das pastas, depois acerca da chefia do governo que cada um dos grupos desejava para si, desavieram-se os principais dirigentes, mas os elementos de uma e outra banda continuaram trabalhando de modo que pudessem no momento decisivo usufruir sozinhos os proventos da vitória*⁸⁶.

No domingo de 4 de julho de 1937 aconteceu uma nova tentativa aberta de acabar com o regime do Estado Novo de modo não pacífico: foi o fracassado atentado à bomba desferido a Salazar, na Avenida Barbosa do Bocage, número 86, por ocasião de sua chegada à residência do seu amigo, o professor de Música no Liceu Gil Vicente, Dr. Josué Trocado. Salazar costumava freqüentar o local antes do horário da missa dominical e, neste

havia 253 jornais declaradamente pró-Estado Novo (48,2%). A maioria (263 = 50,1%) refugiava-se no neutralismo e só nove (1,7%) ousavam desafiar o Regime”.

⁸⁴ MANTA, L. H. Afonso. *Estado Novo em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, 1989, p. 129.

⁸⁵ Elementos da direita e alguns monarquistas também engrossavam as fileiras desta conspiração.

⁸⁶ Nota Oficiosa do Governo divulgada no jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 11 de setembro de 1935, p. 2.

momento, estava acompanhado de Antero Leal Marques “quando na caixa do coletor junto à moradia rebentou uma bomba de média potência. A deflagração ouviu-se à distância, os prédios vizinhos sofreram estragos de monta, mas o Presidente do Conselho não foi atingido”⁸⁷. Após o atentado, Salazar recebe grande apoio popular e de políticos ligados ou não ao governo salazarista; de acordo com o jornalista Rocha Martins, há um grande sentimento de reprovação ao uso da violência contra o ditador⁸⁸.

Em termos de política externa, o regime salazarista obtém apoio da Inglaterra, a quem não interessava o caos político e financeiro português, em razão da manutenção dos seus vantajosos acordos comerciais⁸⁹. Tanto que a partir de 1935, “nenhuma outra nação teve com Portugal um relacionamento diplomático mais estreito do que a Inglaterra”⁹⁰ e muito embora a existência das pressões de um grupo que defendia a aproximação portuguesa junto aos alemães, Salazar manteve o seu posicionamento de aliança luso-inglesa⁹¹. Sobre este vaivém de posições, o historiador Luís Reis Torgal esclarece que:

No seu início o Estado Novo foi se apresentando como um regime de reintegração de Portugal na realidade europeia, depois da vergonhosa situação da dívida pública e da “balbúrdia sanguinolenta” em que caiu a I República. No entanto, à medida que as convulsões europeias se iam tomando posições contra as

⁸⁷ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Da 1ª Legislatura à visita presidencial aos Açores (1935-1941)*. v. XIV. Lisboa: Verbo, 2000, p. 122. Sobre o tema ver, ainda, a descrição do atentado na revista *Arquivo Nacional*, ano 6, nº 287, Lisboa, de 7 de julho de 1937, p. 467. Idem, ano 6, nº 295, Lisboa, de 1º de Setembro de 1937, pp. 140-141, que noticiava a prisão, em 17 de julho anterior, dos principais envolvidos no atentado ao Doutor Salazar. Por fim indica-se ainda SANTANA, Emídio. *História de um atentado – o atentado a Salazar*. Lisboa: Fórum, 1976.

⁸⁸ *Arquivo Nacional*, ano 6, nº 287, Lisboa, de 7 de julho de 1937, p. 467.

⁸⁹ Sobre o tema ver: ROSAS, Fernando. *O Salazarismo e a aliança luso-britânica*. Lisboa: Fragmentos, 1988.

⁹⁰ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – Da 1ª Legislatura à visita presidencial aos Açores (1935-1941)*. Op. cit., p. 396.

⁹¹ Argumentações de Salazar para manter a aliança luso-inglesa: “aos que me perguntam se acredito na Inglaterra em aliança inglesa respondo francamente e sinceramente que sim: em primeiro lugar porque acredito na palavra dos homens e dos povos, quando não tenho fatos que me levem a considerá-la mentirosa; em segundo lugar porque, mesmo sem falar nos estreitos laços de amizade, a comunidade de interesses portugueses e britânicos é de tal modo evidente que de cá e de lá se há de impor por muito tempo aos homens de governo”. SALAZAR, Oliveira. *Discursos e notas políticas (1935-1937)*. v. II. Coimbra: Coimbra Editores, 1945, p. 81.

“ditaduras”, Portugal ia-se sentindo mais isolado, sobretudo porque não queria, por um lado, abandonar a tradicional Aliança Inglesa e, por outro, receava uma ligação demasiado comprometedor com os Estados “fascistas”, para quem naturalmente iam as simpatias políticas do salazarismo. E a situação tornava-se mais complexa porque começavam a ecoar os primeiros rumores anticolonialistas na Europa⁹².

A Itália fascista, por suas afinidades ideológicas, e a Alemanha nazista também aprovavam o Estado Novo português. No caso da Espanha, o ditador Francisco Franco obtém completo apoio português por ocasião do início da Guerra Civil Espanhola (1936-1939)⁹³, tanto que inúmeros republicanos espanhóis ao buscarem apoio em território português, são presos e, em seguida, devolvidos aos terríveis destinos que os aguardavam na Espanha⁹⁴. E no que se refere ao alistamento de alguns voluntários portugueses, Salazar afirmava que “desses certamente o maior número será de comunistas saídos do território nacional muito antes da Guerra Civil na Espanha, e que ligados a outros emigrantes políticos portugueses, ali se empregaram em manejos contra Portugal, do que o Governo várias vezes se queixou”⁹⁵. Essas novas modificações na estrutura internacional permitiram que, paulatinamente, Portugal obtivesse a sua libertação do exclusivismo inglês, através das negociações comerciais com outros países e o estreitamento das relações com suas colônias além-mar.

À medida que o Estado Novo ia estabelecendo raízes, Salazar acumulava novas funções dentro do governo. Além de atribuir-se a qualidade de “grande guia da nação”, e da chefia do governo e o ministério das Finanças

⁹² TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, salazarismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). Op. cit., p. 324.

⁹³ Sobre o tema, entre outros, ver: DELGADO, Iva. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Europa-América, 1980. (Coleção Estudos e Documentos, 162); OLIVEIRA, César de. *Salazar e Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições “O Jornal”, 1987.

⁹⁴ Sobre este ponto Oliveira Marques esclarece que: “em outubro de 1936, Salazar quebrou as relações diplomáticas com o governo republicano espanhol, reconhecendo oficialmente Franco a partir de Maio de 1938. Devido aos seus fornecimentos de armas à Espanha nacionalista, Portugal até rompeu relações diplomáticas com a Tchecoslováquia (1937), que no-las vendia e pretendia declaração formal de que tal não voltaria a acontecer”. MARQUES, A. H. de Oliveira. Op. cit., p. 379.

⁹⁵ SALAZAR, Oliveira. *Discursos e notas políticas (1935-1937)*. Op. cit., p. 244.

(que permaneceu com ele até o início do conflito mundial), em 1936, o ditador concentrou em suas mãos a pasta da Guerra (até 1944) e dos Negócios Estrangeiros (até o ano de 1947). Todos estes novos mecanismos serviram para o desenvolvimento de uma centralização ainda mais acentuada do regime salazarista⁹⁶.

1.1.3 A neutralidade portuguesa e a Segunda Guerra Mundial

O início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, possibilitou a Salazar um período de relativa paz interna, tendo em vista que “a maior parte dos seus inimigos concordou em pôr termo a quaisquer atos subversivos até findarem as hostilidades”⁹⁷. Deflagrado o conflito, Portugal posiciona-se como um país neutro e a partir deste momento inicia uma ampla campanha para que a vizinha Espanha não tomasse posição na guerra ao lado das potências do Eixo – Alemanha e Itália⁹⁸. Oliveira Marques expõe com propriedade os motivos pelos quais a entrada da Espanha na guerra constituía um sério risco à integridade portuguesa ao afirmar que:

O Governo Alemão pretendia, contudo, que a Espanha entrasse no conflito como beligerante, declarando guerra à Grã-Bretanha e desempenhando o esforço principal de um ataque a Gibraltar. Em Novembro de 1940 foi elaborada pelos Alemães, a chamada “Operação Félix” que previa a ocupação de Gibraltar, o encerramento do estreito e a ocupação da costa portuguesa e das ilhas atlânticas a fim de impedir um eventual desembarque inglês. A data aconselhada para o começo da execução deste plano seria o 10 de Janeiro de 1941. Todo ele se assentava, porém, na aquiescência espanhola à passagem das tropas alemãs pelo território da Península⁹⁹.

⁹⁶ SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal* – Da 1ª Legislatura à visita presidencial aos Açores (1935-1941). Op. cit., p. 101.

⁹⁷ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Op. cit., p. 380.

⁹⁸ Sobre o tema ver, entre outros, ver: ROSAS, Fernando. *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*. Lisboa: Estampa, 1990.

⁹⁹ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Op. cit., p. 381.

Portugal pagou um preço por ter adotado a política de neutralidade e ter interferido junto à Espanha para que ela não se aliasse à Alemanha: a sua colônia de Timor sofre com duas invasões. A primeira aconteceu em fins de 1941, quando tropas australianas tomaram pacificamente a ilha e a segunda ocorreu pela ocupação de três anos das forças japonesas, a partir de 1942, sob a alegação de que combateriam e expulsariam os australianos. Esta invasão ficou longe dos fins pacíficos e ocasionou grande número de mortos e expressiva destruição local. Invasão japonesa semelhante também aconteceu em Macau e esta perdurou durante a maior parte da guerra.

Muito embora a germanofilia de alguns membros apoiadores do governo, em 1943, no momento em que os rumos da guerra já indicam uma provável vitória dos aliados, Portugal passa de uma “neutralidade geométrica à neutralidade colaborante”¹⁰⁰, ao conceder bases marítimas e aéreas nas ilhas dos Açores à Inglaterra (em 1943) e aos Estados Unidos (em 1944). Essa aliança de Portugal com os aliados foi estabelecida visando à contrapartida de que “o benefício concedido aos Estados Unidos, além de resultar de exigências de ordem estratégica, poderia constituir a base de uma nova aliança, que a posição relativa da Inglaterra talvez justificasse”¹⁰¹. Essa aliança frutificará, em 4 de abril de 1949. Na ocasião, os Estados Unidos e alguns países europeus (entre eles Portugal) fundam a OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) – órgão de combate à difusão das idéias “comunistas” – e mais tarde, no momento em que os Estados Unidos ocasionarão uma menor pressão sobre os lusos no que se refere ao processo de descolonização no continente africano¹⁰². Na realidade, o que fica claro é que como Portugal constituía um país dito “periférico” dentro do contexto europeu, lhe foi permitido continuar com as colônias além-mar em razão da sua economia estar diretamente ligada às grandes potências da OTAN, ou seja, o que os europeus não queriam era abrir mão da exploração de materiais estratégicos, via Portugal, para o desenvolvimento de suas economias.

¹⁰⁰ Expressão defendida por ROSAS, Fernando. *História de Portugal – o Estado Novo (1926-1974)*. Op. cit., p. 269. Esta tese foi analisada e justificada ainda por: TEIXEIRA, L. *Portugal e a guerra: neutralidade colaborante*. Lisboa: Tipografia Empresa nacional de Publicidade, 1944.

¹⁰¹ MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1994, p. 554.

Por outro lado, assim como ocorreu com o Brasil, a guerra trouxe alguns benefícios traduzidos, principalmente, pelo incremento de sua industrialização, também para Portugal ela gerou um saldo “positivo”, tendo em vista que durante boa parte do conflito os portugueses exportaram matéria-prima para ambos os lados beligerantes. Este aumento nas exportações ocasiona um salto junto à balança comercial portuguesa no período 1940-1943, principalmente, pelas exportações do volfrâmio¹⁰³, como bem destaca o historiador Fernando Rosas:

A conjuntura de guerra ficará ligada, em Portugal, não só ao mais importante surto industrializante por ele conhecido até aí (lançamento, nos anos posteriores ao termo do conflito, das grandes obras hidrelétricas e de várias indústrias de base) como a uma viragem da colonização portuguesa assente na exportação de capital metropolitano e no seu investimento produtivo nas colônias africanas¹⁰⁴.

O saldo tido como “negativo” reside na crise instaurada em Portugal por ocasião do término da Segunda Guerra Mundial, em 1945, momento em que “rompem-se os equilíbrios econômico-sociais e políticos laboriosamente construídos nos anos 30 e o regime vive a sua primeira crise séria”¹⁰⁵. Assim, a vitória das forças aliadas no conflito mundial traz consigo a esperança de um retorno ao estatuto democrático, tanto que a partir deste momento o Estado Novo passa a vivenciar um forte movimento de contestação ao regime. Toda esta oposição coincide com a campanha de candidatura do General Norton de Matos à Presidência da República portuguesa, em 1949¹⁰⁶. Objetivando driblar o sistema, a oposição portuguesa solicita o adiamento das eleições e requer a

¹⁰² TORGAL, Luís Reis. O Estado Novo. Fascismo, salazarismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). Op. cit., p. 326.

¹⁰³ As exportações de volfrâmio tiveram um grande crescimento em razão deste constituir a principal fonte de extração do tungstênio, elemento de suma importância para o reforço do aço e fabricação de blindagens e motores. Sobre o tema ver: TELO, Antônio José. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Edições Perspectivas e Realidades, 1988.

¹⁰⁴ ROSAS, Fernando. *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*. Lisboa: Estampa, 1990, p. 239.

¹⁰⁵ ROSAS, Fernando. *Saber durar (1926-1974)*. Op. cit., p. 267.

elaboração de novos cadernos eleitorais através do encaminhamento de listas contendo assinaturas de centenas de milhares de pessoas que solicitavam modificações na forma de realização de eleições. Salazar não aceita este pedido e revida por meio da perseguição aguerrida a vários indivíduos subscritores destas listas. Norton de Matos desenvolve uma grande campanha, denunciando todos os “esquemas” e contradições do governo salazarista, mas diante da falta de convicção de que haveria espaço para as pessoas votarem e da negativa na reforma dos cadernos eleitorais, o General Matos, “frustrado do confronto ilusório e desigual com Salazar e com o Marechal Oscar Fragoso Carmona”¹⁰⁷, retira a sua candidatura faltando apenas alguns dias para a realização do pleito eleitoral. Pelo “novo” quadro, Carmona é, mais uma vez, reeleito.

Com a morte do General Carmona, em abril de 1951, retorna à pauta de discussões a questão da Monarquia, porém Salazar, com a difusão de sua hábil política, consegue debelar as pretensas intenções monárquicas de Mário de Figueiredo, Lumbrales e Cancela de Abreu. Para as eleições que se seguiram, a esquerda portuguesa apresenta o nome do professor Rui Luís Gomes, mas o Supremo Tribunal de Justiça nega a sua candidatura, associando-o ao comunismo¹⁰⁸.

As eleições presidenciais de 1958 trazem à tona a novidade das manifestações populares em prol do candidato da oposição, o general Humberto da Silva Delgado, ex-partidário do Estado Novo e admirador da figura de Salazar. Após a realização do pleito presidencial, objetivando o fim de novas crises políticas, Salazar impõe uma modificação constitucional: a partir deste momento o presidente da República passa a ser eleito de forma indireta por um restrito e disciplinado colégio eleitoral.

¹⁰⁶ Sobre o tema ver: MATOS, Norton de. *Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*. Lisboa: Edição do Autor, 1948.

¹⁰⁷ PAULO, Heloisa; SILVA, Armando B. Malheiro da. Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso – A construção da colônia ideal e o ideal colonialista. In: *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. RAMOS, Maria Bernadete; SERPA, Élio; PAULO, Heloisa (Orgs.). Chapecó: Argos; Editora Universitária, 2001, p. 296.

¹⁰⁸ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal* – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes. Op. cit., p. 392.

Em 25 de setembro de 1968, o presidente Salazar sofre uma hemorragia cerebral e é afastado do governo. Dois anos mais tarde, o mentor do Estado Novo português vem a falecer em decorrência da mesma doença que o afastara da Presidência do Conselho.

1.1.4 O governo de Marcelo Caetano e o 25 de Abril

Com o afastamento de Salazar da Presidência do Conselho, em 1968, o presidente provisório, Américo Thomas, escolhe como Primeiro Ministro o jurista e político Marcelo José das Neves Alves Caetano (ele assume em 28 do citado mês)¹⁰⁹. Caetano com o lema “evolução na continuidade”, representativo “de uma evolução reformista do regime, adaptando-o às novas realidades do pós-guerra, sem convulsões, dentro da ordem estabelecida – e com dez ou quinze anos de avanço relativamente à situação de finais de 60”¹¹⁰, objetivava unir as duas camadas burguesas da época: a liberalizante, que advogava pela modernização, e a conservadora, que sendo adepta da continuidade, não admitia reformas no governo¹¹¹. A busca de aproximação de Portugal junto à Comunidade Econômica Europeia (C. E. E.) traz esperanças para o grupo liberal, mas, em 1972, o deputado Francisco Sá Carneiro – eleito em 1968 com o apoio da Ação Nacional¹¹² – frustra essas expectativas ao argumentar que a “continuidade” superava a “renovação”.

Além disso, a questão ultramarina, cada vez mais, adquiria corpo. Para Portugal, uma das graves consequências da Segunda Guerra Mundial foi a declaração formal do direito de autodeterminação dos povos incluído na Carta

¹⁰⁹ Caetano foi uma das figuras mais proeminentes do Estado Novo português e o responsável pela sistematização do regime corporativo com inspiração no modelo italiano.

¹¹⁰ ROSAS, Fernando. *Saber durar (1926-1949)*. Op. cit., p. 453.

¹¹¹ Sobre o tema ver: CAETANO, Marcelo. *Depoimento*. Rio de Janeiro; São Paulo: Distribuidora Record, 1974.

¹¹² A Ação Nacional Popular constitui a nova designação do antigo partido do governo União Nacional (a mudança ocorreu neste mesmo ano de 1969).

das Nações Unidas, o que ocasiona um agravamento na crise de manutenção das possessões ultramarinas portuguesas. Além de reconhecer a emancipação política das antigas colônias, a comunidade europeia sugeria a substituição do domínio metropolitano pela adoção de um sistema que incluía cooperação econômica e técnica às antigas colônias como garantia de realização dos seus interesses.

Este novo posicionamento europeu em relação à independência das colônias origina, em Portugal, o entendimento de que tudo não passava de uma manobra política que, de fato, objetivava uma redistribuição em proveito europeu, das colônias africanas e asiáticas no que se refere à obtenção de matérias-primas e aumento da área de influência europeia.

Esta percepção portuguesa leva o país à recusa de alinhamento ao movimento de descolonização – com base no direito constitucional português – e à sustentação da tese de que Portugal era um estado pluricontinental e plurirracial, o que não caracterizava os seus territórios fora da Europa como colônias, mas sim partes integrantes do território nacional e, portanto, inalienáveis (províncias ultramarinas). Mesmo assim, a opinião internacional considera que os territórios alegados como províncias ultramarinas eram, na verdade, colônias portuguesas o que gera, inicialmente, algumas advertências e, posteriormente, condenações por parte da assembleia geral da ONU¹¹³.

Dessa forma, a partir da década de sessenta, Portugal enfrentará uma série de conflitos decorrentes dos movimentos de libertação de suas possessões além-mar. O primeiro dar-se-á pela inicial pressão da União Indiana contra a presença portuguesa em território indiano, nas cidades de Goa, Damão e Diu e a posterior invasão do seu exército nas referidas cidades, em 1961. Para a solução desta crise, Portugal contava com a ajuda internacional para conter a invasão, mas ela não chegou.

O ano de 1961 marca, também, a deflagração de um movimento de libertação em Angola. O mesmo acontece na Guiné e em Moçambique. A ocorrência destes movimentos leva Portugal a manter um contingente militar na África, o que gera um esvaziamento dos cofres públicos portugueses. A

¹¹³ SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Op. cit., pp. 358-359.

insatisfação com a política adotada é tanta que Joaquim Ferreira, um escritor adepto do salazarismo, chega a reconhecer que “as guerrilhas dizimavam os soldados metropolitanos, mas teimava-se nas expedições militares sem êxito. Os governantes salazaristas propunham-se persistir nelas, sob o pretexto de manter a civilização ali implantada pelos portugueses”¹¹⁴.

Além da grande perda dos recursos nacionais, o governo português ainda teve que enfrentar um grande número de protestos da oposição e da comunidade em geral, contra a manutenção das guerras nas possessões ultramarinas e inúmeros conflitos internos. Durante o ano de 1973 e os primeiros meses do seguinte, explode em Portugal uma forte oposição do movimento operário, que se traduz pelas greves dos operários industriais, dos pescadores, dos trabalhadores rurais e dos transportes, entre outros.

Nos principais núcleos urbanos também se articula o movimento democrático. O movimento juvenil, que aglutinava trabalhadores e estudantes, começou a organizar inúmeras manifestações de rua solicitando o fim do Estado Novo e o retorno imediato à democracia. Este movimento também foi acrescido pela participação dos intelectuais e da classe média em geral.

Dessa forma, cresciam as manifestações de oposição ao regime em praticamente todos os campos. A questão da contrariedade à manutenção do conflito no ultramar e as lutas no seio das forças armadas monopolizam o centro de descontentamento contra a manutenção do regime autoritário português e, conseqüentemente, a resistência nas forças armadas aumenta à medida que sobe o número de desertores e refratários do exército. Muitos jovens em idade de prestar o serviço militar simplesmente chegavam a fugir do país para não o fazê-lo. Nesse ambiente de grande resistência origina-se o “movimento dos capitães” ou Movimento das Forças Armadas (MFA). A formação deste e o seu programa que “inseria um conjunto de medidas susceptíveis de obter o aplauso de todas as camadas sociais, com a possível exceção da grande burguesia”¹¹⁵ representa o golpe fatal ao Estado Novo, tendo em vista que até o presente momento, as forças armadas haviam sido o

¹¹⁴ FERREIRA, Joaquim. *História de Portugal*. Op. cit., p. 981.

¹¹⁵ MARQUES, A. H. de Oliveira. *História de Portugal – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes*. Op. cit., p. 595.

grande baluarte de sustento do governo e, no momento em que estas trocam de lado, retiram o sustentáculo de manutenção do regime estadonovista português.

Assim, o Estado Novo português chega ao seu fim em 25 de abril de 1974 como um resultado direto da ação das forças armadas – principalmente de veteranos que lutaram em guerras na África – que contando com o apoio popular – notavelmente os estudantes universitários – coloca em prática uma revolução que restaura o regime democrático português e declara a independência política das possessões ultramarinas portuguesas. O acontecimento de 25 de abril entrará para a história como a Revolução dos Cravos, nome advindo da festa em que o povo enfeitou com flores as armas dos militares.

1.2 Breve contextualização do quadro brasileiro

A partir da década de setenta do século anterior, a historiografia brasileira vem se dedicando à análise do Estado Novo no país. Entretanto, entendendo-se ser necessária uma contextualização histórica do período, optou-se por sua apresentação – sempre que possível – a partir do olhar português acerca do assunto. Deste modo, procurar-se-á privilegiar o olhar português obtido com base na análise, principalmente, mas não exclusiva, de dois relatórios formulados pelo Embaixador português no Brasil, Martinho Nobre de Mello¹¹⁶. O primeiro foi emitido em 23 de outubro de 1937, visando constituir ao Presidente do Conselho, Antônio de Oliveira Salazar, um meio para ele “tirar algumas conclusões que auxiliarão o seu alto espírito e fazer

¹¹⁶ Martinho Nobre de Mello nasceu em dezembro de 1891, na ilha portuguesa de Santo Antão. Era formado em Direito pela Universidade de Lisboa, inclusive, no mesmo local tornou-se professor a partir de 1915. Foi ministro da Justiça de Sidônio Bernardino da Silva Pais, em 1918 e, após o movimento do “28 de Maio”, chegou a ser ministro dos Negócios Estrangeiros por três dias (de 6 a 9 de maio de 1926); posteriormente, em 13 de abril de 1932, foi designado Embaixador português no Rio de Janeiro, onde exerceu atividades até setembro de 1945. Contudo, permaneceu no Brasil até a década de cinquenta, retornando a Portugal no momento posterior e assumindo o jornal *Diário Popular*. Faleceu em Portugal, no ano de 1985.

uma idéia mais ou menos completa do atual panorama político e social do Brasil”¹¹⁷.

O segundo relatório, por sua vez, foi enviado a Salazar, também pelo Embaixador português no Brasil; entretanto, refere-se ao momento posterior ao decreto do Estado Novo no Brasil, em 14 de novembro de 1937, realizando uma espécie de análise sobre o momento, contendo “algumas referências úteis sobre as atitudes assumidas desde a primeira hora pelo Presidente-ditador”¹¹⁸, as quais refletem a nova situação política brasileira.

1.2.1 O cenário brasileiro antes do decreto do Estado Novo no Brasil

É tarefa difícil, para não dizer impossível, entender a implantação do Estado Novo no Brasil sem antes se proceder a uma análise do momento posterior à Revolução de 1930¹¹⁹, já que ela “pôs fim à estrutura republicana criada na década de 1890”¹²⁰, ocasionando uma série de mudanças traduzidas, principalmente, por uma centralização administrativa do país e a conseqüente perda de poder por parte das elites regionais, notadamente, São Paulo e Minas Gerais¹²¹.

¹¹⁷ Este primeiro relatório trata “da fixação de alguns fatos mais significativos, ocorridos desde a abertura da campanha de sucessão até esta parte; da interpretação de algumas atitudes ou declarações menos obscuras dos chefes ou partidos políticos; e do esboço de certas figuras mais em foco no cenário brasileiro”. Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 1. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

¹¹⁸ Relatório, confidencial, nº 111 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de novembro de 1937, p. 1. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

¹¹⁹ Sobre o tema, entre outros, ver: FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, pp. 227-255. (Coleção Corpo e Alma do Brasil); SOBRINHO, Barbosa Lima. *A verdade sobre a revolução de outubro*. São Paulo: Unitas, 1933; SILVA, Hélio. *1930 – A revolução traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

¹²⁰ SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969, p. 26. Atualmente, a referida obra encontra-se atualizada e abrange períodos mais longínquos.

¹²¹ Sobre o momento posterior à Revolução de 1930, o historiador Boris Fausto esclarece que “o Estado que nasce em 1930 e se configura ao longo da década deixa de representar diretamente os interesses de qualquer setor da sociedade. A burguesia do café está deslocada do poder, em conseqüência da crise econômica; as classes médias não têm condições para assumir seu controle; os ‘tenentes’ fracassam como movimento político autônomo; os grupos desvinculados do setor cafeeiro, especialmente o industrial, não se encontram em condições

Por outro lado, cabe destacar que esta centralização política exercida por Vargas origina uma série de problemas advindos tanto das forças que o apoiaram, afinal, “o compromisso de correntes antagônicas fatalmente tendia a desagregar-se depois da vitória”¹²², quanto dos que estavam na oposição ou, ainda, daqueles que passaram a ser oposicionistas ao seu governo. Entretanto, é em São Paulo que sua forma de governo – autoritária e centralizadora – acaba gerando os mais profícuos focos de resistência. A elite paulista não aceitava a perda de poder e, instigada por um maior espaço de participação política, representa um grande foco de resistência à figura de Getúlio Vargas, advindo daí as raízes da revolução de 1932, revolução que:

*Representa a revolta de todos os setores da burguesia paulista, não tanto por razões estritamente econômicas (bem ou mal o governo vira-se obrigado a considerar o problema do café, estabelecendo um novo esquema de defesa), mas sobretudo por razões de natureza política. A decepção dos democráticos levou à luta tanto a “aristocracia do café”, como todo o grupo industrial mais importante do país que, sem discrepâncias, realizou um considerável esforço para armar o Estado rebelde*¹²³.

Aliás, esta posição também é evidenciada no relatório emitido pelo Embaixador português no Brasil, Martinho Nobre de Mello, no momento em que ele se reporta a períodos anteriores para relatar ao Presidente do Conselho, Antônio de Oliveira Salazar, como foi o processo de implantação do Estado Novo no Brasil. Contudo, há diferenças de posicionamento no que respeita às suas seqüelas, pois a Revolução de 1930 é apontada por ele como um movimento inacabado, que havia consagrado ao país uma herança pela qual se habilitavam três concorrentes a recebê-la: o próprio presidente Getúlio Vargas, o Exército, e o integralismo¹²⁴. De acordo com o seu pensamento:

de ajustar o poder à medida de seus interesses, seja porque tais interesses coincidem freqüentemente com os daquele setor, seja porque o café, apesar da crise, continua a ser um dos centros básicos da economia”. FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. Op. cit., pp. 253-254.

¹²² CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Buri, 1965, p. 84.

¹²³ FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. Op. cit., p. 249.

¹²⁴ Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 3. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

Não há como negar que a revolução de 1930, que elegeu por chefe o Dr. Getúlio Vargas, não resolveu o problema político brasileiro. A um momento dado pareceu mesmo que ela provocaria a desagregação total do país. São Paulo contrarevolucionou-se. Perdida a cartada, o grande Estado do sul parecia dever permanecer amuado e isolado, na Federação, com o mínimo de relações possíveis com os homens e a engrenagem do governo central, não se declinando mais a colaborar constitucionalmente com o resto do país. A nuvem passou, porém. Algumas personalidades, de real prestígio em São Paulo, a cuja frente estava Armando de Sales Oliveira, conseguiram o milagre de congregar os “paulistas” com os brasileiros. Mas isso não resolveu o problema¹²⁵.

Na avaliação do Embaixador português, muitas das dificuldades enfrentadas pelo presidente Vargas, no momento anterior ao decreto do Estado Novo brasileiro, dizem respeito à própria organização política federativa do Brasil, pois esta, segundo ele, origina, com muita freqüência, problemas quase insolúveis, tendo em vista que cada Estado da federação defende seus interesses e pode ter seus próprios partidos¹²⁶. Como exemplo desta afirmação, o Embaixador português cita o Estado de São Paulo, durante a revolução de 1932, momento em que, inicialmente, conseguiu unificar-se, mas que após a sua derrota para o governo federal, reencontrou o seu caminho na vida constitucional – o que significa dizer que voltou para o cenário da luta regional dos partidos – ocasionando a salvação do governo central na medida em que as atenções paulistas voltaram-se, novamente, para as disputas internas no Estado.

¹²⁵ Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 3. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

¹²⁶ De acordo com o Embaixador português Martinho Nobre de Mello, “se excetuarmos o integralismo, temos de acentuar que todos os partidos políticos que há neste país são regionais: nenhum é ‘brasileiro’! Cada qual tem uma organização, uma orientação e uma chefia suprema dentro do seu Estado, nenhum tem a mínima ligação orgânica, disciplinar, ou ideológica, com qualquer outro de outro Estado. Coligam-se por vezes, para formar a maioria parlamentar; coligam-se para lançar e patrocinar uma candidatura presidencial, mas é tudo. Cada um persiste autônomo, no seu Estado”. Idem, p. 3.

De acordo com a análise do Embaixador português Martinho Nobre de Mello, a existência desta peculiaridade na política brasileira leva ao entendimento de outro fenômeno, de caráter geral, que abrange todos os tempos; nela está afigurada a compreensão de que o presidente da República deve exercer o seu governo de modo a evitar que um único partido domine o cenário político local. Em outras palavras, o governante deve buscar apoio no partido considerado mais forte; entretanto, na medida do possível, terá que oportunizar à sua oposição condições para que ela possa enfrentá-lo, de forma a evitar a sua hegemonia política no cenário local¹²⁷.

Todavia, outras questões dominavam o cenário político brasileiro deste momento, notadamente àquelas relacionadas à formação de dois movimentos político-sociais antagônicos, amplamente difundidos no Brasil da época: a Ação Integralista Brasileira (grupo de extrema direita) e a Aliança Nacional Libertadora (grupo de extrema esquerda). O primeiro inspirava-se no fascismo e tinha em Plínio Salgado¹²⁸ – o chefe nacional – a figura de maior expressão dos “camisas-verdes”. O segundo, por sua vez, representa a organização de um movimento de frente popular, com ampla dependência do Partido Comunista¹²⁹. Luís Carlos Prestes¹³⁰ era sua figura de maior destaque.

¹²⁷ Esta referência diz respeito ao apoio do presidente Getúlio Vargas à candidatura de Flores da Cunha ao governo do Rio Grande do Sul e ao simultâneo cortejo varguista à candidatura da Frente Única, de oposição florianista.

¹²⁸ Plínio Salgado nasceu em São Bento do Sapucaí (São Paulo) em 22 de janeiro de 1895. Iniciou suas atividades ligadas à política em 1918, quando participou da fundação do Partido Municipalista. Nessa época realizava conferências em nome da autonomia provincial. No ano de 1920, começou a trabalhar no jornal *Correio Paulistano*, órgão oficial do Partido Republicano Paulista (PRP). Neste momento Salgado fez amizade com Menotti del Picchia (redator-chefe do jornal) e, em companhia deste e de Cassiano Ricardo e Cândido Mota Filho, passou a fazer parte do movimento Verde-Amarelo, uma vertente nacionalista do modernismo. Em 1926, Plínio Salgado publicou o seu primeiro romance intitulado “O Estrangeiro”, obra que discutia a questão da identidade nacional brasileira e que o tornou conceituado no meio modernista. Em 1927 elegeu-se deputado estadual pela sigla partidária do PRP. Em 1930, apoiou a candidatura situacionista de Júlio Prestes à Presidência da República em oposição a Getúlio Vargas. Neste mesmo ano, antes de concluir seu mandato de deputado, viajou para o Oriente Médio e à Europa como preceptor do filho do amigo Souza Aranha. Na ocasião, impressionou-se com o fascismo e com Mussolini. Alguns autores acreditam que esta fascinação o estimulou a pensar na elaboração de uma doutrina semelhante para o Brasil. Sobre o tema ver: LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001.

¹²⁹ Ressalta-se que, inicialmente, a ANL caracterizava-se por uma frente ampla, composta de segmentos partidário-ideológicos diferenciados e que, somente num segundo momento, ficou sob o predomínio do Partido Comunista.

Com relação ao integralismo, ressalta-se que suas origens remontam ao ano de 1932, momento em que Plínio Salgado fundou a Sociedade de Estudos Políticos (SEP), organização composta por intelectuais simpáticos ao fascismo. Ressalta-se que a sua coroação definitiva de sua carreira política sobreveio alguns meses depois, quando o chefe integralista divulgou o Manifesto de Outubro, que continha as diretrizes básicas da Ação Integralista Brasileira (AIB)¹³¹. Sobre o integralismo brasileiro, Stanley Hilton afirma que:

*A Ação Integralista Brasileira nasceu no período de fluidez política e social que seguiu a Revolução de 1930. Fundada em outubro de 1932, por Plínio Salgado, o partido floresceria num clima de nacionalismo cultural e ansiedade da classe média face ao comunismo. Vestindo camisas verdes, usando o sigma como símbolo e o braço esticado como saudação, os integralistas apregoavam soluções nacionalistas para os problemas brasileiros*¹³².

Em fevereiro de 1934, ocorreu o Congresso de Vitória, onde foram traçadas as diretrizes integralistas e elaborados os estatutos da AIB; também foi elaborado um plano de ação e os Departamentos de Doutrina, de Propaganda, de Milícia, de Cultura Artística, de Finanças e de Organização

¹³⁰ O principal líder do Partido Comunista Brasileiro (PCB), Luís Carlos Prestes, nasceu em Porto Alegre (Rio Grande do Sul) em 3 de janeiro de 1898. Coursou a Escola Militar da Praia Vermelha do Rio de Janeiro, em 1919 e, após a sua transferência para o Rio Grande do Sul, foi o principal articulador e líder da revolta tenentista contra o governo do presidente Arthur Bernardes, em 1924. Esta revolta visava, entre outros objetivos, a renúncia do presidente Bernardes. Após inúmeros combates, os revolucionários gaúchos associaram-se, no Paraná, aos rebeldes paulistas liderados por Isidoro Dias Lopes e Miguel Costa, originando a Coluna Prestes. Esta objetivava percorrer o país e difundir o ideal tenentista. A marcha tenentista chega a seu término em 1927, momento em que os revoltosos exilaram-se na Bolívia. Em terras bolivianas Prestes conheceu Astrogildo Pereira, um dos futuros fundadores do PCB. Após a sua conversão ao marxismo, Prestes viajou para Moscou, em 1931 e retornou ao Brasil, clandestinamente, em 1935, casado com a comunista judia alemã Olga Benário. A partir deste momento, será o comandante da fracassada Intentona Comunista, em 1935, e o principal articulador do Partido Comunista no Brasil. Sobre o tema ver: AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

¹³¹ “O integralismo se definiu como uma doutrina nacionalista cujo conteúdo era mais cultural do que econômico. Sem dúvida, combatia o capitalismo financeiro e pretendia estabelecer o controle do Estado sobre a economia. Mas sua ênfase maior se encontrava na tomada de consciência do valor espiritual da nação, assentado em princípios unificadores: ‘Deus, pátria e família’ era o lema do movimento”. FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. t. 3. O Brasil republicano. v. 3: Sociedade e política (1930-1964), p. 353.

Política. Plínio Salgado confirmou sua autoridade ao conseguir a aprovação dos artigos que definiam as atribuições do “chefe nacional da AIB”, ou seja, seu poder sobre a instituição era inquestionável.

A ação dos integralistas, em grande parte, resultou na formação da sua contrapartida, a Aliança Nacional Libertadora (ANL), em março de 1935. Esta se constituía num grupo de esquerda com forte influência do Partido Comunista brasileiro, tanto que sua formação constituía “uma frente única dos partidos de esquerda, sindicatos, certa ala tenentista e elementos apartidários – fusão de parte da classe média e operariado”¹³³. Suas diretrizes de ação, notificadas em fevereiro de 1935 por meio do seu manifesto-programa, “representavam uma promessa de ameaças aos interesses de umas e de outras facções dos grupos dominantes”¹³⁴.

No dia 5 de julho, Luís Carlos Prestes pronuncia um forte discurso de ataque ao que ele considerou um “desvio aos ideais de 1922”; no mesmo discurso, sua conclusão incide de forma violenta ao governo de Vargas quando o líder comunista afirma “abaixo o governo odioso de Vargas! Abaixo o fascismo! Por um governo popular nacional revolucionário! Todo o poder à Aliança Nacional Libertadora!”¹³⁵. A resposta do presidente a este discurso acontece a 13 de julho, momento em que a polícia invade o quartel-general da ANL e realiza o confisco de documentos que mais tarde serão utilizados como prova inconteste de que a Aliança obtinha financiamento do exterior e era controlada pelos comunistas. O resultado final desta ação determina o

¹³² HILTON, Stanley E. A ação integralista brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In: *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977, p. 24. (Coleção Retratos do Brasil)

¹³³ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Op. cit., p. 116.

¹³⁴ SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Op. cit., p. 261. Sobre os programas da ANL, a autora ainda informa que “embora heterogêneos, apontavam para a mesma ‘perigosa’ direção, porque incluíam, sobre o denominador comum do nacionalismo, a liquidação dos latifúndios, extinção de tributo dos aforantes, cancelamento das dívidas imperialistas – contestação indireta da estrutura rural existente; reivindicavam também a nacionalização das empresas estrangeiras, salário mínimo, jornada de trabalho de 8 horas – palavras de ordem que poderiam mobilizar um proletariado urbano em crescimento e fazê-lo adquirir experiência política, ameaçando assim os grupos industriais necessitados de capital e de paz”.

¹³⁵ Citação apresentada por CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Op. cit., p. 143.

fechamento da ANL por um período de seis meses e, a partir daí, inúmeras prisões dos líderes esquerdistas.

Em decorrência destas ações, a ala revolucionária do Partido Comunista brasileiro prepara, em 23 de novembro, o denominado levante comunista de 1935¹³⁶. Neste, alguns militares revolucionários das guarnições nordestinas das capitais de Natal, Recife e Rio de Janeiro promovem uma quartelada, assassinando oficiais superiores; no entanto, como houve uma falha no que diz respeito à tentativa de ocasionar um movimento simultâneo em parte do nordeste e Rio, o levante não ocorreu de modo simultâneo, pois os comandantes cariocas já tinham sido avisados e o que estava previsto como um grande movimento acaba tornando-se uma atividade sufocada com certa facilidade pelo governo central¹³⁷. O levante deixa um saldo de 22 mortos (4 em Natal, 1 no Recife e 17 no Rio de Janeiro)¹³⁸ e, praticamente, determina o fim das liberdades constitucionais existentes no período anterior ao decreto do Estado Novo, tendo em vista que, a partir deste momento, o país passa a maior parte do tempo em estado de sítio ou de guerra¹³⁹. Sobre o levante comunista, o Embaixador português apresenta uma descrição comprometida com os interesses do governo brasileiro, como poderá ser observado a seguir:

Nele perderam a vida distintos oficiais do Exército, assassinados de surpresa nos quartéis; outros morderam o pó, em face de um adversário rancoroso e destemido. Nele tomaram parte outros tantos militares, ganhos de há

¹³⁶ Sobre o tema ver: PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégia da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.

¹³⁷ Antônio Pedro Tota justifica que “os jornais ajudaram a propagar uma imagem bastante aterrorizante do Levante da ANL: fotos de oficiais mortos, prédios dos quartéis bombardeados. A população mostrava-se assustada diante dessa imagem do levante, em especial as classes médias e os dirigentes. Para o Governo, isto foi de grande valia, na medida em que a Carta Constitucional ia sendo superada por mecanismos de exceção”. TOTA, Antônio Pedro. Op. cit., p. 18.

¹³⁸ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 16.

¹³⁹ “Por sucessivas concessões do Legislativo, a pedidos e pressões do Executivo, o Brasil viveu em estado de emergência logo equiparado a estado de guerra, de novembro de 1935 a junho de 1937. O consentimento a tais medidas implicava na convicção mais ou menos generalizada – excetuados nos meses finais alguns líderes como Otávio Mangabeira – de que o fortalecimento do Executivo era a condição de estabilidade e de ordem, portanto de sobrevivência dos grupos dominantes”. SOLA, Lourdes. *O golpe de 37 e o Estado Novo*. Op. cit., p. 262.

*muito, à causa vermelha. Nele estavam implicados professores, funcionários, gente de alto coturno, mesmo senadores e deputados. Não há como negar que se tratava de um movimento subversivo de alto teor, de proporções impressionantes. A repressão foi rápida, violenta, digna da ação adversa*¹⁴⁰.

A parte grifada na descrição apresentada pelo Embaixador português leva a crer que existe uma aprovação portuguesa no que respeita à forma como o governo do presidente Getúlio Vargas debelou o levante. Logo, também, há consenso de que o levante comunista de 35 propicia ao presidente Vargas provas irrefutáveis do “perigo comunista” e abre caminho para uma forte onda de repressão à esquerda brasileira, pois “a revolução de 35, com a onda de terror, que justificava pela necessidade de se defender da ‘subversão social’, facilitava-lhe os meios”¹⁴¹.

Com relação à contenção do levante de 35, o relatório do Embaixador luso ainda ressalta a ação do Tribunal de Segurança Nacional¹⁴², o qual, no seu entendimento, num primeiro momento foi “rigoroso e repressivo”. Contudo, aos poucos, teve a sua atuação enfraquecida em virtude do aumento dos recursos ao Supremo Tribunal Militar, os quais levaram à absolvição de muitos senadores e deputados envolvidos no levante; sendo que estes, aos poucos, retomaram suas antigas atividades¹⁴³.

¹⁴⁰ Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 8. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348. O grifo não consta no original.

¹⁴¹ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República* – de 1930 a 1960. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1991, p. 88.

¹⁴² O Tribunal de Segurança Nacional foi criado em setembro de 1936, era um órgão instituído para julgar os crimes efetuados contra a Nação; notavelmente, a ação dos envolvidos no levante comunista de 1935. A existência deste tribunal permite o controle de grande parte da oposição ocasionada ao presidente Vargas e a interdição de todos aqueles que reivindicavam medidas menos centralizadoras por parte do governo. Sobre a sua atuação ver a obra de CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.

¹⁴³ O Embaixador português também ressalta a utilização do hábeas corpus como um instrumento de proteção e absolvição dos “insubmissos”. Inclusive, o representante português no Brasil utiliza o exemplo da situação do Estado de Goiás, explicando que “tal foi o escândalo, que o general Newton Cavalcanti, então comandante da região, mandou prender, de novo, à sua ordem, todos os que o juiz acabava de beneficiar com hábeas corpus, tendo esse mesmo juiz, para não ser preso, que fugir para o Rio”. Relatório, confidencial, nº 102, do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 9. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

Assim, após a tentativa do levante de 35 – a “Intentona”¹⁴⁴ Comunista – o governo brasileiro persegue e desarticula o Partido Comunista, principalmente quando Luís Carlos Prestes é preso, em março de 1936, e o presidente, cedendo aos elementos “germanófilos” do seu governo – cujo maior expoente tinha base em Filinto Müller – repatria a sua companheira, a revolucionária Olga Benário, à Alemanha nazista de Adolf Hitler. Inclusive, para dismantelar qualquer tipo de contra-ofensiva comunista, Vargas ainda manda prender milhares de políticos suspeitos, independente de serem militares ou civis, ou seja, entre o período “de 25 de novembro de 1935 a 15 de março de 1936, fizeram-se 3.250 investigações, 441 buscas domiciliares, 901 prisões de civis e 2.146 de militares, entre oficiais e soldados”¹⁴⁵.

Uma das determinações da Constituição de 1934 era a realização de eleições para presidente da República, em janeiro de 1938. Dessa forma, a partir de 1936, a questão da sucessão presidencial passa a ser pauta nas discussões do cenário político nacional e, como um processo lógico, integra o relatório do Embaixador português no Brasil. De acordo com ele, o quadro geral das eleições previstas para 1938 anunciava uma possível permanência de Getúlio Vargas na presidência do país e estes “rumores” haviam levado o político Flores da Cunha, do Rio Grande do Sul, a declarar que a sucessão presidencial era essencial ao Brasil e ele “se oporia terminantemente à continuação inconstitucional do Dr. Getúlio Vargas na presidência”¹⁴⁶. Tudo isto leva o Embaixador português a definir o quadro brasileiro da seguinte forma:

...se está vivendo um período de grave agitação política que se caracteriza por conflitos sangrentos entre as facções partidárias, por constantes alterações nos altos comandos, transferências de militares, deslocamentos de

¹⁴⁴ O movimento acaba recebendo este nome em razão do seu intento não ter obtido êxito. Sobre este aspecto, Maria Celina D’Araújo ainda esclarece que “para se ter uma idéia da importância que esse evento teve para as Forças Armadas, a partir de 1937, o Levante (que elas chamaram de Intentona, significando intento louco, plano insensato) foi transformado em data oficial de celebração militar, quando se condenava a traição aos colegas e se celebravam as vítimas da covardia. Apenas na década de 1990 a data deixaria de merecer cerimônias oficiais”. D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. cit., p. 17.

¹⁴⁵ CARONE, Edgard. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. Op. cit., p. 124.

¹⁴⁶ Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 6. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

*regimentos inteiros, do Norte ao Sul do país, boatos insistentes de revolução social ou estadual, concentrações de tropas em torno dos Estados meridionais (São Paulo, Santa Catarina, Rio Grande do Sul) e ainda, mais recentemente, pela desvalorização súbita da moeda e uma inegável intranquilidade geral*¹⁴⁷.

Claro está para o embaixador Martinho Nobre de Mello, que toda esta intensa agitação política está associada à sucessão presidencial. Esta, como foi destacado anteriormente, desenvolvia-se em meio às questões de “perseguição ao avanço comunista”. Assim, em meados de 1937, aparecem os dois primeiros candidatos: o paulista Armando de Sales Oliveira e o paraibano José Américo de Almeida. O primeiro era o representante da União Democrática Brasileira, recente aliança formada em torno do nome do bem sucedido governador de São Paulo, que se considerava o representante do constitucionalismo liberal. O segundo, por sua vez, era o político José Américo de Almeida, antigo líder tenentista e romancista; foi um proeminente componente da Aliança Liberal de 1930 e era o representante da adoção de medidas nacionalistas autoritárias. Via de regra, era o representante oficial do governo, mas sem o apoio formal de Vargas.

No que respeita a este ponto, um dos aspectos ressaltados no relatório do Embaixador é, justamente, a falta de clareza de Getúlio Vargas quanto ao apoio à candidatura de José Américo; aliás, Vargas utilizou o quanto pôde a tática de desdobramento das suas reais intenções de permanência no governo. Por vezes, deixava escapar a impressão de que José Américo era o candidato oficial à sua sucessão presidencial e, em outras, permitia a especulação sobre a existência de algum movimento de “última hora”. Como Vargas não tomava nenhuma posição clara, os integralistas lançaram a candidatura de Plínio Salgado à presidência do país, em junho de 1937. Numa espécie de síntese das candidaturas, o Embaixador português, Martinho Nobre de Mello, elabora um pequeno resumo com os principais dados dos candidatos. Sobre a candidatura de Armando de Sales Oliveira, Mello informa os seguintes dados:

¹⁴⁷ Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 2. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

1) Armando de Sales Oliveira: antigo Interventor e Governador do Estado de São Paulo.

a) Eixo da candidatura: Estados de São Paulo e Rio Grande do Sul.

b) Senadores que a apóiam: seis, com o bem conhecido historiador, professor e acadêmico Alcântara Machado.

c) Deputados: setenta e seis, a mais fina flor da Câmara, não faltando os nomes de Artur Bernardes, Antônio Carlos, Otaviano Mangabeira, Raul Fernandes, Waldemar Ferreira, Pedro Calmon.

d) Principais partidos dos principais Estados que a patrocinam: Bahia – concentração autonomista da Bahia (Mangabeira); São Paulo – Partido Constitucionalista, chefiado por Armando de Sales; União Democrática Trabalhista; Dissidência do Partido Republicano Paulista; Rio Grande do Sul – Partido Republicano Liberal (Flores da Cunha); Partido Republicano Castilhistas; União Democrática Nacional; Ação Nacional Libertadora; Minas Gerais – Partido Republicano Mineiro (Artur Bernardes) e Partido Progressista Democrático (Antônio Carlos); Distrito Federal – Partido Libertador Carioca (Pedro Ernesto), Partido Liberal Carioca e outros.

e) Jornais mais importantes, das principais cidades que a perfilham: O Jornal (Rio Grande do Norte); Diário da Tarde e A Tarde (Bahia); O Estado e A Tribuna (Estado do Rio); Estado de Minas (Belo Horizonte); O Estado de São Paulo, Diário de São Paulo e Correio de São Paulo (São Paulo); Diário da Manhã (Estado do Paraná); Albor (Santa Catarina); A Federação, Gazeta de Comércio e Diário de Notícias (Rio Grande do Sul); O Globo, A Nação, Diário de Notícias, Correio da Noite, O Jornal (Distrito Federal).

f) Ideologia: antes de mais: os partidos que apóiam esta candidatura constituíram-se em uma organização política que se chama: União Democrática Brasileira, a qual se registrou no Tribunal Superior de Justiça Eleitoral como “partido político de âmbito nacional” e como “aliança de partidos para os fins da eleição de 3 de janeiro de 1938”. Ao que se vê uma coisa brigando com a outra: um partido nacional e aliança de partidos são termos que, perante a lógica e realidade, se excluem. A verdade é que todos os partidários de Armando de Sales são federalistas.

Na campanha eleitoral é justo acentuar-se que o Dr. Armando de Sales tem proferido discursos inteligentes, hábeis, mesmo elevados. Sobretudo salientou-se por um manifesto bom senso, uma ponderação digna dum chefe

de estado, e mais: por uma aspiração inegável de bem administrar¹⁴⁸.

Já, com relação à candidatura de José Américo de Almeida, o Embaixador português ressalta que:

2) José Américo de Almeida: revolucionário de 1930, dos mais extremistas, e antigo ministro da Aviação no primeiro Gabinete de Getúlio Vargas.

a) Eixo da candidatura: Estado de Minas Gerais (coordenador da candidatura: o governo desse Estado, Benedito Valadares).

b) Senadores que a apóiam: todo o Senado em peso, salvo os seis senadores que se pronunciaram por Armando de Sales.

c) Deputados: cento e oitenta e quatro (número muito sujeito a correções, especialmente porque os “getulianos” não lhe dão todo o apoio e de igual modo os “classistas”).

d) Principais partidos: os partidos que apóiam os governadores dos Estados uma parte da oposição, com estas exceções: em São Paulo o P.R.P., da oposição e no Rio Grande do Sul a Frente Única, da oposição ao governador Flores da Cunha.

e) Jornais mais importantes: Correio da Manhã, Diário Carioca, Jornal do Brasil (não partidário), Jornal do Comércio (não partidário); A Gazeta, O Correio Paulistano, A Folha da Manhã (os quatro primeiros do Rio de Janeiro, os outros de São Paulo); Diário da Manhã, de Pernambuco e Correio do Povo, do Rio Grande do Sul.

f) Ideologia: em princípio semelhante a do Dr. Armando de Sales, mas caracterizada por um acento demagógico, populista, extremista de esquerda, que é inegável.

Dos discursos eleitorais do Dr. José Américo de Almeida exala-se o odor característico da pólvora revolucionária¹⁴⁹.

E, finalmente, no que respeita à candidatura do chefe integralista, Plínio Salgado, o Embaixador português, Martinho Nobre de Mello, tece as seguintes ponderações:

¹⁴⁸ Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 19. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço. Os grifos constam no original.

Trata-se efetivamente de mais um candidato competentemente registrado como tal, conforme prescreve a lei: é o candidato do Integralismo brasileiro. Não dispõe este partido de elementos oficiais, mas tem uma forte organização. Pelos documentos juntos pode Vossa Excelência aquilatar de sua ideologia e métodos de ação. É acimado de fascista pelos constitucionalistas de todas as cores, pelos demagogos e comunistas. A imprensa, na sua generalidade, combate-o em nome da democracia, imprensa liberal-democrática para a qual, aliás, não há diferença alguma entre fascismo e comunismo! Mas é inegável que o Integralismo abriga nas suas fileiras uma boa parte da classe letrada do país, quase toda a mocidade combativa, que não é comunista, e muitos oficiais do Exército¹⁵⁰.

Assim, como se pode constatar, a análise das candidaturas ao suposto pleito eleitoral de janeiro de 1938, apresentada pelo Embaixador português, torna-se interessante não somente porque demonstra um profundo conhecimento acerca da realidade brasileira – a qual não se restringe a um determinado foco político, como a região sudeste, por exemplo – mas também, porque o Embaixador alude a uma possível permanência de Getúlio Vargas à frente da presidência brasileira, tendo em vista que nenhuma das candidaturas apresentadas tinha força de sustentação capaz de vencer as eleições, tanto que “de duas uma: ou o Exército e o Presidente da República conseguem inventar e impor uma candidatura única, de seu pleno agrado, levando as demais a se retirarem (...) ou, não haverá eleições”¹⁵¹.

Por outro lado, há que se destacar que a campanha para a “sucessão” de Getúlio Vargas, em razão do estado de guerra decretado no Brasil¹⁵² – com a justificativa de combate ao comunismo – desenvolve-se num quadro de

¹⁴⁹ Idem, pp. 20-21. Os grifos constam no original.

¹⁵⁰ Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 22. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348. Os grifos constam no original.

¹⁵¹ Idem, p. 23.

¹⁵² Inicialmente, o estado de guerra é decretado por um período de três meses, mas, posteriormente, “foi prorrogado ininterruptamente, desde o levante comunista até junho de 1937, quando líderes das bancadas e o ministro da Justiça, Macedo Soares, decidiram por sustá-lo. No entanto, em outubro do mesmo ano, sob pretexto da iminência de um novo golpe comunista, em virtude de um plano recentemente descoberto, o Executivo solicitou mais uma

repressão, censura e restrições de participação política. Inclusive, os mesmos instrumentos criados para a repressão ao comunismo também foram aplicados aos antigos aliados de Getúlio Vargas, àqueles contrários a sua política de permanência no governo, de forma a enfraquecê-los ou neutralizá-los. Esta era a posição defendida por Góis Monteiro; ele almejava construir um exército forte, unificado e isento de influências políticas e assim foi feito. Sobre a ação de Góis Monteiro e a luta contra o comunismo, Martinho Nobre de Mello assinala que:

Sob os auspícios do Exército está efetivamente assumindo aspectos sérios. Ou os militares que estão à frente das forças armadas são realmente muito inteligentes (é certo que Góis Monteiro é muito ilustrado e versado em questões políticas e sociais) ou têm, por trás, um magnífico espírito de santo de orelha. Basta ler as últimas decisões da comissão executiva do estado de guerra. Elas põem o problema do estado de guerra num plano superiormente nacional e bem sobranceiro... às questiúnculas regionais¹⁵³.

As repercussões do decreto de estado de guerra no Brasil eram tantas que a agitação política toma conta do país em fins de outubro, tanto que o Embaixador português chega a preannunciar a implantação do Estado Novo no Brasil:

A manter-se este teor de doutrina e de ação, que o exército requer e quase exige, está-se ou não em face de uma profunda transformação política do país? Está-se ou não em face de uma nova ideologia política que implicará, mais cedo por ventura do que se julga, não já uma ditadura militar mas um verdadeiro Estado Novo? É o que suponho...¹⁵⁴.

vez a declaração do estado de guerra". FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*. Op. cit., p.141.

¹⁵³ Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 16. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

¹⁵⁴ Idem, p. 17. Os grifos constam no original.

De acordo com o relatório emitido pelo Embaixador português, os rumores relativos ao decreto de um Estado Novo no Brasil eram tão fortes que ele mesmo, em diversas ocasiões, já havia sido procurado por jornalistas brasileiros com o fito da obtenção de informações referentes às instituições portuguesas. Segundo ele, inclusive, alguns membros do governo brasileiro o questionavam no sentido de saber como havia se processado o plebiscito realizado pelo presidente general Oscar Carmona sobre a legalidade do Estado Novo português; as indagações ainda diziam respeito a pontos “como e em virtude de que textos legais, um general tem permanecido indefinidamente na chefia da Nação?”¹⁵⁵. Para endossar este assunto, o Embaixador português ainda registra no seu relatório alguns trechos do artigo publicado no jornal *A Gazeta de Notícias* – órgão que em muito refletia as idéias do presidente Getúlio Vargas – evidenciando que de acordo com a estrutura jurídica do Brasil, tornava-se fundamental “adaptar essa estrutura às exigências espirituais e políticas da sociedade, de modo que, quando se tiver ultrapassado a zona dos perigos atuais, seja devolvido ao povo um governo na sólida base da autoridade, da disciplina”¹⁵⁶.

Não obstante, torna-se oportuno, neste momento do texto, apontar que o golpe de Estado do presidente Getúlio Vargas, deflagrado em 10 de novembro de 1937¹⁵⁷, que instituiu o Estado Novo e uma nova Constituição para o Brasil, começou a ser preparado com muita antecedência e a justificativa de combate ao comunismo constituiu o principal ponto de argumento para sua implantação. O pretexto imediato utilizado para a implantação do Estado Novo foi a “descoberta” da existência do “Plano Cohen”¹⁵⁸, segundo o qual os comunistas tencionavam tomar o poder, mediante a adoção de meios violentos. Embora falso, o referido Plano representou o estopim da crise que originou a implantação do Estado Novo no Brasil. Mas o fato é que a política de continuidade de Vargas na presidência da República já vinha sendo preparada

¹⁵⁵ Relatório, confidencial, nº 102 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de outubro de 1937, p. 18. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

¹⁵⁶ Idem.

¹⁵⁷ Dia este em que o Senado Federal amanheceu cercado pela cavalaria da Polícia Militar e que Getúlio Vargas anunciou pelo rádio à nação o início de uma nova era e Constituição.

há algum tempo e ela foi assegurada no momento em que o presidente debelou os principais focos de resistência e aglutinou o apoio de importantes lideranças políticas e militares – como o general Góis Monteiro – para a mudança nos rumos democráticos do país. De acordo com Maria Celina D’Araújo, a implantação do Estado Novo não foi uma medida impensada, afinal, “o golpe não representou uma ruptura, uma mudança abrupta, mas sim a consolidação de um processo de fechamento e repressão que vinha sendo lentamente construído, com o apoio de intelectuais, políticos civis e militares”¹⁵⁹.

Como foi destacado acima, o “Plano Cohen” constituiu apenas a gota d’água final do processo de construção de um Estado forte. O golpe de Estado, deflagrado em novembro de 1937, foi algo construído, muito bem planejado. Alguns autores consideram que a própria Constituição de 1934, ao eliminar a figura do Vice-Presidente, por si só já constitui um prenúncio para o endurecimento do regime e a continuidade de Vargas na chefia do executivo do país. Entretanto, o senso comum entre os historiadores é que o levante comunista de 1935 foi um marco decisivo para a explicação e a obtenção de apoio popular no que tange à implantação do Estado Novo brasileiro.

1.2.2 O olhar português acerca da nova Constituição do país e a primeira fase do Estado Novo brasileiro (1937-1942)

No dia 10 de novembro de 1937, apesar da aparente tranquilidade, o Congresso amanhece cercado por tropas do exército e, à noite, no programa Hora do Brasil, o presidente Getúlio Vargas faz seu pronunciamento de “apresentação” do Estado Novo à Nação. De modo resumido, ele argumentava que sua ação era necessária “para reajustar o organismo político às necessidades econômicas do país, não se oferecia outra alternativa senão a que foi tomada, instaurando-se um regime forte, de paz, de justiça e de

¹⁵⁸ Sobre o tema ver: SILVA, Hélio. *O Plano Cohen*. Porto Alegre: L&PM, 1980.

¹⁵⁹ D’ARAÚJO, Maria Celina Soares. Op. cit., p. 15.

trabalho”¹⁶⁰. Sobre a Constituição de 1934, afirmava que “ela evidenciara falhas lamentáveis”, por isso, outorgava uma nova Carta à Nação; ela fora previamente assinada por todo o seu ministério, com exceção do ministro da Agricultura, Odilon Braga. Mas este é um pequeno detalhe que Vargas trata de anular na medida em que um grupo de aproximadamente 80 parlamentares solidariza-se com ele no que diz respeito à implantação do golpe e o fechamento do Congresso. Outra demonstração de apoio é obtida junto aos integralistas que, no momento de decreto do golpe, desfilam pelas principais ruas do país numa atitude clara de entusiasmo e aplauso à decretação do Estado Novo¹⁶¹.

Com relação às primeiras impressões do Embaixador português no Brasil, Martinho Nobre de Mello, sobre o decreto do Estado Novo no Brasil, verifica-se certa surpresa com a rapidez dos acontecimentos no país, afinal, “operou-se, mais cedo mesmo do que se pressagiava, um curiosíssimo golpe de Estado”¹⁶². No entendimento do Embaixador português, o ato do presidente Getúlio Vargas só poderia ser entendido levando-se em conta a situação complexa anterior ao golpe, pois “o regime democrático morrera com a decretação do estado de guerra dadas as excepcionalíssimas condições em que ela se efetuara, ou seja, pela intervenção brutal das forças armadas; a sucessão do regime estava pois aberta”¹⁶³.

Contudo, há que se mencionar que a outorga da nova Constituição, a “polaca” como ficou conhecida, não representou um ato abrupto, porque “desde fins de 1936 o texto da Constituição de 1937 está pronto. O golpe vem sendo preparado por todos esses meses e o esboço da Constituição é mostrado aos possíveis aderentes da trama contra a democracia”¹⁶⁴. O grande ideólogo da nova Constituição é o jurista Francisco Campos e este assume a pasta da

¹⁶⁰ “Proclamação ao povo brasileiro em 10 de novembro de 1937”. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, p. 32.

¹⁶¹ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* Op. cit., p. 116.

¹⁶² Relatório, confidencial, nº 111 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de novembro de 1937, p. 1. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

¹⁶³ Idem, p. 2.

¹⁶⁴ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Op. cit., p. 156.

Justiça do Estado Novo e permanece fiel a Vargas até o ano de 1943, momento em que se torna um adversário do regime varguista e é escanteado do governo. A Carta de 1937 também apresenta uma “pequena”, mas importante, participação de Getúlio Vargas:

...limitei-me a fixar o objetivo que precisava atingir fundamentalmente através da estrutura do novo regime. Quero instituir um governo de autoridade e liberto das peias da chamada democracia liberal, que inspirou a Constituição de 1934. Dei apenas algumas indicações quanto à distribuição dos poderes e suas atribuições específicas¹⁶⁵.

A Carta constitucional de 10 de novembro de 1937 tinha raízes na Constituição da Polônia, entretanto, também teve influência portuguesa, tendo em vista o fato de que ela “não se contentou com os movimentos direitistas da Alemanha e da Itália, vindo buscar no corporativismo português, até a denominação de ‘Estado Novo’, para definir o regime”¹⁶⁶. O historiador Edgard Carone, entende a Carta Constitucional de 1937 como a contrapartida à infiltração comunista, sendo “toda ela, com pequeníssimas exceções, baseada em Constituições estrangeiras, de países onde imperam preferentemente regimes de força: Polônia, Alemanha, Itália, Portugal, Lituânia e Áustria”¹⁶⁷, ou seja, ele também destaca a influência portuguesa.

De acordo com o parecer do Embaixador português, a Constituição brasileira é vista como um documento que apresenta vários dos princípios propalados pelos integralistas, notadamente, aqueles relacionados à fase da política municipalista tanto que, para se reconhecer tal aspecto, “basta verificar a participação que terão as camadas municipais na formação do colégio eleitoral do Presidente da República, da Câmara dos Deputados e,

¹⁶⁵ VERGARA, Luiz. *Fui secretário de Getúlio Vargas: memórias dos anos de 1926-1954*. Porto Alegre: Globo, 1960, p. 140.

¹⁶⁶ BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991, p. 340.

¹⁶⁷ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Op. cit., p. 156. Sobre as influências na Constituição de 1937 ver: LINS, Augusto Estelita. *A nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil: decretada em 10 de novembro de 1937 pelo Presidente Getúlio Vargas: sinopses, anotações e repertório*. Rio de Janeiro: José Konfino, 1938.

indiretamente, do Conselho Federal”¹⁶⁸. Entretanto, para o Embaixador, o que mais chama a atenção na nova Carta Constitucional é, justamente, a concentração de poderes nas mãos do presidente Vargas, tendo em vista que “o verdadeiro espírito da nova Constituição é o seu presidencialismo-pessoalista. Trata-se de um estatuto constitucional que concentra todo o poder nas mãos de um só homem”¹⁶⁹.

Estas percepções do Embaixador português – encaminhadas para Portugal por meio de um relatório – em muito orientarão as notícias divulgadas na imprensa portuguesa, notadamente no jornal *Diário de Notícias*, “veículo importante na sustentação do governo de Salazar”¹⁷⁰. Trabalhando com a análise das primeiras impressões acerca da implantação do Estado Novo no Brasil, a partir das matérias divulgadas no *Diário de Notícias*, a historiadora Sandra Brancato considera que “nas páginas do *DN* fica evidente a proposta de induzir os leitores a entender o golpe como um fato substancial para o Brasil por estabelecer mudanças políticas que, no entender do jornal, muito beneficiaram o país”¹⁷¹. Além desse aspecto, como o quadro brasileiro em diversos momentos foi assinalado em associação ao Portugal de Salazar, pode-se dizer que isto “levava o leitor a dar maior significado aos fatos/notícias, incorporando-os a sua própria realidade. É igualmente uma maneira de hierarquizar-los no conjunto das demais matérias publicadas”¹⁷².

Analisando o clima reinante no país, o Embaixador português afirma que pairava no ar uma grande reserva e ressalta a adesão e o apoio do PRP (Partido Republicano Paulista) à nova Carta Constitucional. Este posicionamento origina muita estranheza por parte do Embaixador português,

¹⁶⁸ Relatório, confidencial, nº 111 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de novembro de 1937, p. 4. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

¹⁶⁹ Relatório, confidencial, nº 111 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de novembro de 1937, p. 4. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

¹⁷⁰ BRANCATO, Sandra M. L. Getúlio Vargas e a implantação do Estado Novo no Brasil, em 10 de novembro de 1937: as primeiras impressões do *Diário de Notícias* de Lisboa. In: NEVES, Lúcia Bastos; MOREL, Marco e FERREIRA, Tânia Bessone da C. (Orgs.). *História e Imprensa – representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Edit. e FAPERJ, 2006, p. 269.

¹⁷¹ Idem.

porque o PRP representava para o Brasil o mesmo que o Partido Republicano Português (de Afonso Costa) significava para Portugal¹⁷³. Para explicar o que este apoio apresentava de fantástico o Embaixador português realiza a seguinte comparação: “suponha-se pois que, após o grito revolucionário de Gomes da Costa ou a promulgação da nossa Constituição autoritária e corporativa, o partido de Afonso Costa lhe desse a sua adesão”¹⁷⁴.

No que respeita à reação interna no país mediante o novo regime instaurado, a impressão portuguesa é de que estas serão praticamente impossíveis de se efetuarem, tendo em vista que qualquer manifestação contrária será tida como comunista ou separatista e, em ambos os casos, o medo da pena de morte poderá intervir. Além deste aspecto, ainda há destaque para a instituição do estado de emergência no país, o que garantia ao presidente Vargas amplos poderes (artigo 112 da Constituição), ou seja, qualquer manifestação de oposição ao Estado Novo era concebida como uma atitude suicida.

Do lado externo, aqui representado pelos Estados Unidos, o Embaixador português ressalta que o decreto do Estado Novo no Brasil foi motivo de forte consternação, ou melhor, eles “foram absolutamente surpreendidos com a criação do que eles chamam ‘mais um estado totalitário’”¹⁷⁵, a surpresa tinha suas raízes no fato de que há apenas alguns dias antes da instauração do novo regime no Brasil, Oswaldo Aranha, Embaixador do Brasil nos Estados Unidos, havia proferido um discurso em Washington em que aderira, de modo

¹⁷² Ibidem.

¹⁷³ Ver primeira parte deste capítulo, **páginas 24-32**.

¹⁷⁴ Relatório, confidencial, nº 111 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de novembro de 1937, p. 6. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348. O Embaixador português ainda explica a adesão do PRP à nova Constituição como uma prova de que o citado partido, na verdade, representava primeiramente “uma conglomeração de interesses pessoais, sem nenhuma ideologia, sem princípios, e mesmo sem nenhum brio político. Segundamente, que ‘ódio velho não cansa’. Em verdade, como o golpe Vargas acaba de enterrar Armando de Salles, os paulistas seus adversários dão-se por satisfeitos. E, por último, que os políticos são sempre os políticos: de fato, na perspectiva duma possível ascensão ao poder do partido integralista, os perrepistas preferiram a continuação, por qualquer processo, de Getúlio Vargas. Com este, esperam ainda vir a dominar em São Paulo... É o que importa”.

¹⁷⁵ Relatório, confidencial, nº 111 do Embaixador português ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de novembro de 1937, p. 7. M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.

ostensivo, “à política anti-fascista de Roosevelt, indo até o ponto de condenar não já por conta mas em nome da democracia brasileira, todos os regimes extremistas e autoritários nos quais englobava e irmanava os nacionalistas e o comunismo”¹⁷⁶.

Por fim, cabe ressaltar que a institucionalização Estado Novo no Brasil é entendida pelo Embaixador português como uma oportunidade de aproximação luso-brasileira, porque, no seu entendimento, os maiores empecilhos estavam desfeitos e Portugal “não pode mais queixar-se dos obstáculos, das peias, das dificuldades que o regime demo-liberal-separatista lhe alentava a cada instante. Temos de abrir-lhe um largo crédito”¹⁷⁷.

Entretanto, o que o Embaixador português não consegue antever é que, num primeiro momento, a atenção brasileira voltar-se-á para questões internas, relacionadas fundamentalmente à fixação do Estado Novo, pois a experiência estadonovista brasileira apresenta dois momentos bem distintos. O primeiro abrange o período de sua instauração, em novembro de 1937, momento em que o país vivencia o fim de suas instituições democráticas e a implantação de reformas mais significativas, tendo em vista que os “primeiros anos do novo regime correspondem à progressiva, mas definitiva consolidação do poder de Estado”¹⁷⁸ e, o segundo, a partir de 1942, engloba o período em que há o recrudescimento da Segunda Guerra Mundial, seguido da entrada do Brasil no conflito, ao lado dos aliados, e a posterior derrocada do regime estadonovista brasileiro.

Como o integralismo havia apoiado a instauração do Estado Novo no Brasil, imaginavam que a doutrina integralista seria parte integrante do novo regime, não obstante, não foi isso que se verificou, pois o decreto-lei número 37, de 2 de dezembro do mesmo ano, “considerando que os partidos políticos até então existentes não possuíam conteúdo programático nacional ou esposavam ideologias contrárias ao novo regime”, tornava extintas todas as agremiações partidárias no Brasil e esta determinação incluía a Ação

¹⁷⁶ Idem.

¹⁷⁷ Ibidem.

¹⁷⁸ SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). Op. cit., p. 267.

Integralista Brasileira. Para não deixar dúvidas, o mesmo documento ainda destacava:

...são igualmente atingidas pela medida as milícias cívicas e organizações auxiliares dos partidos políticos, sejam quais forem seus fins e denominações, sendo vedado o uso de uniformes, estandartes, distintivos e outros símbolos dos partidos políticos e organizações auxiliares¹⁷⁹.

Uma carta escrita por Plínio Salgado, em janeiro de 1938, onde ele realiza uma espécie de sinopse dos movimentos da AIB desde o período de sua fundação (em 1932) até os derradeiros momentos em que a instituição é alijada do governo, em 1937, evidencia os encontros secretos ocorridos entre o líder nacional do integralismo e o chefe de polícia, Filinto Müller, mas mais reveladora é a declaração de surpresa do chefe integralista ao constatar que o integralismo não faria parte dos quadros do governo de Vargas, como se constata a seguir:

A maior de todas as surpresas que tive em 10 de novembro foi o discurso de V. Excia. Nessa noite fiquei completamente convencido de que estávamos alijados desde o primeiro dia. Não houve uma palavra de carinho para o Integralismo ou para os integralistas. Entretanto, era um movimento e eram homens que tudo fizeram pela Nação e que sempre foram leais para com V. Excia. Nos momentos os mais difíceis. Por todo o país, ouvindo o rádio, um milhão e meio de brasileiros baixavam a cabeça amargamente¹⁸⁰.

Diante deste novo quadro de ilegalidade do integralismo e de consternação com relação à atitude tomada pelo governo getulista, inúmeros adeptos passaram a conspirar contra o Estado Novo. Por isto, desde o início do ano de 1938, muitos policiais vasculhavam os núcleos e residências particulares de integralistas. Em algumas vezes encontravam armas e

¹⁷⁹ Trecho do decreto-lei nº 37, de 2 de dezembro de 1937, p. 2.

¹⁸⁰ Trecho da carta do Sr. Plínio Salgado ao Sr. Presidente da República, em 28 de janeiro de 1938. Arquivo do Centro de Documentação da Ação Integralista Brasileira e do Partido de Representação Popular (CD-AIB/PRP), de Porto Alegre.

munições, além de muita documentação, o que gerava a suspeita de preparação de um golpe contra o governo de Getúlio Vargas e foi o que logo aconteceu.

No dia 11 de maio de 1938, as autoridades de segurança de Getúlio Vargas debelaram uma tentativa de golpe realizada por parte dos elementos seguidores de Plínio Salgado, momento em que um grupo de integralistas, desiludidos com a política adotada pelo presidente Getúlio Vargas, julgando contar com o apoio do exército e da opinião pública, promoveram um assalto ao Palácio Presidencial, no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, eis o “*putsch* integralista”. O movimento fracassa, pois Vargas pôde contar com a intervenção do ministro da Guerra, o general Eurico Gaspar Dutra. A partir deste momento, intensifica-se a perseguição aos líderes integralistas, culminando com a prisão e o posterior exílio do chefe nacional – Plínio Salgado – em Portugal, no ano de 1939¹⁸¹.

O levante integralista de maio de 1938 acelera a ampliação da estrutura político-constitucional do Estado Novo, originando a imposição de alguns decretos-leis. Entre eles, destaca-se o de 8 de abril de 1939, sobre a administração dos Estados e Municípios. De acordo com este, “Interventor ou Governador e o Departamento Administrativo tornam-se órgãos da administração do Estado. O Interventor é nomeado e pode nomear os Prefeitos, demitir ou aposentar os funcionários do Estado”¹⁸². Dessa forma, o Departamento Administrativo torna-se um órgão de aprovação dos atos dos interventores e do orçamento estadual, também apto à fiscalização e execução orçamentária, ou seja, “delineava-se um federalismo mais associado com a economia e os negócios financeiros dos Estados, o que fortalecia a imagem do mercado nacional”¹⁸³. Esta política de intervenção estatal na economia agradava os empresários brasileiros na medida em que favorecia o seu

¹⁸¹ Plínio Salgado só retornaria ao Brasil em 1946, já no período democrático.

¹⁸² BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*. Op. cit., pp. 380-381.

¹⁸³ CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Op. cit., p.161.

crescimento por meio da importação de bens de produção e da desvalorização da importação de bens de consumo¹⁸⁴.

Nessa mesma linha, o Estado Novo preconizava a industrialização e, para tanto, o governo getulista “procurou estimular o desenvolvimento das indústrias através de um sistema de substituição das importações que implicava o incentivo à utilização da capacidade ociosa das indústrias já existentes no país”¹⁸⁵. Esta posição adotada por Vargas ocasiona a aproximação de uma parcela de industriais junto ao governo, tanto que o boicote ocasionado à legislação trabalhista, criada a partir do Ministério do Trabalho, em fins de 1930, vai paulatinamente desaparecendo.

Em contrapartida, o lema “desenvolvimento dentro da ordem” gera a necessidade da regulamentação dos conflitos existentes entre patrões e empregados; por isso, Vargas adota uma legislação trabalhista capaz de conter essas disparidades e, ao mesmo tempo, controlar as atividades dos sindicatos independentes¹⁸⁶. Dentro dessa perspectiva, em 1942, o salário mínimo é adotado e uma série de leis relativas ao trabalhador, como o direito a férias, a limitação da jornada de trabalho, a carteira de trabalho, a justiça do trabalho, entre outras medidas, são sistematizadas pela Consolidação das Leis Trabalhistas (CLT)¹⁸⁷. Ferreira e Delgado deixam claro que isto significa “de um lado, o atendimento das reivindicações operárias que foram objeto de intensa luta da categoria por várias décadas e, de outro, o controle, através do Estado, das atividades independentes da classe trabalhadora”¹⁸⁸. Todavia, com o passar do tempo, outras questões – de caráter externo – pontuarão a agenda do governo brasileiro.

¹⁸⁴ TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. Op. cit., p. 26.

¹⁸⁵ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*. Op. cit., p. 119.

¹⁸⁶ De acordo com Jorge Ferreira e Lucilia de Almeida Delgado, “essa política tinha inspiração na ‘Carta del Lavoro’, posta em prática na Itália de Mussolini. Estabelecia o regime de sindicato único controlado pelo Ministério do Trabalho e regulamentava o imposto sindical a ser pago por todos os trabalhadores”. Idem, p. 120.

¹⁸⁷ GOMES, Angela Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

¹⁸⁸ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*. Op. cit., p. 120.

1.2.3 A segunda fase do Estado Novo brasileiro (1942 a 1945)

Se a primeira fase do Estado Novo brasileiro caracteriza-se como o momento de afirmação do regime e legitimação da ordem, a segunda fase, por sua vez, de um modo geral, ficará marcada pelo plano internacional. E é justamente na adoção dessa política de envolvimento e participação na Segunda Guerra Mundial (1939-1945), que as contradições internas e externas, conjugadas, influenciarão nos rumos dos acontecimentos e na democratização do país, em 1945. A entrada do Brasil no conflito, no ano de 1942, em razão do torpedeamento de navios brasileiros por submarinos alemães, a sua participação na guerra através da Força Expedicionária Brasileira (FEB) e a posterior vitória dos aliados na Europa levaram ao questionamento da contradição existente entre a luta do Brasil a favor da liberal-democracia na Europa e a manutenção de uma ditadura no país. Assim, a análise desta conjuntura externa explica, em parte, as mudanças ocorridas durante o Estado Novo brasileiro.

A participação do Brasil na guerra ao lado dos aliados, além de convulsionar a população brasileira por mudanças no rumo da administração brasileira, impulsiona importantes setores de sustentação do governo, principalmente os militares, a buscarem o retorno ao regime constitucional. Diante dessas circunstâncias, o presidente, em dois momentos, 1943 e 1944, promete a realização de eleições logo após o término da guerra, afirmando que “quando terminar a guerra, em ambiente próprio de paz e ordem, com as garantias máximas à liberdade de opinião, reajustaremos a estrutura política da nação, faremos de forma ampla e segura as necessárias consultas ao povo brasileiro”¹⁸⁹. Apesar dessa promessa de restabelecimento do caminho democrático, nada era feito, por isso, a oposição continuava a rearticular-se.

¹⁸⁹ Discurso proferido em novembro de 1943. In: VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. V. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1945, p. 77.

¹⁸⁹ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O tempo do nacional-estatismo*. Op. cit., p. 122.

Um dos mais proeminentes frutos dessa rearticulação surge em 24 de outubro de 1943, o Manifesto dos Mineiros¹⁹⁰. Em linhas gerais, o documento representa o primeiro momento significativo de oposição ao Estado Novo, tendo em vista que os liberais, de tendência conservadora, argumentavam que “se lutamos contra o fascismo, ao lado das Nações Unidas, para que a liberdade e a democracia sejam restituídas a todos os povos, certamente não pedimos demais reclamando para nós mesmos os direitos e as garantias que as caracterizam”¹⁹¹.

Getúlio Vargas, embora percebendo muitas dificuldades na continuidade do Estado Novo e mesmo recebendo sugestões para a promoção de uma gradual abertura democrática “não se apercebera, ou não quisera se convencer até aquele momento, de que o sistema autocrático imposto pelo golpe de 1937 não tinha mais as mínimas condições de sobrevivência”¹⁹² e, apesar dos inúmeros indícios de que a conjuntura autoritária estava ruindo em vários países, Vargas protela o quanto pode a sua permanência no governo.

A situação agrava-se ainda mais quando os próprios pilares de sustentação do governo começam a mostrar sinais de fissuras. No dia primeiro de fevereiro, o General Góis Monteiro expõe na capa do jornal *Diário Carioca* o pedido de eleições e solicita a anistia geral para os presos políticos do Estado Novo¹⁹³.

Em decorrência disso, Vargas inaugura uma nova manobra política – traduzida por uma campanha de forte mobilização popular. Visando obter apoio da classe trabalhadora e de setores políticos, ele inicia o movimento denominado “queremismo” (*slogan* proveniente do termo “queremos Getúlio”), que em linhas gerais advogava pela convocação de uma assembléia

¹⁹⁰ O documento era assinado por Virgílio de Melo Franco, Afonso Arinos de Mello Franco, Milton Campos, Magalhães Pinto, Adauto Lúcio Cardoso, Odilon Braga, Pedro Aleixo e Bilac Pinto, futuros líderes da União Democrática Nacional (UDN).

¹⁹¹ Citado por: FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* Op. cit., p. 138.

¹⁹² MENDES JR, Antônio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes... [et all]. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 232.

¹⁹³ MENDES JR, Antônio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. Op. cit., p. 233.

constituente, mas, é claro, com a garantia de manutenção de Vargas à frente do executivo federal enquanto a nova Constituição não fosse promulgada e não acontecessem as referidas eleições.

Em 10 de outubro de 1945, objetivando alongar sua permanência no governo, Vargas decreta a coincidência das eleições municipais e estaduais com as federais, o que através da desincompatibilização, redundaria na substituição dos políticos do PSD por aqueles que Getúlio Vargas nomearia. Ainda numa espécie de última tentativa para sua perpetuação no poder, Getúlio Vargas nomeia seu irmão Benjamin Vargas, em 25 de outubro, para a chefia da polícia do Distrito Federal. Esta sua última manobra continuísta ocasiona a intervenção militar. Diante das alternativas de revogar o decreto de 10 de outubro e a nomeação de seu irmão, ou a sua deposição, Getúlio Vargas afasta-se da presidência do país em 29 de outubro de 1945. Dessa forma, enfrentando inúmeras contradições, internas e externas, o Estado Novo brasileiro vem a ruir por completo. No dizer do historiador Antônio Mendes Júnior:

Parece não haver dúvidas de que a Segunda Grande Guerra (1939-1945) e a luta contra o nazi-fascismo a nível mundial constituíram-se num elemento-chave para o entendimento do processo de declínio sofrido pela ditadura getulista, bem como o fortalecimento das oposições internas e a mudança de atitude das Forças Armadas, deixando de apoiar Vargas¹⁹⁴.

A partir deste momento, Getúlio Vargas segue para o seu auto-exílio em São Borja, sua terra natal e o ministro José Linhares – Presidente do Supremo Tribunal Federal – fica à frente do governo do Brasil¹⁹⁵ até que o candidato do

¹⁹⁴ MENDES JR, Antônio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. Op. cit., p. 227.

¹⁹⁵ Em primeiro de novembro de 1945, a Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, envia um telegrama, informando os últimos acontecimentos referentes ao denominado “golpe de Estado”, noticiando que “às 21 horas e meia, [os] generais Cordeiro Farias e Firmo Freire e [o] Ministro da Justiça Agamenon Magalhães dirigiram-se ao Palácio Guanabara e comunicaram a Getúlio Vargas [a] decisão das classes armadas e em nome destas apelar espírito de renúncia e patriotismo para evitar derramamento de sangue, pois não desejavam ter de recorrer à luta. Getúlio Vargas aceitou declarando pronto entregar chefia da Nação ao Presidente do Supremo Tribunal Federal”. Telegrama nº 281, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, em 1º de novembro de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119.

PSD, o General Eurico Gaspar Dutra, eleito presidente com grande margem de votos, assumiu a presidência do país¹⁹⁶.

CAPÍTULO 2

BRASIL E PORTUGAL: RELAÇÕES CULTURAIS DURANTE O ESTADO NOVO BRASILEIRO

¹⁹⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina. Op. cit., p. 61.

*Inda havemos de ir e vir
Do Brasil a Portugal
Como quem entrou na igreja
Ou de volta ao roseiral*¹⁹⁷.

Em se tratando de relações internacionais, no que respeita ao período do Estado Novo brasileiro (1937-1945), numa caracterização geral, a historiografia brasileira privilegia a análise da política inicial conciliatória de interesses do governo brasileiro em relação à Alemanha nazista de Adolf Hitler e aos Estados Unidos de Franklin Roosevelt até a ocorrência da definição pelo segundo grupo. O estudo das relações estabelecidas pelo Brasil com outros países, sejam elas econômicas, políticas, sociais ou culturais praticamente, não é privilegiado pela historiografia das relações internacionais. Dentro desse contexto chama-se a atenção para o caso do estreitamento das relações luso-brasileiras durante o Estado Novo no Brasil.

Entretanto, como este capítulo focaliza a aproximação luso-brasileira no aspecto cultural, antes da seqüência do texto, convém, num primeiro momento, um breve comentário acerca das relações culturais luso-brasileiras. Estas têm sido marcadas por um jogo de construção de identidades e de alteridades que se modificam ao longo do tempo, tendo em vista que o Brasil foi descoberto por Portugal, em abril de 1500¹⁹⁸ e que durante o período colonial as relações entre estes dois países foram circundadas pelas determinações do pacto colonial, ou seja, a colônia deveria constituir-se à fisionomia de sua metrópole. Neste momento, merece destaque o papel desempenhado pela Universidade de Coimbra, que há longa data já contribuía para a formação da intelectualidade brasileira, tanto que:

¹⁹⁷ OLIVEIRA, Antônio Correia de. *Pátria Nossa – Pátria Vossa*. Portugal: A Federação das Associações Portuguesas, 1937, p. 9.

¹⁹⁸ Foge à análise deste trabalho toda a discussão estabelecida em torno da polêmica do descobrimento do Brasil.

*A história de nossa cultura científica se pode dizer, pois, que teve suas origens na obra realizada pelo Marquês de Pombal na Universidade de Coimbra que, pelos novos estatutos, se transformou num centro de estudos científicos, colhendo nesse arranço para a cultura moderna, uma pleiade de jovens brasileiros e treinando-os nos novos métodos de estudo e de investigação*¹⁹⁹.

Em setembro de 1822 ocorre a emancipação política do Brasil e, a partir deste momento, as relações luso-brasileiras ficarão, praticamente, sucumbidas, cabendo à Inglaterra o predomínio antes exercido por Portugal. É claro, não se pode negligenciar neste momento o fato de que “durante o período imperial as relações comerciais mais importantes do Brasil eram as efetuadas com os países europeus, muito comerciais... e por dívidas”²⁰⁰.

O início da República no Brasil trouxe à tona algumas insatisfações para com o novo regime; entre elas, destaca-se a Revolta da Armada (1893-1894), movimento de rebelião deflagrado por unidades da marinha brasileira contra o governo do presidente Floriano Peixoto, que contava com o apoio de alguns elementos contrários à situação política vivenciada no país. Após o fracasso da revolta, alguns navios portugueses concederam asilo ao almirante Saldanha da Gama – um dos seus líderes – e a outros participantes, episódio que levou a desentendimentos diplomáticos luso-brasileiros, originando o rompimento brasileiro de relações com Portugal. Desta forma, “entre 13 de maio de 1894 e 16 de março de 1895, as relações diplomáticas entre Brasil e Portugal estiveram cortadas”²⁰¹, portanto, só voltariam a ser restabelecidas no início do governo do Presidente Prudente de Moraes, por intermédio da mediação inglesa²⁰².

¹⁹⁹ AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963, p. 546.

²⁰⁰ PINSKY, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 19 ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, 339.

²⁰¹ MAGALHÃES, José Calvet de. As relações Brasil-Portugal de 1895 a 1953. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Editora Universidade de Brasília, 2000, p. 223.

²⁰² Com relação à ruptura nas relações diplomáticas entre Brasil e Portugal, Magalhães aponta que “o rompimento não fora, aliás, motivado por sério conflito de interesses algum entre os dois governos, nem por tentativa alguma, do Governo português, de interferir nos assuntos internos

Posteriormente, em termos de relações internacionais, durante os primeiros anos da República até o limiar da Revolução de 1930, com Rio Branco à frente do Itamaraty, segue-se a linha de distanciamento brasileiro dos países europeus e a idéia de que o Brasil deveria estar alinhado aos Estados Unidos “sempre que possível”. Entretanto, não é o que se verifica no momento posterior, afinal, “a partir de 1930, com o advento, à presidência brasileira, de Getúlio Vargas, iniciou-se uma época de grande aproximação entre Brasil e Portugal, mais propícia à negociação de acordos”²⁰³. Esta aproximação irá expandir-se ainda mais por ocasião da implantação do Estado Novo no Brasil, em 1937, principalmente porque “a política exterior foi orientada no sentido de fazer com que as exportações para a Europa aumentassem extraordinariamente, passando a desempenhar um papel de há muito perdido”²⁰⁴. Esta aproximação que, inicialmente, compreende o aspecto comercial, irá avançar para o cultural por meio da assinatura de acordos envolvendo esta área, levando a uma reaproximação do Brasil à sua antiga metrópole.

2.1 Aspectos culturais do Estado Novo brasileiro

O dia 10 de novembro de 1937 marca o início do Estado Novo no Brasil. Neste dia, o país assiste à outorga de uma nova Constituição. Por meio desta o presidente Getúlio Vargas altera a ordem vigente ao estabelecer uma nova relação entre Estado e sociedade, tendo em vista que ele concentra “no nível federal a tomada de decisões antes partilhada com os estados (...) centralizando no Executivo as atribuições anteriormente divididas com o Legislativo”²⁰⁵. E, dentro dessa nova ordem, o aspecto cultural constituiu

do Brasil. Resultou, apenas, de gesto infeliz de solidariedade da marinha portuguesa para com a marinha brasileira revoltada contra o seu Governo”. Idem, p. 255.

²⁰³ Ibidem, p. 271.

²⁰⁴ MAGALHÃES, José Calvet de. As relações Brasil-Portugal de 1895 a 1953. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas*. As relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Brasília: Ed. da UnB, 2000, p. 344.

²⁰⁵ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição política: o pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, p. 10.

elemento-chave para a adaptação do país à realidade político-social instaurada.

Dentro das especificidades do Estado Novo brasileiro chama a atenção o expressivo número de intelectuais que, sem fazer parte da base ideológica do governo getulista, desenvolveu atividades como funcionários ou até mesmo assistentes da política varguista implantada à época, como, por exemplo, Mário Raul de Moraes Andrade, Carlos Drummond de Andrade, Manuel Bandeira, Heitor Villa-Lobos, entre outros nomes. Entretanto, essa participação deve ser analisada dentro do contexto de que o Estado Novo pôs em prática inúmeros projetos culturais ligados à ala esquerda e/ou progressistas brasileiros e de que estas execuções tinham por base a construção de um projeto cultural autônomo, de identidade nacional para o país, sonho acalentado por “poetas, pintores, romancistas, arquitetos e educadores desde a Semana de Arte Moderna de 1922”²⁰⁶. Como tentativa de explicação, não se pode deixar de destacar, também, a ação da figura controvertida de Gustavo Capanema, ministro da Educação e Saúde Pública (1934-1945), tendo em vista que sua gestão “erigiu uma espécie de território livre infenso às salvaguardas ideológicas do regime, valendo enquanto paradigma de um círculo de intelectuais subsidiados para a produção de uma cultura social”²⁰⁷.

A historiadora e pesquisadora da Fundação Getúlio Vargas, Lúcia Lippi Oliveira, analisando um trecho do discurso de ingresso de Vargas na Academia Brasileira de Letras, no ano de 1943, também corrobora a idéia de participação da intelectualidade brasileira como elementos de fortalecimento da unidade nacional com grande contribuição para a difusão das campanhas ditas “educacionais” do Estado Novo. Para ela, o discurso do Presidente na Academia Brasileira de Letras²⁰⁸, “expressa o reconhecimento dos intelectuais

²⁰⁶ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 34.

²⁰⁷ MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979, p. 161.

²⁰⁸ Só para se ter uma idéia da importância atribuída por Getúlio Vargas aos intelectuais vale a pena ler um trecho do seu discurso pronunciado no momento em que ele toma posse na Academia Brasileira de Letras: “o Brasil realizou a sua emancipação política, constrói agora a sua emancipação econômica e inicia, finalmente, a sua emancipação cultural. As responsabilidades dessa magna tarefa recaem necessariamente sobre os intelectuais e os

enquanto agentes de um processo de transformação nacional, ao mesmo tempo em que os constitui em atores políticos de primeira grandeza, ao convocá-los para a tarefa de emancipação cultural”²⁰⁹.

Desse modo, a cultura e os intelectuais foram utilizados pelo governo getulista como um meio de legitimação e propaganda do Estado Novo no Brasil²¹⁰, tendo em vista que “o intelectual responde à chamada do regime, que o incumbe de uma missão: a de ser o representante da consciência nacional”²¹¹ e, para isso, as atividades culturais desenvolvidas no país devem estar voltadas à construção de uma identidade nacional, cabendo aos intelectuais o papel de:

*porta-vozes dos anseios populares porque seriam capazes de captar o “subconsciente coletivo” da nacionalidade. Nesse subconsciente estariam contidas as verdadeiras reservas da brasilidade que o Estado Novo viria recuperar, assegurando a continuidade da consciência nacional. O que nas massas ainda é uma idéia indecisa ou aspiração mal definida deixa de sê-lo por intermédio dos intelectuais que se transformam em seus intérpretes. Apontados como expressões mais lúcidas da sociedade, os intelectuais são vistos como os prenunciadores das grandes mudanças históricas e arautos da renovação nacional*²¹².

Neste sentido, entre os objetivos da campanha de nacionalização do ensino²¹³ – componente básico da política de nacionalização do governo

homens de pensamento”. Literatura e Política. In: *Diário de Lisboa*, Lisboa, em 19 de junho de 1944, p. 3.

²⁰⁹ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. Tradição política: o pensamento de Almir de Andrade. Op. cit., p. 34.

²¹⁰ Sobre o assunto, entre outros, ver: LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papirus, 1986, principalmente, pp. 53-74. Na referida obra, o autor analisa a relação entre a produção histórica de Cassiano Ricardo e o apoio intelectual para a legitimação do Estado Novo no Brasil.

²¹¹ VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 153.

²¹² VELLOSO, Monica Pimenta. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. Op. cit., pp. 156-157.

²¹³ Sobre o projeto educacional do Estado Novo brasileiro, Monica Pimenta Velloso – pesquisadora da Fundação Casa de Rui Barbosa – faz a ressalva de que dentro deste “há que se distinguir dois níveis de atuação e estratégia: o do Ministério da Educação (dirigido por

Vargas – realizada entre os anos de 1938 e 1939 – figurava o de neutralizar a influência externa, principalmente aquela existente nas colônias de imigrantes do Rio Grande do Sul e Santa Catarina, onde a presença de estrangeiros descendentes de alemães, italianos e japoneses era mais acentuada²¹⁴. A adoção dessa medida de segurança visava proibir “o ensino em línguas estrangeiras – posteriormente, numa extensão desse princípio, apenas brasileiros poderiam ser proprietários de escolas – e o português se tornava língua oficial de todas as cerimônias públicas, ainda que não oficiais”²¹⁵. Tanto que, em 1939, o Ministro Capanema reforça o processo de nacionalização compulsório das chamadas escolas estrangeiras²¹⁶ – aquelas ligadas às colônias de imigrantes – tornando “intolerável, naquele contexto, a idéia de dupla filiação étnica, pois um indivíduo só podia ser cidadão brasileiro se demonstrasse seus vínculos culturais com a nacionalidade brasileira”²¹⁷.

A contradição empreendida por Getúlio Vargas durante o Estado Novo, tendo em vista que, de forma paradoxal, ele por um lado exerce um governo

Gustavo Capanema) e o do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) (encabeçado por Lourival Fontes). Entre essas entidades ocorreria uma espécie de divisão do trabalho, visando a atingir distintas clientelas: o Ministério Capanema volta-se para a formação de uma cultura erudita, preocupando-se com a educação formal; enquanto o DIP buscava, através do controle das comunicações, orientar as manifestações da cultura popular. Essa diversidade de orientação na política cultural transparece na própria composição dos intelectuais nos referidos organismos. O Ministério Capanema reunia um grupo ligado à vanguarda do movimento modernista: Carlos Drummond de Andrade (chefe do gabinete), Lúcio Costa, Oscar Niemeyer, Cândido Portinari, Mário de Andrade. Bem diferente era a composição em torno de Lourival Fontes, que incluía nomes como o de Cassiano Ricardo, Menotti Del Picchia e Cândido Motta Filho. Intelectuais esses conhecidos pelo pensamento centralista e autoritário, que viria a imprimir um rígido controle dos meios de comunicação. É esse grupo que vai dar as linhas mestras da política cultural direcionada às camadas populares”. *Ibidem*, pp. 149-150.

²¹⁴ Em 18 de abril de 1938, Getúlio Vargas assina um decreto proibindo a existência de qualquer atividade política relacionada aos estrangeiros, fato que origina intensos protestos por parte de Karl Ritter, embaixador alemão no Brasil, reclamando contras as medidas antigermânicas e a proibição de funcionamento do Partido Nazista (NSDAP). GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2000, p. 112.

²¹⁵ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Op. cit., p. 35.

²¹⁶ Com relação ao processo de nacionalização compulsório, Ângela de Castro Gomes deixa claro que não era algo novo, pois “já havia, portanto, um processo de nacionalização em curso quando, em 1938, foi criada uma Comissão Nacional do Ensino Primário, que teve como uma de suas principais atribuições a nacionalização do ensino nos núcleos estrangeiros. A diferença entre a nacionalização que vinha ocorrendo e aquela que passou a ocorrer em 1938, estava menos no que se fazia do que no como se fazia”. GOMES, Ângela Maria de Castro. *A escola republicana: entre luzes e sombras*. In: GOMES, Ângela Maria de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Getúlio Vargas, 2002, p. 423.

²¹⁷ *Idem*, p.424.

centralizador e autoritário e, por outro, passa a realizar ações que coíbem a atividade de grupos seguidores de uma orientação semelhante – como é o caso das colônias de imigrantes no sul do país – leva o governo dos Estados Unidos a executar uma hábil política de reaproximação²¹⁸. Getúlio Vargas, por sua vez, ciente da importância que o apoio do Brasil representa, principalmente no que diz respeito ao oferecimento de espaços para a implementação de bases militares no nordeste brasileiro, executa um hábil jogo de interesses (ver início do capítulo 5), ora dando demonstrações de apoio ao governo alemão, ora voltando-se aos Estados Unidos. Entretanto, em decorrência de interesses econômicos e políticos, o governo brasileiro executa uma guinada de posicionamento e acaba optando pelo apoio – ligação – aos americanos. Como resultado direto deste novo posicionamento, o eixo comercial deixa de ser a Europa e os Estados Unidos assumem uma posição de preponderância. De acordo com Cláudia Mara Sganzela,

o período que se encerrou em outubro de 1938 constituiu um momento de mudanças da posição brasileira em relação aos Estados Unidos, à Alemanha e à Itália. Com a influência americana em ascensão, as relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e a Itália passaram do primeiro ao segundo plano, declinando rapidamente, a seguir, na medida em que a guerra afastou o Brasil da Europa²¹⁹.

Todavia, o afastamento da política getulista em relação ao continente europeu não é total, pois no que se refere à Portugal, na prática, o que se verifica é exatamente o contrário, tendo em vista que a partir da implantação do Estado Novo nos dois países há o desenvolvimento de todo um processo de

²¹⁸ Não se pretende cometer um ato de absoluta ingenuidade a ponto de se imaginar que a aproximação dos Estados Unidos para com o Brasil ocorre somente em decorrência desta “abertura” executada por Getúlio Vargas. Na verdade, os interesses são mais profundos e compreendem a necessidade que os americanos têm de conter o avanço alemão na América, pois “a imprensa alemã teria divulgado as teorias e as simpatias de Plínio Salgado pelo nazismo e com a preparação do golpe de meio de 1938 esperava-se tirar o mais importante país da América do Sul da órbita americana. Mesmo que a colaboração alemã na intentona integralista não tenha sido tão ampla quanto a imprensa internacional propalou na época, não há dúvida de que houve encontros entre as mais altas autoridades nazistas e integralistas, ‘para a entrega de armas e a elaboração de planos golpistas’”. GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 122. (Documenta SC, 1)

²¹⁹ SGANZERLA, Claudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: Ed. da UPF, 2001, p. 76.

reaproximação entre Brasil e Portugal, com grande destaque para a esfera cultural, culminando, inclusive, com a assinatura de um acordo abrangendo esta área, em 1941.

2.2 Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941

A aproximação cultural entre Brasil e Portugal não era uma idéia nova. Muito pelo contrário, desde o princípio do século XX, algumas personalidades portuguesas e brasileiras buscavam o estreitamento das relações entre os dois países e, para isso, ocorriam negociações visando a associação luso-brasileira. A mola propulsora deste processo foi a falta de conhecimento do livro brasileiro em Portugal, fato que levou o ensaísta e diplomata Jaime Batalha Reis, no início do século XX, a chamar para si a responsabilidade de ocasionar o descobrimento da literatura brasileira em terras portuguesas, argumentando que “entre as muitas coisas importantes e urgentes a fazer em Portugal avulta, quanto a mim – como uma das mais importantes e urgentes -, o mostrar aos Portugueses a existência, por a grande maioria deles apenas suspeitada, dum ‘Novo Mundo’”²²⁰.

Assim, como se pode constatar, Portugal tomou a dianteira do movimento. Neste sentido, uma das primeiras medidas de reaproximação constituiu uma iniciativa portuguesa por meio da Sociedade de Geografia de Lisboa. A referida sociedade tinha à frente de sua direção a figura do português Zophimo Consiglieri Pedroso, um dos principais defensores do estreitamento das relações entre Brasil e Portugal²²¹. Nessa mesma linha, em 25 de abril de

²²⁰ REIS, Jaime Batalha. *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988, p. 47. A citação destacada fazia parte de um ensaio encaminhado à segunda série da revista portuguesa *Serões*. Todavia, não chegou a ser publicado em razão do seu diretor, Alberto de Oliveira, ter se desligado das suas atividades e o ensaio ter permanecido perdido durante muito e vindo a ser, finalmente, publicado em 1988, pelas Publicações Dom Quixote.

²²¹ Em 10 de novembro de 1909, Consiglieri Pedroso e, posteriormente, Escragnoille Dória, em 23 do mencionado mês, realizaram conferências junto à Sociedade de Geografia, apresentando algumas sugestões sobre o estudo e aproximação das relações entre portugueses e brasileiros. De forma sintética, suas idéias eram de que “1. Os problemas luso-brasileiros deveriam ser estudados e tratados por uma comissão mista; 2. Realização periódica de congressos em Lisboa e no Rio de Janeiro, destinados à ventilação destes problemas; 3. Conclusão dum tratado de arbitragem internacional; 4. Tratado de comércio; 5. Criação duma

1910, o brasileiro Eugênio Egas proferiu uma palestra na Sociedade de Geografia, abordando o tema “Portugal-Brasil: a iniciativa de Consiglieri Pedroso vista de lá para cá”. Contudo, em virtude do falecimento de Pedroso, os planos de aproximação luso-brasileira arrefeceram e precisaram de uma nova conjuntura para a sua efetivação.

O escritor e diplomata Alberto de Oliveira era um dos maiores entusiastas da aproximação luso-brasileira, tanto que a 11 de novembro de 1915, por ocasião de uma sessão da Academia das Ciências de Lisboa, Oliveira recomendou aos poderes públicos a criação da cadeira de História, Geografia e Literatura brasileiras em uma das Faculdades de Letras de Portugal²²². Mais tarde, em dezembro do mesmo ano, Oliveira também comunicou que estava tomando providências junto às autoridades responsáveis para estabelecer uma cadeira de estudos brasileiros, na Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa. A partir deste momento, o projeto contou com o apoio de inúmeras instituições e pessoas com interesse no assunto, como o Presidente da República portuguesa, Bernardino Machado e o Chefe do Governo, Afonso Costa, tanto que o Ministro da Instrução Pública, Pedro Martins, e o Secretário-Geral do Ministério apresentaram ao Parlamento português um projeto de lei visando tal intento, sendo que o mesmo foi aprovado por unanimidade²²³.

Este cenário mais favorável ao estreitamento das relações luso-brasileiras – muito embora ainda sob forte inspiração lusa – leva Alberto de Oliveira ainda a pleitear junto à Academia Brasileira de Letras para que a referida cadeira fosse “regida por um brasileiro de alta categoria intelectual,

carreira de navegação luso-brasileira; 6. Estabelecimento de entrepostos centrais para o intercâmbio comercial; 7. Construção, em Lisboa e no Rio, de palácios destinados à exposição contínua e venda de produtos das duas nações; 8. Harmonização e unificação, tanto quanto possível, da legislação civil e comercial, comum a portugueses e brasileiros; 9. Aproximação intelectual, científica, literária e artística, conferindo aos professores dos dois países os mesmos direitos e equivalências dos seus títulos; 10. Visitas de individualidades intelectuais, industriais e comerciais; 11. Criação duma revista luso-brasileira; 12. Intensificação das relações entre jornalistas, editores, acadêmicos, desportistas, etc., portugueses e brasileiros; 13. Fundação de bolsas de estudo mútuas”. In: *Boletim da Sociedade de Geografia de Lisboa*. Janeiro de 1910, pp. 7-9.

²²² MAGALHÃES, José Calvet de. As relações Brasil-Portugal de 1895 a 1953. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas*. As relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Op. cit., p. 358.

alguém que trouxesse ainda nos lábios o perfume da terra brasileira”²²⁴. Miguel Calmon foi a primeira figura brasileira a ser convidada para reger a disciplina; entretanto, em virtude da participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, não teve condições de se deslocar até Portugal. Após o término do conflito mundial, a Academia Brasileira de Letras designou Coelho Neto para o exercício da docência da disciplina Estudos Brasileiros, contudo, este não aceitou o convite. O historiador Oliveira Lima foi o segundo convidado e, em 9 de junho de 1923, inaugurou a regência da disciplina²²⁵. Posteriormente, o Dr. Manuel de Souza Pinto, que nasceu no Brasil, mas tinha sido educado em Portugal, assumiu a cadeira e a regeu até o ano de sua morte, em 1934²²⁶. Sobre a importância da regência da referida disciplina, José Calvet de Magalhães esclarece que:

*O ensino da literatura brasileira nas Faculdades de Letras de Portugal promoveu, naturalmente, o seu conhecimento, não apenas nos meios universitários portugueses, mas de uma forma geral em todo o país. A par com o ensino acadêmico, a divulgação da vida literária brasileira em Portugal foi igualmente promovida por alguns homens de letras portuguesas dedicados à promoção das relações políticas e culturais luso-brasileiras*²²⁷.

Posteriormente, a visita oficial do Presidente da República portuguesa, Antônio José de Almeida, em 1922 – por ocasião das comemorações do primeiro centenário da Independência Brasileira –²²⁸, dinamizou ainda mais as

²²³ Idem. Ressalta-se que o referido projeto resultou na Lei número 586, de 12 de junho de 1916.

²²⁴ ALBUQUERQUE, Mário de. In: Revista *Atlântico*, N° 4, 1943, p. 148.

²²⁵ ALBUQUERQUE, Mário de. In: Revista *Atlântico*, N° 4, 1943, p. 148.

²²⁶ Após a morte de Souza Pinto, Mário de Albuquerque regeu a cadeira até 1957, momento em que a disciplina passou a ser designada como Literatura Brasileira e ficou sob a responsabilidade de Vitorino Nemésio até 1971. Sobre este assunto, entre outras obras, ver: SARAIVA, Arnaldo. *Meio século de estudos brasileiros na Universidade Portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras, 1974.

²²⁷ MAGALHÃES, José Calvet de. As relações Brasil-Portugal de 1895 a 1953. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro. Op. cit., p. 359.

²²⁸ Além do Presidente português e do Ministro dos Negócios Estrangeiros, José Maria Barbosa de Magalhães, a comitiva presidencial era formada, entre outros nomes, por Antônio Luís Gomes, reitor da Universidade de Coimbra; Jaime Cortesão, diretor da Biblioteca Nacional de

negociações relativas à aproximação entre os dois países, no momento em que assegurou a assinatura de um Acordo Literário envolvendo Brasil e Portugal, no Rio de Janeiro, em 26 de setembro do mesmo ano²²⁹ e um Acordo Postal dois anos depois, em outubro de 1924²³⁰. Este acordo postal constituiu-se em peça fundamental no processo de estreitamento das relações culturais entre Brasil e Portugal, pois dinamizou o câmbio da produção literária luso-brasileira no momento em que diminuiu os custos de exportação, na medida em que determinava: “os livros brochados ou encadernados e os jornais e revistas expedidos pelos respectivos editores, de cada um dos países contratantes, com destino ao outro, gozarão da redução de 50 por cento sobre as taxas internacionais em vigor”²³¹.

Passado algum tempo, em maio de 1936, com o ressurgimento da Academia Portuguesa de História²³², os contatos luso-brasileiros aumentaram por meio de uma real aproximação entre o Instituto Histórico e Geográfico

Lisboa; Francisco Antônio Correia, diretor do Instituto Superior de Comércio; e João de Barros, secretário-geral do Ministério da Instrução Pública. Com relação ao atrapalhado episódio da vinda desta comitiva presidencial, José Calvet de Magalhães informa que “a delegação portuguesa embarcou em Lisboa, no dia 28 de agosto, no paquete Porto, pertencente aos Transportes Marítimos do Estado, que, em virtude de vários contratamentos, em lugar de chegar ao Rio de Janeiro antes do dia 7 de setembro, chegou apenas a 17 desse mês. Além de várias avarias, verificou-se depois da partida que o carvão fornecido ao navio era de inferior qualidade, não permitindo que ele atingisse a velocidade necessária e prevista para chegar à capital brasileira a tempo da inauguração solene das comemorações”. Idem, pp. 270-271.

²²⁹ “A 26 de setembro de 1922 assinou-se no Rio de Janeiro uma Convenção Especial sobre propriedade literária e artística, na base de absoluta reciprocidade. Negociaram-na o Dr. José Maria Vilhena Barbosa de Magalhães, ministro dos Negócios Estrangeiros, por parte de Portugal; e o Dr. José Manuel Azevedo Marques, ministro de Estado das Relações Exteriores, por parte do Brasil”. REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1965, p. 114.

²³⁰ Assinado em Lisboa, o acordo foi negociado por Antônio Maria da Silva e Adalberto da Costa Veiga – representantes portugueses – e por José Henrique Aderne, da representação brasileira. Idem.

²³¹ *Tratados e Actos Internacionais: Brasil-Portugal*. Lisboa: Embaixada do Brasil, 1962, pp. 158-159.

²³² Sobre a recriação da Academia Portuguesa de História, a historiadora Lucia Maria Paschoal Guimarães informa que ocorreu “em 19 de maio de 1936, pelo decreto-lei nº 26611. Sua origem remonta à antiga Academia Real de História Portuguesa, estabelecida em Lisboa, por decreto de D. João V, de 8 de dezembro de 1720, com a divisa *Restituet omnia*. Localizada no palácio dos duques de Bragança, era formada por 50 acadêmicos de número, incumbidos de escrever a história eclesiástica, militar e civil do Reino. A partir de 1736 entrou em decadência, extinguindo-se cerca de meio século mais tarde”. GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Festa portuguesa no IV Congresso de História Nacional: a comemoração dos quatrocentos anos da fundação da cidade de Salvador (IHGB, 1949). In: *2º Colóquio do PPRLB: Relações Luso-Brasileiras: deslocamentos e permanências*, 2004. Rio de Janeiro. Anais do 2º Colóquio do

Brasileiro e Academia Portuguesa de História, tendo em vista que dentro do quadro efetivo desta instituição – que era de 50 titulares – o Brasil dispunha de 10 lugares para acadêmicos de nacionalidade brasileira²³³.

Nesta mesma direção, também, merece destaque o fato de que em abril de 1937, criou-se dentro da Sociedade de Geografia Portuguesa um Centro de Estudos Brasileiros, sob a presidência do Conde de Penha Garcia e a vice-presidência do Coronel Mimoso Guerra. O Centro de Estudos objetivava “promover a realização de congressos luso-brasileiros e fornecer informações a agências de turismo e viagens sobre a organização de excursões ao Brasil”²³⁴ e era composto por sete comissões. A saber: 1. Estudos culturais brasileiros; 2. Intercâmbio intelectual e artístico luso-brasileiro; 3. Intercâmbio econômico luso-brasileiro; 4. Relações comerciais marítimas e aéreas, postais e telegráficas; 5. Recepção; 6. Turismo; 7. Imprensa e propaganda²³⁵.

Portanto, não restam dúvidas de que em outubro de 1937, às vésperas do decreto do Estado Novo brasileiro, as relações entre Brasil e Portugal, pelo menos no plano cultural, começaram a adquirir forma e, é claro, que com a outorga da Constituição de 1937, as afinidades ideológicas entre os dois países tendem a viabilizar, ainda mais, o aprofundamento das relações luso-brasileiras. Neste sentido, a historiadora Lucia Maria Guimarães evidencia que a aproximação entre o Instituto Histórico e a Academia Portuguesa de História, às vésperas da implantação do Estado Novo no Brasil, foi beneficiada pelos contextos político-ideológicos semelhantes, tendo em vista que o governo brasileiro e português “respectivamente, desenvolviam políticas públicas direcionadas para a valorização da nacionalidade, apoiadas em determinadas concepções de história, que procuravam através do passado legitimar o

Programa de Pesquisa em Relações Luso-Brasileiras. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2004, p. 127.

²³³ Estes 10 assentos foram ocupados por sócios do Instituto Histórico. A saber: Conde de Afonso Celso, Max Fleiüss, Afonso d’Escragnole Taunay, Arthur Guimarães de Araújo Jorge, Francisco José de Oliveira Vianna, Gustavo Barroso, Júlio Afrânio Peixoto, Manuel Cícero Peregrino da Silva, Pedro Calmon e Rodolfo Garcia. *Boletim da Academia Portuguesa de História*. Lisboa: APH, 1º e 2º anos, 1937-1938.

²³⁴ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 116.

²³⁵ Idem.

presente”²³⁶. Não é de se estranhar, portanto, a associação destes dois importantes ícones da cultura luso-brasileira no sentido de produção de uma historiografia nacionalista²³⁷.

Seguindo a direção da aproximação luso-brasileira destaca-se, ainda, a conferência intitulada “Intercâmbio cultural entre Portugal e o Brasil”, proferida por Martinho Nobre de Mello, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, no salão da Biblioteca do Itamaraty, em primeiro de outubro de 1937. Esta palestra, além de inaugurar o ciclo de conferências estabelecido pelo Serviço Intelectual do Ministério das Relações Exteriores, foi a mola propulsora do estreitamento das relações luso-brasileiras²³⁸. Resumidamente, a conferência de Nobre, ao ensejar a união Brasil/Portugal, propunha:

- 1) *Câmbio de professores;* 2) *Câmbio de alunos;* 3) *Excursões de estudantes;* 4) *Cursos de férias;* 5) *Revistas a patrocinar;* 6) *Prêmios escolares;* 7) *Bolsas de estudo;* 8) *Serviços de informações culturais*²³⁹; 9) *Correspondência interescolar;* 10) *Empreendimentos vários em prol da língua, nomeadamente: a) Resolução definitiva da questão ortográfica; b) Publicação duma*

²³⁶ GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Festa portuguesa no IV Congresso de História Nacional. Op. cit., p. 128.

²³⁷ Sobre as ligações destes dois importantes Institutos com os seus respectivos governos, Lucia Guimarães informa que, no caso brasileiro, “o Instituto desenvolvia uma historiografia de cunho nacionalista, voltada para a formação dos sentimentos cívicos, baseada no culto às tradições e às figuras notáveis da pátria”. No que respeita ao caso português, a historiadora esclarece que “a Academia constituía um dos espaços de cariz nacionalista, estabelecidos pelo governo de Salazar nos anos de 1930, com vistas a uma releitura do passado, de acordo com os valores do regime”. Idem, GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Festa portuguesa no IV Congresso de História Nacional. Op. cit., p. 129.

²³⁸ A realização desta conferência confirma a hipótese de que a aproximação luso-brasileira ocorreu muito mais por influência portuguesa e que muito embora ela tenha sido articulada por membros das elites intelectuais de Portugal e do Brasil, constituiu fruto direto da intervenção dos Estados português e brasileiro. Tanto é verdade que José Osório de Oliveira, no artigo intitulado “Obreiros da aproximação” destaca que “o desejo de aproximação existia há muito, mas a falta de um instrumento oficial que lhes garantisse a eficácia e a continuidade fazia com que numerosos esforços para a conseguir se perdessem”. OLIVEIRA, José Osório de. Obreiros da aproximação. In: Revista *Atlântico*, Nº 2, 1942.

²³⁹ Explicando o funcionamento deste serviço, Nobre esclarece que “anexo às cadeiras de estudos portugueses nas universidades do Brasil e de estudos brasileiros de Portugal, funcionaria um serviço de informações culturais, dirigido pelos respectivos professores, mas permitindo um auxiliar especial, de reconhecida idoneidade, designado pelos respectivos governos, sob proposta daqueles professores. A projetada cadeira de Estudos Portugueses da Universidade do Brasil e a cadeira de Estudos Brasileiros de Lisboa teriam, em virtude da sua maior projeção, um serviço mais amplo de informações, anexo à sua função docente, e publicariam anualmente um boletim com o resumo de toda a atividade intelectual portuguesa e brasileira no ano transato”. Idem.

*Gramática Luso-Brasileira da Língua Portuguesa; c) Teatro e cinema ao serviço da língua; d) Novo acordo postal; e) Câmaras de compensação de editores*²⁴⁰.

Com o avançar deste texto observar-se-á o quanto o conteúdo desta conferência influenciou na adoção de medidas para o estreitamento das relações culturais envolvendo Brasil e Portugal. Por ora cita-se o fato de que diante do interesse de Salazar na solidificação desta “comunidade luso-brasileira”, o presidente português, Oscar Carmona, encaminha um convite ao presidente Getúlio Vargas, convidando-o a participar das comemorações do duplo centenário português²⁴¹. Entretanto, argumentando o desenrolar da Segunda Guerra Mundial e suas conseqüências para o Brasil, Vargas declina do convite mas, envia a Portugal uma legação brasileira para representar o país nas comemorações centenárias da fundação e restauração de Portugal. Esta comissão era chefiada por José Pinto, da qual fazia parte, ainda, o ministro Caio de Melo Franco; ministro Edmundo da Luz Pinto; coronel Tristão de Alencar Araripe; major Afonso de Carvalho; Olegário Mariano; capitão Fleury, entre outros. Neste sentido, o Brasil participa dos eventos na condição de *nação irmã*, inclusive, a associação brasileira às grandes festividades portuguesas foi utilizada como “uma espécie de prova póstuma das nossas virtudes civilizadoras”²⁴², no dizer do historiador Fernando Catroga.

Em retribuição à presença da comissão brasileira, referida no parágrafo anterior, o governo luso envia ao Brasil uma Embaixada especial, que era chefiada por Júlio Dantas²⁴³ e composta, ainda, pelos seguintes membros: Dr.

²⁴⁰ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 117.

²⁴¹ As comemorações do duplo centenário português relacionavam-se à fundação de Portugal, em 1140, e à restauração da sua nacionalidade, em 1640, ou seja, comemorava-se a passagem dos 800 anos da fundação do Reino e o trecentésimo aniversário da Restauração Portuguesa. As festividades ocorreram no período de 2 de junho a 2 de dezembro de 1940 e o Brasil participou ativamente, principalmente no Congresso do Mundo Português e na Exposição Histórica do Mundo Português, sendo que, nesta última, foi o único país estrangeiro a ter representação e ocupou um pavilhão inteiro.

²⁴² CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORRAL, Luís Reis; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998, p. 7.

²⁴³ Júlio Dantas nasceu em Lagos, em 1876. Foi uma das mais destacadas figuras intelectuais de seu tempo, além de ter sido ministro português, foi poeta, dramaturgo, contista e historiador; sócio da Academia Brasileira de Letras e da Real Academia de Ciências Morais, de Madri; inspetor das bibliotecas e arquivos; publicou, entre outras, as seguintes obras de teatro: “O que

Augusto de Castro; Dr. Reinaldo dos Santos; Dr. Marcelo Caetano; Dr. João do Amaral, entre outros²⁴⁴. Como um resultado quase que direto destas tratativas, observa a realização do Congresso Luso-Brasileiro de História, em 1940, momento em que “pela íntima cooperação dos investigadores e dos historiógrafos portugueses e brasileiros, o esclarecimento e a unidade de interpretação dos fatos que importam aos três primeiros séculos da história gloriosa do Brasil, patrimônio comum”²⁴⁵ foram discutidos. A esta altura do texto, torna-se importante inferir que a difusão de eventos que permitam a reafirmação do discurso de afetividade, de reafirmação de um passado em comum entre os dois países é muito importante na medida em que permite ao governo português provar a sua eficiência em termos de administração colonial, pois não se pode ignorar que, ao final da década de 1940, a manutenção das colônias portuguesas torna-se cada vez mais difícil, tendo em vista o avanço do processo de descolonização advindo, sobretudo, das mudanças estabelecidas pelo desenrolar da Segunda Guerra Mundial. Aliás, a aproximação luso-brasileira, também, é importante na medida em que pode propiciar a Portugal uma aliança no sentido de proteção ao império colonial português. Portanto, dentro deste contexto, fica justificada a fundação da Associação dos Amigos de Portugal, em 15 de maio de 1940, no Rio de Janeiro, cujos objetivos eram: “a) fazer a exaltação do que fomos, para dignificar o que somos; b) contribuir para a defesa do grupo étnico luso-brasileiro; c) intensificar o enriquecimento da língua portuguesa; d) cooperar na valorização do pensamento luso-brasileiro”²⁴⁶.

A imprensa brasileira, em sua maioria, noticiou a vinda da “embaixada cultural”, chefiada por Júlio Dantas, de forma muito positiva – até porque era controlada pela censura da ditadura varguista, da qual, não se pode esquecer,

morreu de amor”, “A Severa”, “Rosas de todo o ano” e “Carlota Joaquina”. Também publicou livros de versos como “Nada” e “Sonetos”; os volumes de estudo ou de orientação histórica como “Pátria Portuguesa”, “Outros tempos”, “Figuras de ontem e de hoje”; além de traduções e adaptações, teses médicas e inúmeros discursos acadêmicos. Revista *Atlântico*, Nº 2, 1942, p. 371.

²⁴⁴ Jornal *Diário de Governo*, Lisboa, em 4 de julho de 1941, p. 2.

²⁴⁵ DANTAS, Júlio. Discurso. In: *Anais das bibliotecas e arquivos*. Lisboa: v. XV, 1940, p. 17.

²⁴⁶ Estatutos da Associação, 2º artigo. Anexo ao Ofício nº 228, do Consulado de São Paulo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de maio de 1941. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233.

pertenciam os principais articuladores da aproximação luso-brasileira²⁴⁷. Entretanto, o maior produto deste encontro foi a assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro²⁴⁸, no Rio de Janeiro, a 4 de setembro de 1941²⁴⁹.

Em linhas gerais, o Acordo Luso-Brasileiro visava uma colaboração cultural mais efetiva entre os dois países com vistas à difusão de suas culturas e, para a efetivação desses objetivos ficaram encarregados, respectivamente, os “organismos oficiais a quem incumbe nos dois países a orientação dos serviços de propaganda”²⁵⁰, ou seja, em Portugal, ao Secretariado de Propaganda Nacional (SPN), dirigido por Antônio Ferro²⁵¹ e, no Brasil, ao Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), sob a orientação de Lourival Fontes, como determinava o primeiro artigo do Acordo Cultural ao estabelecer que seria “criada na sede do SPN uma seção especial brasileira, da qual fará parte a título permanente um delegado do DIP, assim como uma seção especial portuguesa, da qual fará parte um delegado do SPN”²⁵².

²⁴⁷ Neste sentido cabe destacar um trecho do artigo intitulado Brasil e Portugal, publicado no jornal *Globo*, onde se lê: “Júlio Dantas é justificadamente um dos escritores portugueses mais conhecidos e apreciados no Brasil. Só por si, sua presença constituirá um acontecimento notável em nossa vida cultural. No entanto, ele volta agora ao Brasil chefiando uma embaixada em que se reúnem alguns outros dos mais altos expoentes da cultura lusitana neste momento”. Jornal *O Globo*, São Paulo, em 7 de agosto de 1941.

²⁴⁸ O jornal português *A Voz*, órgão de propaganda do governo de Portugal, logo após a assinatura do Tratado Cultural Luso-Brasileiro de 1941, publica um artigo intitulado Brasil-Portugal onde apresenta o fato como um fruto resultante da iniciativa portuguesa e de outras ações, pois “o primeiro passo para este entendimento mútuo deu-o o diretor do S.P.N. com a sua viagem ao Brasil. Este entendimento é fruto de muitos outros passos anteriores. Quando a embaixada brasileira presidida pelo general Francisco Jose Pinto veio a Portugal representar a grande Nação sul-americana nas festas da raça comum, sentiu-se que havia entre as duas margens do Atlântico Sul um espírito novo, uma séria e firme vontade de entendimento. A visita da Embaixada Especial portuguesa ao Brasil deu ensejo a manifestações magníficas dum entendimento que esperava apenas realizações imediatas para se traduzir em fatos de real e tangível vantagem”. Jornal *A Voz*, Lisboa, em 11 de setembro de 1941, p. 4.

²⁴⁹ O acordo foi firmado mediante a presença do Presidente Getúlio Vargas, Dr. Lourival Fontes, Diretor do Departamento de Imprensa e Propaganda do Brasil e Antônio Ferro, Diretor da Emissora Nacional e do Secretariado de Propaganda Nacional de Portugal.

²⁵⁰ Trecho do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941. Revista *Atlântico*, Nº 2, 1942.

²⁵¹ Antônio Ferro (1895-1956) constitui uma figura de destaque no cenário cultural português do século XX. Foi editor da revista *Orpheu* e jornalista nos periódicos *O Jornal*, *O Século* e *Diário de Notícias*; além dessas atividades, dirigiu a revista *Ilustração* e fundou a revista *Panorama* e *Atlântico*. Grande admirador do fascismo italiano – assim como de outros regimes ditatoriais da época – e aliado pessoal de Salazar, foi o responsável pela criação do Secretariado da Propaganda Nacional (SPN), órgão responsável pela propaganda do regime salazarista.

²⁵² Trecho do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941. Revista *Atlântico*, Nº 2, 1942.

Como justificativa oficial para a implantação destas seções foi utilizado o argumento de que elas deveriam “assegurar e promover”, de todas as formas possíveis, a difusão da cultura dos dois países, principalmente, ao propiciarem “o intercâmbio e publicação de artigos inéditos de escritores e jornalistas brasileiros e portugueses na imprensa dos dois países”²⁵³. Entretanto, na prática, o que se pode verificar é que estas seções atuaram muito mais no sentido de limitar manifestações contrárias ao Estado Novo português e brasileiro, além de difundirem o ideal estadonovista luso-brasileiro. No caso português, mais especificamente, há claramente a adoção de uma política de “vigilância” e até mesmo de censura, traços típicos dos governos autoritários, em relação às notícias veiculadas no Brasil. Este pensamento fica claro na medida em que Portugal coíbe a divulgação de qualquer notícia que macule a sua política atlântica, como se constata a seguir: “como nós exercemos uma espécie de censura amistosa na imprensa local, – por quanto a censura oficial praticamente não existe, tendo ficado sujeita ao critério da Associação Paulista de Imprensa, – conseguimos a não publicação daquele artigo”²⁵⁴.

O artigo referido acima fazia referência à política atlântica seguida por Portugal e seria publicado no jornal *A Gazeta*, do Rio de Janeiro, caso não houvesse a interferência do seu diretor, o Sr. Cásper Líbero. O mesmo ofício ainda demonstra que este tipo de ação é uma prática comum, tendo em vista que “em dois meses, é este o terceiro artigo cuja publicação dificultamos, sendo os dois anteriores: um contra a ação do Sr. Antônio Ferro no Brasil e, o outro, contra os regimes políticos lusitano e espanhol, acusando-se asperamente o General Franco”²⁵⁵. O reclamante ainda tece críticas à política brasileira adotada em relação aos países neutros e ao fato do Brasil estar voltado quase que exclusivamente para a difusão do seu nacionalismo:

É inegável que há uma campanha contra os países neutros e principalmente, coloniais, e revela-se a

²⁵³ Letra “a” do 2º artigo do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941. Idem.

²⁵⁴ Ofício nº 823, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 13 de novembro de 1941. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233A. O grifo consta no original.

²⁵⁵ Ofício nº 823, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 13 de novembro de 1941, p. 2. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233A. O grifo consta no original.

*existência dum grupo de intelectuais residentes no Rio de Janeiro, mantendo ramificações em São Paulo, onde contam com a displicência da DEIP que só se interessa pela propaganda de política nacional*²⁵⁶.

A assinatura do tratado cultural de 1941 foi recebida com grande entusiasmo pelo círculo político e literário de Portugal²⁵⁷. Os jornais lisboetas divulgaram amplamente a notícia, principalmente por ser concebida como “o coroamento magnífico da obra diplomática que ambos os governos vêm realizando **nestes últimos anos**”²⁵⁸. É interessante observar a parte final da citação, pois ela não deixa dúvidas no que se refere ao fato da aproximação luso-brasileira ter adquirido forma justamente no momento em que Brasil e Portugal são gerenciados pela política do Estado Novo.

No Brasil, a documentação analisada também revela os acontecimentos decorridos no período e os bastidores da política varguista adotada à época. É fato que nem todos receberam de “bom grado” a adoção do acordo cultural luso-brasileiro, muito pelo contrário, este acontecimento gerou a movimentação daqueles contrários à idéia e dos opositores ao regime do Estado Novo²⁵⁹. Um exemplo desse posicionamento é a circulação, talvez uma nova edição, do livro “A Mulata”, do escritor português Carlos Malheiros Dias. Tanto é que a polícia brasileira entra em ação e apreende o romance. Aliás, a notícia acaba desencadeando forte reação da comunidade portuguesa e a publicação do artigo de Costa Porto intitulado “aproximação luso-brasileira” no jornal *Folha da Manhã*, de Recife, onde ele escreve que “encaro com tristeza a idéia de reeditar Malheiros Dias, cujos insultos atirados a nossa raça, às nossas famílias (...) devem ser analisados como uma nota destoante na obra de fraternização a que nos entregamos”²⁶⁰.

²⁵⁶ Idem, p. 2.

²⁵⁷ Ofício da Embaixada Brasileira em Lisboa, em 15 de setembro de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

²⁵⁸ Idem. O grifo não consta no original.

²⁵⁹ Ofício nº 118, do Consulado de Pernambuco ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 18 de dezembro de 1941. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

²⁶⁰ Jornal *Folha da Manhã*, Recife, em 18 de dezembro de 1941, p 3.

A aproximação cultural luso-brasileira possibilitou, ainda, a Portugal uma oportunidade para neutralizar a oposição ao seu governo no Brasil, ao mesmo tempo em que tornou possível a ocupação de espaços importantes, como o meio literário, para a difusão de sua cultura²⁶¹. Um exemplo desta postura constitui a realização da Exposição e Quinzena do Livro Português, atividade realizada no Rio de Janeiro, em novembro de 1941, por iniciativa da Casa do Livro de Lisboa. Para a exposição, que aconteceu na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, foram solicitados “livros ou publicações que possam, uma vez distribuídos por intelectuais, facilitar no Brasil o conhecimento e a difusão da cultura portuguesa”²⁶². Por isso, seguindo a orientação contida no primeiro artigo do Acordo Cultural, foi inaugurada por Antônio Ferro, na Biblioteca Nacional, no Rio de Janeiro, em 8 de dezembro de 1941, a primeira exposição do livro português²⁶³. Posteriormente, em 14 de abril de 1942, Antônio Ferro, com a assistência do Embaixador do Brasil no Rio de Janeiro, Dr. Artur Guimarães de Araújo Jorge, inaugurou a Seção Brasileira do SPN. Anos mais tarde, em dezembro de 1948, Ferro recordaria os feitos da secção de intercâmbio luso-brasileiro do SPN ao relatar os seus maiores empreendimentos para a aproximação luso-brasileira:

...sessões públicas, conferências, concertos, revista Atlântico de colaboração com o D.I.P. e hoje com a Agência Nacional, coleção Atlântico, coleção Documentos que interessam ao Brasil e Portugal (...), outras publicações, Prêmio Pero Vaz de Caminha, criação de uma pequena biblioteca brasileira, recepção a todos os brasileiros representativos chegados a Portugal

²⁶¹ Neste sentido, cabe destacar o trabalho desenvolvido pelos Consulados portugueses no Brasil, principalmente o de São Paulo e Rio de Janeiro. Como exemplo desta atuação cita-se um trecho do telegrama número 122 da Embaixada do Rio de Janeiro, onde o Embaixador fazendo referência às notícias veiculadas na imprensa local referentes à neutralidade portuguesa no conflito da Segunda Guerra, destaca que “julgo assim definitivamente encerrado o período incompreensão nossa política internacional que fui pacientemente desfazendo já com pertinaz atuação todos os meios já 1) com discurso no Estádio Vasco da Gama para classe popular; 2) discurso no Ministério das Relações Exteriores por ocasião acordo telegráfico destinado círculos oficiais; 3) alocução na Academia para elite intelectual”. Telegrama nº 111, da Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, em 29 de julho de 1943. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233.

²⁶² Ofício nº 127, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 6 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233.

²⁶³ Como complemento a esta medida, posteriormente surgiria o estabelecimento *Livros de Portugal*, na rua Ouvidor, no Rio de Janeiro.

desde esse momento, a altas figuras da colônia portuguesa, colaboração com todas as iniciativas oficiais ou privadas para intensificação das nossas relações culturais, programas de rádio, envio de filmes para o Brasil, milhares de recortes da imprensa brasileira, distribuídos às entidades interessadas, milhares e milhares de informações sobre o Brasil dadas verbalmente ou por correspondência, etc., etc. Por seu lado, a Seção Portuguesa do D.I.P., sob a orientação inteligente, sensata, diplomática, do Visconde de Carnaxide, fez o que pode – e fez muito – em estreita colaboração com a Federação das Associações Portuguesas num período agitado da vida brasileira onde a discricção se confundia, muitas vezes, com a melhor e mais eficaz atividade²⁶⁴.

Atividade semelhante a anterior – também voltada ao estreitamento das relações culturais entre Brasil e Portugal – foi a Primeira Quinzena do Livro Português em Recife²⁶⁵. Esta constituiu uma iniciativa do livreiro José Saraiva de Freitas, apoiada pelo cônsul português na capital, o Sr. Manoel Anselmo. A comissão de organização do evento era composta pelo vice-cônsul Jaime Santos, padre Zacarias Tavares, Ernesto Leça, capitão Camilo Coelho e Antônio de Abreu Castelo Branco. De Recife, alegando a busca de um espaço maior para o livro português, o livreiro José de Freitas estendeu a exposição até outras capitais nordestinas, como Paraíba e Natal, por entender que:

o livro português não encontrou ainda no Brasil o lugar que merece. Tem falta de interesse do livreiro sobre ele. Em matéria de literatura portuguesa teima-se em ficar no Eça, e no Camilo, no Iberalano. A nova geração permanece esquecida. O Norte do Brasil não pode ficar

²⁶⁴ FERRO, Antônio. *Estados Unidos da Saudade*. Lisboa: Literatura Estrangeira, 1949, pp. 9-10.

²⁶⁵ O estudo da documentação trocada entre os dois países permite inferir quais são os maiores entraves à divulgação do livro no Brasil, tendo em vista que “as maiores dificuldades são direitos autorais urgindo conseguir que Luís Crespo autorize imediata edição obras seu pai com largo estudo crítico de Afrânio acompanhado carta fotos inéditas. Também urgente motivo próximo centenário obter autorização edições brasileiras obras Antero Quental com estudo crítico Manuel Bandeira sendo preciso procurar Couto Martins atual proprietário direitos. Assim poderiam publicar-se já duas obras grande alcance além outras no prelo como Pegrinação Mendes Pinto Cancioneiro Português, Elogio José Bonifácio por Latino Coelho”. Telegrama nº 63, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 27 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

*indiferente a esse movimento que logra extraordinário êxito no Rio de Janeiro*²⁶⁶.

Num primeiro momento pode parecer que as exposições do livro português no Brasil constituem uma simples atividade de intercâmbio entre os dois países. Contudo, os fatos não são bem assim. Uma análise mais aprofundada da correspondência trocada entre o Consulado de Portugal, em São Paulo, e o diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, Antônio Ferro, permite inferir que a difusão do livro português no Brasil, além de constituir um espaço para a sua comercialização e, portanto, uma oportunidade de ampliação do mercado consumidor deste produto (veja-se o item 2.5, onde é feita a análise do Acordo Postal assinado entre os dois países), visava, também, “contrabalançar a influência da cultura norte-americana”²⁶⁷, a qual se encontrava cada vez mais presente e atuante no país.

Com relação a este ponto merece destaque o fato de que, diante das vicissitudes do Estado Novo português, as exposições do livro português tinham, ainda, a dupla responsabilidade de contribuir para a difusão da cultura portuguesa e, de forma “dissimulada”, atuar como uma atividade doutrinadora da colônia portuguesa aqui residente, ou seja, as atividades culturais aqui desenvolvidas constituíram a forma encontrada por Portugal para executar uma espécie de legitimação do seu governo e difusão da sua doutrina ideológica, cujo alvo principal era constituído pela colônia portuguesa residente no Brasil.

2.3 O Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941 frutifica: criação da Revista *Atlântico*

A criação da revista *Atlântico*, em 1942, constituiu uma das ramificações do acordo cultural firmado entre Brasil e Portugal, no ano anterior, e consistiu num dos passos mais proeminentes para o estreitamento das relações luso-

²⁶⁶ Jornal *Diário da Manhã*, Recife, em 8 de novembro de 1942, p. 4.

²⁶⁷ Ofício nº 175, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 5 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233A.

brasileiras durante o Estado Novo brasileiro²⁶⁸. Inclusive, a assinatura do Acordo Cultural de 1941 estimulou a circulação de inúmeras obras (aprovadas pela censura oficial dos dois países) que se relacionavam à história, cultura, literatura, etc. dos dois países. E, neste sentido, a *Atlântico* exerceu um papel de grande destaque.

A revista *Atlântico* possuía um caráter literário, artístico, histórico e cultural. Era publicada em dois números anuais²⁶⁹, em Portugal, e foi uma idealização de Antônio Ferro; como ele próprio afirmou, tinha como objetivo “revelar Portugal novo aos brasileiros. Revelar o novo Brasil aos portugueses”²⁷⁰. Contudo, há que se ter em mente que, com a política do nacionalismo em curso nos dois países, o principal objetivo da *Atlântico*, era a difusão recíproca da cultura nacional luso-brasileira e que, em diversas ocasiões, isto ocorre por meio da publicação de textos que destacam um passado em comum, ou, concretamente, pela reafirmação deste, conforme deixa transparecer um trecho do texto de Lourival Fontes (diretor do DIP), publicado no primeiro número da revista, em 1942:

Não é exato que se renovaram os laços de compreensão e solidariedade entre o nosso país e Portugal. Esses laços não foram nunca interrompidos. Nem mesmo nos momentos mais graves da nossa formação, os compromissos com a raça tronco, formadora da nossa, sofreram quaisquer abalos. Durante a fase colonial os nascidos no Brasil, (como se dizia, à data) já senhores duma consciência americana, encontraram nos elementos portugueses os companheiros de luta, sempre que a pirataria ameaçou a unidade das terras conquistadas. Acolhendo a corte metropolitana, em horas amargas, o Brasil evoluiu, de tal modo, que a ruptura dos laços políticos foi inevitável. Ninguém melhor compreendeu as circunstâncias históricas do que os astutos estadistas portugueses, que tinham permanecido

²⁶⁸ A revista *Atlântico* teve a circulação do seu primeiro número em 1942 e deixou de ser publicada em princípios da década de 50 do século XX.

²⁶⁹ Até a edição número quatro, no final de cada obra, havia as indicações bio-bibliográficas referentes aos novos colaboradores da revista, entretanto, a partir do número 5, este procedimento foi alterado, pois os editores da revista *Atlântico* tiveram “que desistir do propósito de informar os leitores do Brasil sobre os colaboradores portugueses por não podermos fornecer, aos leitores de Portugal, dados idênticos sobre os colaboradores brasileiros”. Notas da Revista *Atlântico*, Nº 5, 1944, p. 205.

²⁷⁰ Algumas palavras de Antônio Ferro. Apresentação da Revista *Atlântico*, Nº 1, 1942.

*aqui, promovendo a criação duma nacionalidade, pelo trabalho e pela pertinácia das iniciativas. Estas foram de tal natureza que, rotos os laços políticos, não se romperam os laços morais, logo depois robustecidos nos contágios de intensa imigração*²⁷¹.

Neste sentido, aponta-se, também, um discurso proferido pelo Embaixador do Brasil, João Neves da Fontoura, na sede do Secretariado de Propaganda Nacional, em 1941 (o destacado ato representava um gesto de retribuição à visita da comitiva portuguesa ao Brasil ocorrida anteriormente), momento em que Neves, fazendo referência ao acordo cultural de 1941, destaca que desta “memorável convenção resultaram novos e magníficos frutos para a obra de aproximação afetiva e intelectual entre os nossos países”²⁷². Na seqüência do discurso proferido pelo Embaixador brasileiro, ele ainda aponta a criação da revista *Atlântico* como a “mais bela revista até agora editada em língua portuguesa, e que, sob a invocação do oceano que nos separa, mas que também nos une, congrega uma plêiade dos mais autênticos valores literários do Brasil e de Portugal”²⁷³. O professor Mário de Albuquerque²⁷⁴, em um artigo intitulado “O papel das universidades na política atlântica”, ao defender uma “unidade de sentimento e de cultura” entre o Brasil e Portugal, também, reafirma que a união luso-brasileira é fundamental para o crescimento dos dois países e que o auxílio deve ser mútuo, afinal, “poucas famílias haverá em Portugal que não tenham um parente brasileiro (...); poucas famílias haverá no Brasil – salvo talvez em algumas ‘ilhas’ de população germânica – com mais de três gerações de enraizamento no solo brasileiro, que não tenham sangue português”²⁷⁵.

Como foi destacado no início deste capítulo, a criação da revista *Atlântico* consistiu no atendimento de um dos pontos especificados no acordo

²⁷¹ FONTES, Lourival. Unidade espiritual. Revista *Atlântico*, Nº 1, 1942, p. 1.

²⁷² FONTOURA, João Neves da. A realidade do Acordo Cultural. In: Prólogo da Revista *Atlântico*, Nº 2, 1942.

²⁷³ Idem.

²⁷⁴ Mário de Albuquerque era professor da cadeira de Estudos Brasileiros da Faculdade de Letras de Lisboa.

²⁷⁵ ALBUQUERQUE, Mário de. O papel das universidades na política atlântica. Revista *Atlântico*, Nº 2, 1942, p. 147.

cultural de 1941 mas, em verdade, constituiu a idealização de um meio de aproximação luso-brasileira. Entretanto, esta revista pôs em prática uma outra determinação do acordo: o prêmio Pero Vaz de Caminha, o qual seria “atribuído, em anos alternados, para distinguir a melhor obra literária, científica ou de caráter histórico, de interesse comum às duas nações, de autor português ou brasileiro, publicada em Portugal ou no Brasil e em língua portuguesa”²⁷⁶. As obras admitidas à concorrência do prêmio deveriam ter a sua primeira edição publicadas no período de 2 anos, a contar da data de 1º de novembro de 1941 até 31 de outubro de 1943²⁷⁷. Para o primeiro prêmio, ficou determinado que o mesmo seria conferido em Lisboa, passado noventa dias após o término da admissão das obras para análise; estas seriam avaliadas “por um júri constituído por três escritores portugueses e três brasileiros, de reconhecido mérito e pelo diretor do Secretariado da Propaganda Nacional, o qual votará em caso de empate”²⁷⁸. Neste sentido, em 1945, ocorreu a premiação, da obra “A literatura portuguesa e a expansão ultramarina”, do professor Hernani Cidade, a qual foi a vencedora do primeiro prêmio Pero Vaz de Caminha²⁷⁹. É de destacar que a obra premiada acentua, justamente, os feitos heróicos dos descobrimentos portugueses, o que destaca e idealiza a grandeza da pátria de Camões.

Por fim, merece destaque o fato da revista *Atlântico* ter sido uma idealização de Antônio Ferro, pois isto torna-se importante na medida em que permite duas afirmações: a primeira relaciona-se, obviamente, ao empenho português na execução da tarefa de aproximação luso-brasileira; a segunda, por sua vez, diz respeito à intervenção direta dos Estados português e brasileiro na execução da aproximação luso-brasileira, afinal, desde o início do século XX, alguns setores da sociedade almejavam tal intento sem, contudo, obterem êxito. Neste sentido, é ilustrativo a afirmação do escritor português

²⁷⁶ Revista *Atlântico*, Nº 3, 1943, p. 214.

²⁷⁷ Para concorrer ao prêmio Pero Vaz de Caminha, “o autor solicitará a admissão ao concurso, juntando um documento comprovativo da publicação do trabalho, dentro do prazo e nas condições da base III e remetendo dez exemplares ao Secretariado da Propaganda Nacional (Lisboa) ou ao Departamento de Imprensa e Propaganda (Rio de Janeiro) até a data estabelecida”. *Idem*.

²⁷⁸ *Ibidem*.

²⁷⁹ Revista *Atlântico*, Nº 6, 1945, p. 198.

José Osório de Oliveira, no momento em que ele informa que “o desejo de aproximação existia há muito, mas a falta de um instrumento oficial que lhes garantisse a eficácia e a continuidade fazia com que numerosos esforços para a conseguir se perdessem”²⁸⁰.

Dessa forma, o que se constata é que Portugal aposta no apelo sentimental, nas relações afetivo-culturais para, inicialmente, estreitar laços de união com o Brasil por meio da difusão da idéia de “unidade espiritual sentimental” e, posteriormente, chamar para si a condição de líder da civilização lusíada, da civilização atlântica²⁸¹. Aliás, o próprio Embaixador brasileiro, João Neves da Fontoura, reconhece a liderança portuguesa no momento em que tece considerações a respeito do trabalho realizado pelo SPN afirmando que o secretariado português ocupará um capítulo novo na história portuguesa “não só pelas iniciativas felizes que tomou, irradiando valores nacionais e aproximando o povo português de outros povos, como também pelo papel que exerceu, mais particularmente, de obreiro desvelado na compreensão luso-brasileira”²⁸².

Em síntese, fica claro que o governo português aposta na formação desta comunidade luso-brasileira como uma forma de fortalecimento frente aos novos desafios advindos dos anos finais da década de trinta e princípios da seguinte e, para levar adiante este objetivo, executa um plano de política cultural, alicerçado principalmente, na unificação da ortografia, na difusão da cultura portuguesa (e isto implica na “neutralização” e/ou ocupação de espaços de outras culturas) e no resgate do legado cultural da colonização lusa, como poderá ser observado na seqüência do texto.

2.4 Outros desdobramentos do Acordo Cultural Luso-Brasileiro de 1941

A vinda da Embaixada especial portuguesa, chefiada pelo escritor Júlio Dantas – em que pese como a sua maior contribuição a influência desta na

²⁸⁰ OLIVEIRA, José Osório de. Obreiros da aproximação. Revista *Atlântico*, Nº 2, 1942, p. 187.

²⁸¹ A comunidade lusófona é o que mais tarde Gilberto Freyre irá designar como o “mundo luso-afro-asiático brasileiro”, tendo em vista a união de Portugal, suas colônias e o Brasil.

assinatura do acordo cultural luso-brasileiro de 1941 – suscitou na imprensa brasileira um amplo debate acerca da aproximação cultural entre Brasil e Portugal. Neste sentido, merece destaque um artigo do jornal *O Estado de São Paulo*, publicado em agosto de 1941, no qual ocorre a reprodução de uma entrevista com o diplomata português Dr. José Augusto de Magalhães²⁸³, momento em que o entrevistado cita exemplos de problemas decorrentes da falta de definição quanto a uma política de nacionalização luso-brasileira e enumera os meios convenientes para a resolução destes, como: a) um tratado de comércio; b) um bem estudado tratado da emigração e de dupla nacionalidade; c) um tratado cultural e d) uma aliança defensiva envolvendo os dois países²⁸⁴. As sugestões apontadas por Magalhães tornam-se interessantes à medida que fornecem uma espécie de visão do futuro, pois, de certa forma, elas “orientarão” as relações luso-brasileiras daí para frente.

Outra constatação importante de se abordar neste momento é o fato de que, na prática, se verifica é que neste processo de estreitamento de relações luso-brasileiras, quem toma a dianteira do movimento é Portugal – principalmente, pela atuação da sua representação diplomática – visando dois objetivos essenciais: ocupar espaços antes destinados a potências europeias como a Alemanha e a Itália e utilizar esta reaproximação como uma oportunidade de doutrinação da colônia de portugueses residentes no Brasil, afinal, como bem destaca Eulália Maria Lobo, até o final da Segunda Guerra Mundial, o perfil do imigrante português se traduz pelo homem jovem que vinha sozinho para ganhar dinheiro no país e, posteriormente, retornava a Portugal²⁸⁵.

Assim, de acordo com o preceito de que muitos portugueses retornam a Portugal e que, portanto, precisam estar “alinhados” ao regime salazarista,

²⁸² FONTOURA, João Neves da. A realidade do Acordo Cultural. Op. cit.

²⁸³ José Augusto de Magalhães foi Cônsul de Portugal, em São Paulo, de 1922 a 1932.

²⁸⁴ Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, em 12 de agosto de 1941, p. 5.

²⁸⁵ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. São Paulo: Hucitec, 2001. A autora ainda destaca que é somente a partir de 1945 que esse perfil muda e a tendência passa a ser a imigração familiar, onde, geralmente, a figura masculina se desloca antes e, mais tarde, mediante carta de chamada, manda vir a família ou a mulher com a qual tenciona constituir família.

destaca-se a realização de atividades que visam atingir tais objetivos, como é o caso dos artigos publicados na imprensa brasileira à época – textos que são encaminhados, principalmente, pelo jornal *A Voz de Portugal*, órgão divulgador da ideologia do governo português – e das inúmeras conferências realizadas no Brasil, onde a defesa e a difusão da cultura portuguesa passam a ser a tônica dominante. A título de ilustração deste último aspecto, aponta-se a realização do Ciclo Cultural Luso-Brasileiro, no Recife, em 1942, atividade que visava a “valorização e expansão de tudo quanto é valor português”, tendo em vista que “a cada dia mais se atea nos diversos setores de concorrência, entre os quais se encontra como V. Exa. muito bem diz, o da cultura lusitana, atingida pelos fatores que indica”²⁸⁶. É interessante observar que, no entendimento português, a realização desta atividade representou “uma aproximação conscienciosa entre as forças intelectuais do Estado e as Instituições portuguesas”²⁸⁷, afirmação esta que revela certa “cumplicidade” da intelectualidade brasileira para com os objetivos portugueses²⁸⁸. Aliás, de acordo com o Cônsul Manuel Anselmo, o sucesso do ciclo cultural luso-brasileiro foi tão expressivo que “no Rio de Janeiro, o Gabinete Português de Leitura seguiu a mesma idéia, criando um ciclo de conferências versando temas e fatos portugueses”²⁸⁹.

Entretanto, as atitudes contrárias a este posicionamento português também são evidenciadas na correspondência oficial diplomática enviada do Brasil para Portugal, inclusive, em alguns momentos, solicita-se uma ação mais

²⁸⁶ Ofício nº 169, do Consulado de Recife ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 30 de julho de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

²⁸⁷ Ofício nº 175, do Consulado de Recife ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 18 de setembro 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A. Neste mesmo ofício, o Cônsul português Manuel Anselmo ainda corrobora o pensamento de que a aproximação luso-brasileira, entre outros objetivos, visava a difusão de sua cultura e doutrina, no momento em que afirma que “por estes e pelos recortes anteriores que tenho tido a honra de fazer chegar à Secretaria de Estado, poderá observar V. Exa. a importância da propaganda que é espontânea, entusiástica e não custa qualquer dinheiro ao Estado”. Ofício nº 175, do Consulado de Recife ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 18 de setembro 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

²⁸⁸ A primeira conferência, de Aderbal Jurema, versava sobre “O sentido da colonização portuguesa no Brasil”; a segunda, por sua vez, abordava “O humanismo financeiro de Salazar”, sendo proferida pelo Sr. Manoel Lucambo. Informações levantadas no jornal *A Gazeta*, Recife, em 31 de agosto de 1942, p. 5.

²⁸⁹ Ofício nº 175, do Consulado de Recife ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 18 de setembro 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

enérgica do SPN. Neste sentido, a publicação do artigo intitulado “A arquitetura brasileira na América do Norte”²⁹⁰, no jornal *O Estado de São Paulo*, em maio de 1943, é identificada como uma espécie de perigo à cultura portuguesa, tendo em vista que o referido artigo destaca a influência norte-americana na arquitetura brasileira e esta, de acordo com o autor, “repele os estilos coloniais (barroco luso-espanhol)”²⁹¹. E, assim ocorre, cada vez que a imprensa brasileira consegue burlar a censura do DIP e noticia algum artigo “maculando”, ou desprestigiando a cultura portuguesa, principalmente nos momentos finais do Estado Novo brasileiro, quando a censura já não age de forma tão enérgica.

Por outro lado, aponta-se que o aspecto cultural durante o Estado Novo brasileiro constituiu foco de interesse do governo getulista, na medida em que se constituiu uma forma para a doutrinação das camadas populares. Por isso, na mesma proporção em que o Brasil se afasta das potências componentes do Eixo, executa, também, a adoção de toda uma prática de perseguição e contenção da difusão de suas idéias no solo brasileiro. Este foi o caso da ação direcionada às colônias de imigrantes (ou descendentes) de alemães, italianos e/ou japoneses, tanto que até mesmo os professores universitários de descendência alemã e/ou italiana, que exerciam suas atividades docentes na Universidade de São Paulo, sofreram com a rescisão de seus contratos. Não obstante, chama atenção a ação do Consulado português paulista, tendo em vista um ofício do Cônsul Júlio Augusto Borges dos Santos, no qual sugere a substituição dos professores italianos demitidos pelo governo brasileiro por portugueses e a importância que este espaço representaria para Portugal, no momento em que utiliza o seguinte argumento:

*Seria de grande conveniência e de alta significação se os mencionados professores fossem substituídos no ensino superior por professores portugueses, contratados, criando-se, assim, uma elite intelectual lusíada e que exerceria uma benéfica influência nas relações luso-brasileiras*²⁹².

²⁹⁰ Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, em 1º de maio de 1943, p.4.

²⁹¹ Ofício nº 302, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 11 de maio de 1943. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

²⁹² Ofício nº 251, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 6 de abril de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

Mais uma vez, fica clara a idéia de que Portugal visava ocupar os espaços deixados pelos antigos parceiros do Brasil: Alemanha e Itália, pois inúmeras ações apontam no sentido de que após a definição de Getúlio Vargas pela aliança pró-americana, a Europa teve seu espaço de atuação reduzido, mas exceção à regra constituiu as relações envolvendo Brasil e Portugal, principalmente no campo cultural.

Desta forma, o estreitamento das relações luso-brasileiras e a assinatura do Acordo Cultural de 1941 também possibilitaram outras atividades de aproximação entre Brasil e Portugal. Citam-se, como exemplos ilustrativos desta afirmação, dois fatos: o primeiro relaciona-se ao convite efetuado ao professor Antônio Monteiro para reger a cadeira de Análise Superior na Faculdade Nacional de Filosofia, no Rio de Janeiro, em outubro de 1943 e, o segundo, diz respeito à prerrogativa dos estudantes brasileiros exercerem a advocacia em Portugal pelo regime de reciprocidade, oportunidade esta oferecida aos alunos formados pelas Faculdades de Direito portuguesas ou brasileiras²⁹³, como se pode verificar a seguir:

Trata-se de uma iniciativa que tem prestado à Colônia altos serviços através de uma aproximação conscienciosa entre as forças intelectuais do estado e as Instituições portuguesas. No Rio de Janeiro, o Gabinete Português de Leitura seguiu a mesma idéia, criando um ciclo de conferências versando temas e fatos portugueses²⁹⁴.

Em janeiro de 1943, Assis Chateaubriand, diretor dos *Diários Associados* do Brasil, por ocasião de um almoço em São Paulo, realizado em homenagem ao escritor português e Cônsul de Portugal no Recife, Manuel

²⁹³ No ofício nº 589, de novembro de 1945, o Chefe do Gabinete do Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal esclarece que: “em resposta ao ofício de V. Exa., número 142, de 1º do corrente, informo de que, nos termos do parágrafo único do artigo 543 do Estatuto Judiciário (Dec. número 33.547, de 23 de fevereiro de 1944), os nacionais brasileiros diplomados pelas faculdades de Direito Portuguesas, ou Brasileiras, podem advogar em Portugal em regime de reciprocidade”. Ofício nº 953, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 9 de novembro de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

²⁹⁴ Ofício nº 175, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 18 de setembro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

Anselmo – na realidade, possivelmente influenciado pelos resultados do ciclo cultural luso-brasileiro – comunicou que, pelo Instituto de Medicina do Rio de Janeiro, seriam oferecidas quatro bolsas de estudo a médicos portugueses, no valor de mil cruzeiros mensais cada²⁹⁵. Na ocasião, Chateaubriand expressou que os médicos “seriam convidados a vir ao Brasil, a fim de conhecerem o problema e o tratamento das moléstias tropicais, acrescentando que, depois, esses especialistas poderão aplicar seus conhecimentos nas colônias portuguesas”²⁹⁶. Em seguida, prática semelhante foi adotada pela Federação das Associações Portuguesas. De acordo com Herculano Rebordão, coordenador do movimento em prol da arrecadação de fundos para o patrocínio das bolsas de estudo, elas “serão dadas a estudantes em fim de curso, tendo em vista premiar os que mais se tiverem distinguido na sua vida escolar. Serão, assim, um prêmio ao trabalho e à dedicação intelectuais”²⁹⁷. Destaca-se que este intercâmbio de alunos já fazia parte dos planos de aproximação luso-brasileira e havia sido estabelecido (pensado) por ocasião da conferência realizada no Palácio Itamaraty, por Martinho Nobre de Mello, já no ano de 1938.

Seguindo esta mesma orientação de reaproximação entre os dois países, no período final do Estado Novo brasileiro, houve, também, a reorganização do Instituto Luso-Brasileiro de Alta Cultura. A reunião ocorreu no Itamaraty, sob a presidência do ministro José Roberto de Macedo Soares e contou com a presença de vários entusiastas da aproximação cultural luso-brasileira, como Martinho Nobre de Mello, Embaixador de Portugal no Brasil; João Neves da Fontoura, Embaixador do Brasil em Lisboa; professor Leitão da Cunha, Reitor da Universidade do Brasil; Pedro Calmon, Diretor da Faculdade de Direito e Presidente da Academia de Letras; acadêmico Cláudio de Souza;

²⁹⁵ Para se ter uma idéia da quantia paga pelas bolsas, indica-se que o valor nominal do salário mínimo mensal era de R\$ 220.00, ou seja, cada bolsa representava mais de 4 salários mínimos nacionais por mês. Fonte: DIEESE.

²⁹⁶ Jornal *Diário de Notícias*, Porto Alegre, em 29 de janeiro de 1943, p. 3.

²⁹⁷ Ofício nº 11, do Consulado de Pernambuco ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 31 de janeiro de 1943. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

Cônsul Osório Dutra e Renato de Almeida, chefe do Serviço de Informações do Ministério das Relações Exteriores²⁹⁸.

Como se pode observar, a aproximação cultural luso-brasileira manifesta-se em diferentes áreas. Uma demonstração desta grande variedade de abrangência das relações entre os dois países é um ofício do Cônsul português de São Paulo, Júlio Augusto Borges Dantas, enviado em outubro de 1944 a Salazar, comentando sobre o desconhecimento existente no Brasil acerca da cultura musical e artística portuguesa, ocasião na qual ele chega, inclusive, a sugerir, como forma de solução parcial para este problema, a criação de uma discoteca de música fina portuguesa junto ao consulado paulista, sendo que ele “não só atenderia prazerosamente aos pedidos do Departamento de Cultura do Estado de São Paulo, como também interessar-se-ia pela sua divulgação”²⁹⁹.

Todavia, há que se destacar o fato de que a partir do momento em que a situação política no Brasil começa a mostrar sinais de mudança – pois, após a entrada do país na guerra ao lado dos aliados, defendendo a democracia, tornava-se muito difícil manter um regime autoritário no país – em decorrência das fissuras apontadas na ditadura estadonovista, a aproximação cultural entre os dois países começa a seguir outros rumos.

A título de conclusão desta parte, evidencia-se que os novos tempos no Brasil – de reabertura democrática – paulatinamente, vão assegurando uma maior liberdade de ação da imprensa brasileira, principalmente nos jornais considerados de extrema-esquerda. Estes publicam artigos condenando o fascismo e a colaboração Franco-Salazarista³⁰⁰. Não obstante, ainda divulgam atividades que visam o restabelecimento da democracia em Portugal, como é o caso do Comitê Anti-Fascista, criado no Rio de Janeiro, que em 5 de novembro

²⁹⁸ A notícia de realização do evento foi divulgada pelo jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, em 7 de abril de 1945, p. 6.

²⁹⁹ Ofício nº 633, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 9 de outubro de 1944. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233.

³⁰⁰ Como exemplo, ver o jornal *Diretrizes*, que publicou uma entrevista com Tomaz Colaço; na ocasião, o autor afirma que a “oposição em Portugal abrange hoje todos os setores políticos desde monárquicos até os socialistas mais avançados, inclusive, o partido comunista, com o objetivo de derrubar o governo presidido por Salazar”. Jornal *Diretrizes*, Rio de Janeiro, em 19 de outubro de 1945, p. 3.

de 1945, realizou uma passeata contra a manutenção do salazarismo. Contudo, Portugal ainda ficará um bom tempo sob a ditadura de Salazar, inclusive, mesmo após a sua morte, pois o Estado Novo português só expirará em 25 de abril de 1974, com o deflagrar da Revolução dos Cravos.

2.5 Assinatura do Acordo Postal de 1942 e do Acordo Telegráfico de 1943

Uma análise descomprometida do Acordo Postal de 30 de abril de 1942, assinado em Lisboa perante a presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio de Oliveira Salazar e do Embaixador brasileiro em Portugal, Artur Guimarães de Araújo Jorge, pode representar, exclusivamente, a adoção de mais uma medida de aproximação luso-brasileira.

Contudo, chama-se a atenção para o fato de que as tarifas postais utilizadas em ambos os países dificultavam, ou melhor, encareciam muito, a circulação do livro, principalmente no que diz respeito aos interesses brasileiros. Portanto, num momento em que Brasil e Portugal estão articulando medidas de aproximação, nada mais compreensível do que a busca de soluções para este problema também.

Aliás, esta é uma questão antiga, como atesta um ofício do Embaixador brasileiro em Portugal, Araújo Jorge, emitido em 1938, momento em que ele chama a atenção para o “problema do comércio de livros entre o Brasil e Portugal que mais uma vez tem sido estudado pelos interessados sem que se tenha ainda encontrado uma solução definitiva capaz de conciliar os pontos de vista das casas editoriais de ambos os países”³⁰¹. Neste mesmo ofício, o Embaixador ainda chama a atenção para o artigo intitulado “quais as razões da decadência do livro em Portugal”, matéria que havia sido publicada no jornal “República”, de Lisboa, onde consta a entrevista com o editor Sá da Costa – primeira de uma série de outras entrevistas realizadas com chefes de editoras portuguesas acerca do assunto. De acordo com Artur Guimarães de Araújo Jorge, no depoimento do editor, ele executa uma minuciosa análise dos

³⁰¹ Ofício nº 650, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 30 de abril de 1938. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1938.

diferentes fatores para a carestia do livro português, destacando, inclusive, o fato do Brasil já ter sido o principal mercado comprador do livro português³⁰², e de isto não ocorrer mais em virtude da mesma razão do livro brasileiro encontrar-se em expansão no território português, ou seja, a desvalorização do escudo português em relação à moeda brasileira. Neste momento, torna-se interessante enumerar as medidas apontadas pelo editor para contornar os problemas decorrentes da decadência do livro português:

*1) realizar por todos os meios a educação e a instrução das crianças na idade escolar e de todos os indivíduos que as não receberam no momento conveniente; 2) criação de um organismo de livraria no Brasil com o auxílio efetivo do Estado; e 3) resolução prática e imediata do problema dos portes do correio para o Continente, Ilhas, Colônias e Brasil e do preço do papel e da impressão*³⁰³.

Dessa forma, tendo-se em mente as medidas adotadas posteriormente por Brasil e Portugal, no sentido de aproximação e difusão de suas culturas, não causa estranhamento o fato de que as proposições apontadas pelo editor Sá da Costa, mais precisamente a segunda e a terceira, terem sido contempladas no Acordo Cultural de 1941 e Postal de 1942, afinal, o livro português possuía um grande mercado consumidor no Brasil³⁰⁴.

Do ponto de vista brasileiro, a questão da comercialização do livro brasileiro em Portugal causava alguns questionamentos, pois existia a certeza de que as dificuldades impostas para a exportação do livro brasileiro até Portugal eram bem maiores, se comparadas àquelas apresentadas para a entrada do livro português no Brasil, situação que acabava desencorajando o

³⁰² Sobre este ponto o Embaixador brasileiro ainda deixa claro que “aquele editor não acredita na possibilidade de reconquista desse mercado em vista do natural desenvolvimento das letras brasileiras, dos recursos e facilidades de que dispõem os editores do Brasil e da situação do escudo em relação ao nosso mil réis”. Idem.

³⁰³ Ofício nº 650, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro das Relações Exteriores do Brasil, em 30 de abril de 1938. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1938. Os grifos não constam no original.

³⁰⁴ Referindo-se à expressiva presença do livro português no Brasil, o jornal *A Gazeta* divulga que “estatísticas oficiais de Lisboa registram que em 1939 importamos 1 milhão, 787 mil cruzeiros de livros lusitanos: em 1940, 1 milhão, 165 mil; em 1941, nada menos de 2 milhões,

exportador brasileiro, tendo em vista que “para o embarque de dois ou três pequenos caixotes de livros, a Fiscalização bancária exige as mesmas coisas, a mesma complicada papelada que exige para a exportação de uma grande partida de tecidos, de cacau ou de café”³⁰⁵. A descrição desta situação explica o retraimento dos editores brasileiros em relação à exportação do livro brasileiro para Portugal, até mesmo em decorrência do fato da “tarifa de livros para Portugal ser proibitiva: seis cruzeiros por dois quilos de livros. Para a Espanha esses mesmos dois quilos custariam dois cruzeiros”³⁰⁶.

Neste sentido, cabe destacar a iniciativa de Antônio de Souza Pinto, o qual visando a divulgação do livro brasileiro em solo português, em 1944, funda a empresa *Livros do Brasil*, tendo em vista que o empreendimento objetivava a importação e distribuição de livros que haviam sido editados no Brasil³⁰⁷.

Olhando por este ângulo e tendo-se em mente a aproximação cultural luso-brasileira e o interesse na difusão do livro português e brasileiro, “pois justo seria que algo lhes fosse facilitado numa obra, que é mais de aproximação cultural, pelo menos atualmente, do que de negócio e lucro”³⁰⁸, não causa surpresa a assinatura do acordo postal luso-brasileiro, em 1942³⁰⁹. Causa menos estranheza, ainda, o fato de que um ano após a assinatura do Acordo Postal entre Brasil e Portugal – com a diferença de o local de assinatura, agora, ser o Rio de Janeiro – ter sido complementado por outro, desta vez abrangendo a área telegráfica. Este foi assinado pelo Embaixador de Portugal no Brasil, Dr. Martinho Nobre de Mello e por Oswaldo Aranha, ministro

495 mil”. O livro brasileiro e o livro português. In: *Jornal A Gazeta*, São Paulo, em 30 de junho de 1943, p. 4.

³⁰⁵ Idem.

³⁰⁶ *Jornal A Gazeta*, São Paulo, em 30 de junho de 1943, p. 4.

³⁰⁷ MAGALHÃES, José Calvet de. As relações culturais recíprocas no século XX. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de. *Depois das caravelas*. As relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000. Op. cit., p. 361.

³⁰⁸ *Jornal A Gazeta*, São Paulo, em 30 de junho de 1943, p. 5.

³⁰⁹ Com referência à publicação do artigo, o Consulado de São Paulo emite um ofício onde se pode identificar a ação portuguesa no sentido de neutralizar a visão negativa acerca do assunto, tendo em vista as afirmações feitas pelo Cônsul paulista no sentido de que “por intermédio de pessoa amiga, elucidei a redação daquele jornal sobre a injustiça com que nos acometiam, e expuz a verdadeira situação solicitando-lhe o obséquio duma retificação”. Ofício nº 433, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 1º de julho de 1943. M. N. E., 2º Piso, Armário 48, Maço 233 A.

das Relações Exteriores do Brasil³¹⁰. Em linhas gerais, o Acordo Telegráfico de 1943 objetivava o estreitamento das relações luso-brasileiras e, para isto, determinava:

*entre os dois povos, e como lógico complemento do Acordo Postal, firmado em Lisboa em 30 de Abril de 1942, resolvem, em conformidade com o artigo 13 da Convenção Internacional de Telecomunicações, firmada em Madrid em Setembro de 1932, celebrar o presente Acordo para o estabelecimento de um serviço telegráfico*³¹¹.

Por isso, o artigo primeiro estabelecia “uma taxa telegráfica especial a cobrar do público em moeda de cada país, equivalente a um franco-ouro por palavra dos telegramas normais ordinários”³¹² e determinava que os telegramas emitidos do Brasil ficariam inicialmente concentrados em Lisboa para depois serem distribuídos pela via designada Portucale e que processo semelhante aconteceria aos telegramas portugueses, tendo em vista que eles ficariam concentrados no Rio de Janeiro para, posteriormente, serem irradiados através da via escolhida pela administração brasileira³¹³. Passado um pouco mais de um ano após o término do Estado Novo no Brasil, em 10 de dezembro de 1946, Portugal e Brasil assinaram um novo acordo abrangendo esta área; em Lisboa, contudo, desta vez, almejavam assegurar as comunicações regulares entre lusos e brasileiros³¹⁴.

2.6 As Convenções Ortográficas de 1943 e 1945

O decreto do Estado Novo no Brasil, em novembro de 1937, propiciou uma grande concentração de poderes ao presidente Getúlio Vargas. Tanto que

³¹⁰ Acordo Postal Luso-Brasileiro, assinado no Rio de Janeiro, em 30 de abril de 1943. *Tratados e actos internacionais*: Brasil-Portugal. Op. cit., pp. 179-180.

³¹¹ Acordo Postal Luso-Brasileiro, assinado em Lisboa, em 30 de abril de 1942. Ver anexos deste trabalho.

³¹² *Idem*.

³¹³ *Ibidem*, determinações do 3º artigo do Acordo Postal Luso-Brasileiro.

³¹⁴ *Tratados e actos internacionais*: Brasil-Portugal. Op. cit., pp. 203-210.

em fevereiro de 1938, numa nítida demonstração de força, Vargas, pelo Decreto-Lei 292, repôs em vigor o Acordo Ortográfico de 1931, que havia sido estabelecido entre Brasil e Portugal³¹⁵. Entretanto, a falta de sincronia, no que diz respeito ao desenvolvimento do acordo em Portugal e no Brasil, gerou a necessidade de sua regulação e a negociação de uma nova convenção do sistema ortográfico utilizado nos dois países. Fato que veio a ser confirmado pela adoção do Acordo Ortográfico de 1943³¹⁶.

Visto por este ângulo, o Acordo Ortográfico de 1943, assinado simultaneamente em Lisboa e no Rio de Janeiro, constituiu um prolongamento do Acordo anteriormente firmado entre a Academia das Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras, em 30 de abril de 1931³¹⁷. Na assinatura deste Acordo o Brasil foi representado em Portugal pelo embaixador Dr. José Bonifácio de Andrada e Silva e, no território brasileiro, Portugal foi representado pelo Dr. Júlio Dantas³¹⁸. Por determinação do Acordo, a Academia Brasileira de Letras passaria a usar a ortografia oficialmente utilizada em Portugal, mas com as modificações por ela propostas e aceitas pela Academia das Ciências de Lisboa³¹⁹. Contudo, ressalta-se que a questão da união ortográfica há muito tempo vinha ocupando as páginas dos jornais brasileiros e portugueses; inclusive, já havia sido discutida por ocasião do Acordo Cultural assinado entre Brasil e Portugal, em setembro de 1941, e que sua adoção constituiu o produto resultante das negociações entre o ministro Gustavo Capanema e o governo

³¹⁵ MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 86.

³¹⁶ Não se pode deixar de mencionar, neste momento, que a língua constituiu um fator de grande argumento àqueles que defendiam a aproximação luso-brasileira, afinal, o idioma representa um traço de união inquestionável entre os dois países. E, por isso mesmo, as inúmeras tentativas de padronização da língua portuguesa utilizada no Brasil e em Portugal.

³¹⁷ “O governo português, pela Portaria 7177, de 27 de maio de 1931, oficializou o acordo entre as duas academias. O Brasil aprovou também oficialmente esse acordo pelos Decretos 20108, de 15 de junho de 1931, e 23028, de 2 de agosto de 1933”. MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Op. cit., p. 86.

³¹⁸ É interessante observar que tanto em Portugal, como no Brasil, surgiram inúmeras manifestações contrárias à unificação ortográfica entre os dois países. No Brasil, ressalta-se o fato da nova Constituição, promulgada a 16 de julho de 1934, sequer ter respeitado o acordo e apresentar a ortografia referente à primeira Constituição republicana, tanto que, paradoxalmente, o seu artigo 26, trazia à tona, novamente, o problema da falta de unificação ortográfica entre Brasil e Portugal.

³¹⁹ *Tratados e Actos Internacionais: Brasil-Portugal*. Lisboa: Embaixada do Brasil, 1962, pp. 184-185.

de Portugal. Aliás, o próprio Embaixador português do Rio de Janeiro já havia telegrafado ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 16 de junho de 1942, em caráter “confidencialíssimo” e “urgente”, transmitindo o anseio do ministro da Educação, Gustavo Capanema, como se pode verificar a seguir:

*Não havendo em Portugal vocabulário nossa língua oficialmente adotado conviria fazê-lo imediatamente para que Governo brasileiro dentro espírito declaração Ministro da Educação Nacional feita há algum tempo como V. Exa. sabe possa também adotá-lo pois seria ilógico este Governo fazê-lo sem aquela solução prévia. Ministro lembra que se Governo Português assim o prefere poderão ambos os governos fazer referida adoção simultaneamente. Ministro acrescenta que tendo constituído vocabulário Gonçalves contribuição Academia de Ciências de Lisboa na comemoração centenários nenhum outro pareceu conveniente quaisquer que sejam seus verdadeiros méritos. Depois das medidas indicadas os dois Governos assinariam convenção diplomática segundo a qual nenhuma modificação seria feita no vocabulário oficializado para ambos os países sem mútuo acordo prévio o que **constituiria resolução definitiva uniformidade ortográfica nossa língua comum contra a qual opinião nativista está desenvolvendo forte campanha**. Ministro pede toda a conveniência urgência pois sabe que Academia Brasileira Letras está apressando vertiginosamente conclusão seu vocabulário próprio o que uma vez feito tiraria toda a autoridade Governo brasileiro para adotar vocabulário Academia portuguesa³²⁰.*

Mesmo com as advertências feitas acima, as providências não foram tomadas de imediato, tanto que em 23 de junho de 1942, a Embaixada portuguesa do Rio de Janeiro envia um novo telegrama expressando a cobrança por parte do ministro Capanema com referência à falta de um posicionamento português no que diz respeito à ausência de um vocabulário da língua portuguesa. Inclusive, o ministro comunica que se, por acaso, Portugal não se encontre em condições de fazê-lo, que isto seja comunicado ao Brasil o mais breve possível, “pois nesse caso terá de retomar liberdade de ação

³²⁰ Telegrama nº 144, da Embaixada do Rio de Janeiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 16 de junho de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A. Os grifos não constam no original.

ordenando imediata organização pelo seu Ministério dum vocabulário brasileiro da língua portuguesa visto não poder protelar mais tempo execução dessa parte importante sua recente reforma”³²¹. No mesmo telegrama, o Cônsul ainda reproduz o alerta feito por Capanema, de que no Brasil se verifica um momento em que estão a “editar-se e projetar-se vários vocabulários de diversas iniciativas que se disputam oficialização criando-lhe sérias dificuldades”³²², o que, por sua vez, implica em uma tomada de posicionamento urgente por parte de Portugal.

Certamente, esta “cobrança” por parte do ministro Gustavo Capanema agilizou uma articulação por parte de Portugal no sentido de atendimento ao seu pedido, tanto que em 29 de dezembro de 1943, na cidade de Lisboa, foi assinada uma Convenção Ortográfica entre os dois países. Composta por quatro artigos, em linhas gerais, a Convenção determinava a “colaboração em tudo quanto diga respeito à conservação, defesa e expansão da língua portuguesa, comum aos dois países”³²³. Entretanto, destaca-se que a partir da análise da correspondência encaminhada ao Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal, se torna fácil inferir que o sentimento nativista, corrente largamente difundida no Brasil durante o Estado Novo, ameaçava os interesses de Portugal na medida em que visava “substituir”, ou mesmo contrabalançar, a cultura portuguesa aqui desenvolvida. Tal fato causava grandes temores aos portugueses, como a análise do trecho abaixo permite inquirir:

Uma das facetas por que se está processando, no Brasil, o combate à cultura e à tradição portuguesa, é o que pode ser chamado de “indigenismo”, isto é, a valorização do elemento índio, indígena, na vida cultural, literária e

³²¹ Telegrama nº 153, da Embaixada do Rio de Janeiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 23 de junho de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

³²² Idem.

³²³ Tratados e Actos Internacionais. Brasil-Portugal, pp.181-183. Na seqüência, o segundo artigo da Convenção Ortográfica determinava que “obrigam-se a estabelecer, como regime ortográfico da língua portuguesa, o que resulta do sistema fixado pela Academia Brasileira de Letras e Academia das Ciências de Lisboa”; o terceiro estipulava que “nenhuma providência legislativa ou regulamentar, sobre matéria ortográfica, deverá ser de futuro posta em vigor, por qualquer dos dois Governos, sem prévio acordo com o outro, depois de ouvidas as duas Academias” e, por fim, o quarto artigo nomeava as Academias Brasileira e Portuguesa como “órgãos consultivos dos seus respectivos Governos”.

política federal. O adjunto recorte que tenho a honra de remeter a V. Exa. ilustra a afirmação anterior. Trata-se de mais um artigo do sr. Mario Melo (...) no qual o seu autor, atualmente em Goiânia, capital do Estado de Goiás, como representante oficial deste Estado de Pernambuco, presta o seu aplauso, de jornalista e político que “há seguramente 30 anos” se vem batendo pela “adoção de nomes indígenas para as localidades”, à decisão da Assembléia de Geografia de 1942, ainda decorrendo, que votou não só a proibição de nomes de pessoas vivas para designações geográficas mas, quanto a estas, a “preferência aos nomes indígenas”. Já em vários artigos de jornal e revista, e até em livros, tenho observado que se está atualmente processando no Brasil, bem articulado e intencional, um premeditado combate à tradição portuguesa nestas terras. Depois da Independência, em 1822, o Brasil conheceu uma era de “lusofobia” que se refletiu na literatura, por exemplo, nas estrofes de Castro Alves e nos romances de José de Alencar, a qual tomou um duplo aspecto político-sentimental: a valorização do negro (que mais tarde originaria o movimento libertário anti-escravagista que tanto mal econômico produziu no Brasil) e a exaltação do índio tupi, guarani ou cariri, através das visagens românticas das Iracemas, dos Guaranis, etc., etc... Nos poemas “Navio negreiro” e das “Vozes da África”, o poeta Castro Alves, (novamente em voga, agora), combateu Portugal com verdadeiro ódio revolucionário.³²⁴

A corrente indianista, com ênfase no período da Semana de Arte Moderna de 1922, há muito tempo vinha arregimentando adeptos no Brasil, o que gerava uma grande preocupação aos portugueses, receosos que estavam com uma possível perda de espaços. Neste sentido, o Cônsul de Pernambuco, Manuel Anselmo, fazendo referência ao artigo “A propósito da unificação da ortografia”, de Gilberto Freyre, publicado no jornal *Diário de Pernambuco*, em 11 de outubro de 1942, evidencia temor semelhante ao comentar que:

um novo artigo do sr. Gilberto Freyre, acerca de quem, por telegrama e ofício, tenho informado oportunamente essa Secretaria de Estado. Desta vez, embora elogiando a unificação de ortografia aprovada pelo Ministro Capanema, o sr. Gilberto Freyre pretende ridicularizar (numa alusão nem sequer velada ao sr. Antônio Ferro),

³²⁴ Ofício nº 147, do Consulado de Pernambuco ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 23 de julho de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

os portugueses “ingênuos e até cômicos” que, “cheios de Vossa excelência e falando muito em Império e em Portugal daquém e dalém mar”, pretendem, segundo ele, “por meios docemente culturais”, recolonizar o Brasil”. Terá V. Exa., assim, o ensejo de reconhecer quão inimigo é este escritor, aliás inteligente e culto, que pôs o seu valor ao serviço dos ideais comunizantes e pan-americanos³²⁵.

O conteúdo do ofício emitido pelo Cônsul Anselmo demonstra uma grande indignação para com o escritor Gilberto Freyre, tendo em vista o fato dele “minimizar” a influência portuguesa na colonização do Brasil. Por outro lado, é importante destacar que o Cônsul português realiza uma interpretação equivocada do artigo de Freyre; afinal, minimizar não significa o mesmo que negar. Na prática, o que ocorre neste momento é que em virtude de uma aproximação do escritor pernambucano aos Estados Unidos, ele passa a ser mal visto pelo Cônsul português³²⁶. Por fim, neste momento, tudo o que Portugal (e sua representação diplomática no Brasil) almeja é uma aproximação maior com o Brasil e a ligação de um escritor do porte de Gilberto Freyre – que transita na órbita do ministro Gustavo Capanema – com os americanos pode, no entendimento português, representar um problema para a aproximação luso-brasileira.

Com relação ao mencionado artigo de Freyre – A propósito da unificação da ortografia – há que se mencionar que houve um equívoco de interpretação por parte do Cônsul Manuel Anselmo³²⁷, finalmente, no artigo, o escritor pernambucano concebe a unificação ortográfica como uma ação muito

³²⁵ Ofício nº 151, do Consulado de Pernambuco ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 13 de agosto de 1942. Grifos do Cônsul. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

³²⁶ Em 1942, o escritor Gilberto Freyre teve seu nome incluído no corpo docente da Universidade de Yale, nos Estados Unidos, fato que foi amplamente divulgado pela imprensa brasileira como um acontecimento de “excepcional distinção da intelectualidade brasileira”. Telegrama nº 159, da Embaixada do Rio de Janeiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 26 de junho de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

³²⁷ O equívoco na interpretação ocorre por conta da afirmação – que não deixa de apresentar uma certa ironia, é fato – de Gilberto Freyre de que “há, não digo que não, portugueses ingênuos e até cômicos, cheios de ‘Vossa Excelência’ e falando muito em ‘Império’ e em ‘Portugal d’aquém e d’alem’, que supõem possível tal recolonização por meios docemente ‘culturais’ que se alongariam em econômicos e políticos”. No entanto, na seqüência do texto, Gilberto Freyre deixa claro que este posicionamento constitui uma exceção à regra. FREYRE, Gilberto. A propósito da unificação da ortografia. *Jornal Diário de Pernambuco*, Recife, em 11 de agosto de 1942, p. 3.

favorável ao estabelecimento de relações do Brasil com Portugal e suas colônias africanas, asiáticas e atlânticas. Freyre até tece críticas a alguns portugueses que tencionam um tipo de volta ao passado colonial – e este pensamento é direcionado, basicamente, ao diretor do SPN, Antônio Ferro – mas deixa claro que esta não é a regra geral e chega a ridicularizar este tipo de pensamento quando afirma que “só muita ingenuidade animaria alguém a se opor à unificação da ortografia portuguesa, alegando que sob ela se esconde uma forma sutil de recolonização do Brasil por Portugal”³²⁸. No artigo, mais adiante, Freyre coloca um ponto final na discussão e nos temores levantados pelo Cônsul português ao afirmar que “a unificação da ortografia não é manobra de tão estreita lusitanidade (...), tal unidade está no interesse do Brasil, como de Portugal, que se afirme, que se positive, que se manifeste em produtos sociais e de cultura”³²⁹.

Neste mesmo sentido, um outro fato importante de se trazer à tona neste momento do texto é uma conferência de Gilberto Freyre, intitulada “Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira”, ocorrida em 1940, tendo em vista que o conteúdo desta palestra constitui uma grande contribuição do autor à difusão da cultura portuguesa no Brasil. Esta ocorreu por ocasião das festividades relacionadas ao Centenário da Fundação de Portugal e o da sua Restauração, em Pernambuco, sendo organizada pelo Gabinete Português de Leitura do Recife e presidida pelo próprio Cônsul Manuel Anselmo³³⁰. Para não deixar dúvidas sobre o seu posicionamento com relação à cultura e aproximação do Brasil a Portugal, Freyre inicia a conferência tratando os centenários portugueses como centenários também brasileiros³³¹. Logo em seguida, ele destaca a sua contribuição à causa da cultura portuguesa, advertindo que

³²⁸ Jornal *Diário de Pernambuco*, Recife, em 11 de agosto de 1942, p. 3.

³²⁹ Idem.

³³⁰ A referida celebração aconteceu na tarde de 2 de junho de 1940, por ocasião de uma sessão solene realizada pelo governo português e portugueses moradores em Pernambuco, sendo presidida por Manuel Anselmo, então Cônsul de Portugal no Recife.

³³¹ Sobre este ponto, Gilberto Freyre justifica: “Porque se um deles é para nós, do Brasil, acontecimento pré-natal, nem por isso deixa de ser nosso, como nossa é a língua portuguesa, como nosso é o Convento de Cristo, nosso, Santo Antônio de Lisboa (...): tudo passado comum, valor comum, fonte comum de vida, de cultura, de sentimento, tanto para brasileiros como para portugueses; tanto para portugueses da Europa como da Índia, da África, das Ilhas, de Macau. Do outro acontecimento – a Restauração – o Brasil participou com o seu sangue de

venho contribuindo modesta mas conscientemente desde os meus primeiros estudos de adolescente para a reabilitação da figura – por tanto tempo caluniada – do colonizador português no Brasil; para a reabilitação da obra – por tanto tempo negada ou diminuída – da colonização portuguesa na América; para a reabilitação da cultura luso-brasileira, ameaçada hoje, imensamente mais do que se pensa, por agentes culturais de imperialismos etnocêntricos, interessados em nos desprestigiar como raça – que qualificam de “mestiça”, “inepta”, “corrupta” – e como cultura – que desdenham como rasteiramente inferior à sua³³².

Os “imperialismos” e os perigos que estes representam para o Brasil e Portugal a que se refere Gilberto Freyre na citação, são aqueles provenientes da Alemanha e Itália, como fica claro na sua conferência, no momento em que ele afirma “a excursão que fiz há pouco aos Estados do Sul do Brasil proporcionou-me a oportunidade de ver nitidamente confirmados os perigos para a integridade luso-brasileira de cultura de que não podemos nos desinteressar”³³³. Ora, deve-se ter em mente que os Estados da região sul, justamente por terem um grande número de colônias de imigrantes alemães e italianos, representavam o maior núcleo de difusão dos países autoritários da Europa no Brasil e não os núcleos de colonização portuguesa; portanto, os temores do Cônsul não têm razão de ser.

Conseqüentemente, pelo exposto, fica clara a idéia de que o escritor Gilberto Freyre não figura nenhum problema para a difusão da cultura portuguesa. Tanto é verdade, que os seus trabalhos acerca da colonização, da mestiçagem e da reciprocidade cultural nos trópicos são contribuições diretas para o estreitamento das relações luso-brasileiras³³⁴. O problema residia,

colônia já adolescente”. FREYRE, Gilberto. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 3. ed. Recife: Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 1980, p. 23.

³³² Idem, p. 25.

³³³ Ibidem, p. 47.

³³⁴ Sobre o assunto, entre outros, ver: RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda – as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: EDUSFC, 2004. Neste mesmo sentido cabe destacar que, em agosto de 1951, a convite de Sarmiento Rodrigues – ministro do Ultramar – Gilberto Freyre viaja a Portugal, bem como às províncias ultramarinas e, como resultado direto desta viagem de estudo, Freyre publica duas obras: “Aventura e rotina” e “Um brasileiro em terras portuguesas”. Nestes livros, o autor usa pela primeira vez o conceito de luso-tropicalista, legitimando desta forma a política colonial realizada por Portugal, o que denota o seu comprometimento para com a política salazarista.

justamente, na ligação de Freyre com os Estados Unidos, uma vez que Portugal procurava de todas as formas preencher os espaços deixados pela Alemanha e a Itália e, por isso mesmo, não via com bons olhos a aproximação norte-americana. Inclusive, procurava contrabalançar a iniciante penetração cultural dos Estados Unidos, elaborando “estudos críticos sobre alguns dos melhores escritores portugueses que o mesmo Adido pretende ver aditados no Brasil, a fim de contrabalançar a influência da cultura norte-americana, cada vez mais sensível naquele país”³³⁵. Nesta direção, merecem destaque as atividades portuguesas realizadas no Brasil visando a difusão dos escritores portugueses, como é o caso de Camões: “foi justamente partindo [da] idéia [de] ser ele produto [da] nossa raça histórica e cultural, o apresentei como supremo traço de união entre Portugal e o Brasil e guia espiritual [das] duas pátrias”³³⁶.

Como se pode constatar nos parágrafos anteriores, a aproximação luso-brasileira vicejou alguns conflitos do ponto de vista português. Entretanto, há que se destacar que estes problemas não são exclusividade lusa, pois o cenário brasileiro também vivencia situação semelhante. Os primeiros meses do ano de 1943 trazem à tona uma divisão no cenário cultural brasileiro de São Paulo, no momento em que ocorre uma formação antagônica entre intelectuais brasileiros e portugueses. Um exemplo deste fato é o conflito envolvendo o crítico literário português Fidelino de Figueiredo e o professor Urbano Canuto Soares – ambos da Universidade de São Paulo – em virtude da eleição do primeiro para o cargo de sócio correspondente da Academia Brasileira de Letras³³⁷.

Outra discussão muito freqüente às páginas dos periódicos brasileiros da época diz respeito à influência da língua tupi-guarani na cultura brasileira. Aliás, há toda uma corrente de autores que, desde a Semana de Arte Moderna de 1922, defendem o indígena e sua contribuição cultural para o país como fator exclusivo de identidade nacional. A existência deste movimento nativista, como era de se esperar, causa uma grande movimentação por parte dos

³³⁵ Ofício nº 11, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 5 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

³³⁶ Telegrama nº 23 da Embaixada do Rio de Janeiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 29 de julho de 1943. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

funcionários portugueses aqui residentes. Exemplo claro desta afirmação é um ofício do Cônsul português de Pernambuco, em 1942, momento em que ele afirma: “uma das facetas por que se está processando, no Brasil, o combate à cultura e à tradição portuguesa, é o que pode ser chamado de ‘indigenismo’, isto é, a valorização do elemento índio, indígena, na vida cultural do Brasil”³³⁸. Fazendo uma alusão ao momento posterior à emancipação política, em 1822, o qual, no seu entendimento, representa uma era de lusofobia, inclusive com reflexos na literatura de José de Alencar e Castro Alves – apesar de longa a citação – é interessante avaliar a comparação que o Cônsul efetua com relação aos momentos históricos, bem como as “ameaças” existentes à época:

Parece-me oportuno sublinhar que, neste momento, ainda que sob um aspecto sentimental e romântico, se esboça o reinício da mesma atmosfera, só aparentemente nacionalista porquanto a sua finalidade é libertária, inspirada pela Maçonaria, pelo Komitern e pelos agentes do imperialismo yankee. Um livro do sr. Afonso Arinos de Melo Franco (...) intitula-se “O indígena brasileiro e a revolução francesa”, no qual pretende o autor sincronizar os postulados revolucionários do negro “indígena” deste país, evidenciados desde o começo da própria época colonial, com o movimento libertário da Enciclopédia no combate ao mundo e á cultura feudal. Tudo, com o fito de valorizar o indígena, fixando neste uma personalidade que, em seu entender, é a única que deve caracterizar especificamente o Brasil. O escritor Sérgio Buarque de Holanda, no seu livro “Raízes do Brasil”, embora com certa simpatia pelos portugueses, fala do índio e do negro como de valores representativos brasileiros. A contribuição portuguesa foi, no entender desses sociólogos, exclusivamente étnica, quase se limitando a uma colaboração sexual com as indígenas. Eis, em linhas gerais, a geografia da ameaça, intencional, organizada e cautelosa, atualmente pairando sobre a cultura portuguesa nestas terras³³⁹.

³³⁷ Jornal *Diário Popular*, São Paulo, em 13 de maio de 1943, p. 5.

³³⁸ Ofício nº 78, do Consulado de Pernambuco ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 15 de julho de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

³³⁹ Ofício nº 78, do Consulado de Pernambuco ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 15 de julho de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A. Os grifos constam no original.

A citação expressa acima traduz toda a indignação do Cônsul português para com os autores que defendem a importância de outras influências étnicas na cultura brasileira e não somente a portuguesa, como deseja Manuel Anselmo. Tanto é verdade que, um ano depois, em 1943, o Cônsul volta à cena das discussões. Mas, desta vez, mostra grande indignação para com a imprensa brasileira, e o motivo para tamanha irritação é a publicação de um artigo de Mário Melo, intitulado “Língua tupi-guarani”. No referido artigo Melo tece algumas ponderações sobre o memorando enviado pelo general Rondon a Getúlio Vargas e ao ministro Gustavo Capanema comentando de que seria conveniente a criação de uma cadeira da língua tupi-guarani, na Universidade do Brasil. Aliás, no artigo, Melo não só aplaude a sugestão como, também, indica que “o ensino da Língua Tupi deveria ser ministrado nos ginásios e nos colégios”³⁴⁰. Na verdade, o que mais causa indignação ao Cônsul português e o leva a escrever e solicitar providências ao diretor do S.P.N. é a primazia que Melo estabelece à língua tupi-guarani declarando: “foi a língua de nossos avós”³⁴¹.

Contudo, a confusão reinante no país não se limitou às discussões provenientes da falta de espaço para a difusão da língua e cultura portuguesas. É preciso deixar este cenário de discussões acerca da contribuição da língua portuguesa para a cultura brasileira e ressaltar que, em 1940, a Academia das Ciências de Lisboa havia publicado o Vocabulário Ortográfico da Língua Portuguesa e, em 1943 (mesmo ano de publicação da Convenção Ortográfica a ser utilizada em Portugal e no Brasil), a Academia Brasileira de Letras publicou o seu *Vocabulário* e, como não havia concordância entre ambos, o assunto voltou à cena das discussões. Diante desta nova situação, os governos português e brasileiro decidiram “que o melhor caminho a seguir seria a vinda a Portugal duma delegação da academia de Letras, a fim de, conjuntamente com outra da Academia das Ciências de Lisboa, elaborarem nova e definitiva convenção ortográfica”³⁴². E assim ocorreu. De julho a outubro de 1945 a delegação brasileira, constituída pelo historiador Pedro Calmon, Rui

³⁴⁰ MELO, Mário. Língua tupi-guarani. In: *Jornal Pequeno*, Recife, em 6 de abril de 1943, p. 3.

³⁴¹ Idem.

³⁴² REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 121.

Ribeiro Couto, Olegário Mariano e José de Sá Nunes, trabalhou aliada à delegação portuguesa, que era composta por Gustavo Cordeiro Ramos, José Maria de Queiróz Veloso, Luiz da Cunha Gonçalves e Francisco da Luz Rebelo Gonçalves; como resultado direto do trabalho destas duas delegações, ocorreu a assinatura da Convenção Ortográfica Luso-Brasileira, em Lisboa, a 8 de dezembro de 1945³⁴³.

Por fim, a título de conclusão desta parte, destaca-se que o término do Estado Novo no Brasil arrefeceria a aproximação cultural luso-brasileira no que se refere ao aspecto ortográfico e os acordos dela decorrentes, tendo em vista que após a saída do presidente Vargas e a posterior eleição do marechal Eurico Gaspar Dutra à Presidência do país, o governo brasileiro comunica a Martinho Nobre de Mello, Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro que, em virtude de terem “os dois acordos, de 1943 e 1945, sido aprovados no Brasil por decreto simples e não por decreto-lei, como era exigido, o governo brasileiro estava obrigado a submetê-los à aprovação do Congresso”³⁴⁴. Muito embora a intervenção de Vargas por ocasião de sua volta à presidência do Brasil, em 1951, o Congresso brasileiro não efetivou a aprovação da Convenção Ortográfica de 1945. Todavia, as divergências na aplicação do sistema ortográfico nos dois países não arrefeceram as iniciativas de aproximação cultural luso-brasileira, prova disto constitui o acordo de cooperação intelectual, em 1948, e o Tratado de Amizade e Consulta, em 1953, os quais representam uma espécie de produto final deste período de intensa aproximação cultural luso-brasileira³⁴⁵.

Pelo exposto até agora, percebe-se o quanto as relações culturais luso-brasileiras evoluíram por ocasião do Estado Novo brasileiro (1937-1945), tendo em vista os interesses culturais de ambos os países e o fato de que “as afinidades ideológicas têm um papel na aproximação diplomática de Portugal e Brasil (...). É o paralelismo do ‘Estado Novo’ de Salazar e do ‘Estado Novo’ de

³⁴³ *Tratados e actos internacionais: Brasil-Portugal*. Op. cit., pp. 184-201.

³⁴⁴ MAGALHÃES, José Calvet de. MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Op. cit., p. 87.

³⁴⁵ CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Op. cit., pp. 271-275.

Vargas que explica, por exemplo, o Acordo de 1941”³⁴⁶. Todavia, o estreitamento das relações luso-brasileiras processar-se-á, também, no campo econômico, principalmente por ocasião da assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1933 entre Brasil e Portugal, em 1941, cuja análise será abordada no próximo capítulo.

³⁴⁶ LAFER, Celso. Prefácio. In: MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. Op. cit., p. 16.

CAPÍTULO 3

EXPANSÃO DO INTERCÂMBIO COMERCIAL LUSO- BRASILEIRO

*Estão, pois, abertos novos horizontes
às relações econômicas luso-brasileiras.
Nas negociações do novo Tratado e nestes trabalhos
que as preparam há a segurança da
intensificação das relações comerciais luso-brasileiras³⁴⁷.*

A Revolução de 1930 acarretou inúmeras transformações no país. Dentro deste quadro destaca-se o aspecto econômico e as relações desenvolvidas por Getúlio Vargas, nesta área, a partir da década de trinta do século XX. Afinal, com Vargas à frente do executivo nacional, o país afastou a tradicional relutância brasileira no que respeita à assinatura de tratados comerciais com a sua antiga metrópole. Dentro deste quadro destaca-se o Tratado de Comércio e Navegação, assinado no Rio de Janeiro, a 26 de agosto de 1933, e o Protocolo Adicional a este, assinado em Lisboa, em 21 de julho de 1941.

Como poderá ser constatado neste capítulo, o decreto do Estado Novo no Brasil, em 10 de novembro de 1937, e as afinidades ideológicas luso-brasileiras daí resultantes abriram espaço para uma intensificação nas relações

econômicas entre Brasil e Portugal. Também poderá ser observado que Portugal assumiu a frente nestas negociações de reaproximação, afinal, a iniciativa do envio da missão econômica portuguesa ao Brasil – que desenvolveu amplo trabalho em defesa do aumento nas relações econômicas luso-brasileiras – partiu e teve impulso direto do governo português.

3.1 A política externa econômica luso-brasileira durante a vigência do Estado Novo no Brasil

Em meados da década de trinta do século XX, o cenário internacional ainda vivenciava um retraimento do comércio em virtude da crise deflagrada pelo *crack* da Bolsa de Valores de Nova York, em outubro de 1929. Associado a este fator, aponta-se o fato dos governos do Brasil e de Portugal – com peculiaridades e nuances próprias – assumirem uma fisionomia de caráter nacionalista e autoritária, originando, em ambos os países o Estado Novo. Entretanto, em termos de condução política há variações entre as duas nações, pois enquanto Getúlio Vargas investia em um incipiente processo de industrialização com base em uma formação social e sindical tutelada pelo Estado – por meio da adoção de uma legislação trabalhista –; por outro lado, “Salazar imaginava a indústria tão somente para abastecer as necessidades internas e mantinha o país no estágio do agrarismo para fazer de *Portugal horta e pomar da Europa*”³⁴⁸.

No caso do primeiro, a política externa desenvolvida pelo presidente Getúlio Vargas objetivava conter o quadro econômico e financeiro internacional gerado pela crise de 1929. A ocorrência desta crise, apesar de ser negativa para as exportações de café³⁴⁹, acaba gerando um saldo positivo para o Brasil, traduzido por incrementos na industrialização do país, tendo em vista que a

³⁴⁷ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 17 de novembro de 1941, p. 2.

³⁴⁸ RAMPINELLI, Waldir José. As relações do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com Portugal – as razões da contradição de JK. In: *VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais – A questão social no novo milênio*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004, p. 8. Grifo do autor.

³⁴⁹ “O preço médio do café no exterior cai de 4.71 libras em 1929 para 2.69 em 1930; a produção, em 1929, atinge 28.941.000 sacas e a exportação 14.281.000, sem se falar nos estoques acumulados”. FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, p. 242. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

redução nas exportações ocasiona a falta de recursos em moeda estrangeira para a importação de produtos industrializados e que, diante dessa nova realidade, resta ao Brasil a alternativa da produção interna em substituição às importações³⁵⁰. Destaca-se que em todo este processo há uma forte tendência centralizadora da economia e com o advento do Estado Novo no Brasil esta se acentuou ainda mais³⁵¹.

Neste sentido, a industrialização do Brasil era apontada como a solução para o rompimento com o agrarismo e a monocultura, pois para Getúlio Vargas era necessário pôr fim à situação gerada pelo provincianismo da Constituição de 1891, a qual estabelecia ao Brasil a mera condição de simples fornecedor de matéria-prima e consumidor de produtos manufaturados³⁵². Entretanto, para o fomento do mercado interno, tornava-se cada vez mais necessário o incremento das exportações brasileiras; afinal, para Vargas, estas eram tidas como “fator primordial da riqueza nacional”³⁵³. Portanto, neste momento, observa-se uma mudança de posicionamento em relação ao sistema internacional, afinal, há o desenvolvimento de uma prática de inserção positiva

³⁵⁰ Com relação ao crescimento industrial, o historiador Edgard Carone esclarece que “o fenômeno do crescimento industrial, na verdade, é mundial e o Brasil é um dos países que mais expandiram percentualmente a sua produção, entre 1930 e 1938: com o índice 100 em 1929, o Japão lidera o aumento, passando de 94,8 para 473,0, isto é, 378,2%; a Rússia vai de 130,9 para 470, com 339,1%; o Brasil, de 77,2 chega a 192,6, com 115,4%; a Holanda, de 102,1 passa a 104,1, com 2,0%; a Alemanha, de 85,9 chega a 126,2, com 40,3%. Se focalizarmos o caso particular de cada atividade brasileira, vemos que, entre 1930 e 1939, os produtos transformados crescem de 70 para 229%; a produção extrativa mineral, de 93 passa a 317%; a produção industrial básica vai de 146 para 1.192%”. CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976, pp. 57-58.

³⁵¹ Com relação a este ponto Pedro Cezar Fonseca informa que “a Constituição de 1937, em seus artigos 15 e 16, enumera nada menos que trinta e oito itens de competência exclusiva da União, enquanto o artigo 20 dá a ela competência privativa para decretar impostos sobre importações de mercadorias, de consumo, de renda e de transferência de fundos para o exterior (...). Os artigos 74 e 75 enumeram mais vinte prerrogativas exclusivas do Presidente da República, destacando-se a possibilidade de decretar estado de emergência, intervir nos estados e dissolver a Câmara de Deputados. Dentro desta perspectiva, intervencionismo, regime ditatorial e esvaziamento do poder político dos estados apresentam-se como aspectos indissociáveis de um mesmo processo cujo resultado associou-se ao fortalecimento da economia nacional ou, em outras palavras, à modernização e ao aprofundamento das relações capitalistas no país”. FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, pp. 254-255.

³⁵² VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, pp. 53-54.

³⁵³ Idem, p. 213.

dentro da nova ordem mundial em construção³⁵⁴, ou seja, “pela articulação das políticas externa e interna, buscavam-se insumos e oportunidades de fora para promover um desenvolvimento auto-sustentado, promovido de dentro”³⁵⁵.

Do lado português, todavia, a política externa não constituiu foco de interesse principal do Estado Novo em Portugal; muito pelo contrário, na prática, o que se verifica é que as questões externas são tomadas como uma preocupação secundária; este posicionamento irá perdurar até o início da guerra civil espanhola, em 1936³⁵⁶. Até este momento, o governo de Salazar direciona a sua atenção à resolução dos problemas internos e à consolidação do Estado Novo português, evidenciando um traço típico da diplomacia portuguesa, que pode ser traduzido pela marginalização dos conflitos europeus³⁵⁷.

Contudo, com o passar do tempo, a política externa portuguesa salazarista irá adquirir uma outra fisionomia e assentar-se-á, basicamente, em três pontos: na defesa do império colonial, na independência do poderio espanhol e, como não poderia deixar de ser, na sobrevivência do Estado Novo português com base no apoio luso-britânico, na amizade peninsular e na aliança luso-brasileira³⁵⁸. Assim, as relações luso-brasileiras constituíam “ao lado da aliança britânica e da estreita amizade peninsular, uma constante subentendida da política externa portuguesa”³⁵⁹.

Desta forma, o desejo da constituição de uma comunidade luso-brasileira orientou a política externa portuguesa em relação ao Brasil³⁶⁰. Para acalantar este projeto de relações amistosas contribuía “o fato de o Brasil ser

³⁵⁴ ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998, p. 44.

³⁵⁵ CERVO, Amado Luiz. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: Ed. da UnB, 1994, p. 21.

³⁵⁶ A guerra civil espanhola teve início em 18 de julho de 1936 e se estendeu até 1º de abril de 1939.

³⁵⁷ ROSAS, Fernando. Saber durar (1926-1949). In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal – o Estado Novo (1926-1974)*. Portugal: Editorial Estampa, 1998, p. 295.

³⁵⁸ Antônio de Oliveira. *Discursos e notas políticas (1935-1937)*. v. II. Coimbra: Coimbra Editores, 1945, p. 146.

³⁵⁹ NOGUEIRA, Franco. *As crises e os homens*. Lisboa: Ática, 1971, p. 499.

³⁶⁰ ROSAS, Fernando. Saber durar (1926-1949). Op. cit., p. 76.

uma ex-colônia portuguesa e de parte das suas classes dominantes descender de portugueses”³⁶¹. Manuel Machado também reafirma este pensamento e, inclusive, vai além ao destacar que:

*Os fundamentos de uma Comunidade Luso-Brasileira assentam também e, muito especialmente, em interesses mútuos de ordem material, tanto econômicos como geopolíticos e estratégicos, para além das bases essenciais da formação histórica, da unidade lingüística e das vivas e reais afinidades sócio-culturais*³⁶².

Aliás, em janeiro de 1943, Cristóvam Dantas³⁶³ corrobora este pensamento ao escrever no jornal *Diário da Noite* um interessante artigo intitulado “A lei do destino”. Nele, o autor comenta a nomeação do gaúcho João Neves da Fontoura como Embaixador brasileiro, em Portugal. Algumas das considerações apontadas por Dantas tornam-se muito interessantes na medida em que o autor faz uma análise da formação de vastos aglomerados políticos e econômicos como a confederação dos povos anglo-saxônicos e avalia a possibilidade de crescimento de países como a França, China, Índia, entre outros. Entretanto, o que interessa diretamente a este trabalho é a sua análise a respeito da aproximação luso-brasileira, tendo em vista o fato de o autor apresentá-la como algo próprio, afinal, “a geografia e a história se combinaram a fim de que um fitasse eternamente o outro. Portugal, vértice ocidental do Continente europeu, prolonga-se, por assim dizer, no Brasil, ponta oriental extrema da América”³⁶⁴. Mais instigante ainda é a avaliação feita pelo autor no que diz respeito às vantagens que essa aproximação poderia resultar ao Brasil:

Portugal pode oferecer ao Brasil uma base de primeira ordem (...). As suas colônias, na orla atlântica, constituem fundamentos valiosos para a política de transbordamento

³⁶¹ SOUZA, Paula Margarida Fontes de. *Dívida externa brasileira e os portadores de títulos em Portugal (1930-1940)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras do Porto, em 1999.

³⁶² MACHADO, Manuel de Sá. *Para uma comunidade luso-brasileira*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973, p. 44.

³⁶³ Cristóvam Dantas é diretor da Publicidade e Propaganda e Serviços Estatísticos da Secretaria de Agricultura do governo de São Paulo.

³⁶⁴ DANTAS, Cristóvam. A lei do destino. Jornal *Diário da Noite*, Lisboa, em 25 de janeiro de 1943, p. 3.

extra-americano, que teremos de levar a efeito. Guiné é o ponto do continente africano mais próximo da América do Sul. Angola é fronteira a Pernambuco e Baía. Cabo Verde é indispensável à travessia aérea do Atlântico Sul, apoiando-se em Fernando de Noronha. Moçambique facilita as comunicações com a Rodésia e a União Sul-Africana. Os Açores são imprescindíveis à navegação aérea e marítima entre a Europa e a América do Norte. Macau está às portas da China, quantitativamente o maior mercado de consumo da terra, onde algum dia ingressaremos³⁶⁵.

Além disso, o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, também originou algumas transformações na economia do Brasil e de Portugal. Ao primeiro propiciou um incentivo à sua política de industrialização, na medida em que restringiu a oferta de mercados exportadores e proporcionou a sua paulatina substituição por produtos nacionais, tendo em vista que “as importações oriundas dos países beligerantes registraram um declínio considerável”³⁶⁶. Ao segundo, causou inúmeras transformações no momento em que o comércio, a indústria e a agricultura passaram a sofrer com as duras sanções advindas das restrições ocasionadas pelo bloqueio britânico – muito embora a posição geográfica estratégica de Portugal, que lhe possibilitava estar na encruzilhada das grandes rotas marítimas do mundo. Assim, esta nova situação levou à procura de novas alternativas de desenvolvimento para a economia portuguesa; no caso, uma saída encontrada foi a iniciativa de incremento das relações comerciais luso-brasileiras.

A neutralidade portuguesa no conflito da Segunda Guerra Mundial possibilitou uma concentração de esforços no sentido do aumento da sua produção – com a conseqüente diminuição no número das importações –, associado a isto há que se destacar, também, a produção do seu império

³⁶⁵ DANTAS, Cristóvam. A lei do destino. Op. cit., p. 3.

³⁶⁶ Ofício de 31 de dezembro de 1939. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1939. O mesmo documento ainda apresenta cifras interessantes do ponto de vista da queda das importações brasileiras durante o ano de 1939, como a informação de que “da Inglaterra foram importados em outubro 12.798 contos de mercadorias, contra 44.233 em outubro de 1938; da Alemanha 12.450 contos, em vez de 19.370 contos em outubro de 1938; os Estados Unidos passaram a ocupar o primeiro lugar nas importações com 15.172 contos, contra 17.643 em outubro de 1938”.

colonial; tudo isto gerou, é claro, um aumento junto à sua balança comercial³⁶⁷. Este fenômeno persistirá com o avançar da guerra, tanto que, em 1942, um relatório da Embaixada brasileira em Lisboa, sobre o aspecto econômico de Portugal, informa que “as importações continuam a diminuir em detrimento de certos setores da vida econômica e industrial do país, enquanto que a exportação, embora em menor volume, aumenta em valor em vista do elevado preço de alguns dos produtos exportados”³⁶⁸.

No caso brasileiro, o artigo do jornal *Correio Português*, publicado em 13 de outubro de 1939, ao chamar a atenção para as oportunidades de crescimento que a Segunda Guerra poderia gerar ao estado de São Paulo – que já figurava como o maior pólo de desenvolvimento do país – oferece um panorama geral sobre as possibilidades de expansão que o avançar da guerra ocasionaria ao estado paulista. Segundo o texto do artigo:

*Pensam os meios lusos de São Paulo que a guerra pode proporcionar-nos oportunidade que em tempo normal não foram possíveis. É agora boa altura dos representantes do governo português no Brasil entrarem em entendimentos com a “Comissão de Defesa da Economia Nacional”, que preside o Ministro Sr. João Alberto de Barros, para que Lisboa seja o centro de abastecimento de produtos brasileiros para toda a Europa, pelo menos enquanto durar a guerra atual*³⁶⁹.

Não se desconsidera estas alterações na fisionomia do país que, com Vargas à frente do executivo nacional, saiu de uma condição agrária e deu um salto em direção à industrialização. Não obstante, no que respeita ao comércio

³⁶⁷ Este fato pode ser comprovado pela análise das informações contidas no relatório emitido pela Embaixada do Brasil em Lisboa, documento enviado em 31 de janeiro de 1939, onde se afirmava que “as importações oriundas dos países beligerantes registraram um declínio considerável: da Inglaterra foram importados em outubro 12.798 contos de mercadorias, contra 44.233 em outubro de 1938; da Alemanha 12.450 contos, em vez de 19.370 contos em outubro de 1938; os Estados Unidos passaram a ocupar o primeiro lugar nas importações com 15.172 contos, contra 17.643 em outubro de 1938”. Relatório nº 12, enviado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 31 de dezembro de 1939. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1939.

³⁶⁸ Relatório nº 6, enviado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, em 30 de junho de 1942. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1942.

³⁶⁹ Uma excelente oportunidade para o intercâmbio comercial entre Portugal e Brasil. *Jornal Correio Português*, Lisboa, em 13 de outubro de 1939, p. 1.

externo, o Brasil ainda preservava antigos vícios, como a falta de diversificação nos mercados de consumo, com domínio quase que absoluto de determinados países. Como exemplo desta afirmação cita-se o fato de que em 1940, dos 67 países com os quais o Brasil mantinha relações comerciais – pelo menos na teoria – apenas 8 perfaziam um total de 92,36% das exportações brasileiras no momento citado³⁷⁰. Desta leitura, depreende-se o limitado número de países onde o Brasil poderia colocar seus produtos (e Portugal, praticamente, não figurava entre eles), ou seja, apesar do eco de conquistas de novos mercados difundido pelo governo brasileiro, na prática isto não se concretizava. Logo, a intensificação nas relações comerciais luso-brasileiras poderia amenizar esta situação.

Em contrapartida, o aprofundamento das relações luso-brasileiras ocasionaria, simultaneamente, a afirmação do Brasil e de Portugal no cenário internacional e o fortalecimento nacional de ambos os governos, de forma a articular política externa e projeto nacional³⁷¹. É claro que não se pode cometer o equívoco de se imaginar que o aumento do comércio luso-brasileiro, simplesmente, resolveria os problemas decorrentes das necessidades portuguesas e brasileiras, até porque ambos os países necessitavam de produtos os quais, nem Portugal, nem o Brasil, teriam condições de produzir, pois o Brasil precisava “em primeiro lugar de máquinas, equipamentos e matérias-primas que lhe não podemos fornecer. Por nossa parte, nós carecemos, igualmente, de maquinaria, equipamentos e matérias-primas que o Brasil não está em condições de fornecer-nos”³⁷².

Além destes aspectos, como deixa claro o artigo “Uma excelente oportunidade para o intercâmbio comercial entre Portugal e o Brasil”, publicado no jornal *Correio Português*, o bloqueio marítimo decorrente da Segunda Guerra Mundial é apontado como um possível ponto de argumento a ser

³⁷⁰ Os países referidos são: Estados Unidos com 36,18%; a Alemanha com 17,05%; a Inglaterra com 9,07%; a França com 6,36%; o Japão com 4,99%; a Holanda com 3,32%; a União Belgo-Luxemburguesa com 3,16% e a Itália com 2,22%. Relatório do Dr. Waldemar da Fonseca Araújo – Secretário da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, em 2 de abril de 1940. M. N. E. 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

³⁷¹ CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. da UNESP; FAPESP, 2000, pp. 15-16.

³⁷² As relações comerciais entre Portugal e Brasil. *Separata do Boletim Financeiro do Banco Português do Atlântico*. Portugal: Gráficas de “O Comércio do Porto”, out. de 1948, p. 3.

utilizado por Portugal, para o desenvolvimento da política de reaproximação luso-brasileira, pois, de acordo com o artigo, “um entendimento de emergência para o período da guerra abriria ao comércio brasileiro todos os mercados europeus com múltiplas vantagens de pagamento imediato em divisas ouro e sem incertezas de procura ou concorrência”³⁷³. Inclusive, o texto final do artigo confirma este posicionamento ao lembrar que os portugueses teriam como compensação “melhores pautas para as exportações portuguesas para o Brasil e retomariamos aquele mercado que nos vem fugindo dia a dia”³⁷⁴. As justificativas apresentadas no texto ainda englobavam outros argumentos econômicos, tais como:

*A nossa neutralidade e a do Brasil garante livre curso aos nossos navios no Atlântico Sul, que assim dispensam formação de comboios onerosos e encurtam a rota com tais precauções para 3 ou 4 dias, que é quantos dias está Lisboa dos portos franceses, ingleses, belgas e holandeses, que ambicionam o abastecimento de produtos coloniais*³⁷⁵.

O governo português, ciente destas necessidades e visando aprofundar as relações comerciais luso-brasileiras, desempenhará uma importante função nesta tarefa de intensificação comercial entre os dois países. Nesta direção, concorda-se com Edgar Telles Ribeiro, quando ele afirma que é de fundamental importância o papel do Estado nesses processos de aproximação internacional, de modo a facilitar os fluxos de troca entre os países envolvidos³⁷⁶. Desse modo, constata-se que Portugal adotará todas as medidas disponíveis ao seu alcance com a finalidade de incrementar as relações econômicas luso-brasileiras e, para isto, um dos principais passos adotados foi a “revisão” do tratado comercial de 1933, por meio do protocolo adicional de 1941.

³⁷³ Notícia veiculada no jornal *Correio Português*, Lisboa, em 13 de outubro de 1939, p. 2.

³⁷⁴ *Idem*.

³⁷⁵ *Ibidem*.

3.2 O Tratado de Comércio e Navegação de 1933

Os reflexos da onda protecionista – ocasionada pela crise econômica de 1929 – associados à política nacionalista de Getúlio Vargas ocasionaram algumas alterações nas relações comerciais luso-brasileiras, tanto que, desde o final da década de vinte, o comércio entre os dois países mostrava-se em franco declínio³⁷⁷. Visando alterar este quadro, o governo português inicia uma série de ações que objetivavam a reaproximação entre portugueses e brasileiros. Em virtude disto, as primeiras ações são direcionadas no sentido de “conter a tradicional relutância brasileira em firmar acordos comerciais” com Portugal³⁷⁸.

A assinatura de um tratado comercial luso-brasileiro, em escalas diferentes, interessava tanto ao Brasil como a Portugal. Ao primeiro, porque o aumento nas exportações poderia assegurar a estabilidade interna, na medida em que resolveria o caso das exportações brasileiras, pois “a situação da lavoura era precária em vista da baixa dos preços dos produtos agrícolas e da dificuldade crescente de sua colocação nos mercados”³⁷⁹. Há, ainda, que se ter em mente que a assinatura de um tratado comercial com Portugal era importante porque os produtos brasileiros não tinham condições de competir com aqueles produzidos em áreas coloniais³⁸⁰.

Entretanto, a Portugal interessava sobremaneira esse intercâmbio comercial. Em primeiro lugar, porque precisava reduzir a dependência portuguesa em relação à Inglaterra e, em segundo, porque “entre os principais artigos de exportação do Brasil figuram alguns que constituem produção

³⁷⁶ RIBEIRO, Edgar Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989, p. 15. (Coleção Relações Internacionais)

³⁷⁷ De acordo com Eulália Maria Lobo, esse declínio poder ser entendido como uma consequência da Primeira Guerra Mundial. LOBO, Eulália Maria Lahmayer. *Portugueses en Brasil en siglo XX*. Madrid: Mapfre, 1994, p. 143.

³⁷⁸ CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro (Org.). *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: Ed. da UnB, 2000, p. 272.

³⁷⁹ Ofício nº 2, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 23 de fevereiro de 1938. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1938.

³⁸⁰ LOBO, Eulália Maria Lahmayer. *Portugueses en Brasil en siglo XX*. Op. cit., pp. 190-193.

essencial do nosso solo e dos nossos domínios ultramarinos”³⁸¹, o que indicava a necessidade da intervenção portuguesa no assunto.

Estas argumentações justificam o empenho – em proporções diferenciadas – dos dois países na assinatura de um tratado comercial luso-brasileiro. Contudo, muito embora o fato deste realizar-se na década de trinta, as primeiras tentativas datam de um período muito anterior. Já no início do século XX, em 1901, o Brasil tentava negociar com Portugal a isenção de direitos sobre os seus produtos mais importantes na pauta de exportação, ou seja, o café, o açúcar e o cacau, propondo, em troca, não aplicar os 20% sobre o vinho e as conservas portuguesas exportadas para o Brasil³⁸². Todavia, Portugal não atendeu às sugestões feitas pelo governo brasileiro e este, apesar da negativa portuguesa, não usufruiu o acréscimo de 20%, muito pelo contrário, concedeu-lhe a tarifa mínima, sem levar em conta outro tipo de compensação³⁸³.

Após um ano, em 1902, foi a vez de Portugal apresentar ao Brasil o esboço de um tratado comercial luso-brasileiro. A proposta delineava-se pela regra de nação mais favorecida e propunha a redução dos direitos sobre alguns produtos brasileiros exportados mediante igual concessão aos vinhos e outras mercadorias portuguesas exportadas para o Brasil. O referido acordo comercial não chegou a ser assinado, pois suas determinações de redução eram quase que insignificantes o que, por sua vez, só favoreceria a um ou outro importador de Portugal ou do Brasil e não resultaria no objetivo principal, o qual consistia no aumento do comércio luso-brasileiro³⁸⁴. Contudo, merece destaque o fato de que estes primeiros anos do século XX, em decorrência destas tentativas de negociações comerciais luso-brasileiras, originaram a idéia de desenvolvimento do porto de Lisboa “transformando-o com os seus

³⁸¹ As relações comerciais entre Portugal e Brasil. *Separata do Boletim Financeiro do Banco Português do Atlântico*. Portugal: Gráficas de “O Comércio do Porto”, out. de 1948, p. 3.

³⁸² O Congresso Nacional havia autorizado o governo brasileiro a aumentar em 20% os direitos sobre as mercadorias importadas de países que não favorecessem os produtos brasileiros.

³⁸³ FONSECA, Landulpho Borges da. Relações comerciais luso-brasileiras. In: *Jornal Correio da Manhã*, Lisboa, em 23 de outubro de 1938, p. 3.

³⁸⁴ *Idem*.

armazéns gerais em grande entreposto dos produtos brasileiros na Europa”³⁸⁵ e, muito embora esta tentativa de criação de um porto franco não tenha tido completo êxito, ela tornou possível que:

*Em 1905 se inaugurasse o serviço diário do Sud-Express de Lisboa a Paris, em combinação com as carreiras de navegação que ligavam a Europa à América do Sul através do porto de Lisboa, do que resultou inquestionavelmente uma maior aproximação entre Portugal e o Brasil, aproximação esta que as relações comerciais favoreciam*³⁸⁶.

A partir deste momento, as tentativas de incremento nas relações comerciais luso-brasileiras ficariam um pouco adormecidas por um determinado período. Muito embora seja digno de destaque que Portugal mantenha nos primeiros vinte anos do século XX uma importante posição junto ao mercado brasileiro³⁸⁷. Sobre os produtos portugueses exportados para o Brasil neste período, Armando Gonçalves Pereira informa que “é principalmente nos produtos destinados à alimentação que ocupamos um lugar importante entre os demais concorrentes, ficando à cabeça, como é natural, os vinhos, e seguindo-se os azeites, as frutas e as conservas”³⁸⁸.

Passado este momento e, principalmente após a proclamação da República, em Portugal, ocorre uma intensificação nas tentativas de reaproximação luso-brasileira. Neste sentido, merece destaque a iniciativa de retomada da assinatura de um acordo comercial luso-brasileiro que ocorre por

³⁸⁵ PEREIRA, Armando Gonçalves. *Relações econômicas luso-brasileiras*. Coimbra: Coimbra Editora, 1942, p. 23.

³⁸⁶ Idem.

³⁸⁷ Sobre o regimento legal das relações luso-brasileiras durante o período de 1892 a 1933, Antônio da Silva Rego informa que elas tinham por bases os seguintes aspectos: “1º – Declaração entre Portugal e Brasil para proteção das marcas de fábricas e de comércio, assinado no Rio de Janeiro em 29 de outubro de 1879, assinada pelo visconde Borges de Castro e por A. Moreira de Barros. 2º – Convenção de arbitragem, assinada em Petrópolis, a 25 de março de 1909, confirmada e ratificada por carta de 7 de fevereiro de 1911, e ratificada pelo Brasil em 9 de março de 1911, assinada por Rio Branco e pelo conde de Selir. 3º – Acordo de 3 de setembro de 1889, para proteção da propriedade literária, assinada por D. G. Nogueira Soares e por José Francisco Diana. 4º – Carta de confirmação e ratificação duma convenção especial sobre propriedade literária e artística entre Portugal e o Brasil, assinada no Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1922”. REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1965, p. 102-103.

ocasião da visita oficial do presidente português Antônio José de Almeida ao Brasil, em setembro de 1922, em virtude das comemorações do primeiro centenário da emancipação política do Brasil³⁸⁹. Nesta ocasião, o economista português Francisco Antônio Correia – integrante da comitiva presidencial – conversou com pessoas da área econômica do Brasil na tentativa de lograr a assinatura de um acordo comercial luso-brasileiro que pretendia a “isenção de direitos para alguns dos seus principais artigos de maior consumo entre nós e a redução de 25% a 60% a favor de todos os outros”³⁹⁰. Contudo, o governo português não obteve êxito em suas intenções³⁹¹, pois “o mandato presidencial de Epitácio Pessoa terminava em 15 de novembro daquele ano, e a administração brasileira de então não estava interessada em encetar negociações ou celebrar acordos”³⁹².

Após um ano, houve uma nova tentativa de assinatura de um acordo na área econômica. Desta vez, o governo português apresenta ao Parlamento, em 7 de dezembro de 1923, um projeto de lei pelo qual autorizava Francisco Correia a negociar com o governo brasileiro um acordo comercial³⁹³. Este propunha a redução tarifária de alguns produtos brasileiros importados pelos

³⁸⁸ PEREIRA, Armando Gonçalves. *Relações econômicas luso-brasileiras*. Op. cit., p. 23.

³⁸⁹ “A missão portuguesa, de que faziam parte os escritores Jaime Cortesão e João de Barros e o economista Francisco Antônio Correia, embarcou no paquete português Porto, que, em virtude de vários contratemplos, chegou ao Rio de Janeiro apenas em 17 de setembro, dez dias após a cerimônia de inauguração das comemorações. Esse involuntário atraso constituiu uma circunstância favorável à extraordinária recepção dada pelos brasileiros ao presidente português, que foi assim recebido isoladamente, sem ficar misturado com a trintena de delegações oficiais estrangeiras presentes no Rio de Janeiro”. MAGALHÃES, José Calvet de. *As relações Brasil-Portugal de 1895 a 1953*. In: CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro. *Depois das caravelas*. As relações entre Portugal e Brasil (1808-2000). Brasília: Edit. da UnB, 2000, p. 83.

³⁹⁰ FONSECA, Landulpho Borges da. *Relações comerciais luso-brasileiras*. Op. cit., p. 3.

³⁹¹ De acordo com o historiador da diplomacia portuguesa José Calvet de Magalhães, “o único acordo assinado, preparado por Jaime Cortesão e João de Barros, foi uma convenção sobre propriedade literária e artística, firmada em 26 de setembro, que só viria a ser ratificada em 4 de abril de 1924, durante a presidência de Teixeira Gomes”. CERVO, Amado; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro (Org.). *Depois das caravelas*. As relações entre Portugal e Brasil (1808-2000). Op. cit., p. 83.

³⁹² Idem.

³⁹³ Esse forte empenho português em intensificar as relações comerciais luso-brasileiras deve-se, em grande parte, ao fato de que “por esse tempo, a balança comercial luso-brasileira oscilava a favor do Brasil, pois em 1923, ano seguinte ao projetado acordo, as estatísticas brasileiras indicavam que as exportações para Portugal haviam ascendido a 72.960 contos de réis brasileiros e a importação de artigos lusitanos, no mesmo ano, a 46.943 contos”. PEREIRA, Armando Gonçalves. *Relações econômicas luso-brasileiras*. Op. cit., p. 25.

portugueses. Mas, novamente, em decorrência da adoção de medidas protecionistas brasileiras, o referido acordo não acontece³⁹⁴. A partir deste momento seria necessário mais uma década para que, finalmente, cedesse ao apelo português e firmasse um acordo econômico luso-brasileiro. É claro que muitos fatores contribuíram para isto.

Em 1933, com Getúlio Vargas na presidência brasileira, Portugal inicia uma nova tentativa referente à negociação de um acordo comercial com o Brasil. Desta vez, o embaixador português Martinho Nobre de Mello e o ministro das Relações Exteriores do Brasil, Afrânio de Melo Franco, obtiveram êxito nas suas negociações, pois em 26 de agosto de 1933, no Rio de Janeiro, foi assinado um tratado de comércio luso-brasileiro³⁹⁵.

O referido acordo tinha por base os princípios de liberdade de comércio e navegação, da reciprocidade e da cláusula de nação mais favorecida³⁹⁶. De acordo com o ministro Afrânio de Melo Franco, pelo acordo “ficam estabelecidas as regras que permitem tornar mais intensas e mais rodeadas de garantias recíprocas as boas e prósperas relações mercantis entre Portugal e Brasil”³⁹⁷. O tratado comercial luso-brasileiro de 1933, ainda, determinava a proteção das marcas e designações as quais interessavam ao Brasil, como no caso da produção cafeeira – café do Brasil, tipo Santos, tipo Sul de Minas, tipo Rio etc. – e a Portugal como o vinho – do Porto, de Madeira, de Setúbal etc. –, também previa o estabelecimento de uma zona franca com regalias para os produtos do Brasil e de Portugal³⁹⁸.

Assim, em virtude da adoção da cláusula de nação mais favorecida, Portugal conseguiu obter algumas vantagens com relação ao Brasil – nada que aumentasse substancialmente as exportações portuguesas –, pois Portugal

³⁹⁴ MAGALHÃES, José Calvet de. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997, p. 58.

³⁹⁵ Sobre esse tratado, Magalhães informa que ele “foi ratificado por Portugal em 6 de novembro, e pelo Brasil em 26 de dezembro desse ano. Os instrumentos de ratificação foram trocados no Rio de Janeiro em 25 de fevereiro de 1934”. MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999, p. 84.

³⁹⁶ Artigo terceiro do Tratado de Comércio e Navegação de 1933.

³⁹⁷ *Jornal O Comércio do Porto*, Porto, em 13 de setembro de 1933, p. 1.

³⁹⁸ Artigos quinto, sexto e oitavo, respectivamente, do Tratado de Comércio e Navegação de 1933.

dispunha da “entrada livre, nas alfândegas brasileiras, das frutas portuguesas; ao passo que as nossas frutas estão sujeitas ao pagamento, em Portugal, de direitos aduaneiros praticamente proibitivos”³⁹⁹. Este saldo positivo à Portugal ocorria em virtude de que no Brasil era livre a entrada das frutas provenientes principalmente da Argentina e dos Estados Unidos (países que concediam ao Brasil igual direito). Os exportadores portugueses usufruíam o mesmo tratamento em razão da cláusula de nação mais favorecida. Na verdade, como Portugal não concedia a nenhum país a isenção de direitos sobre a entrada de frutas em seu território, não poderia fazê-lo em relação ao Brasil, fato que contrariava o preceito de igualdade e reciprocidade estipulado pelo tratado comercial de 1933. Tanto é verdade, que o aspecto referente às exportações de frutas brasileiras para Portugal irá pontuar muitas discussões entre brasileiros e portugueses por ocasião da vinda da missão econômica portuguesa ao Brasil, em 1938.

3.3 A vinda da missão comercial portuguesa ao Brasil em 1938

Muito embora os esforços de Portugal e do Brasil – notadamente do primeiro – o tratado comercial de 1933 não originou o efeito esperado, pois o tão almejado aumento nas trocas comerciais luso-brasileiras não se concretizou. As explicações plausíveis para a frustração nas exportações brasileiras e portuguesas podem ser encontradas, por um lado, justamente no período em que o acordo foi firmado, ou seja, um momento de grande crise mundial, em que se alastrou uma onda protecionista e, também, pela falta de iniciativa dos empresários portugueses⁴⁰⁰, tendo em vista que “os exportadores portugueses, quer por não estarem preparados para a luta com outros concorrentes europeus, quer por não disporem de meios suficientes, não acompanhavam as exigências que o mercado brasileiro oferecia”⁴⁰¹.

³⁹⁹ FONSECA, Landulpho Borges da. *Relações comerciais luso-brasileiras*. Op. cit., p. 3.

⁴⁰⁰ MAGALHÃES, José Calvet de. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Op. cit., p. 60.

⁴⁰¹ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 105.

Por outro lado, no que tange à esfera brasileira, há que se registrar a existência de uma grande preocupação com os problemas econômicos brasileiros e seus possíveis reflexos junto às exportações portuguesas para o Brasil, tanto que em janeiro de 1937, o periódico português *Diário de Notícias*, publicava o artigo “Perspectivas de além-atlântico”, onde demonstrava certa preocupação com a economia brasileira – fato advindo da negativa no que se refere ao esperado aumento das exportações brasileiras em virtude da baixa no preço do café⁴⁰². Neste sentido, nota-se que existe o entendimento de que isto pode afetar a economia portuguesa, daí a necessidade de adoção de medidas que coibissem ou neutralizassem os reflexos da crise brasileira às exportações portuguesas, como se pode constatar no trecho a seguir:

*A questão deve, a nosso ver, merecer as atenções oficiais do governo português e o imediato estudo dos nossos organismos econômicos, para que não soframos a ressaca de uma situação que por várias faces poderia recordar as que já padeceram as relações econômicas luso-brasileiras, de cujo normal desenvolvimento depende uma grande parte da nossa riqueza e do nosso crédito*⁴⁰³.

Assim, uma das primeiras medidas visando estimular o reaquecimento das relações econômicas entre Brasil e Portugal aconteceu em 7 de abril, na Associação Comercial de Lisboa, momento em que houve a conferência “Relações econômicas luso-brasileiras”, proferida pelo Dr. José Caeiro da Matta, Reitor da Universidade de Lisboa e antigo ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal; na ocasião, foi proposto o envolvimento direto do governo português, objetivando solucionar o problema do decréscimo das exportações portuguesas para o Brasil⁴⁰⁴.

⁴⁰² Comentando sobre os baixos índices nas exportações brasileiras, o mesmo jornal ainda refere que “as últimas estatísticas comerciais não são animadoras. O excesso das exportações para o período de janeiro a outubro de 1937 foi apenas de 3.918 mil libras, contra 6.847 mil libras durante o mesmo período de 1936”. Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 13 de janeiro de 1937, p. 5.

⁴⁰³ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 13 de janeiro de 1937, p. 5.

⁴⁰⁴ Ofício nº 16, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 10 de abril de 1938. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1938.

Deste modo, em meados de 1938, é formada em Portugal uma “missão comercial portuguesa”⁴⁰⁵, a qual tinha como objetivo fundamental analisar o “comércio com o Brasil e, sobretudo, as possibilidades existentes para o seu desenvolvimento, a fim de habilitar o governo a realizar oportunamente negociações e reunir elementos que sirvam de orientação à produção e exportação nacionais”⁴⁰⁶. A referida missão era composta pelo antigo ministro do Comércio, Indústria e Agricultura e deputado nacional, o engenheiro Sebastião Garcia Ramires (presidente); por André Navarro, agrônomo, professor e diretor do Instituto Superior de Agronomia; por Luiz Cincinato da Costa, agrônomo e professor do citado Instituto, também Chefe da Repartição Técnica das Indústrias e Comércio Agrícolas; pelo engenheiro Cancela de Abreu, deputado nacional e antigo combatente da Primeira Guerra Mundial e por João Saint-Marie de Moraes, Cônsul de terceira classe em serviço no Ministério dos Negócios Estrangeiros (secretário da missão)⁴⁰⁷.

Antes de se deslocar ao Brasil, a missão comercial portuguesa instalou-se e iniciou os seus trabalhos em uma das salas do Ministério dos Negócios Estrangeiros, que era presidido pelo Presidente do Conselho, Antônio de Oliveira Salazar, o que reafirma o interesse direto do governo português em intensificar as relações comerciais luso-brasileiras neste momento.

Em pronunciamento à nação portuguesa, Costa Leite, ministro do Comércio e Indústria português elaborou um decreto explicando as razões que justificavam a iniciativa portuguesa. Deixando de lado os aspectos puramente econômicos da questão, o ministro português apela para o lado sentimental, ao defender o incremento das relações econômicas luso-brasileiras, tendo em vista que para ele, “os laços fortes de um passado comum, a identidade da língua, as afinidades de raça e a vastíssima colônia portuguesa do Brasil, não

⁴⁰⁵ Esta não era a primeira vez que Portugal adotava este procedimento. Em 1892, foi enviada ao Brasil uma missão especial, a qual tinha por finalidade o estudo de um tratado de comércio luso-brasileiro; a vinda desta missão proporcionou ao professor de Economia, Matoso dos Santos “a negociar um acordo com reais vantagens para Portugal, como, por exemplo, a redução exclusiva para os produtos portugueses de 30% de direitos de importação no Brasil. Mas o tratado, apesar de negociado, não chega a ser ratificado e, portanto, fica sem validade”. PEREIRA, Armando Gonçalves. *Relações econômicas luso-brasileiras*. Op. cit., p. 22.

⁴⁰⁶ O decreto foi divulgado no jornal *Correio da Manhã*, Lisboa, em 21 de julho de 1938, p. 5.

⁴⁰⁷ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 106.

só parecem tornar fácil aquele objetivo como impô-lo naturalmente”⁴⁰⁸. Na visão do governo português, o aumento das relações econômicas envolvendo o Brasil e Portugal era tão importante que chegou a constituir matéria para o lançamento de um decreto⁴⁰⁹, no qual o ministro do Comércio e Indústria externou à população portuguesa os motivos de criação da missão comercial especial que seria enviada ao Brasil, conforme descrição a seguir:

Artigo 1 – Será enviada pelo Ministério do Comércio e Indústria uma missão comercial portuguesa ao Brasil, que terá por fim o estudo das condições de desenvolvimento do nosso comércio com aquele país.

Artigo 2 – A missão será constituída por quatro membros de escolha livre do Ministro do Comércio e Indústria, que de entre eles designará o presidente, e por um secretário de legação, designado pelo Ministro dos Negócios Estrangeiros, que será o secretário da missão.

Artigo 3 – A missão terá a duração máxima de noventa dias e apresentará, trinta dias após o seu regresso, um relatório circunstanciado dos estudos e trabalhos realizados.

** Durante o período de trabalhos no país, a missão funcionará em direta dependência do ministério do Comércio e Indústria, que poderá destacar da Direção Geral do comércio o pessoal necessário para assegurar o seu expediente⁴¹⁰.*

Apesar das explicações portuguesas no que diz respeito à constituição da missão comercial portuguesa e a sua ampla divulgação, sua formação à base de engenheiros e agrônomos ligados à administração pública do Estado português ocasionou crítica junto à imprensa portuguesa, tanto que o jornal *O Século* publicou o artigo “Comércio luso-brasileiro” no qual, por um lado, aplaudia a iniciativa do governo português, mas, por outro, tecia críticas ao fato “de não terem sido incorporados numa missão que requer profundos conhecimentos dos mercados português e brasileiro (...), indivíduos

⁴⁰⁸ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 106.

⁴⁰⁹ Este decreto tinha por base o artigo 109 da Constituição portuguesa.

⁴¹⁰ O decreto ainda determinava que os componentes da referida missão teriam ajuda de custos, despesas e transporte (artigo quarto) e contariam, ainda, com uma verba para cobrir as despesas provenientes de representação. *Jornal Diário de Notícias*, Lisboa, em 15 de julho de 1938, p. 3.

perfeitamente integrados nas atividades comerciais e produtoras⁴¹¹ de Portugal.

Ao comentar sobre a formação da missão comercial portuguesa, o *Jornal do Comércio e das Colônias* direciona a sua atenção à questão da decadência do livro português no Brasil, tendo em vista que anteriormente o país havia sido o principal mercado consumidor do produto. O referido jornal destaca que “enquanto os editores brasileiros conseguiram trazer com seguras vantagens o livro do seu país aos grandes centros portugueses, os nossos não conseguiram, senão em proporções quase nulas⁴¹². Com relação a este ponto, torna-se interessante divulgar o posicionamento do Embaixador brasileiro em Portugal, Artur Guimarães Araújo Jorge, pois, no seu entendimento, a missão comercial portuguesa em nada poderia solucionar a questão, tendo em vista que, para ele, os motivos da “decadência do livro português no Brasil são portuguesas, como tantas vezes se tem escrito e só aqui podem ser removidas: basta mencionar o alto preço da impressão, o pesado imposto do selo, o elevado custo do papel e as taxas postais quase proibitivas⁴¹³”.

No Brasil, por sua vez, a vinda da missão comercial portuguesa não gerou um debate tão acalorado quanto o ocorrido em Portugal. Aqui, os comentários direcionaram-se à linha de que as exportações portuguesas para o Brasil diminuiriam muito mais em decorrência de fatores portugueses do que brasileiros. Um artigo de Oto Prazeres, publicado no *Jornal do Brasil*, chega a afirmar que a queda nas exportações portuguesas para o Brasil ocorria em virtude do estabelecimento de uma propaganda ineficiente, pois esta faz “com que os portugueses comprem cada vez menos os produtos do Brasil, substituindo-os pelos similares vindos das colônias africanas⁴¹⁴”. É claro, nesta citação está velada uma crítica à política econômica portuguesa, a qual é tida

⁴¹¹ Comércio luso-brasileiro. In: *Jornal O Século*, Lisboa, em 23 de julho de 1938, p. 5. O mesmo jornal ainda ressalta que o fato “de nenhum comerciante fazer parte da missão portuguesa que vai ao Brasil procurar estreitar os laços econômicos a ligar estreitamente os dois povos do mesmo sangue e da mesma raça vem mais uma vez demonstrar que em Portugal o conceito inglês que manda colocar em cada lugar o indivíduo mais próprio para o ocupar ainda não se pratica inteiramente, como seria para desejar”.

⁴¹² *Jornal do Comércio e das Colônias*, Lisboa, em 24 de julho de 1938, p. 2.

⁴¹³ Ofício nº 226, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 23 de julho de 1938. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1938.

como a responsável pela adoção de uma prática de concorrência desleal aos exportadores brasileiros, na medida em que favorece a importação de produtos adquiridos no império colonial português.

Desta forma, a partir de um decreto governamental, a missão comercial portuguesa deslocou-se para o Brasil⁴¹⁵, em setembro de 1938, com o objetivo de estudar as relações econômicas luso-brasileiras e formas de incentivar o seu incremento. Ao despedir-se da missão, o ministro do Comércio e Agricultura destacou detalhadamente os seus objetivos:

Não ides negociar tratados, nem colocar produtos. Não sois nem agentes diplomáticos, nem agentes comerciais. Ides observar, estudar e reunir elementos, com a colaboração de entidades oficiais e particulares, com os quais tereis longo contato, estabelecendo assim a base fundamental de futuros acordos e de um maior desenvolvimento de relações econômicas com o Brasil⁴¹⁶.

A missão comercial portuguesa, a bordo do “Arlanza”, chegou no Rio de Janeiro, no dia 8 de agosto de 1938; foi recebida por autoridades diplomáticas portuguesas residentes no Brasil e membros do governo brasileiro. Logo após a sua chegada e visando pôr em prática os seus objetivos, os componentes da missão visitaram os mais importantes Estados e capitais do Brasil.

O objetivo da missão portuguesa era, essencialmente, estudar e encontrar formas de incremento do comércio luso-brasileiro; contudo, um outro ponto chama a atenção: além do aspecto econômico, a missão também tinha um caráter cultural, de difusão do ideal estadonovista português, pois ela além de ter “prestado um relevante serviço para um maior estreitamento de relações culturais luso-brasileiras e, pelo seu fino trato, limando arestas com uma discreta sobriedade, conseguiu chamar a si personalidades que não eram

⁴¹⁴ PRAZERES, Oto. In: Portugal e Nós... *Jornal do Brasil*, Lisboa, em 28 de julho de 1938.

⁴¹⁵ A missão econômica portuguesa teria um período de 60 dias para permanecer no Brasil estudando a realidade e as possibilidades de incremento do comércio luso-brasileiro e outros 30 dias para a elaboração do seu relatório oficial ao ministro do Comércio e Indústria, ao qual estava diretamente subordinada. *Jornal A Noite*, Lisboa, em 15 de julho de 1938, p. 5.

⁴¹⁶ O papel da Missão. In: *Jornal A Voz de Portugal*, Lisboa, em 31 de julho de 1938, p. 2.

simpatizantes do nosso Estado Novo”⁴¹⁷. Neste ponto destaca-se, novamente, a questão do cuidado do Estado Novo português com a difusão de seus ideais e a execução de uma espécie de “catequese política”, como forma de apaziguar os seus principais opositores.

Do lado brasileiro, a recepção à missão comercial portuguesa no Brasil foi muito positiva, até porque grande parte dos exportadores brasileiros a via como uma possibilidade viável ao aumento no número de suas exportações para Portugal, tendo em vista que muitos dos aspectos que tornavam ineficazes o incremento nas exportações luso-brasileiras poderiam ser discutidos e, até, quem sabe, abolidos. Neste sentido, a vinda da missão comercial portuguesa é vista pelos exportadores brasileiros como a “ocasião dos nossos representantes promoverem a eliminação das duas anomalias que colocam o Brasil em posição de inferioridade nas suas relações mercantis com Portugal”⁴¹⁸.

Ora, as duas “anomalias” referidas na manifestação anterior dizem respeito justamente à cláusula de nação mais favorecida – o que resultava num problema para as exportações de frutas brasileiras a Portugal – e, também, a proibição portuguesa de importar farinha de mandioca do Brasil em grande quantidade⁴¹⁹.

Estas discussões em muito permearam o encontro da missão comercial portuguesa e os representantes do Conselho Federal de Comércio Exterior no Palácio do Catete, no Rio de Janeiro. Os produtores brasileiros alegavam que o ponto da proibição de exportação da farinha de mandioca para Portugal deixava de ter razão no momento em que o objetivo português, de aumento na sua produção de farinha, já havia sido alcançado, tanto que o próprio decreto havia sido revogado em Portugal.

⁴¹⁷ Ofício nº 297, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 5 de setembro de 1938. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1938.

⁴¹⁸ FONSECA, Landulpho Borges da. Relações comerciais luso-brasileiras. Op. cit., p. 3.

⁴¹⁹ Esta proibição ocorria em virtude do decreto lei nº 25.598, de 10 de julho de 1935, o qual determinou a desnaturação da farinha de mandioca do Brasil ao indicar que a sua exportação não poderia acontecer sem que houvesse a adição de 2 gramas de azul de metileno por cada 100 kilogramas do produto exportado a Portugal. Este dispositivo português visava o aumento da produção de trigo por parte dos portugueses. Entretanto, os brasileiros reclamavam desta disposição legal portuguesa pelo fato dela não encontrar atitude similar no Brasil.

A outra questão, que gerou amplo debate, está relacionada aos problemas decorrentes das exportações de frutas para Portugal, pois os representantes brasileiros exigiam a reciprocidade na isenção de direitos sobre as frutas frescas, tendo em vista que os portugueses levavam vantagem em consequência da cláusula de nação mais favorecida. Esta discussão acerca da proibição das exportações de frutas brasileiras para Portugal já havia encetado calorosos debates, levando-se em consideração o fato de que “se o Brasil conseguisse isenção de direitos, Portugal se tornaria um mercado apreciável para as nossas frutas, que então passariam a ser cobradas a preços ao alcance de grande número de consumidores”⁴²⁰. Além disso, os exportadores brasileiros citavam especificamente o exemplo da laranja – fruta brasileira mais conhecida em Portugal –, de produção portuguesa muito limitada, a qual poderia aumentar significativamente o número das exportações brasileiras para Portugal sem prejuízo da sua própria produção, pois “durante boa parte do ano – junho a outubro – não existem laranjas portuguesas, o que excluiria contra as nossas a possível alegação de concorrência”⁴²¹.

Deste modo, a comissão comercial portuguesa participou de reuniões, festas e eventos ligados à área em inúmeras associações comerciais e, para facilitar o desenvolvimento do seu trabalho, a missão encaminhou um memorando às mais variadas e importantes entidades do gênero, solicitando a opinião destas com relação às formas de incentivo ao recrudescimento das relações econômicas entre os dois países. Visando pôr em prática o seu trabalho, a missão comercial portuguesa solicitava a opinião de comerciantes, exportadores e pessoas da área comercial, questionando-as e solicitando a opinião delas com relação aos pontos seguintes:

I – da concorrência de outros países sobre os produtos portugueses (azeites, conservas, óleos de caroço, vinhos etc);

II – da deficiência da técnica na elaboração dos mesmos produtos;

III – da falta de adaptação da indústria portuguesa (embalagem etc);

⁴²⁰ FONSECA, Landulpho Borges da. Relações comerciais luso-brasileiras. Op. cit., p. 3.

⁴²¹ Idem.

IV – das divergências dos regimes aduaneiros que dificultam o maior intercâmbio econômico entre os dois países;

*V – das causas, em geral, que têm contribuído para o declínio do comércio brasileiro com Portugal*⁴²².

Estas questões deixam transparecer que os comissários portugueses já tinham uma noção de quais eram os principais problemas enfrentados pelas exportações portuguesas com destino ao Brasil. E, por isto mesmo, direcionaram sua atenção àqueles centros onde os produtos portugueses tinham maiores oportunidades de crescimento e/ou expansão, como é o caso do Estado de São Paulo.

Deste modo, São Paulo constituiu objeto de atenção especial da missão comercial portuguesa, não somente pelo seu expressivo desenvolvimento econômico e industrial, como também, pela constatação da necessidade de recuperação da posição portuguesa em relação ao comércio luso-paulista, porque em São Paulo, “Portugal ocupava um dos últimos lugares no comércio de importação”⁴²³. E para agravar ainda mais a situação, os dados estatísticos levantados pela missão econômica também davam conta de que “no comércio de exportação deste Estado, Portugal também ocupava um dos últimos lugares”⁴²⁴. Esta constatação foi, ainda, reafirmada no artigo de João Sarmiento Pimentel, publicado no jornal *Correio Português*, em 27 de agosto de 1939; no texto, Pimentel, além de tecer críticas à Câmara de Comércio Portuguesa, afirma que “nestes últimos 6 anos, verifica-se que vimos perdendo terreno quer no vulto, quer no valor ouro dos nossos produtos fornecidos”⁴²⁵.

Em constante contato e colaboração junto à missão comercial portuguesa, o Cônsul português em São Paulo, Júlio Augusto Borges dos Santos, argumentou que “o intercâmbio luso-paulista recente-se de diversas

⁴²² Ofício nº 294, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 2 de setembro de 1938. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1938.

⁴²³ Idem.

⁴²⁴ Ibidem. Assim, “na estatística de importação, referente ao biênio de 1936-1937, figuramos em décimo quarto lugar e décimo terceiro lugar e na estatística de exportação em décimo terceiro e décimo sexto lugar, respectivamente”.

⁴²⁵ PIMENTEL, João Sarmiento. O mercado brasileiro para a exportação portuguesa. *Jornal Correio Português*, Lisboa, em 27 de agosto de 1939, p. 5.

medidas urgentes e de caráter rigorosamente prático”⁴²⁶. Para ele, “Portugal tem tudo contra si. Suas possibilidades são muito reduzidas, se comparadas com as de quem tudo tem a seu favor. E o Brasil, mormente São Paulo, tem produtos que, de si, já são sérios – talvez os maiores – concorrentes da sua produção”⁴²⁷. Ainda dentro deste clima de “busca de soluções” para o incremento nas relações comerciais luso-brasileiras, o Cônsul português encaminha um relatório a Portugal como uma espécie de “resultado” das palestras que ele manteve com alguns importadores de produtos portugueses.

Antes da análise dos itens apontados pelo Cônsul Júlio dos Santos, torna-se interessante observar que no seu relatório emitido a Portugal, primeiramente, ele chama a atenção para o fato de que, em São Paulo, “os importadores se mostram descrentes de quaisquer resultados práticos originários de estudos feitos por missões econômicas. É o passado que assim os leva a pensar”⁴²⁸. Neste sentido, o Cônsul informa, ainda, que quase a totalidade dos importadores brasileiros se esquivava de fornecer dados e informações referentes ao assunto porque, no seu entendimento, “receiam represálias dos nossos exportadores, caso se tornem conhecidas as medidas propostas, se estas redundam em crítica às suas exportações”⁴²⁹. Para solucionar este impasse, o Cônsul português propõe a realização de uma sindicância rigorosa para apurar os fatos, como o reproduzido por um importador brasileiro no momento em que ele afirma que “os grêmios de Lisboa têm tomado parte preponderante nesse declínio, só ditam preços e condições de pagamento, e nada mais”⁴³⁰. Na seqüência do relatório, o Cônsul conclui: “bem expressivo e dispensa comentários esse técnico importador”. Entretanto, muito mais expressivas são as suas considerações apresentadas na seqüência do relatório, no momento em que ele informa que o aumento das exportações

⁴²⁶ Ofício nº 294, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 2 de setembro de 1938. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1938.

⁴²⁷ Idem.

⁴²⁸ A síntese relacionada aos 5 pontos necessários para o aumento das exportações portuguesas para o Brasil – descritos pelo Cônsul português em São Paulo – foi elaborada a partir do relatório intitulado “Intercâmbio comercial entre Portugal e o Estado de São Paulo”, em 20 de agosto de 1938, p. 1. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁴²⁹ Idem.

⁴³⁰ Ibidem. Os grifos constam no original.

portuguesas para o Brasil poderia melhorar mediante o atendimento a 5 pontos. São eles:

- 1) – *Maior aproximação e entendimentos diretos entre o comércio paulista e o português;*
- 2) – *Medidas práticas e eficientes que resolvam de vez as deficiências de técnica;*
- 3) – *Uma política sábia por meio de acordos e reduções aduaneiras em relação a todos, mas principalmente aos produtos que aqui não existem e aos que lá não temos;*
- 4) – *Falta de uma linha regular de navegação;*
- 5) – *Propaganda*⁴³¹.

Assim, no entendimento do Cônsul português, a primeira providência a ser tomada por Portugal consistia, justamente, na nomeação de uma pessoa para acompanhar a chegada dos produtos portugueses em São Paulo. Esta deveria receber, também, as observações e/ou críticas dos importadores brasileiros, transmitindo-as imediatamente à pessoa ou ao organismo responsável capaz de localizar uma solução para o problema apontado.

O segundo ponto de análise do Cônsul português refere-se à falta de uma modernização nas embalagens e, também, a uma melhor seleção dos produtos exportados para o Brasil. Sobre este ponto o Cônsul, inclusive, alerta que no momento em que as marcas de exportação não forem as melhores, que isto seja discriminado na embalagem – ele toma como exemplo o caso do azeite de exportação: extra, fino e comum. Nesse item há, também, a indicação para uma redução no número de marcas a serem exportadas para o Brasil, pois o Cônsul acredita que “quanto mais reduzido for o número de marcas dos produtos, tanto mais fácil será a sua fiscalização nos mercados importadores”⁴³², o que revela, mais uma vez, a importância do mercado brasileiro para as exportações portuguesas.

⁴³¹ Relatório intitulado “Intercâmbio comercial entre Portugal e o Estado de São Paulo”, em 20 de agosto de 1938, p. 2. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁴³² Idem, p. 3. Com relação a este segundo ponto de análise ainda merece destaque a afirmação do Cônsul português quando ele elogia as embalagens brasileiras comentando que “mister se faz também neste ponto, que os nossos exportadores procurem conhecer a embalagem e elementos técnicos e modernos que aqui – embora país novo – já se emprega para a boa apresentação dos produtos ao consumidor, tirando daí as conclusões devidas”.

Com relação ao terceiro ponto, o Cônsul é categórico. Para ele, após a resolução do problema da deficiência técnica, a questão do intercâmbio luso-brasileiro é muito mais um problema político do que propriamente comercial ou econômico, tendo em vista que “enquanto os dois governos não estabelecerem entre si medidas de benefícios recíprocos, procurando favorecer-se reciprocamente com medidas e vantagens práticas, principalmente com relação ao regime aduaneiro, pouco ou nada se conseguirá”⁴³³. Ele ainda ressalta que as principais perdas são portuguesas, logo, o governo deveria adotar as medidas cabíveis e o mais breve possível, de modo a não mais ocasionar perdas ao mercado exportador português.

Já no que diz respeito ao quarto ponto, referente à falta de uma linha de navegação, o Cônsul português não tem dúvidas, ele salienta que este problema poderia ser facilmente solucionado caso houvesse um barateamento dos fretes encaminhados ao Brasil⁴³⁴.

E, por último, ficou o ponto da propaganda, a qual, na visão do Cônsul português, é nula. Inclusive, para mudar este quadro, o representante português acredita que a adoção de duas simples medidas resolveria o caso. São elas: “divulgação dos produtos portugueses nos centros de consumo de São Paulo e conhecimento dos mercados paulistas pelos nossos exportadores”⁴³⁵. Com relação a este ponto o Cônsul ainda destaca que qualquer uma destas medidas poderia ser facilmente posta em prática por meio do “esforço das exportações portuguesas representadas pelos seus agentes ou por intermédio da Câmara Portuguesa de Comércio, a quem está afeta a propaganda dos nossos produtos”⁴³⁶. A questão da propaganda também constituiu ponto de análise no artigo “O mercado brasileiro para a exportação brasileira”, de João Sarmiento Pimentel; na sua análise, “as coisas aqui vão mesmo feias e tendem para pior, como prova a eloqüência dos números, se

⁴³³ Relatório intitulado “Intercâmbio comercial entre Portugal e o Estado de São Paulo”, em 20 de agosto de 1938, p. 4. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁴³⁴ Idem.

⁴³⁵ Ibidem, pp. 4-5.

⁴³⁶ Relatório intitulado “Intercâmbio comercial entre Portugal e o Estado de São Paulo”, em 20 de agosto de 1938, p. 5. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

não tomarem providências pelo menos em qualidade, embalagens e propaganda”⁴³⁷.

Por fim, torna-se necessário mencionar que todo esse empenho português, em incrementar o intercâmbio comercial luso-brasileiro, o qual chegou a abranger, inclusive, o Cônsul português de São Paulo – como foi destacado anteriormente – também está relacionado à tentativa portuguesa de ocupar o importante espaço decorrente da ausência do seu grande concorrente, a Espanha. De acordo com o pensamento português, a guerra civil espanhola (1936-1939) deixou o mercado brasileiro livre do seu principal rival, tendo em vista que “a concorrência de outros países que apresentem produtos similares aos de Portugal pouco ou nada afeta o desenvolvimento de negócios portugueses no Brasil”⁴³⁸. Portanto, olhando por este viés, nada mais compreensível do que o empenho português em expandir e ocupar cada vez mais o mercado brasileiro. Entretanto, outras motivações também ocupam a ação de reaproximação portuguesa, como é o caso do aspecto cultural.

Deste modo, após alguns meses no Brasil e de visitar o Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e o Rio Grande do Sul – os mais importantes centros econômicos brasileiros da época no entendimento da comissão portuguesa –⁴³⁹, a missão comercial portuguesa retornou a Portugal em fins de outubro de 1938. Na sua despedida, o presidente da comissão, Sebastião Ramirez, destacou que “os resultados da missão (...) não se circunscreveram ao âmbito das relações comerciais entre os países. Foram mais além, porque firmaram diretrizes novas e mais promissoras (...)”⁴⁴⁰. Talvez a fala do presidente da comissão fosse uma espécie de prelúdio à assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1933.

⁴³⁷ PIMENTEL, João Sarmiento. O mercado brasileiro para a exportação portuguesa. In: *Jornal Correio Português*, Lisboa, em 27 de agosto de 1939, p. 4.

⁴³⁸ Ofício nº 297, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 5 de setembro de 1938. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

⁴³⁹ Estes foram os locais onde a comissão econômica portuguesa se deteve e trabalhou de forma mais efetiva; não obstante, não foram os únicos, outros componentes da missão também estiveram, rapidamente, em alguns pontos do nordeste, como foi o caso do Recife e da Bahia. Locais onde a comissão “teve a oportunidade de entrar em contato com elementos da colônia portuguesa, mostrando-se satisfeita com a acolhida que lhe foi dispensada”. *Jornal Diário de Notícias*, Lisboa, em 28 de outubro de 1938, p. 2.

⁴⁴⁰ *O Jornal*, Lisboa, em 26 de outubro de 1938, p. 4.

3.4 Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1933

O clima oportunizado pela vinda da missão comercial portuguesa ao Brasil – de amplas discussões acerca da reaproximação luso-brasileira – levou o governo português a sugerir ao Brasil o envio de uma delegação oficial a Lisboa com poderes suficientes à negociações nesta área⁴⁴¹. O governo português ainda oferece outra demonstração de empenho neste sentido na medida em que Oliveira Salazar sugere, na existência de “dificuldade ou demora em aceitação a nosso convite, [o] governo português estaria disposto a enviar [um] negociador ou [uma] delegação especial. Neste mesmo sentido falarei aqui ao encarregado de negócios do Brasil”⁴⁴².

O empenho português em intensificar as relações comerciais luso-brasileiras também fica evidente quando Oliveira Salazar informa que o governo português “deseja vivamente prosseguir na política de aproximação e desenvolvimento das relações comerciais entre os dois países irmãos e parece-lhe ter chegado momento de se iniciarem oficialmente negociações naquele sentido”⁴⁴³. Como se constata, chegava o momento da assinatura de um documento oficial que fosse capaz de colocar em prática tais anseios: estava traçada a assinatura do protocolo adicional ao tratado de comércio e navegação de 1933.

Atendendo a todo este esforço português, o governo brasileiro concorda com a assinatura do protocolo adicional ao tratado de comércio e navegação de 1933. Esta ocorre a 21 de julho de 1941, no Palácio de São Bento, em Lisboa, diante da presença do ministro dos Negócios Estrangeiros, Dr. Antônio de Oliveira Salazar e do Embaixador português no Brasil, Dr. Arthur Guimarães Araújo Jorge e é tida como uma consequência direta do trabalho efetuado pela missão comercial portuguesa enviada ao Brasil, em 1938. Portanto, é um outro fruto da iniciativa de reaproximação portuguesa em relação ao Brasil. Por meio

⁴⁴¹ Inclusive, o governo português utiliza como argumentação o fato de que há “toda a vantagem em não deixar perder uma ocasião que se afigura favorável e as boas disposições de que parecem animadas algumas das pessoas que presentemente teriam de interferir no assunto”. Telegrama da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 23 de novembro de 1938. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

⁴⁴² Idem.

⁴⁴³ Ibidem.

deste protocolo, Portugal procurava conter a onda protecionista internacional, evitando a adoção de restrições relacionadas à importação e exportação dos produtos de Portugal e do Brasil indicados nas listas anexas ao protocolo⁴⁴⁴.

No que se refere à elaboração do texto do protocolo adicional de 1941 há, novamente, que se destacar o grande interesse e as modificações efetuadas pelo governo português, uma vez que quase todo o texto do projeto enviado pelo governo brasileiro foi alterado. Vejam-se as principais mudanças na seqüência do texto.

O primeiro artigo do protocolo reproduzia idéia original do projeto brasileiro, entretanto, determina a discriminação – em listas anexas ao protocolo – dos produtos que eram isentos de aumentos aduaneiros durante a vigência do protocolo, tendo em vista que os mesmos variavam de ano para ano.

O segundo artigo, por sua vez, corresponde ao do projeto brasileiro, contudo, apresenta uma pequena substituição de texto⁴⁴⁵, a qual foi pensada com vistas a substituir o terceiro e quarto parágrafos do projeto proposto pelo Brasil, ficando o texto da seguinte forma:

As comissões estudarão muito especialmente a possibilidade de serem adotadas medidas tendentes a favorecer a importação e colocação nos respectivos mercados dos seguintes produtos: quanto aos brasileiros, algodão e seus tecidos, madeiras, produtos farmacêuticos, couros, peles, tabaco, café, frutas frescas e farinha de mandioca, e, quanto aos portugueses, vinhos, azeite, conservas, frutas, cortiça, mármore e bordados de Madeira. Procederão, outrossim, ao estudo das facilidades recíprocas a conceder aos navios mercantes dos dois países na base do tratamento nacional em cada um deles⁴⁴⁶.

⁴⁴⁴ *Tratados e Actos Internacionais*: Brasil-Portugal. Lisboa: Embaixada do Brasil, 1962, p. 165. Sobre as listas de produtos, ver anexos deste trabalho.

⁴⁴⁵ As modificações referidas são: "... uma comissão técnica, as quais examinarão..." pela frase "uma comissão técnica de três membros, incumbida de examinar..."; como se pode constatar, a mudança indicada pelo governo português melhorou a redação do artigo, mas não alterou o sentido do artigo brasileiro, além de precisar o número dos componentes de cada comissão técnica.

⁴⁴⁶ O projeto foi encaminhado ao Brasil como anexo ao Ofício nº 1, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 1º de janeiro de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

O artigo terceiro do protocolo indica às duas comissões o estudo de dois importantes pontos de interesse luso-brasileiro: o desenvolvimento de facilidades à emigração e o estabelecimento de zonas francas no Rio de Janeiro e em Lisboa para os produtos de ambos os países⁴⁴⁷.

O quinto artigo não indicou modificações ao texto encaminhado pelo governo brasileiro. A sua principal determinação constituía-se pelo estabelecimento do dia 15 de novembro como a data para a reunião das duas comissões, em Lisboa, e início da preparação do relatório que deveria ser entregue ao governo português e brasileiro, impreterivelmente, até o dia 31 de janeiro de 1942⁴⁴⁸.

O protocolo comercial de 1941 ainda determinava a nomeação de uma comissão por parte dos dois governos – no prazo de trinta dias –, a qual ficava encarregada de estudar as formas de incremento para o intercâmbio dos produtos mais importantes da pauta de exportação luso-brasileira. O documento definia, também, que após este estudo as duas comissões se reuniriam em Lisboa e elaborariam um relatório – que deveria ficar pronto até 30 de junho de 1942 – apresentando-o, posteriormente, ao governo de Portugal e do Brasil⁴⁴⁹.

O último artigo do protocolo também não apresentava alterações ao projeto original. Sua principal atribuição estipulava que “o presente protocolo entra em vigor imediatamente e caducará em 30 de junho de 1942, sem possibilidade de prorrogação”⁴⁵⁰.

Como anexo ao protocolo de 1941 figuravam as listas dos produtos de origem brasileira e portuguesa mencionados no seu artigo primeiro, os quais não sofreriam aumentos de direitos de importação ou taxas adicionais. Assim, do lado brasileiro figuravam as peles em bruto ou preparadas, secas; aduelas em bruto; algodão em caroço, em rama, ou simplesmente cardado, não tinto;

⁴⁴⁷ Estas disposições já faziam parte do Tratado de Comércio e Navegação de 1933.

⁴⁴⁸ O artigo quinto ainda determinava que “a cada uma das comissões poderão ser agregados, sem limitação de número, os delegados técnicos que forem considerados necessários para os assuntos a examinar”.

⁴⁴⁹ Artigo V do Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação de 1933.

⁴⁵⁰ Idem.

madeira em bruto; piaçaba; tripas secas e suas imitações; tecidos de algodão, crus, brancos ou tintos, pesando até 6 kg, em 100m²; tecidos de algodão mesclados com seda; café com casca ou descascado; tabaco em charutos e cigarrilhas com capa de tabaco; tabaco em cigarros e tabaco picado.

Do lado português, a lista era composta pelos seguintes itens: peixe em conserva de qualquer modo preparado; bordados de madeira; ameixas, cerejas, damascos, maçãs, melões, morangos, pêssegos, pêras, uvas e semelhantes, frescas ou verdes; amêndoas, avelãs, castanhas, côcos e nozes; frutas secas ou passadas, não especificadas; frutas em conserva, azeitonas; bebidas alcoólicas; gomas, gomas-resinas e bálsamos naturais; óleos fixos líquidos de oliveira ou azeite doce, cru ou bruto, purificado ou refinado; vinhos; cortiça em bruto ou simplesmente desbastada, em farelo, pó, serragem e raspas; cortiça em obras; palitos para dentes, fósforos, unhas e semelhantes, de qualquer madeira; livros para leitura; alabastro, mármore, pórfiro e pedras semelhantes, naturais ou artificiais, em bruto e em obras; leveduras e fermentos industriais; cloretos ou cloruretos; ferramentas grossas.

Como se pode verificar pela listagem dos produtos brasileiros e portugueses, a quantidade dos segundos era notadamente superior. A percepção a este detalhe justifica o grande interesse português em aprofundar as relações comerciais luso-brasileiras e o envio da missão comercial portuguesa ao Brasil, em 1938. Esta leitura também pode ser verificada a partir de um trecho do ofício do Embaixador brasileiro em Portugal, Artur Guimarães Araújo Jorge, no momento em que ele ressalta o interesse e a “urgência” do governo português em assinar o protocolo de 1941, afirmando que “não preciso dizer a Vossa Excelência quanto o governo português estimaria poder assinar este protocolo o mais breve possível, afim de que as comissões técnicas nele previstas possam ser logo nomeadas e dar início aos seus trabalhos”⁴⁵¹.

Esta iminência do lado português em assinar o protocolo adicional ao tratado comercial de 1933 tinha suas razões de ser, já que Portugal, cada vez mais, estava diminuindo o número de suas exportações para o Brasil e perdendo espaço junto ao mercado brasileiro. A tabela da página seguinte

indica o intercâmbio comercial de Portugal com o Brasil no período compreendido entre os anos de 1938 a 1945⁴⁵².

TABELA 3.1 – Intercâmbio comercial luso-brasileiro (1938-1945)

Anos	Importação	Exportação	Saldos em Escudos
1938	47.209	104.341	+ 57.132
1939	43.217	63.964	+ 20.747
1940	96.745	70.852	- 25.893
1941	88.064	82.462	- 5.602
1942	42.576	79.053	+ 36.477
1943	25.490	100.251	+ 74.761
1944	87.566	141.199	+ 53.633
1945	103.274	184.350	+81.076

Fonte: I. N. E.

Da leitura dos dados apontados na tabela acima destacam-se os anos de 1940 e 1941 como aqueles nos quais as exportações portuguesas para o Brasil atingiram os seus menores índices gerando, inclusive, um déficit junto à balança comercial portuguesa. Comentando sobre os motivos para o fraco desempenho das exportações portuguesas para o Brasil no mencionado período, Antônio da Silva Rego explica que:

Portugal não podia oferecer ao Brasil reciprocidade plena. Bem cedo se verificou esta realidade. As exportações para o país irmão declinaram gravemente. A Câmara Portuguesa de Comércio e Indústria do Rio de Janeiro, presidida por Vitorino Moreira, iniciou bem conduzida campanha no sentido de se preparar novo tratado comercial, mais em harmonia com as verdadeiras possibilidades de cada país. Os exportadores portugueses, quer por não estarem preparados para a luta com outros concorrentes europeus, quer por não

⁴⁵¹ Anexo ao Ofício nº 1, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 1º de janeiro de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁵² Nos anexos deste trabalho estão apresentadas duas tabelas referentes à listagem dos produtos da importação e da exportação portuguesa para o Brasil neste período (1938-1945).

*disporem de meios suficientes, não acompanhavam as exigências que o mercado brasileiro oferecia*⁴⁵³.

Por outro lado, pode-se conceber a diminuição no número das exportações portuguesas para o Brasil como um reflexo da política econômica brasileira adotada no período. O governo brasileiro desenvolvia um novo redirecionamento da economia, porque “à medida que propalava a prioridade do mercado interno, ia-se tornando evidente que a expansão deste dependia do êxito do setor exportador, pois o programa de fomento à industrialização interna necessitava de divisas”⁴⁵⁴. Portanto, o governo brasileiro tinha por base a colocação de restrições à importação para a defesa do equilíbrio econômico; política esta que afetava, diretamente, os interesses comerciais de Portugal.

Em uma primeira análise, pode representar que os resultados do protocolo adicional ao tratado comercial de 1933 foram insatisfatórios; todavia, há que se avaliar que o referido protocolo possibilitou a correção de algumas incoerências no comércio luso-brasileiro, como é o caso das exportações de couros e peles do Brasil. Este tipo de exportação brasileira vinha tendo perdas em decorrência das medidas adotadas pelo Ministério da Economia de Portugal – com o objetivo de favorecer e desenvolver os produtos de origem das colônias portuguesas⁴⁵⁵ – por meio do despacho de 27 de novembro de 1941, que estabelecia “taxas à importação das peles e couros em cabelo, entre os quais se encontram os de origem brasileira, pagando 2\$00 escudos por quilo”⁴⁵⁶. A reclamação brasileira tinha por base o fato de que por meio dessa taxa de compensação, as exportações brasileiras de couro e de peles pagavam 2\$00 escudos por quilo, enquanto que o produto uruguaio pagava apenas 1\$00

⁴⁵³ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 105.

⁴⁵⁴ FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989, p. 268. Neste sentido, Fonseca ainda destaca que “nos discursos de Vargas aparecem, lado a lado, a apologia do mercado interno e os anseios do governo em incrementar as exportações”, tendo em vista que “não restava outra alternativa senão diminuir e selecionar as importações e aumentar as exportações”.

⁴⁵⁵ O governo de Portugal havia adotado estas medidas de proteção com relação ao couro e peles produzidos nas áreas coloniais, porque em virtude da guerra esses produtos atingiram preços muito altos, o que comprometia a concorrência com as cotações dos mesmos produtos brasileiros. Ofício nº 213, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 4 de dezembro de 1942. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1942.

escudo, ou seja, o mesmo valor pago pelas colônias portuguesas. Entretanto, o Uruguai não tinha um tratado de comércio com Portugal. Neste sentido, o governo brasileiro apelou a Portugal, tendo por base o texto do segundo artigo do protocolo adicional ao tratado comercial de 1933.

Por outro lado, há que se ter em mente a conjuntura internacional da época, período que, em decorrência da guerra, se caracteriza por um retraimento geral da economia. Além disso, como bem atesta um trecho do ofício emitido pelo Embaixador Artur Guimarães Araújo Jorge, em 22 de julho de 1941, a assinatura do protocolo permitiria, futuramente, a correção do problema da desvantagem às exportações brasileiras por meio da adoção de um novo tratado, como se pode verificar a seguir:

*O presente ato representa muito pouco em relação com o que resta a fazer para promover e fomentar o desenvolvimento das relações econômico-comerciais entre o Brasil e Portugal; mas, indubitavelmente, ele constitui o primeiro passo seguro para a celebração, em data próxima, de um novo tratado de comércio em substituição ao de 1933, que nos é tão desvantajoso*⁴⁵⁷.

Não obstante estas considerações, ressalta-se o fato do protocolo adicional de 1941 ter assumido “o compromisso da nomeação das duas comissões e o da determinação dos seus trabalhos dentro de prazos pré-fixados”⁴⁵⁸, tendo em vista todo o empenho e trabalho desenvolvido por estas duas comissões em prol da intensificação comercial luso-brasileira.

3.5 Formação e atuação da Comissão Mista Luso-Brasileira

O segundo artigo do protocolo adicional ao tratado de 1933, assinado em julho de 1941, determinava a formação de duas comissões técnicas uma brasileira e outra portuguesa, compostas por 3 membros cada. Estas duas

⁴⁵⁶ Idem.

⁴⁵⁷ Relatório nº 126, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 22 de julho de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁵⁸ Idem.

comissões tinham a função de trabalhar em conjunto, visando o desenvolvimento das “bases em que virão a assentar as disposições jurídico-econômicas do tratado comercial”⁴⁵⁹ a ser assinado, posteriormente, entre Brasil e Portugal. Deste modo, com o objetivo da composição desta, reuniram-se em 15 de novembro de 1941, no salão da biblioteca do Palácio da Assembléia Nacional, em Lisboa, os comissários portugueses Dr. Luiz Cincinato da Costa, deputado e professor do Instituto de Agronomia; Castro Caldas, Vice-Presidente do Conselho Tecnológico Corporativo e Albino Cabral Pessoa, Secretário Geral do Banco de Portugal. Nesta reunião, o Brasil estava representado pelo Sr. Joaquim Pinto Dias, Cônsul Geral do Brasil em Lisboa e Roberto Mendes Gonçalves, Primeiro Secretário da Embaixada Brasileira sediada em Lisboa⁴⁶⁰. Após alguns dias, Getúlio Vargas modificou a composição da comissão brasileira, nomeando o Embaixador Afrânio Araújo Jorge para ocupar o lugar de Roberto Mendes Gonçalves⁴⁶¹.

Em virtude do pouco tempo que esta comissão tinha para realizar o seu trabalho – pois conforme determinação do quinto artigo do protocolo adicional de 1941, a referida comissão deveria encaminhar um relatório até 31 de janeiro de 1942 – o início dos trabalhos foi imediato. Entre as atribuições desta comissão mista, figurava, em primeiro lugar, a necessidade de encontrar medidas que favorecessem a importação e colocação no mercado português e brasileiro dos seguintes produtos: vinhos, azeite, conservas, frutas, cortiça, mármore e bordados de madeira do lado português e, do lado brasileiro, a lista era constituída por algodão e seus tecidos, madeiras, produtos farmacêuticos, couros, peles, tabaco, café, frutas frescas e farinha de mandioca⁴⁶². Além destas atribuições, as comissões também tinham a

⁴⁵⁹ Relatório nº 126, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 22 de julho de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁶⁰ Do lado brasileiro não estava presente o comissário Paulo Frederico de Magalhães, alto funcionário do Banco do Brasil. Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁶¹ Esta mudança na composição da comissão brasileira foi determinada por Getúlio Vargas e encaminhada a Portugal por meio do telegrama nº 161, de Maurício Nabuco, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁶² Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

responsabilidade de realizar um estudo para o desenvolvimento de facilidades ao Brasil e a Portugal quanto aos seus navios mercantes, ao estabelecimento de uma zona franca em Lisboa e outra no Rio de Janeiro, para os produtos originários do Brasil e de Portugal⁴⁶³, bem como o incremento à política de emigração luso-brasileira⁴⁶⁴.

Conforme o relatório do Embaixador brasileiro em Portugal, Artur Guimarães Araújo Jorge, uma das primeiras ações da comissão mista luso-brasileira foi o exame das estatísticas econômicas relacionadas a Brasil e Portugal. De acordo com os dados fornecidos pelo Instituto Nacional de Estatística Português, na ocasião, a comissão pode averiguar que nos últimos 5 anos (1936 a 1940) o comércio luso-brasileiro abrangeu as cifras apontadas na tabela da página seguinte⁴⁶⁵:

⁴⁶³ Este item estava em conformidade com o artigo oitavo do Tratado de Comércio e Navegação de 26 de agosto de 1933.

⁴⁶⁴ Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁶⁵ Esta tabela foi elaborada tendo por base os dados apresentados no Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

TABELA 3.2 – Comércio luso-brasileiro (1936-1940)

Ano	Importações	Exportações	Import. + Export.	Saldo
1936	40 milhões e 649 mil escudos	45 milhões e 579 mil escudos	86 milhões e 228 mil escudos	Saldo – ao Brasil 5 milhões de escudos
1937	69 mil e 118 mil escudos	50 milhões e 824 mil escudos	119 milhões e 942 mil escudos	Saldo + ao Brasil em 19 milhões de escudos
1938	47 milhões e 209 mil escudos	64 milhões e 341 mil escudos	111 milhões e 550 mil escudos	Saldo – ao Brasil em 17 milhões de escudos
1939	43 milhões e 217 mil escudos	63 milhões e 964 mil escudos	107 milhões e 181 mil escudos	Saldo – ao Brasil em mais de 20 milhões de escudos
1940	96 milhões e 745 mil escudos	70 milhões e 852 mil escudos	167 milhões e 597 mil escudos	Saldo + ao Brasil em cerca de 26 milhões de escudos

Observando-se os dados apresentados na tabela acima pode-se verificar que, em termos de relações comerciais luso-brasileiras, o ano de 1936 apresentou um saldo negativo ao Brasil de aproximadamente 5 milhões de escudos. No ano seguinte, em 1937, além de ocorrer um aumento de 34 milhões de escudos no volume comercial luso-brasileiro, o Brasil teve um saldo favorável de cerca de 19 milhões de escudos. Entretanto, o ano de 1938, novamente, revelou um saldo positivo a Portugal de aproximadamente 17

milhões. Este saldo positivo a Portugal manteve-se no ano seguinte, em 1939, e ficou acima dos 20 milhões de escudos. Contudo, o ano de 1940 trouxe novidades positivas ao Brasil, pois o volume das transações comerciais luso-brasileiras teve um aumento de aproximadamente 60 milhões de escudos e o saldo positivo ao Brasil atingiu a cifra de 26 milhões de escudos, ou seja, o maior número dentre os 5 anos analisados⁴⁶⁶. Neste mesmo período (1936 a 1940), o comércio português abrangeu as seguintes cifras⁴⁶⁷:

TABELA 3.3 – Comércio português (1936-1940)

Ano	Importações	Exportações	Import. + Export.
1936	2,04%	4,44%	2,86%
1937	0,31%	4,23%	0,42%
1938	0,21%	0,63%	0,35%
1939	2,08%	4,79%	3,14%
1940	3,96%	4,38%	4,13%

Analisando a tabela acima, a comissão mista chegou a algumas constatações visíveis e em nenhum aspecto animadoras: a primeira dizia respeito ao pequeno número nas transações comerciais luso-brasileiras; a segunda, por sua vez, relacionava-se ao fato de que o comércio entre Brasil e Portugal manteve-se, em linhas gerais, num nível estacionário, com pequenas variações e que, no total, privilegiaram as exportações portuguesas.

Assim, a análise das cifras econômicas luso-brasileiras elaborada pelos comissários brasileiros, principalmente no ano de 1940, momento em que a balança comercial foi mais favorável ao Brasil, sugeriu que o referido ano fosse tomado como exemplo para o incremento das exportações brasileiras com

⁴⁶⁶ Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁶⁷ Esta tabela foi elaborada tendo por base os dados apresentados no Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 4. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

destino a Portugal⁴⁶⁸, pois de acordo com o Embaixador brasileiro Artur Guimarães Araújo Jorge tornava-se necessário “tirar as lições necessárias dessas circunstâncias e fazer com que a experiência feita com os produtos brasileiros desse o resultado que se esperava”⁴⁶⁹. Araújo Jorge ainda considerava que o mesmo procedimento poderia ser aplicado aos produtos portugueses exportados para o Brasil.

Com base nestas considerações e tendo o ano de 1940 como parâmetro de análise, a comissão brasileira começou a avaliar a posição dos produtos de origem brasileira arrolados no protocolo adicional de 1941⁴⁷⁰. Neste sentido, o algodão figurava como o primeiro produto da lista a ser analisado. O volume das exportações de algodão para Portugal, em 1940, correspondeu a 25.960 toneladas, o que significava a cifra de 173.289,275 escudos⁴⁷¹. Com este montante de exportação, o Brasil representou o principal fornecedor do produto a Portugal tendo, inclusive, superado até mesmo o Império Colonial Português. A avaliação destes dados permitiu à comissão brasileira concluir que o algodão brasileiro ocupava uma satisfatória posição junto ao mercado português, o que implicava num cuidado quanto a este importante mercado consumidor e a manutenção na qualidade do algodão exportado para Portugal.

Entretanto, quando o assunto eram os tecidos de algodão, a avaliação feita pela comissão brasileira apresentou algumas alterações. Em Portugal, os

⁴⁶⁸ Neste momento do texto não se pode cometer a apreciação precipitada de se pensar que os comissários brasileiros ignoraram o aumento das exportações brasileiras como uma decorrência do início da Segunda Guerra Mundial pois, como eles mesmos afirmaram “se as cifras desse ano não podem servir de base para a solução duradoura dos problemas em equação, por se referirem a um período em que o mundo está a sofrer as mais graves perturbações, nem por isso deixam de ser interessantes as observações que elas nos possam sugerir”. Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 5. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁶⁹ Idem.

⁴⁷⁰ A lista dos produtos arrolados no Protocolo Adicional de 1941 era composta pelos seguintes itens: algodão e seus tecidos; madeiras; produtos farmacêuticos; couros e peles; tabaco; café; frutas frescas e farinha de mandioca.

⁴⁷¹ O algodão brasileiro exportado para Portugal era dividido em duas categorias: a) algodão em caroço, em rama, ou simplesmente cardado, não tinto; b) algodão em desperdícios, tintos ou não, e borbotos. Do primeiro grupo foi exportado para Portugal cerca de 8.836,380 quilos do produto brasileiro, o equivalente a 58.975,266 escudos e, quanto ao segundo grupo, foi exportado um total de 1.322,747 quilos, o que correspondia a 4.859,900 escudos. Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 6. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

tecidos de algodão eram divididos em cinco categorias, conforme descrição a seguir:

- a) Tecidos de algodão, não especificados, crus;
- b) Tecidos de algodão, não especificados, brancos;
- c) Tecidos de algodão, não especificados, tintos, pesando mais de 14 quilogramas em 100 metros quadrados;
- d) Tecidos de algodão, não especificados, tintos, pesando mais de 6 até 14 quilogramas em 100 metros quadrados;
- e) Tecidos de algodão, não especificados, tintos, pesando até 6 quilogramas em 100 metros quadrados.

Em 1940, o total das importações portuguesas nessas cinco categorias compreendeu a cifra de 130.701 quilos, o que corresponde ao valor aproximado de 9.134.949 escudos. Não obstante, a comissão apurou que neste montante o Brasil contribuiu com apenas 5.152 quilos, o que perfazia um valor de aproximadamente 252.540 quilos e como a Inglaterra constituía o fornecedor absoluto destes produtos – mais de 50% importações portuguesas – no quesito tecidos de algodão era praticamente impossível melhorar a posição das exportações brasileiras.

Com relação à madeira, próximo produto da pauta de exportações brasileiras arrolado no protocolo adicional de 1941, o quadro voltava a melhorar, tendo em vista que, em 1940, o Brasil foi o maior fornecedor do produto na sua forma bruta – os dados avaliados dividiram a madeira em duas categorias: a madeira bruta e a serrada. No referido ano, as exportações brasileiras de madeira bruta compreenderam o montante de 5.695.682 quilos, o que perfazia o valor aproximado de 1.531.00 escudos e, quanto à madeira serrada, o Brasil contribuiu com 1.885 metros cúbicos, o que correspondia a 1.077.880 escudos. De posse destas estatísticas, a comissão avaliou que o Brasil tinha condições de incrementar as exportações de madeira para Portugal, tanto aquelas em estado bruto, como as serradas.

No que diz respeito aos produtos farmacêuticos – que os portugueses importavam com o nome de medicamentos – a comissão apurou que Portugal

importou 227 toneladas, em 1940, o que correspondia ao valor de 24.521.002 escudos. Não obstante, o papel desempenhado pelo Brasil nestas exportações foi muito pequeno, para não dizer mínimo, afinal, não chegou a atingir 4 toneladas, o que registrava a pequena cifra de 275.397 escudos. Objetivando demonstrar com mais clareza o quadro das exportações brasileiras de medicamentos para Portugal, a comissão ainda identificou que os medicamentos importados por Portugal eram divididos em cinco categorias (medicamentos; medicamentos não especificados; soros e vacinas; sanocrisina, alocrisina e outros aurisais para o tratamento da tuberculose, insulina e, por fim, os medicamentos opoterápicos) e que as exportações de medicamentos brasileiros para Portugal se faziam presentes somente nas três primeiras categorias dos remédios indicados.

A comissão brasileira também assinalou que as exportações de medicamentos produzidos no Brasil, muito embora os progressos realizados, tinham muito a crescer, uma vez que ainda não tinham atingido nem sequer 2% do valor das importações. Como uma alternativa de incremento no número das exportações de medicamentos para Portugal, a comissão assinala que “é preciso realçar a necessidade iniludível de uma vasta publicidade a fim de tornar os nossos produtos conhecidos e acreditados em Portugal”⁴⁷². A comissão destaca, ainda, as dificuldades que os representantes dos laboratórios brasileiros têm enfrentado em Portugal diante da tentativa de agenciarem as suas mercadorias e o número exagerado de exigências relacionadas à matéria de análise dos seus produtos como sérios entraves ao desenvolvimento das importações portuguesas de medicamentos brasileiros; mercado, aliás, em que o Brasil enfrenta forte concorrência de outros países.

No que respeita a couros e peles a situação das exportações brasileiras também não era das melhores. Neste aspecto, a comissão apurou que o total das importações portuguesas, em 1940, foi de 3.483 toneladas, perfazendo o valor de 39.293.406 escudos, sendo que ao Brasil, nestas cifras, coube apenas

⁴⁷² Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 12. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

a quantia de 8.041.075 escudos, o que correspondia a pouco mais de 20% do valor total das importações.

Para facilitar o estudo da categoria couros e peles, a comissão brasileira dividiu o assunto em peles curtidas e peles em bruto. Deste modo, apurou que na primeira categoria – a de peles curtidas – o valor total das importações portuguesas correspondeu a 55.985 quilos, no valor aproximado de 8.889.546 escudos, e neste valor o Brasil contribuiu com apenas 2.003 quilos, ou seja, não chegou nem a 2% das importações portuguesas. Contudo, a situação melhora no que diz respeito às peles em bruto, pois “a contribuição do Brasil foi de 924.661 quilos no valor de 7.876.545, quase tudo em peles secas, limitando-se a importação das nossas peles verdes em 1000 quilos ou 4.100 escudos”⁴⁷³. Em outras palavras, a contribuição brasileira foi superior a 30% no valor das importações portuguesas⁴⁷⁴.

Desta forma, a comissão brasileira conclui que no comércio de couros e peles brasileiras com destino a Portugal havia muito a ser feito, principalmente com as peles em estado bruto – que tinham forte concorrência com a produção do Império Colonial português – e, havia também, a necessidade urgente de melhorar a situação das peles curtidas, na qual a participação brasileira era mínima. Inclusive, objetivando melhorar a situação do quadro brasileiro, a comissão pondera que “para facilitar a introdução dos nossos couros e peles talvez fosse possível conseguir uma redução das taxas alfandegárias, que são um tanto elevadas”⁴⁷⁵.

O tabaco constitui o ponto de análise seguinte da comissão. Com relação a este item, a comissão destaca que o referido produto está dividido em quatro categorias: a) tabaco em folha; b) tabaco em charutos e cigarrilhos com capa de tabaco; c) tabaco em cigarros; d) tabaco picado. Dentre as quatro categorias citadas, o tabaco em folha é a que representa o maior volume das exportações brasileiras para Portugal, chegando a apresentar uma grande

⁴⁷³ Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 13. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁷⁴ A comissão brasileira ainda apurou que o Império Colonial Português contribuiu com 10.098.059 escudos, sendo assim o principal concorrente às exportações brasileiras de peles brutas. Idem.

⁴⁷⁵ Ibidem.

diferença com relação às demais. Entretanto, as exportações de tabaco em folha ainda eram inexpressivas, se comparadas com outros países como demonstra a tabela a seguir⁴⁷⁶:

TABELA 3.4 – Importações portuguesas de tabaco em folha

País	Total em quilos	Total em escudos
Brasil	22.629	145.750
Estados Unidos	2.109.445	26.236.295
Império Colonial Português	408.124	2.453.133
Índias Holandesas	178.574	1.871.020
Holanda	80.490	982.771
Cuba	28.571	448.070
Grécia	24.178	285.869
Total das importações port.	2.909.369	33.202.759

Analisando a tabela acima, pode-se concluir que as exportações brasileiras de tabaco em folha, em 1940, representaram menos de 1,2% do comércio total do produto⁴⁷⁷. Nas demais categorias do produto, as importações portuguesas também foram baixas⁴⁷⁸, fato que levou a comissão a efetuar as seguintes conclusões:

⁴⁷⁶ Esta tabela foi elaborada tendo por base os dados apresentados no Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁷⁷ Com relação a este assunto é interessante notar-se que o valor do kg do tabaco brasileiro correspondia a aproximadamente 6,44, enquanto o de Cuba – o mais caro entre eles – é de mais ou menos 15,68; dos Estados Unidos 12,43; da Holanda 12,20 e, que somente o originário do Império Colonial português era mais barato que o similar brasileiro, pois custava 6,01. Talvez isto não só comprove a afirmação de que por ser “forte” era pouco aproveitado, mas parece indicar que o produto não tem uma boa qualidade posto que é vendido por baixa cotação. Também é de destacar que é o país com menor volume de exportação do produto para Portugal.

⁴⁷⁸ No que diz respeito ao tabaco em charutos e cigarrilhos, Portugal importou 7.717 quilos. Destes, o Brasil colaborou com 2.742 quilos. Na categoria de tabaco em cigarros, Portugal importou a quantidade de 39.283 quilos, sendo que as exportações brasileiras deste produto para Portugal foram de apenas 628 quilos. E, por fim, na última categoria, a de tabaco picado, a importação portuguesa compreendeu o montante de 2.668 quilos e o Brasil contribuiu nesta

Quanto ao tabaco em folha, como já se viu, são insignificantes as remessas brasileiras, mas pode-se ainda, em parte, justificar esse pequeno volume, por ser o nosso tabaco considerado demasiado forte, sendo mais utilizado em misturas com os de outras procedências. No que diz respeito, porém, aos charutos e cigarros, a justificação é menos fácil. A indústria brasileira de tabacos já atingiu grau elevado de aperfeiçoamento e os seus produtos têm a melhor aceitação nos mercados os mais exigentes. Temos, portanto, que procurar as causas do fraco nível de exportação. A primeira é, sem dúvida, a falta de uma publicidade adequada (...). Poderá influir também a qualidade do papel empregado na fabricação dos cigarros, além de outras razões⁴⁷⁹.

O café constituiu o próximo ponto de pauta na análise da comissão brasileira. Com relação a este produto os comissários apuraram que, em 1940, Portugal havia importado 7.822 toneladas, sendo que neste montante o Brasil contribuiu com a quantia de apenas 1.466.107 quilos do produto, ou seja, neste quesito, a contribuição brasileira ficou em 20%, sendo que o maior concorrente do Brasil foi o império colonial português, que exportou para sua metrópole o equivalente a 6.352.950 quilos do produto – os demais concorrentes brasileiros exportaram café em frações quase insignificantes⁴⁸⁰. Preocupados com este aspecto, os comissários brasileiros chamam a atenção para uma resolução da Junta de Exportação do Café Colonial, tomada em novembro de 1940, a qual estabelecia aos importadores de café o limite da importação de um saco de café estrangeiro por três sacos do café colonial, o que constituía sério obstáculo às exportações do café brasileiro.

Com relação às frutas frescas, ponto de análise seguinte, a situação brasileira não demonstra nenhuma melhoria, muito pelo contrário, tendo em

com a reduzida parcela de 53 quilos. Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, pp. 15-16. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁷⁹ Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 17. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁸⁰ A título de informação indica-se que “entre os países americanos, além do Brasil, somente a Costa Rica exportou a quantidade mínima de 344 quilos no valor de 5.000 escudos. Os outros países mencionados na estatística são: a Inglaterra com 348 quilos e 4.450 escudos; a Holanda, com 187 quilos e 1.290 escudos e a África Oriental Britânica, com 173 quilos e 2.200 escudos”. Ibidem, pp. 18-19.

vista que “as frutas frescas brasileiras não figuram no comércio de importação de Portugal em 1940”⁴⁸¹. No citado ano, Portugal importou um total de 217.652 quilos de frutas frescas, o que resultou num total de 287.110 escudos. Para este montante contribuiu com quase que a totalidade das exportações o império colonial português. De acordo com o estudo da comissão brasileira, as possibilidades de colocação das frutas brasileiras em Portugal são muito reduzidas, tendo em vista que o “país é ele mesmo produtor das mais variadas qualidades de frutas (...) e quanto às frutas de origem tropical, são elas produzidas nas colônias e mesmo nas ilhas adjacentes”⁴⁸². A única ressalva feita pelos comissários diz respeito à laranja brasileira, pois a colheita desta fruta é feita em períodos diferentes em um e outro país e, neste caso específico, o Brasil poderia abastecer Portugal no momento da entressafra portuguesa. Inclusive, a comissão destaca que no Brasil as frutas portuguesas eram beneficiadas pela isenção de direitos alfandegários, benefício este que o governo brasileiro poderia tentar obter para as frutas brasileiras com destino a Portugal.

Em 1940, as importações portuguesas de farinha de mandioca chegaram a atingir a quantidade de 253.895 quilos, o que correspondia ao valor de 185.600 escudos. Nestas importações, o Brasil contribuiu com a pequena parcela de 93.000 quilos, o que resultava no valor aproximado de 86.200 escudos. O valor apurado pela comissão é muito baixo, ainda mais porque, no passado, atingiu a patamares muito mais elevados. Segundo a análise da comissão brasileira, a brusca queda nas importações da farinha de mandioca brasileira acontecia em razão do aumento de sua produção nas colônias portuguesas e, em virtude da adição obrigatória de azul de metileno à farinha brasileira, os comissários não acreditam no incremento das exportações brasileiras deste produto⁴⁸³.

Na parte de conclusão do relatório, a comissão brasileira instituída pelo protocolo adicional ao tratado de comércio de 1941 destaca que se limitou a

⁴⁸¹ Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 19. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁸² Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 20. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

analisar os oito produtos citados; contudo considera que “há outros produtos que merecem estudo especial, como as carnes congeladas, os óleos e gorduras animais, as sementes e frutos oleaginosos, as tripas secas, o açúcar, o mate, além dos vários produtos das nossas indústrias”⁴⁸⁴. Por fim, os comissários brasileiros, após a análise da situação dos oito produtos arrolados no referido protocolo, chegam às seguintes conclusões:

*Dos oito artigos tratados, somente quanto ao algodão e às madeiras, desfruta o Brasil da situação satisfatória no intercâmbio comercial com Portugal. Os tecidos de algodão entram por enquanto em pequeníssima escala, sendo vasto o campo para o seu desenvolvimento. No que diz respeito às peles em estado bruto, principalmente, secas, o produto brasileiro encontra aceitação em Portugal, representando 30% da importação. Há muito que fazer, porém, quanto às peles curtidas*⁴⁸⁵.

Com relação ao café, ao tabaco e aos produtos farmacêuticos, a avaliação da comissão é ainda mais pessimista, afinal, o café, produto que é tido como o carro chefe da economia brasileira, é importado por Portugal numa proporção inferior a 20%; com relação ao tabaco, a comissão destaca que “as nossas adiantadas indústrias de tabaco, seja na forma de charutos, cigarrilhos ou cigarros, não conseguem senão em escala mínima, introduzir aqui os seus produtos”⁴⁸⁶. Já no que diz respeito aos últimos itens avaliados – as frutas secas e a farinha de mandioca – as possibilidades de incremento nas exportações brasileiras para Portugal apresentavam-se de forma muito limitada, pois não tinham condições de concorrer com a produção portuguesa efetuada no seu Império Colonial.

Diante desta situação amplamente desfavorável ao Brasil, todo o relatório da comissão tem por base o “princípio de que os favores concedidos por um país ao outro não seriam extensivos aos governos com os quais existe

⁴⁸³ Idem.

⁴⁸⁴ Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 21. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁸⁵ Idem, p. 20.

tratado comercial a cláusula de nação mais favorecida⁴⁸⁷. Seguindo esta linha de pensamento, a comissão apresenta, ainda, como sugestão a adoção do princípio do equilíbrio nas trocas comerciais luso-brasileiras, justificando sua proposta com o seguinte argumento:

A aplicação desse princípio concretiza-se na sugestão feita ao governo português de conceder uma redução de 30% aos produtos manufaturados brasileiros em geral e, principalmente, àqueles que como os tecidos finos de algodão, de seda natural e artificial e de lã, e aos das indústrias de chapéus, calçados, artefatos de borracha, gêneros alimentícios e produtos farmacêuticos, podem, por sua qualidade, concorrer com os produtos similares estrangeiros, nos mercados do Império Português⁴⁸⁸.

O relatório da comissão aponta, inclusive, a necessidade de revisão da lista de produtos brasileiros e portugueses fixados pelo protocolo adicional de 1941 e a possibilidade de existência de uma comissão mista luso-brasileira, de caráter permanente, com desdobramento na formação de duas comissões, as quais realizariam o seu trabalho em cada um dos dois países, reunindo-se anualmente e alternadamente em Lisboa e no Rio de Janeiro⁴⁸⁹.

Deste modo, observa-se que com Getúlio Vargas à frente do executivo nacional, inicia-se um período de intensa aproximação luso-brasileira. E esta continuará a ser objeto de realização, tanto que a 9 de novembro de 1949 e a 14 de setembro de 1954, foram assinados tratados comerciais envolvendo os dois países. Portanto, a implantação do Estado Novo em Portugal e o velho sonho salazarista de constituir a comunidade luso-brasileira, encontrarão um ambiente mais favorável posteriormente, no governo de Juscelino Kubitschek⁴⁹⁰. Afora estes acordos, merecem destaque, ainda, o tratado

⁴⁸⁶ Ofício nº 205, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 24 de novembro de 1941, p. 20. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁸⁷ Ofício nº 43, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 10 de março 1942. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁸⁸ Ofício nº 43, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 10 de março 1942. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1941.

⁴⁸⁹ Idem.

⁴⁹⁰ Sobre o assunto, ver: GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

comercial de 1966 e a fundação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, resultados diretos da aproximação luso-brasileira originada na década de trinta do século XX, durante o governo de Getúlio Vargas.

Todavia, não ficaria concluída a análise das relações comerciais luso-brasileiras durante o Estado Novo no Brasil se a mesma ficasse circunscrita somente ao aspecto econômico, até porque, como bem destacou o jornal *Correio da Manhã*, a missão comercial portuguesa não veio “à nossa pátria, exclusivamente ao serviço das relações comerciais, porque o espírito dessa diligência que está se encerrando, não ficaria adstrito em acordos de ordem econômica – finalidade de segundo plano”⁴⁹¹. Neste momento, volta à tona a idéia de formação da comunidade luso-brasileira, sempre justificada pelo discurso da afetividade⁴⁹².

A afinidade ideológica e os interesses do Brasil e Portugal durante o Estado Novo brasileiro permitiram uma reaproximação luso-brasileira envolvendo, principalmente, os aspectos culturais e econômicos. Não obstante, o processo de emigração portuguesa para o Brasil, neste momento, também apresentará uma fisionomia muito particular durante o período de vigência do Estado Novo brasileiro, assunto este que constituirá o ponto de referência central do capítulo seguinte desta tese.

⁴⁹¹ Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 25 de setembro de 1938, p. 1.

⁴⁹² O mesmo jornal ainda assinala que o envio da missão comercial ao Brasil tinha por base o “desejo de continuidade em que estamos todos empenhados, de compreensão afetiva e das relações de dois países que se separaram politicamente, mas, por isso mesmo, acentuam,

CAPÍTULO 4

A IMIGRAÇÃO PORTUGUESA PARA O BRASIL DURANTE O ESTADO NOVO BRASILEIRO⁴⁹³

*Entre nós, brasileiros,
os portugueses não são estrangeiros,
são da mesma família*⁴⁹⁴.

A intensificação das relações entre Brasil e Portugal, durante o Estado Novo brasileiro, como se pode constatar nos capítulos anteriores, é um fato. Entretanto, destaca-se que, já no período colonial, o aspecto da imigração

cada vez mais, o seu respeito e a sua estima, como dois irmãos aos quais o destino indicou caminhos diferentes”. Idem.

⁴⁹³ O estudo da imigração portuguesa para o Brasil, durante o Estado Novo brasileiro (1937-1945), é um tema bastante complexo, fato que por si só já delimitaria assunto para uma tese, portanto, este capítulo visa tão somente a análise do aprofundamento das relações luso-brasileiras a partir da imigração de portugueses para o país. Para leitura sobre o tema indica-se – muito embora não sejam obras que se detenham, exclusivamente, à análise do Estado Novo –, entre outros: LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2001; PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal: a colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

⁴⁹⁴ Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1939, p. 3.

ligava profundamente os dois países. Diversos estudos mostram que desde esse momento, a imigração portuguesa para o Brasil foi contínua⁴⁹⁵ e, após a constituição republicana de 1891, o fluxo migratório aumentou consideravelmente porque o Estado ofereceu naturalidade brasileira a todos os estrangeiros que aqui viviam. Esse dado contribui para explicar o grande número de portugueses que entraram no país nessa época e se concentraram, desde as primeiras décadas do século XX, notadamente, nas cidades de São Paulo e Rio de Janeiro. A título de informação, destaca-se a pesquisa realizada por Hiran Roedel, na qual ele mostra que, especificamente no Rio de Janeiro, entre 1890 e 1929, se estabeleceram 362.156 portugueses⁴⁹⁶. Por sua vez, após a Proclamação da República portuguesa, em outubro de 1910, aumentou o número de imigrantes portugueses que se deslocavam para o Brasil; isto ocorreu em virtude da culminância da crise financeira que vinha se agravando e que, inclusive, havia favorecido a “solução republicana” em Portugal.

Após esse momento, em virtude dos reflexos da crise econômica de 1929, ocorre um retraimento no número de imigrantes que deixam Portugal. Tanto que, durante a década de trinta do século XX, os pontos mais altos da imigração portuguesa para o Brasil foram os anos de 1938 e 1939. Segundo Joel Serrão, nestes anos, a imigração atingiu a cifra de 13 mil e 17 mil, respectivamente⁴⁹⁷. Um fragmento do discurso do Presidente da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, proferido em 1942, também ressalta a presença portuguesa no Brasil no momento em que evidencia a:

Constante transferência para o Brasil de famílias inteiras de portugueses com todos os seus haveres; em nossa intromissão em todo o palpitar da vida brasileira (...); nos nossos atos e atitudes de assistência social; em nosso trabalho, nossas atividades pela produção variada de valores os mais diferentes; em nossos sentimentos,

⁴⁹⁵ Entre eles está o trabalho de FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997. Nesta obra, o autor confere à imigração portuguesa um caráter “permanente e contínuo”.

⁴⁹⁶ ROEDEL, Hiran. Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro: mobilidade e formação de territórios. In: *Os lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002, pp. 21-62.

⁴⁹⁷ SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982, p. 34.

*patenteados na forma como tratamos os brasileiros que visitam Portugal; no mercado esforço que fazemos por estreitar cada vez mais os laços de uma amizade sã*⁴⁹⁸.

Por outro lado, Getúlio Vargas, após a institucionalização do Estado Novo no Brasil – período em que o governo brasileiro aumenta as restrições à entrada de estrangeiros no país – demonstra certa simpatia para com a imigração portuguesa, diluindo, aos poucos, as limitações à vinda e presença de portugueses no Brasil. No entendimento da historiadora Eulália Maria Lobo, a política “antiemigratória” de Vargas “foi gradualmente sendo abolida em relação à Portugal, possivelmente por necessidade de reforçar a etnia luso-brasileira em face de estrangeiros de outras nacionalidades, ou por afinidade entre os dois Estados Novos”⁴⁹⁹. Desse modo, constata-se que a retórica da afetividade alicerçada nos laços históricos contribuiu sobremaneira para a adoção e defesa desta postura, pois:

*Todas as imigrações que recebemos são úteis ao Brasil, porque constituem braços que vêm colaborar no nosso progresso. Mas a imigração portuguesa, além de útil, nos é necessária, porque continua sendo, aqui, um elemento integrador das tradições da raça na expansão da raça da nossa vida social*⁵⁰⁰.

Do lado português, durante o seu Estado Novo, verifica-se um rígido controle sobre a saída de emigrantes do seu território. Um ofício, reservado, da Embaixada do Brasil, no Rio de Janeiro, referente à missão desenvolvida pelo Sr. Luiz Romero – representante da Companhia Itaquerê, em Lisboa, que tinha a tarefa de buscar imigrantes portugueses para o Estado de São Paulo – atesta esta afirmação no momento em que ele evidencia referências como o “especial regime político de Portugal, nenhuma decisão é tomada pelos Ministérios sem a audiência prévia do Presidente do Conselho, Sr. Antônio de Oliveira Salazar,

⁴⁹⁸ Anexo ao Ofício nº 235, do Cônsul geral de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 7 de dezembro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁴⁹⁹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. Op. cit., p. 175.

⁵⁰⁰ VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938, p. 293.

o qual estuda com vagar e examina pessoalmente cada uma das questões”⁵⁰¹. A análise da citação é interessante na medida em que destaca todo o controle de Salazar, no período do Estado Novo português e, como consequência, com o processo imigratório este procedimento não é diferente.

4.1 A política de imigração desenvolvida por Getúlio Vargas

Com o advento de Getúlio Vargas à presidência do Brasil, em 1930, por meio do Ministério do Trabalho, houve o início da regulamentação, ou melhor, a contenção da entrada de imigrantes no país, tendo em vista que “em fins de dezembro de 1930 são publicadas as primeiras medidas restritivas no que diz respeito a imigrantes internacionais. As restrições vão crescendo até a fixação de quotas na Constituição de 1934 e depois também na de 1937”⁵⁰². A execução desta nova política de imigração visava pôr em prática dois objetivos: limitar a entrada de imigrantes no território nacional e favorecer a nacionalização do trabalho no país⁵⁰³. Entretanto, o governo brasileiro, por meio dos seus discursos e publicações, deixa claro que sua posição não é contrária à continuidade da imigração, desde que ela seja moderada, afinal, era necessário conter o que “as desordenadas correntes imigratórias vinham acentuando – e mesmo estabelecendo – em nosso meio nacional, frisando contrastes, elaborando quistos raciais e lingüísticos”⁵⁰⁴.

⁵⁰¹ Ofício, reservado, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Sr. Mário Pimentel Brandão, Ministro de Estado, interino, das Relações Exteriores do Brasil, em 2 de janeiro de 1937. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1937.

⁵⁰² LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). In: *Revista de Saúde Pública*. São Paulo: Editora da USP, v. 8, suplemento 1974, p. 55.

⁵⁰³ Com relação à adoção das medidas restritivas à imigração, Artur Hehl Neiva, membro do Conselho de Imigração e Colonização, destaca a influência norte-americana informando que “a idéia do contingenciamento se baseou nas leis imigratórias norte-americanas dos anos de 1917 e 1924, adotadas quando aquele país sofria uma plethora de imigração como solução mais fácil de ser executada para coibir a entrada desordenada de alienígenas, procedendo a uma seleção das correntes de estrangeiros que ali se desejavam fixar”. NEIVA, Artur Hehl. A imigração e a colonização no governo Vargas. In: *Revista Cultura Política*. Ano II, Nº 21, novembro de 1942, p. 227.

⁵⁰⁴ CASTELO BRANCO, R. P. Imigração e nacionalismo. In: *Revista Cultura Política*, Ano II, Nº 15, maio de 1942, p. 30.

Nesta direção, Lindolfo Collor, ministro do Trabalho, Indústria e Comércio, em 12 de dezembro de 1930, expede o decreto-lei nº 19.482, o qual além de limitar a entrada de estrangeiros viajantes de terceira classe no Brasil, instituía a obrigação de que dois terços dos trabalhadores das firmas, das companhias comerciantes, das associações etc. deveriam ser trabalhadores nacionais. A adoção desta lei – que ficou conhecida como a “Lei dos 2/3” – pelo governo brasileiro, foi justificada pela “situação de desemprego em que se encontra grande número de operários em centros urbanos”⁵⁰⁵.

Além deste decreto, em 7 de janeiro de 1932, o governo brasileiro lança uma outra medida legislativa, o decreto-lei nº 20.917, pelo qual proibia terminantemente a entrada de estrangeiros ditos não qualificados no país. Este novo decreto teve intensa repercussão em Portugal, haja vista que “pouquíssimos seriam os emigrantes portugueses em condições de poderem ser legalmente admitidos. A maior parte partia, com efeito, sem qualificação alguma”⁵⁰⁶.

Em 19 de outubro de 1932, por meio do decreto-lei nº 21.981, o governo brasileiro limita a possibilidade do exercício da profissão de leiloeiro no país, por estrangeiros, no momento em que determina que eles precisam “provar a qualidade de cidadão brasileiro no gozo dos direitos civis e políticos e estar domiciliado no lugar em que pretende exercer a profissão há mais de 5 anos”⁵⁰⁷.

Posteriormente, a Constituição de 1934 estabeleceu as chamadas cotas de entrada no país⁵⁰⁸ ao determinar que “a corrente imigratória de cada país não poderá exceder anualmente o limite de dois por cento sobre o número total

⁵⁰⁵ Preâmbulo do decreto-lei nº 19.482, de 12 de dezembro de 1930. In: *Coleção de leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930, p. 381.

⁵⁰⁶ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1965, p. 89.

⁵⁰⁷ CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950, p. 34. Esta lei foi modificada pelo decreto-lei nº 22.427, de 1º de fevereiro de 1933.

⁵⁰⁸ Com relação a este ponto, o diplomata José Calvet de Magalhães ressalta que mais tarde o governo brasileiro admitiu a adoção de cotas suplementares compreendendo até o limite de 30.000 pessoas. MAGALHÃES, José Calvet de. *A imigração portuguesa no Brasil no século XX*. In: CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro

dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinco anos”⁵⁰⁹. Além deste aspecto, o governo assume a tutela do processo imigratório, ao ficar responsável pelo controle e/ou a sua proibição no país.

Neste mesmo ano de 1934, pelo decreto-lei nº 24.258, expedido em 16 de maio, e o seu posterior regulamento, o governo brasileiro estabelece as normas relacionadas à entrada e fixação dos estrangeiros no Brasil, dividindo-os em três categorias: imigrantes agricultores, imigrantes não agricultores e não imigrantes⁵¹⁰. Com relação à primeira categoria, estavam incluídos: a) aqueles contratados por qualquer sociedade, empresa, associação ou proprietário de terras incultas (art. 2º, inciso II); b) os agricultores já domiciliados no Brasil (art. 2º, inciso III).

A divisão dos imigrantes nas duas categorias indicadas torna-se importante na medida em que se avalia que todos os pedidos de entrada⁵¹¹ dos estrangeiros no Brasil eram despachados e autorizados pelo Chefe de Polícia no Distrito Federal ou pelas autoridades policiais nas capitais dos Estados, salvo o caso dos imigrantes agricultores, os quais constituíam competência exclusiva do Ministério do Trabalho, Comércio e Indústria⁵¹².

Em decorrência da difícil situação criada no Brasil a partir das restrições à imigração e do elevado número de portugueses que aguardavam pela liberação para a vinda ao Brasil, o Embaixador português Martinho Nobre de Mello considera “que não se trata dum ou outro caso isolado mas de uma situação que abrange milhares de portugueses e que, assim, transcende os estreitos limites dum regulamento para assumir os aspectos dum verdadeiro problema de ordem pública”⁵¹³; por isso, o Embaixador português encaminha

(Orgs.). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Ed. da UnB, 2000, p. 344.

⁵⁰⁹ Artigo nº 121 da Constituição Brasileira de 1934.

⁵¹⁰ O decreto ainda proibia a imigração de deficientes físicos, os menores de 18 anos e maiores de 60 anos, assim como todos aqueles que apresentassem “conduta manifestamente nociva à ordem pública ou à segurança nacional”. Alínea XII do Artigo 2º do decreto-lei nº 24.258, de 16 de maio de 1934.

⁵¹¹ O decreto-lei nº 24.258 denomina de “cartas de chamada” a todos os pedidos de entrada no país feito pelos estrangeiros.

⁵¹² Artigo 9º do decreto-lei nº 24.258, de 16 de maio de 1934.

⁵¹³ Trecho do Relatório do Embaixador Martinho Nobre de Mello, ao Dr. Mário de Pimentel Brandão, Ministro das Relações Exteriores. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

um relatório ao Ministro das Relações Exteriores, Dr. Mário de Pimentel Brandão, apontando a necessidade de se buscar junto ao Presidente da República a aprovação de medidas como:

- a) ordem imediata de libertação de todos os portugueses presos, com exceção dos comprovadamente nocivos à ordem pública;*
- b) autorização, pelo menos provisória, de residir no país a todos os portugueses que provem exercer uma profissão lícita e lucrativa;*
- c) confirmação das instruções do Ministro Agamenon de Magalhães autorizando o embarque a todos os portugueses munidos de cartas de chamada com as respectivas autorizações das autoridades policiais competentes, embora sujeitos no desembarque e ingresso no país, às exigências e formalidades legais no caso aplicáveis, e embora limitada a entrada à cota legal de imigração portuguesa⁵¹⁴.*

De acordo com o Embaixador português, a adoção das medidas citadas anteriormente, “dariam tempo para o estudo ulterior duma legislação mais perfeita sobre a imigração e entrada de estrangeiros no Brasil”⁵¹⁵.

O decreto do Estado Novo no Brasil, por meio da outorga da Constituição de 1937⁵¹⁶ retomou a idéia da entrada de imigrantes no país ao limite de dois por cento “sobre o número total dos respectivos nacionais fixados no Brasil durante os últimos cinquenta anos”⁵¹⁷, anteriormente estabelecido pela Constituição de 1934.

O governo brasileiro desferiu um outro golpe à imigração para o Brasil no momento em que instituiu “pelas autoridades brasileiras apertadas

⁵¹⁴ Trecho do Relatório do Embaixador Martinho Nobre de Mello, ao Dr. Mário de Pimentel Brandão, Ministro das Relações Exteriores. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

⁵¹⁵ Idem.

⁵¹⁶ Entre as principais determinações da Constituição de 1937, quanto ao nacionalismo, destacam-se: o estabelecimento das cotas de entrada de imigrantes no Brasil (art. 143); a determinação de que só poderiam funcionar no Brasil os bancos de depósito e as empresas de seguros quando fossem brasileiros os seus acionistas (art. 145); o decreto de que somente os brasileiros natos poderiam ser proprietários, armadores e comandantes de navios (art. 149); quanto às profissões liberais estipulava-se que só os brasileiros natos ou naturalizados que tivessem prestado serviço militar no país poderiam exercê-las (art. 150); a aquisição de terras, por ocupação de 10 anos comprovada, ocorreria somente pelos brasileiros natos (art. 148).

⁵¹⁷ Artigo nº 151 da Constituição Brasileira de 1937.

restrições aos movimentos cambiais que praticamente impossibilitaram as remessas de fundos dos emigrantes para os seus países de origem”⁵¹⁸. Esta ação do governo brasileiro desestimulou a prática de emigração dos portugueses para o Brasil na época⁵¹⁹, entretanto, não pôs fim ao processo. Isto se deve ao fato de que “a nova legislação brasileira ao organizar a imigração deu especiais regalias aos portugueses, mas, tão somente aos que se destinam à grande lavoura e aos pequenos agricultores e aos operários”⁵²⁰. Este tratamento “especial” a Portugal foi justificado pelo Conselho Superior de Imigração com base em dois pontos:

*Por um lado Portugal tem dificuldades para resolver o problema do excesso de população e, por outro, a imigração portuguesa convinha perfeitamente ao ambiente brasileiro e à progressiva nacionalização do país, visto que ela servia para preservar a sua constituição étnica e seus interesses econômicos*⁵²¹.

No ano seguinte, em 1938, as limitações aos imigrantes são ainda maiores, tanto que em janeiro do citado ano, por meio do decreto-lei nº 2.265, foi instituída uma comissão com o objetivo de “estudar as leis necessárias a regular a entrada, fixação, naturalização e expulsão de estrangeiros”⁵²². A comissão era composta por João Carlos Muniz, do Ministério das Relações Exteriores; por Dulfe Pinheiro Machado, Diretor do Departamento Nacional do Povoamento, do Ministério do Trabalho, Indústria e Comércio; por José de Oliveira Marques, Diretor do Serviço e Irrigação, Reflorestamento e Colonização, do Ministério da Agricultura; por Ernani Reis, Secretário do

⁵¹⁸ CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro (Orgs.). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Op. cit., p. 344.

⁵¹⁹ Sobre este assunto, entre outros, ver: BASTOS, João Eduardo Monteverde Pereira. *O fenômeno migratório como fator corretivo do balanço de pagamento*. Rio de Janeiro: Tese apresentada ao Departamento de Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1976.

⁵²⁰ Anexo ao Ofício nº 206, do Consulado de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 22 de abril de 1940. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁵²¹ Idem.

⁵²² NEIVA, Artur Hehl. *A imigração e a colonização no governo Vargas*. Op. cit., p. 228.

Ministro da Justiça e Artur Hehl Neiva, Diretor Geral do Expediente e Contabilidade da Polícia Civil⁵²³.

A partir do trabalho realizado por esta comissão, foram entregues ao presidente Getúlio Vargas, em abril de 1938, os anteprojetos que se tornaram, posteriormente, conhecidos como as “leis nacionalizadoras”, as quais visavam a regulamentação das atividades dos estrangeiros no Brasil⁵²⁴. De acordo com Priscila Perazzo:

As leis nacionalizadoras complementavam o projeto nacionalista de Getúlio Vargas na medida em que estavam incumbidas de restringir as atividades estrangeiras nocivas à constituição da brasilidade. Apesar da intenção do governo brasileiro de tornar o estrangeiro um “nacional”, esses decretos agiam no sentido de reprimir a própria existência de tais grupos no Brasil, pois, no caso da comunidade alemã urbana, identificada pela polícia como nazista, as práticas repressivas do governo promoveram uma exclusão social e não uma inserção desses grupos na vida dos brasileiros⁵²⁵.

Deste modo, a primeira delas, o decreto-lei nº 383, foi assinado em 18 de abril de 1938. Por meio deste, o presidente Getúlio Vargas vedava aos estrangeiros o desenvolvimento de qualquer atividade política no país⁵²⁶, inclusive, proibia toda a manifestação de adesões de compatriotas a idéias ou a programas políticos do seu país de origem, bem como a manutenção de

⁵²³ Idem.

⁵²⁴ São elas: a lei da nacionalidade, por meio do decreto-lei nº 389, de 25 de abril; a lei da extradição, por meio do decreto-lei nº 394, de 28 de abril; a lei referente à entrada de estrangeiros no país, instituída pelo decreto-lei nº 406, de 4 maio; a lei da expulsão, por meio do decreto-lei nº 497, de 8 de junho de 1938 e a regulamentação da entrada de estrangeiros no Brasil, por adoção do decreto-lei nº 389, de 20 de agosto, todas institucionalizadas no ano de 1938. Idem.

⁵²⁵ PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

⁵²⁶ Destaca-se que este decreto ocasionou a prisão de milhares de estrangeiros no Brasil, cuja situação foi considerada ilegal. A título de informação registra-se que, somente no Rio de Janeiro, foram presos mais de mil portugueses por ocasião da deflagração do Estado Novo no Brasil. Relatório político e diplomático / política e economia brasileira. Relatório político e diplomático / política e economia brasileira do Cônsul geral de São Paulo, emitido ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Anexo ao Ofício nº 62, do

jornais, revistas e outras publicações que tivessem objetivo semelhante⁵²⁷. Este decreto também objetivava a nacionalização em massa das associações constituídas por estrangeiros, inaugurando “um novo regime legal para as associações culturais, beneficentes, ou de assistência, fundadas e mantidas por entidades estrangeiras no Brasil”⁵²⁸.

Como o decreto-lei nº 383 atingia as associações para fins culturais, beneficentes, de assistência, clubes ou qualquer outro estabelecimento com finalidade similar constituídas por estrangeiros⁵²⁹. Não obstante, este decreto apresentava uma brecha, tendo em vista que proibia a permanência das associações constituídas por estrangeiros e cidadãos brasileiros. Contudo, poderiam continuar existindo aquelas compostas exclusivamente por estrangeiros. Desta forma, as associações portuguesas mais importantes, como o Gabinete Português de Leitura, o Liceu Literário Português ou os centros regionais, como a Casa do Minho e o Centro Transmontano, por serem constituídas exclusivamente por portugueses, foram consideradas legais e, portanto, poderiam continuar desenvolvendo as suas atividades. Ressalta-se que estas associações, anteriormente, haviam recebido instruções de se registrarem como estrangeiras pelo Embaixador português⁵³⁰.

Embaixador Martinho Nobre de Mello ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em de janeiro de 1940. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

⁵²⁷ Os estrangeiros, também, não poderiam publicar artigos, proferir conferências, palestras, discursos etc.

⁵²⁸ Ofício nº 169, confidencial, do Embaixador Martinho Nobre de Mello ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 15 de novembro de 1938, p. 1. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

⁵²⁹ O art. 2º vedava aos estrangeiros: “organizar, criar ou manter sociedade, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos de caráter político, ainda que tenham por fim exclusivo a propaganda ou difusão, entre os seus compatriotas, de idéias, programas ou normas de ação de partidos políticos do país de origem. A mesma proibição estende-se ao funcionamento de sucursais e filiais, ou de delegados, prepostos, representantes e agentes de sociedades, fundações, companhias, clubes e quaisquer estabelecimentos dessa natureza que tenham no estrangeiro a sua sede principal ou a sua direção”. Citado em BRANDÃO, Alonso Caldas (compilador). *Legislação de estrangeiros*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1949, p. 225.

⁵³⁰ Relatório político e diplomático / política e economia brasileira do Cônsul geral de São Paulo, emitido ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Anexo ao Ofício nº 62, do Embaixador Martinho Nobre de Mello ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em de janeiro de 1940. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

Todavia, este quadro não poderia ser aplicado às Beneficências Portuguesas, tendo em vista a presença de sócios brasileiros nelas⁵³¹. Para solucionar o impasse criado, algumas Beneficências Portuguesas – a de Santos e de Porto Alegre – apontaram uma solução um tanto quanto simplista ao proporem a eliminação de sócios brasileiros dos seus quadros. Entretanto, esta medida não foi aceita pelo ministro da Justiça, pois ele defendia a idéia de que se havia sócios brasileiros, deveriam considerar-se nacionais. Um trecho do relatório, confidencial, do Embaixador Martinho Nobre de Mello evidencia o posicionamento português com relação à questão do registro das sociedades portuguesas, bem como o posicionamento a ser adotado:

O que se deve, agora, em meu entender, é, acatada embora a nacionalização, procurar defender, manter, prolongar, nas instituições “nacionalizadas”, diretorias portuguesas, pelo menos na sua maioria, influência portuguesa, espírito português. Estamos em face de uma situação excepcional em que o Brasil se encontra dividido em duas correntes: a xenófoba e a sensata e conciliadora. Esta última deverá vir a triunfar. Não convém, suponho, dificultar-lhe a ação⁵³².

Neste momento do texto, torna-se oportuna uma reflexão sobre as associações portuguesas, porque elas foram as únicas entidades do gênero às quais o governo brasileiro permitiu a denominação de portuguesas. Além deste aspecto, todas as demais associações – de outras etnias – viram-se obrigadas a nomearem direções brasileiras, enquanto que nas lusas, mesmo após a nacionalização, as diretorias, de quase todas as associações, continuavam a ser constituídas exclusivamente por cidadãos portugueses, como foi o exemplo da Beneficência do Rio de Janeiro, justamente o caso que originou o maior debate acerca deste assunto.

Num segundo momento, cabe justificar que os portugueses recebem um tratamento diferenciado porque, na percepção getulista, os lusos em razão da

⁵³¹ Neste aspecto há que se ressaltar que a presença brasileira, nestas associações, não contava com elegibilidade para os seus cargos administrativos, não tendo, inclusive, direito de voto.

afinidade étnica luso-brasileira poderiam reforçar o nacionalismo brasileiro, na medida em que se ressalta a sua influência portuguesa “na formação do povo brasileiro, o sentido luso-brasileiro da formação histórica da nacionalidade, o poder de adaptação do luso, a identificação entre brasileiros e portugueses e sua contribuição civilizadora e cultural”⁵³³. De acordo com a análise de Lucia Lippi Oliveira, “a proximidade de língua, de religião, de tipo físico e até de nomes facilita a integração dos portugueses no Brasil, ainda que laços culturais com Portugal se mantenham”⁵³⁴.

Após esta reflexão torna-se importante apontar que depois do decreto-lei nº 383, foram estabelecidos outros decretos visando, cada vez mais, limitar – para não dizer extinguir – a atividade política de estrangeiros no Brasil. Para se ter uma idéia da restrição do Estado Novo no Brasil, com relação ao aspecto da imigração, destaca-se a instituição do decreto-lei nº 392, de 27 de abril de 1938. Por meio dele, dificultava-se, sobremaneira, a entrada de estrangeiros no país, pois se revigorava o sistema de cotas restritivas e atribuía-se ao governo central faculdades ilimitadas com relação a este assunto. Além deste aspecto, o decreto ainda “regulava a expulsão dos estrangeiros, que poderia ocorrer desde que o motivo comprometesse a segurança nacional”⁵³⁵.

A instituição do decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938⁵³⁶, também atingiu diretamente os estrangeiros, afinal, além de limitar ou proibir a entrada de pessoas de determinadas raças ou origens, estipulava um novo registro, obrigatório, de todos os estrangeiros a partir de uma nova – difícil e demorada – emissão de documentos⁵³⁷. A seguir, alguns trechos do decreto:

⁵³² Ofício nº 169, confidencial, do Embaixador Martinho Nobre de Mello ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 15 de novembro de 1938, p. 8. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

⁵³³ LOBO, Maria Eulália Lahmayer. *Portugueses en Brasil en siglo XX*. Madrid: Mapfre, 1994, p. 190-193.

⁵³⁴ OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002, p. 33.

⁵³⁵ Artigo 4º do decreto-lei nº 392, de 27 de abril de 1938. Citado em BRANDÃO, Alonso Caldas (compilador). *Legislação de estrangeiros*. Op. cit., p. 39.

⁵³⁶ Este decreto-lei continha as alterações introduzidas pelos decretos-leis números 639, de 20 de agosto de 1938; 809, de 26 de outubro do citado ano; e 1.532, de 23 de agosto de 1939.

⁵³⁷ Pelo decreto-lei nº 341, de 17 de maio de 1938, dificultava-se a liberação do registro de comércio aos estrangeiros por meio da exigência de documentos como passaportes, carteira de identidade e documentos comprobatórios da “autorização para trabalhar no Brasil”, os quais,

Art. 1. – Não será permitida a entrada de estrangeiros, de um ou outro sexo:

I – aleijados ou mutilados, inválidos, cegos, surdos-mudos;

II – indigentes, vagabundos, ciganos e congêneres;

Art. 2. – O Governo Federal reserva-se o direito de limitar ou suspender, por motivos econômicos ou sociais, a entrada de indivíduos de determinadas raças ou origens, ouvindo o Conselho de Imigração e Colonização⁵³⁸.

Toda esta nova legislação adotada pelo governo brasileiro, na medida em que atinge, também, os portugueses – como um processo lógico – ocasiona um movimento de forte contestação, principalmente por parte da representação diplomática e consular portuguesa no Brasil. As críticas portuguesas fazem-se na direção de que “o Brasil na sua nova legislação, por vezes precipitada, caracteriza-se pela inconstância e ligeireza nas leis que, ou são postas em vigor com demasiado rigorismo ou falham nos seus objetivos”⁵³⁹. Certamente, estas críticas só irão cessar a partir do momento em que o governo brasileiro propiciar um tratamento diferenciado aos portugueses.

Em 20 de agosto de 1938, o governo brasileiro institui o decreto-lei nº 3.010⁵⁴⁰, que “dispõe sobre a entrada e a permanência de estrangeiros no território nacional, sua distribuição e assimilação e o fomento do trabalho agrícola”⁵⁴¹ e apresenta uma tabela com os números relativos aos imigrantes provindos dos países com maior representatividade no Brasil. Estes índices

além de demorados, nem sempre eram possíveis de se conseguir. Pelo decreto-lei nº 3.016, de 24 de agosto de 1938, instituía-se a pena capital de interdição com relação a todas as sociedades constituídas por estrangeiros, até mesmo aquelas culturais, beneficentes ou desportivas se, dentro de prazos limitados, não regularizassem a sua situação. Os decretos números 910, de 30 de novembro de 1938 e o de número 1.262, de 10 de maio de 1939, proibiam o exercício da profissão de jornalistas aos estrangeiros com menos de 10 anos nesta profissão e sem naturalização. Há, ainda, a regulação quanto às heranças de estrangeiros, de modo a evitar a fuga de riquezas do país.

⁵³⁸ Citado em BRANDÃO, Alonso Caldas (compilador). *Legislação de estrangeiros*. Op. cit., pp. 10-11.

⁵³⁹ Ofício nº 54, do Cônsul de São Paulo, ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, em 11 de outubro de 1938. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

⁵⁴⁰ Este decreto-lei regulamentava o de nº 406, de 4 de maio de 1938, que tratava da entrada de estrangeiros no território nacional.

⁵⁴¹ Artigo 1º do decreto-lei nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. Citado em BRANDÃO, Alonso Caldas (compilador). *Legislação de estrangeiros*. Op. cit., p. 49.

havia sido elaborados pelo governo tendo por base o percentual de 2 por cento sobre o número de imigrantes entrados no país no período compreendido entre 1º de janeiro de 1884 a 31 de dezembro de 1933. Na tabela apresentada pelo governo brasileiro, os dois grupos de imigrantes mais representativos eram constituídos por italianos, em primeiro lugar, e portugueses, em segundo. Como a Itália apresentava o maior número, com um total de 1.401.335, sua permissão abrangia uma cota (anual) de entrada de imigrantes no total de 28.026,70. Os números de portugueses que entraram no país totalizavam 1.147.737, o que representava o estabelecimento de uma cota de 22.954,74. Deste valor estipulado aos portugueses, 18.363,79 deveriam se destinar à lavoura e 4.590,94 a outras atividades⁵⁴².

Por outro lado, há que se mencionar que a instituição do decreto-lei nº 3.010, gera muitas interrogações, pois faltavam esclarecimentos à população quanto ao real significado do que era estar irregular no Brasil. Este fato leva o jornal *Diário Popular* a publicar o artigo “A permanência de estrangeiros no Brasil”, questionando a ausência de orientações nesta direção, tendo em vista que a população deveria ser esclarecida sobre “o que se entende por estrangeiro irregularmente instalado no Brasil, de modo a que os demais, com situação regular, possam tranqüilamente aguardar o prazo a que se refere o comunicado da Delegacia”⁵⁴³. Esta preocupação também é evidenciada na correspondência do Cônsul geral português em São Paulo, ainda mais porque este serviço de registro, normalmente, era expedido pelas chamadas agências, as quais, na sua maioria, eram de propriedade ou dirigidas por portugueses, os quais “efetuam casos de extorsão e até, graves irregularidades, como falsa documentação, para servirem aos interessados”⁵⁴⁴. O Cônsul português ainda relaciona estes fatos ao que já ocorria, anteriormente, com a emissão das célebres “cartas de chamada”, as quais eram emitidas sem o conhecimento prévio dos Consulados⁵⁴⁵.

⁵⁴² Artigo 1º do decreto-lei nº 3.010, de 20 de agosto de 1938. Citado em BRANDÃO, Alonso Caldas (compilador). *Legislação de estrangeiros*. Op. cit., p. 95.

⁵⁴³ Jornal *Diário Popular*, Rio de Janeiro, em 22 de setembro de 1938, p. 4.

⁵⁴⁴ Ofício nº 634, do Cônsul geral de São Paulo ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 23 de setembro de 1938. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

⁵⁴⁵ Idem.

O decreto-lei nº 3.010 originou intensas reclamações por parte dos portugueses e do governo de Portugal tanto que, em 22 de abril de 1939, por meio da Resolução nº 34, os portugueses recebem um diferencial e por que não dizer, um outro importante incentivo, tendo em vista que a imigração portuguesa ficava isenta do regime de cotas:

Considerando que o fundamento dessa orientação não podia atingir o elemento português, que tem sido o fator primordial e a força cooperante mais idônea na formação do povo brasileiro;

Considerando que a atual política imigratória brasileira, que visa concorrer para a solução do problema do aumento da nossa densidade demográfica, deverá ter em vista o sentido da formação histórica da nacionalidade, que é luso-brasileira;

Considerando que a supressão de qualquer limitação numérica, em se tratando da entrada de portugueses no território nacional, só poderá contribuir para o fortalecimento da nossa formação étnica;

O Conselho de Imigração e Colonização

Resolve considerar os portugueses, para os efeitos do decreto nº 3.010 de 20 de agosto de 1938, isentos de qualquer restrição numérica, quanto à sua entrada no território nacional⁵⁴⁶.

Em março de 1939, o Conselho de Imigração e Colonização aprovou o plano apresentado por Henrique Dória – diretor do Departamento de Terras, Colonização e Imigração do Estado de São Paulo – de propiciar a vinda de 10 mil famílias de agricultores portugueses para o Brasil⁵⁴⁷. Entretanto, há que se mencionar uma cláusula neste contrato: independente do local onde esses agricultores fixassem residência, eles não o poderiam abandonar antes que fossem completados 4 anos de sua permanência⁵⁴⁸. Contudo, menos de um ano após o decreto nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, o governo português obteve uma exceção, pois, em 9 de fevereiro do ano seguinte, foi garantida aos portugueses a liberação desta obrigatoriedade de permanência no local.

⁵⁴⁶ Trecho do decreto-lei nº de 22 de abril de 1939.

⁵⁴⁷ REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Op. cit., p. 93.

⁵⁴⁸ Esta cláusula tem por base o inciso 2º, artigo 61º, do decreto-lei nº 3.010, de 20 de agosto de 1938, o qual determinava que “a licença só será concedida para a introdução de agricultores

Não obstante, à medida que o tempo passava, estas restrições à entrada de imigrantes no Brasil foram, pouco a pouco, sendo atenuadas, notadamente, no que respeita ao caso da entrada de imigrantes portugueses no país. Um exemplo desta afirmação é a inclusão na Consolidação das Leis do Trabalho – CLT –, em 1º de maio de 1943, de artigos que reservavam vagas para brasileiros nas empresas do Brasil – capítulo “Da nacionalização do trabalho”⁵⁴⁹, propiciando um status especial aos imigrantes de origem portuguesa ao determinar que eles estavam equiparados aos brasileiros “para fins deste Capítulo, ressalvado o exercício de profissões reservadas aos brasileiros natos e aos brasileiros em geral, os estrangeiros que, residindo no País há mais de dez anos, tenham cônjuge ou filho brasileiro, e os portugueses”⁵⁵⁰. Este quadro vigorará até o término da Segunda Guerra Mundial, momento em que será adotada uma nova postura com relação à entrada de imigrantes no país, pois a partir deste momento:

Art. 1º – todo o estrangeiro poderá entrar no Brasil desde que satisfaça as condições estabelecidas por esta lei.

*Art. 2º – Atender-se-á, na admissão dos imigrantes, à necessidade de preservar e desenvolver, na condição étnica da população, as características mais convenientes da sua ascendência européia, assim como a defesa do trabalhador nacional*⁵⁵¹.

Não obstante, há que se ter em mente que as restrições e limitações às atividades desenvolvidas pelos imigrantes no Brasil não eram os únicos entraves no caminho dos estrangeiros no solo brasileiro. No Brasil, os estrangeiros ainda enfrentavam problemas decorrentes de fatos como:

que venham exceder os misteres de sua profissão pelo prazo mínimo de quatro anos”. Citado em BRANDÃO, Alonso Caldas (compilador). *Legislação de estrangeiros*. Op. cit., p. 58.

⁵⁴⁹ Com relação ao capítulo “da nacionalização do trabalho”, o artigo 352 da CLT preconizava que “as empresas, individuais ou coletivas, que explorem serviços públicos dados em concessão, ou que exerçam atividades industriais ou comerciais, são obrigadas a manter, no quadro do seu pessoal, quando composto de três ou mais empregados, uma proporção de brasileiros não inferior à estabelecida no presente Capítulo”. Trecho da CLT referente às cotas para brasileiros. Disponível em: http://www.geocities.com/fusaoracial/cotas_para_brasileiros.htm. Acesso em 25 de setembro de 2007.

⁵⁵⁰ Artigo 353 da CLT. Idem.

⁵⁵¹ Citado em BRANDÃO, Alonso Caldas (compilador). *Legislação de estrangeiros*. Op. cit., p. 59.

*Ninguém pode moer cana sem licença do Instituto do Açúcar e do Alcool. Ninguém pode plantar cacau sem licença do Instituto do Cacau. Ninguém pode plantar mate sem licença do Instituto do Mate. Ninguém pode plantar café sem o beneplácito do grupo que domina o café. Ninguém pode derrubar árvores ou fazer serrarias sem licença do Instituto do Pinho, licença aliás que nunca se obtém*⁵⁵².

O término deste processo de restrição e limitação das atividades desenvolvidas pelos imigrantes no Brasil dar-se-á com a emissão do decreto-lei nº 7.967, em 18 de setembro de 1945, quando o presidente Getúlio Vargas julgou “que tinha chegado o momento para impulsionar de novo a imigração, ‘fator de progresso para o país’”⁵⁵³.

4.2 Os portugueses diante da nova legislação estabelecida pelo Estado Novo brasileiro

É difícil precisar o número de imigrantes portugueses que se estabeleceram no Brasil por ocasião do Estado Novo (1937-1945). Esta dificuldade aumenta, sobremaneira, no que respeita à identificação do número de imigrantes que entraram no país de modo ilegal. Sabe-se, entretanto, que o deslocamento legal constituiu um processo relativamente regular – é claro, contou com picos e quedas – como se pode verificar pela tabela apresentada na seqüência do texto. Não obstante, um dado é fácil de determinar: a presença de portugueses no Brasil é expressiva. Trabalhando com os censos populacionais, a historiadora Maria Stella Levy aponta que em todos os censos realizados em princípios do século XX, “a população portuguesa é a melhor

⁵⁵² CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Op. cit., p. 37. Nesta direção, o autor ainda aponta que “o próprio nacional ou empresa nacional que hoje quiser se meter em negócios de pesca, por exemplo, não conseguirá romper os mil entraves de uma camorra que mantém esse negócio do pescado num baixo nível de extração e num altíssimo nível de preço”.

⁵⁵³ Idem, p. 33. Comentando a ação do presidente Getúlio Vargas, Carneiro ainda destaca que “esse longo decreto de 100 artigos era contudo bem o produto da mentalidade estadonovista, apesar das boas intenções”.

representada (cerca de 27%), a não ser no censo de 1920, quando a italiana a ultrapassa apresentando a proporção de 35,66%”⁵⁵⁴.

Tabela 4.1 – Emigração portuguesa para o Brasil (1937-1945)

Ano	Número de emigrantes Portugueses (legais)
1937	14.667
1938	13.609
1939	17.807
1940	13.226
1941	6.260
1942	2.214
1943	893
1944	2.424
1945	5.938
Total	77.038

Fonte: Boletim da Junta da Emigração e Anuário Demográfico

Pela tabela indicada acima, constata-se que os anos compreendidos entre 1941 e 1944, apresentaram os menores índices de deslocamento de imigrantes portugueses para o Brasil. Uma das explicações para esta queda encontra-se, justamente, na barreira natural imposta pelo transcurso da Segunda Guerra Mundial, a qual originou uma série de limitações, principalmente relacionadas à escassez de transportes que cruzassem o Atlântico.

⁵⁵⁴ LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). Op. cit., p. 57. A autora, analisando o período de 1872 a 1972, ainda refere que “no total de cem anos, portanto, entraram no Brasil pelo menos 5.350.889 imigrantes, uma vez que os dados aqui apresentados se referem a imigrantes de primeiro estabelecimento apenas, dos quais 31,06% de origem portuguesa, 30,32% de italianos,

O governo português também tinha a sua parcela de contribuição nesta diminuição no número de imigrantes portugueses que se deslocaram para o Brasil durante o Estado Novo brasileiro, visto que a saída deles estava sujeita à obtenção de um sistema de licenciamento, o qual nem sempre era fácil de conseguir. Joel Serrão, estudando os deslocamentos dos portugueses para o Brasil, avalia que o período de 1930 a 1945 apresenta um decréscimo significativo e que isto constitui uma consequência direta da crise mundial de 1929, a qual “levou o Brasil, tradicional escoadouro da nossa gente, a fechar os seus portos à emigração europeia, o que, conjugado com medidas legais restritivas em Portugal e com a paralisação dos transportes oceânicos durante a guerra de 1939-1945”⁵⁵⁵.

Por outro lado, atesta-se que os números de imigrantes portugueses que se deslocaram para o Brasil, no período compreendido entre 1937 e 1940, minimizam as afirmações de que as restrições impostas pelo governo brasileiro à imigração afetaram, diretamente, o contingente de portugueses que vieram para o Brasil⁵⁵⁶. Até porque, como se constatará na sequência do texto, por interferência direta do governo português, estas restrições foram, paulatinamente, “suavizadas”, em se tratando de imigrantes de origem portuguesa. Neste sentido, um trecho do relatório do Cônsul geral português, em São Paulo, é esclarecedor quanto à sua ação no Brasil, no sentido de obtenção de um tratamento diferenciado – especial – junto ao governo brasileiro:

Prometeu-me que as leis iriam sendo, na sua aplicação, suavizadas quanto a nós. Que nos seria dada uma grande e pública satisfação logo que o ensejo se apresentasse. Que não deixaria de ser confessada, antes de mais nada, a filiação portuguesa do Brasil, a solidariedade da raça, a unidade dos dois povos. Que se faria inteira justiça à nossa obra colonizadora e à nossa

13,38% de espanhóis, 4,63% de japoneses, 4,18% de alemães, e ainda 16,42% de outras origens não especificadas”. Idem, p. 55.

⁵⁵⁵ SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa*: sondagem histórica. Op. cit., p. 39.

⁵⁵⁶ É claro que não se deve cometer a ingenuidade de se imaginar que as restrições à imigração, impostas pelo governo de Getúlio Vargas, não atingiram, também, os portugueses; entretanto, o que se quer destacar é que estas, em virtude de uma combinação de fatores portugueses e brasileiros, não foram tão limitativas à entrada de lusos no Brasil, durante o período do Estado Novo brasileiro (1937-1945).

*preciosa contribuição para o desenvolvimento do Brasil independente*⁵⁵⁷.

Getúlio Vargas dedica uma atenção especial aos portugueses, notadamente após a institucionalização do Estado Novo no Brasil, momento em que o presidente demonstra certa afinidade pelo regime português. Oliveira Viana – um dos mais destacados suportes da ideologia estadonovista no país – também reforça este pensamento ao defender que os portugueses e os espanhóis mostravam-se muito bem integrados no Brasil, tanto quanto os brasileiros natos⁵⁵⁸. Este pensamento também é reforçado nas publicações da revista *Cultura Política*⁵⁵⁹, nesta o elemento português é apresentado como uma exceção à regra da política imigratória e isto se deve ao desenvolvimento de dois fatores: “primeiro a sua nacionalização fácil, em vista dos laços de toda a ordem que nos ligam, tanto no terreno racial, quanto no lingüístico e no histórico-cultural. E, segundo, a sua vitalidade racial espantosa”⁵⁶⁰. O fato dos portugueses naturalizados serem os únicos a obterem autorização para o ensino do português, representa um exemplo desta exceção na relação luso-brasileira⁵⁶¹.

Do lado português, os jornais ligados à colônia portuguesa no Brasil vêm e justificam a adoção dessas “iniciativas destinadas a facilitar a entrada de portugueses no país e a conceder àqueles que aqui residem uma proteção legal não dispensada aos demais estrangeiros”⁵⁶², como uma prática natural e

⁵⁵⁷ Relatório político e diplomático / política e economia brasileira do Cônsul geral de São Paulo, emitido ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros. Anexo ao Ofício nº 62, do Embaixador Martinho Nobre de Mello ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em de janeiro de 1940. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

⁵⁵⁸ OLIVEIRA, Lúcia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. Op. cit., pp. 20-21.

⁵⁵⁹ De acordo com a historiadora Mônica Pimenta Velloso, *Cultura Política* era a revista oficial do governo getulista, com vínculos diretos ao Departamento de Imprensa e Propaganda; começou a circular em março de 1941 e se estendeu até outubro de 1945. Sobre o assunto, entre outros, ver: VELLOSO, Mônica Pimenta. *Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual*. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982, pp. 71-83.

⁵⁶⁰ CASTELO BRANCO, R. P. *Imigração e nacionalismo*. Op. cit., p. 30.

⁵⁶¹ Sobre este aspecto, a historiadora Eulália Maria Lobo ressalta que esta atitude de Vargas foi tomada com vistas a “eliminar o ensino por estrangeiros em núcleos coloniais do Sul, o que ele considerava uma ameaça à preservação da nacionalidade”. LOBO, Eulália Lahmeyer Maria. *Portugueses em Brasil en siglo XX*. Op. cit., p. 176.

⁵⁶² *Jornal A Notícia*, Rio de Janeiro, em 12 de fevereiro de 1942, p. 2.

uma consequência direta do entrosamento luso na vida cotidiana brasileira, tendo em vista que a colônia portuguesa do Brasil realiza “os seus movimentos no sentido da maior identificação possível com o espírito das instituições nacionais. Não se limita a obedecer com absoluto rigor as leis vigentes, integra-se na vida do país como fator de ordem, equilíbrio e progresso”⁵⁶³.

Em contrapartida a esse “favorecimento”, muitos membros da colônia e instituições portuguesas também demonstram apoio ao governo brasileiro. Estas demonstrações aumentam à medida que o presidente brasileiro intensifica facilidades aos imigrantes de origem portuguesa, tanto que, em 17 de junho de 1939, Vargas é homenageado no Real Gabinete Português de Leitura, sendo presenteado com um retrato seu. Na ocasião, os discursos proferidos por Ricardo Severo e pelo presidente brasileiro, reafirmam os laços que unem os portugueses e o Brasil. No caso de Getúlio Vargas, o seu discurso destaca as facilidades oportunizadas aos portugueses, afirmando que “fizemos a primeira alteração na lei respectiva, fundados em relações de Estado, por certo bem caras aos nossos corações; liberamos do limite legal a vinda de portugueses”⁵⁶⁴.

Contudo, esta ação não constituía um fato recente, pois na cerimônia de instalação do Conselho de Imigração e Colonização⁵⁶⁵, o próprio presidente Getúlio Vargas já prenunciava o tratamento diferenciado a ser destinado aos portugueses no momento em que afirmava: “não nos devemos esquecer de que o Brasil é de formação luso-brasileira”⁵⁶⁶. Este fragmento do discurso varguista abriu brecha para que o ministro das Relações Exteriores do Brasil encaminhasse um ofício à Embaixada portuguesa, no Rio de Janeiro, destacando nos termos da resolução do Conselho de Imigração e Colonização

⁵⁶³ Idem.

⁵⁶⁴ VARGAS, Getúlio. Discurso proferido em 17 de junho de 1939 no Real Gabinete Português de Leitura. In: *Vida e obra da Federação das Associações Portuguesas do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1943, p. 20.

⁵⁶⁵ O Conselho de Imigração e Colonização constituía uma designação do decreto-lei nº 406, de 4 de maio de 1938 – art. 81 – o qual determinava: “fica criado o Conselho de Imigração e Colonização, constituído de sete (7) membros nomeados pelo Presidente da república, que dentre eles designará o presidente e os seus substitutos nas faltas e impedimentos”. Citado em BRANDÃO, Alonso Caldas (compilador). *Legislação de estrangeiros*. Op. cit., p. 21.

a urgência de um estudo sobre o desenvolvimento da imigração portuguesa para o Brasil. No documento referido, defende a idéia de que a imigração lusa “em todos os aspectos, convém perfeitamente ao ambiente brasileiro e à progressiva nacionalização do país visto que ela serve para preservar a sua constituição étnica e seus interesses econômicos”⁵⁶⁷. Nesta direção, o jornal *Correio da Manhã*, que em muito refletia as posições do governo getulista, ao comentar sobre as resoluções do Conselho de Imigração, destaca que “entre nós, brasileiros, os portugueses não são estrangeiros; são da mesma família. Nós assim os consideramos. A imigração portuguesa é a que melhor nos convém”⁵⁶⁸.

Uma outra medida, que foi motivo de intensa reclamação por parte de Portugal, consistia no fato das Sociedades não poderem apresentar nomes estrangeiros, este foi o caso da Sociedade Luso-Brasileira, da cidade de Marília, em São Paulo, fato que desagradava a representação diplomática portuguesa no Brasil, pois “pela lei em vigor e com a reforma obrigatória dos seus estatutos passou a denominar-se Sociedade Marilândia, sendo para lamentar o custo de força maior que nos inibe de manter o antigo nome daquela Sociedade”⁵⁶⁹.

Muito embora todo o empenho do governo brasileiro em busca da nacionalização do país, o que implicava diretamente num processo de naturalização de muitos estrangeiros, o percentual de portugueses que buscavam a naturalização é relativamente baixo se comparado com outras etnias. Para se ter uma idéia, em 1940, a taxa de portugueses naturalizados brasileiros no país representava o percentual de 7% (no Rio de Janeiro este número caía para 6%), enquanto que, no mesmo período, o número de alemães naturalizados no Brasil subia para 10% no país (no Rio de Janeiro era de 8%) e entre os italianos este percentual subia para 12% no Brasil e mantinha o índice de 8%

⁵⁶⁶ Trecho do discurso proferido por Getúlio Vargas. Anexo ao Ofício nº 75 da Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 3 de abril de 1939. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁵⁶⁷ Ofício nº 75, da Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 3 de abril de 1939. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁵⁶⁸ Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 9 de abril de 1939, p. 2.

no Rio de Janeiro⁵⁷⁰. Mesmo sendo considerado baixo, este índice causava preocupações por parte do governo português, tanto que a instrução encaminhada aos seus Consulados referia-se a evitar, sempre que possível, a naturalização dos portugueses, pois isto poderia representar um “desligamento” dos portugueses de sua pátria-mãe. Assim, todas estas questões levam o diplomata português José Augusto de Magalhães, em agosto de 1941, em uma entrevista concedida ao jornal *O Estado de São Paulo*, a defender a elaboração de um tratado luso-brasileiro de emigração e de dupla nacionalidade. Na oportunidade, ele utilizou argumentos tais como:

Do valor do português para o Brasil, para a sua economia e para a sua assistência pública poder-se-á julgar pelo destino de inúmeras fortunas dos que para aqui emigraram em criança, acumuladas através de uma longa vida de intenso e honesto labor, fecundado pela terra hospitaleira que os acolheu. As fortunas do livreiro Francisco Alves, de Zeferino de Oliveira, do Visconde de Moraes e, ultimamente, de Joaquim Gonçalves Moreira, só para falar dos mortos, aqui encorajando as letras; animando indústrias: assegurando a perpetuidade de acreditadas firmas comerciais, fortalecendo os recursos de casas e hospitais ou enriquecendo o patrimônio das municipalidades, com as iniciativas que tiveram e têm seus continuadores. De todos os imigrantes o português enfileira-se entre os que maior contribuição tem fornecido à economia, do norte ao sul do Brasil⁵⁷¹.

A entrevista apresenta, de modo velado, a defesa de interesses econômicos/culturais portugueses, daí a justificativa para o empenho português em tentar neutralizar a influência de outras etnias no Brasil. Claro está, ainda, que nesse processo o argumento de ligações afetivas histórico/culturais entre os dois países será amplamente utilizado, visando assentar o processo imigratório entre os dois países.

⁵⁶⁹ Ofício nº 557, do Cônsul geral em São Paulo ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 17 de agosto de 1943. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁵⁷⁰ FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)*. Disponível em: http://www.ppghis.ifcs.br/media/manolo_imigracao_lusa.pdf. Acesso em 7 de setembro de 2007.

⁵⁷¹ Jornal *O Estado de São Paulo*, São Paulo, em 12 de agosto de 1941, p. 2.

4.3 Uma das faces do nacionalismo⁵⁷² de Getúlio Vargas: a naturalização dos estrangeiros

A Carta outorgada em novembro de 1937, por Getúlio Vargas, com seu caráter autoritário e centralizador, abre espaço para a concretização do plano getulista de formação de uma identidade nacional⁵⁷³, passando a se preocupar “com atitudes dos cidadãos, sua cultura, sua ética de trabalho, suas posições frente aos outros povos, sua composição étnica. É aí que têm origem as principais correntes nacionalistas que vão desenvolver-se no país”⁵⁷⁴.

A partir deste quadro, a política nacionalista empreendida por Vargas voltará sua atenção para a divulgação de ações do governo getulista, bem como para a repressão às notícias e manifestações contrárias ao novo regime⁵⁷⁵. Constata-se, ainda, neste momento, uma grande preocupação do governo brasileiro com relação ao elevado número de estrangeiros, notadamente no sul e sudeste do país, onde a presença do imigrante era mais acentuada; por isso, a política nacionalista empreendida por Vargas também se

⁵⁷² O termo nacionalismo aqui utilizado é trabalhado a partir da perspectiva indicada por Bobbio, e compreende “a ideologia nacional, a ideologia de determinado grupo político, o Estado nacional que se sobrepõe às ideologias dos partidos, absorvendo-as em perspectiva”. BOBBIO, Norberto, MATTENCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 7. ed. Brasília: Ed. da UnB, v. 2, 1995, p. 798.

⁵⁷³ Sobre o assunto, entre outros, ver: GIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

⁵⁷⁴ GERTZ, René. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1994, p. 17.

⁵⁷⁵ Nesta direção destaca-se a criação e as ações do Departamento Nacional de Propaganda (DNP), em 1938, o qual foi alterado para Departamento de Imprensa e Propaganda, em 1939.

voltará para os imigrantes, visto que o país recebia grande número de estrangeiros, anualmente, tanto que este posicionamento do governo brasileiro levou o Cônsul geral português, Júlio Augusto Borges dos Santos, a afirmar: “criou-se uma forte corrente nacionalista que começa a concretizar os seus planos e nos quais há o afastamento das colônias estrangeiras dos seus agentes consulares, cuja influência não convém permitir, mas, reduzi-la ao máximo”⁵⁷⁶.

Assim, a campanha nacionalista varguista, no que respeita à presença do imigrante apresentará “duas frentes de atuação: a integração do elemento imigrado e a ‘nacionalização’ dos seus descendentes, e a restrição da presença estrangeira em termos de comando das estruturas econômicas do país”⁵⁷⁷. Nesta direção, uma das primeiras medidas adotadas constitui-se, justamente, na proibição dos estrangeiros explorarem os meios de comunicação, afinal, isto constituía uma questão de segurança e de preservação da soberania nacional⁵⁷⁸.

Com relação a este ponto, o governo brasileiro ainda estipula um período para a naturalização de todos os jornalistas estrangeiros no país, sob pena de cancelamento do seu registro profissional. Este fato leva o governo português a se empenhar no sentido de obter exceções para a categoria citada. Inclusive, para este fim, a Embaixada portuguesa, sediada no Rio de Janeiro, consegue que a Associação Brasileira de Imprensa e o Sindicato dos Jornalistas Profissionais enviassem ofícios ao ministro do Trabalho e à direção do Departamento de Imprensa e Propaganda. Além destes apoios, o Embaixador português obtém uma conferência com o ministro Lindolfo Collor;

⁵⁷⁶ Ofício nº 675, do Cônsul Português de São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 29 de setembro de 1941. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

⁵⁷⁷ PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal – A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000, p. 130.

⁵⁷⁸ Artigo 122 da Constituição Federal de 1937. O texto da Carta Constitucional determinava que “não podem ser proprietários de empresas jornalísticas as sociedades por ações ao portador e os estrangeiros, vedado tanto a estes como às pessoas jurídicas participar de tais empresas como acionistas. A direção dos jornais, bem como a sua orientação intelectual, política e administrativa, só poderá ser exercida por brasileiros natos”. Idem.

na oportunidade, ele defende a adoção de providências em favor dos jornalistas portugueses⁵⁷⁹.

Uma outra categoria de trabalhadores portugueses atingida pela política nacionalista do governo brasileiro é a profissão de motoristas. Esta, pela nova legislação brasileira, passava a ser exclusividade de exercício brasileiro. De acordo com a lei estabelecida, todos os *chauffeurs* de praça, de residências particulares ou de casas comerciais, que fossem estrangeiros, estavam obrigados à naturalização. Estas novas determinações do governo brasileiro originam reclamações por parte de Portugal, porque “todas estas regulamentações têm nos prejudicado imenso, posto que, as classes trabalhadoras, portuguesas, têm sido atingidas pela necessidade da naturalização para conservarem os seus empregos”⁵⁸⁰.

Não obstante, os jornalistas e os motoristas não eram as únicas categorias profissionais a serem atingidas pela política nacionalista de Getúlio Vargas. Nesta direção, a historiadora Eulália Maria Lobo aponta que os estrangeiros estavam proibidos “de ser funcionários públicos e leiloeiros, de explorar a pesca e indústrias correlatas, a navegação de cabotagem, de exercer os ofícios de tradutor público, intérprete comercial, classificador de produtos agrícolas, pecuários ...”⁵⁸¹.

Estas proibições – como é fácil deduzir – originam intensa movimentação de alguns elementos portugueses, notadamente daqueles tidos como líderes da colônia portuguesa no Brasil. Tanto que no dia 2 de julho de 1940, o jornal *O Estado de São Paulo* publica o artigo intitulado “Carta aberta ao Chefe da Nação”, do jornalista português Silva Viana. No texto, Viana apela ao presidente Getúlio Vargas para a obtenção da cidadania brasileira a todos os portugueses residentes no país há mais de 10 anos; como argumentação, ele ressalta que muitos portugueses “por mais que o desejem, bem dificilmente o poderão obter em consequência de suas dificuldades pecuniárias e outras de

⁵⁷⁹ Telegrama nº 118, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 26 de maio de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁵⁸⁰ Ofício nº 285, do Cônsul de São Paulo ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 8 de maio de 1939. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁵⁸¹ LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. Op. cit., p. 176.

natureza burocrática”⁵⁸². A partir desse momento, o referido jornal paulista inicia uma campanha em prol da iniciativa defendida pelo jornalista português e abre espaço para a nacionalização de diversas instituições.

Em decorrência do início desse movimento, a diretoria da Câmara Portuguesa de São Paulo encaminha um ofício ao Embaixador português no Brasil, Martinho Nobre de Mello, informando que a instituição havia sido convidada a fazer parte daquele movimento. No entanto, não havia aceitado o convite utilizando, entre outros, os seguintes argumentos:

1º que não sendo esta Câmara uma associação do mesmo caráter que as outras, mas sim uma repartição oficiosa do Estado Português, não deveria tomar qualquer atitude em assuntos de tanta importância para a situação dos portugueses no Brasil, sem o assentimento das estâncias oficiais;

3º que se tratava, no caso, de um valor que só Portugal doaria ao Brasil, porquanto, se é verdade que a concessão da cidadania beneficiaria individualmente os portugueses aqui residentes, a verdade é também que iria concorrer para totalizar a desnacionalização que, lamentavelmente, se vem verificando cada vez com mais frequência;

*4º que esse valor deve ser um trunfo que acaso um dia devêssemos usar oferecendo a reciprocidade, mas nunca dele nos desfazemos sem compensação adequada*⁵⁸³.

As justificativas utilizadas pela Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, para o declínio ao convite, apontam algumas das preocupações do governo português com relação à política de naturalização de portugueses no Brasil. A principal delas está representada pelo receio da perda dos laços com os imigrantes portugueses no Brasil, tendo em vista que o país, por um lado,

⁵⁸² VIANA, Silva. Carta aberta ao Chefe da Nação. In: *O Estado de São Paulo*, São Paulo, em 2 de junho de 1940, p. 3.

⁵⁸³ Ofício da Câmara Portuguesa de Comércio de São Paulo, ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, em 27 de julho de 1940. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117. Os demais argumentos, não relacionados na citação, eram: “2º que as vantagens ou desvantagens de tal medida não tinham sido convenientemente discutidas; 5º que as referidas associações encarecem o problema ao invés, focando especialmente os benefícios de ordem pessoal que essa medida traria para os portugueses, mas esquecendo o interesse da Nação; 6º que, em qualquer caso, só tomaríamos uma atitude depois de obter o beneplácito do Estado Português”.

necessitava manter os vínculos com a antiga colônia e, por outro, precisava das remessas econômicas enviadas pelos portugueses, aqui residentes, para colaborar na viabilização do seu projeto econômico.

Um ofício, reservado, do Cônsul geral em São Paulo, Júlio Augusto Borges dos Santos, encaminhado ao Embaixador português no Brasil, Martinho Nobre de Mello, noticia ainda fato semelhante no momento em que ele comunica ao governo português a realização de uma manifestação do emigrado político João Sarmento Pimentel⁵⁸⁴, o qual estaria agremiando diversas associações nacionalizadas, justificando que estas naturalizações se faziam necessárias devido à ligação de Portugal ao lado das potências do Eixo. De acordo com o Cônsul português:

Na colônia o ato praticado pelo Sr. Sarmento Pimentel, correspondente do jornal carioca “Correio Português” tem sido muito censurado e comentários desagradáveis estão correndo contra aquelas associações que possuem 60% a 80% de sócios brasileiros natos ou, já, naturalizados, e os principais membros da nossa colônia repudiam energicamente a iniciativa derrotista do Sr. Sarmento Pimentel que tem percorrido algumas casas de comércio portuguesas e centros de reunião informando que o nosso governo estava, decididamente, ao lado do eixo político Roma-Berlim e fazia causa comum com a Espanha contra a Inglaterra, sendo, mais tarde, Portugal anexado pela Espanha e, por isso, todos os portugueses tinham o dever de se naturalizarem brasileiros para ficarem pertencendo a um país que respeita a liberdade⁵⁸⁵.

Portanto, vistas por este ângulo, as naturalizações espontâneas de membros da colônia portuguesa são tidas pelo regime salazarista como uma espécie de atentado à integridade da Nação portuguesa, afinal, os portugueses residentes no Brasil “abandonarão as suas inscrições nos Consulados

⁵⁸⁴ De acordo com o Cônsul geral português, Sarmento Pimentel era “o presidente da atual Comissão Administrativa da ‘Casa de Portugal’ e de situação estatutária irregular, era o secretário das associações signatárias, todas nacionalizadas ou em regime de favor policial”. Idem.

⁵⁸⁵ Ofício, reservado, do Cônsul de São Paulo ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 20 de julho de 1940. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

respectivos daí um desfalecimento de amor pátrio”⁵⁸⁶. Isto leva a crer que, como não poderia deixar de ser, as naturalizações portuguesas constituem um impacto ao nacionalismo português, por isso, a representação diplomática e consular é orientada a agir no sentido de:

*Acompanhar, por meio dos agentes diplomáticos e consulares, a atividade das associações, instituições ou organismos científicos, de colaboração política, de propaganda ou de ensino portugueses estabelecidos no estrangeiro, promover a sua organização ou federação, onde for possível e procurar obter a sua unidade de ação*⁵⁸⁷.

Além disso, o português que optava pela naturalização brasileira, como se pode presumir, não poderia continuar usufruindo do seu *status* de português em Portugal. Esta prática foi denunciada na imprensa brasileira, pelo jornal *Democracia*, em setembro de 1945, o qual publica o artigo “Português naturalizado não é português em Portugal”, evidenciando que a nova lei eleitoral portuguesa definia que se tornavam inelegíveis para a Assembleia Nacional Portuguesa todos os cidadãos naturalizados e aqueles que não apresentassem comprovação de residência contínua no território português durante os últimos 5 anos. O jornal mencionado afirma que, com a inclusão destas proposições, “aí está claro que português naturalizado não é cidadão português em Portugal”⁵⁸⁸.

Estas questões em muito nortearão as discussões acerca da posição dos portugueses no Brasil. Em 1941, Portugal envia uma missão especial ao Brasil⁵⁸⁹; esta assiste à conferência proferida pelo professor Barreto Campelo, intitulada “A dupla nacionalidade dos portugueses no Brasil”, no Gabinete Português de Leitura. O conteúdo da citada conferência em muito influenciará na elaboração do Estatuto Especial dos Portugueses no país, pelo governo brasileiro, em novembro de 1943.

⁵⁸⁶ Ofício nº 285, do Cônsul geral em São Paulo ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 8 de maio de 1939. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁵⁸⁷ PAULO, Heloisa. *Imigração portuguesa no Brasil*. Op. cit., p. 98.

⁵⁸⁸ Jornal *Democracia*, Rio de Janeiro, em 26 de setembro de 1945, p. 4.

Para coroar o processo de aproximação luso-brasileira – já evidenciado no aspecto cultural e econômico desta tese – em 1944, o governo brasileiro encaminha para Portugal um estudo prévio relativo à normalização do Estatuto dos Portugueses, um documento comum a portugueses e brasileiros, que deveria ser seguido pelos dois países. O projeto determinava a livre entrada tanto no Brasil como em Portugal, por meio de uma simplificação das exigências formais e documentais, bem como a igualdade de direitos aos portugueses naturalizados no Brasil.

Contudo, visando ampliar os termos propostos pelo projeto brasileiro, Salazar solicita ao Embaixador português no Brasil um parecer sobre o trabalho realizado pelo especialista em Direito Internacional, o professor Machado Vilela. Na verdade, o governo português tinha em mente o aumento “das facilidades no que respeita ao reconhecimento de diplomas universitários e na entrada de profissionais qualificados em ambos os países, o que não chega a ser pensado pelo Ministério das Relações Exteriores do Brasil”⁵⁹⁰. Tanto que, diante dos impasses criados no Brasil no que se refere à assinatura do Estatuto, o embaixador brasileiro em Portugal, João Neves da Fontoura, chega a “adiar o seu regresso a Lisboa em virtude do imprevisto surgido com relação ao Estatuto dos Portugueses e Brasileiros”⁵⁹¹, tendo em vista que ele “não deseja retornar ao seu posto em Portugal sem uma decisão a respeito”⁵⁹².

Diferentemente do aspecto cultural e econômico, áreas em que se verifica uma intensa aproximação luso-brasileira durante o Estado Novo brasileiro, formalizada pela assinatura de diversos acordos nas áreas citadas⁵⁹³, com relação ao aspecto da imigração, não houve a assinatura de um acordo mais abrangente entre os dois países, notadamente, pelo afastamento de Getúlio Vargas da presidência do país, em outubro de 1945.

⁵⁸⁹ Sobre o assunto, ver o 2º capítulo desta tese, pp. 93-94.

⁵⁹⁰ PAULO, Heloisa. *Imigração portuguesa no Brasil*. Op. cit., p. 142.

⁵⁹¹ Jornal *O Dia*, Curitiba, em 15 de junho de 1945, p. 4.

⁵⁹² Idem.

⁵⁹³ Sobre o tema, ver 2º e 3º capítulos desta tese.

4.4 A vigilância salazarista exercida sobre a colônia portuguesa no Brasil

A esta altura do texto, a aproximação luso-brasileira já é um fato. Contudo, uma análise mais crítica deste estreitamento de relações entre Brasil e Portugal permite inferir que, no que se refere à posição portuguesa, o Brasil é visto como uma espécie de “extensão” do território português – tendo-se em mente o elevado número de portugueses aqui residentes e a necessidade de controle à colônia de portugueses residentes no território brasileiro. Aliás, este procedimento de vigília sobre a colônia portuguesa é exercido antes mesmo da saída dos emigrantes de Portugal, tendo em vista que “são inúmeros os decretos que demonstram a preocupação do regime em inspecionar aquele que embarca, realizando uma triagem cada vez mais qualitativa do emigrante”⁵⁹⁴. Além desse aspecto, ressalta-se o fato de que a colônia de imigrantes também precisa ser “doutrinada”, disciplinada, principalmente porque há “concorrência” externa, como bem atesta o Cônsul português de Pernambuco, Manuel Anselmo, no relatório sobre a sua visita oficial a Maceió:

*A Colônia Portuguesa de Maceió é pequena mas é ótima. Fui encontrá-la, porém, dividida. A grande maioria era já salazarista e disciplinada às instruções superiores. Pessoas havia, porém, que, em comunicação com os maus elementos da América do Norte (Cameozas, por exemplo) e do Rio, formavam dos métodos governativos do nosso país uma idéia falsa e injusta. Tratei-os, a todos esses elementos, com um carinho redobrado e pude verificar, através deles, quanta falta têm feito, neste país, Cônsules com formação mental e política conforme com a hora nova de Portugal*⁵⁹⁵.

A análise do relatório do representante consular também se torna instigante à medida que o Cônsul Manuel Anselmo deixa escapar alguns aspectos da vigilância portuguesa exercida sobre os lusitanos do além-mar, ao relatar o tipo de ação direcionada a estes, no momento em que, fazendo referência à ação deflagrada para com os portugueses que, no seu entender, “caluniavam” o governo português no Brasil, afirma: “obriguei os capitães desse

⁵⁹⁴ PAULO, Heloisa. *Imigração portuguesa no Brasil*. Op. cit., p. 69.

⁵⁹⁵ Relatório do Consulado de Pernambuco, de 27 de fevereiro de 1943, p. 3. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A.

partido a, num almoço íntimo só de portugueses, declararem-se arrependidos das afirmações anteriores, a que haviam conduzido por informações erradas, e a proclamar-se, com comoção, salazaristas”⁵⁹⁶.

Deste modo, o governo português se utiliza de uma política de controle levada a efeito por meio – notadamente – dos representantes diplomáticos e consulares aqui residentes, visto que os “Consulados deveriam acompanhar com mais método e proximidade os nossos emigrantes estabelecendo os ficheiros em que atrás falo, premiando os que se mantivessem firmemente portugueses, desaconselhando-lhes a naturalização, de acordo com a Polícia Internacional”⁵⁹⁷. E é, justamente, esta postura por parte do governo português, que se observa com relação aos portugueses emigrados, residentes no Brasil.

O ofício do Embaixador Martinho Nobre de Mello, enviado ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio de Oliveira Salazar, em setembro de 1940, também reafirma tais interesses. Na correspondência indicada, Mello faz referência à necessidade de “conter as atividades sempre perigosas de certos elementos como o ex-capitão Sarmiento Pimentel e seus sequazes sempre em oposição pessoal a Sua Excelência”⁵⁹⁸.

Um expressivo número de ofícios e telegramas emitidos pela representação diplomática e consular portuguesa no Brasil evidenciam o “cuidado” de Portugal para com a sua colônia no Brasil. Neste sentido, torna-se ilustrativo o ofício emitido, em setembro de 1942, pelo Cônsul geral português, em São Paulo, ao Embaixador português Martinho Nobre de Mello. Neste, ele demonstra certa preocupação com a situação da intensa propaganda política dos aliados e seus partidários no Brasil, o que pode ser traduzido pelo temor relativo à perda de espaço no cenário brasileiro e, notadamente, na origem de problemas quanto à aceitação do regime político de Portugal. De acordo com o Cônsul, “há meses que se vem recebendo por via postal, inúmeros impressos de propaganda política, estrangeira, remetida pelo Rio de Janeiro e ‘Comitês’

⁵⁹⁶ Idem.

⁵⁹⁷ Relatório de Augusto Pires de Lima, ao Presidente do Conselho, em 28 de maio de 1942. In: *Correspondência entre Mário de Figueiredo e Oliveira Salazar*. Lisboa: Presidência do Conselho, 1986, p. 91.

⁵⁹⁸ Ofício do Embaixador Martinho Nobre de Mello, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 10 de setembro de 1940. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

de São Paulo”⁵⁹⁹; para ele, este expressivo número de impressos representa motivo de preocupação porque “toda esta ativa propaganda constitui um poderoso instrumento de indiscutível valor para procurar excitar a colônia, que, também, recebe aqueles manifestos e, servem aos agitadores (...) que poderiam estabelecer um Comitê português livre”⁶⁰⁰.

Do lado português, um telegrama de Salazar, encaminhado para o Embaixador português no Rio de Janeiro, informa que o presidente do Conselho se mantinha atualizado e por dentro das questões internas ocorridas no Brasil, inclusive, emitindo parecer sobre o material enviado, como comprova um telegrama seu de 1945, de acordo com a afirmação de que “apreciei devidamente [a] entrevista [de] V. Exa. [no] *Brasil-Portugal*, [no] aludido ofício agora lido”⁶⁰¹.

Deste modo, como se pode verificar, por um lado, existe o desenvolvimento de uma política de controle sobre atitudes tidas como “contestatórias” do regime salazarista e, por outro, o estabelecimento de ações que visavam à exaltação do governo português ou da figura de Salazar. Este é o caso das solenidades realizadas no momento da inauguração dos quadros de Antônio de Oliveira Salazar no Brasil. Comentando sobre a solenidade de inauguração do retrato de Salazar, no estabelecimento comercial do português Raul Fernandes Forte, em 19 de setembro de 1942, o Cônsul de Pernambuco deixa transparecer importantes aspectos da política salazarista desenvolvida no Brasil, objetivando “doutrinar” a colônia, tendo em vista que “esta inauguração constituiu o início de uma política em movimento. Dentro de meses, todos os estabelecimentos comerciais portugueses em Pernambuco terão o retrato de V. Exa. como símbolo da sua fidelidade à Mãe-Pátria”⁶⁰².

⁵⁹⁹ Ofício do Cônsul geral em São Paulo, ao Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, em 19 de setembro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁰⁰ Idem. O grifo consta no original.

⁶⁰¹ Telegrama nº 104, do Presidente do Conselho, à Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, em 15 de julho de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119.

⁶⁰² Ofício nº 179, do Cônsul de Pernambuco, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 22 de setembro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68. O Cônsul português ainda evidencia o seu trabalho relatando: “não oculto que tenho patrocinado com todo o calor essa iniciativa que tem merecido a maior simpatia às autoridades locais (...). Inaugurando, com todo o respeito e admiração, o retrato do seu Chefe, os portugueses daqui

Seguindo esta orientação, a vigilância da colônia portuguesa também acontecia por meio do controle de artigos publicados na imprensa brasileira. Na sua maioria, estes textos ressaltavam o regime salazarista ou fatos que o colocassem em evidência, como é o caso da publicação das declarações feitas pelo Embaixador da Inglaterra, em Lisboa, por ocasião da realização de um banquete oferecido em honra a Salazar, momento em que a Embaixada portuguesa, no Rio de Janeiro, “de posse do texto completo do discurso, promoveu a sua publicação nos jornais ‘*Voz de Portugal*’ e ‘*Brasil-Portugal*’, os mais lidos pelos portugueses”⁶⁰³. Neste mesmo ofício, o Embaixador português ainda deixa transluzir que esta é uma prática rotineira, ao informar que utilizou “os serviços noticiosos de várias emissoras para pôr em foco aquele discurso, **à semelhança do que se tem feito com os discursos de Vossa Excelência e outros assuntos de interesse nacional**”⁶⁰⁴.

A correspondência emitida pela representação diplomática portuguesa sediada no Brasil inclui, em seus relatórios e ofícios, a emissão de artigos publicados por membros da colônia lusa no país ou, ainda, aqueles que contém notícias que são tidas como relevantes para o regime salazarista. Tal fato ocorre, por exemplo, com a publicação do artigo “O Escudo”⁶⁰⁵, de Cristóvam Dantas, no jornal *Diário da Noite*. Este artigo foi encaminhado para Portugal porque sua publicação “causou uma enorme e agradável impressão nos meios intelectual e político paulistano e o seu autor tem recebido fartos aplausos e cumprimentos pela maneira como se refere a Portugal”⁶⁰⁶.

afirmam inequivocamente que não pretendem furtar-se aos seus deveres para com a Mãe-Pátria”. Idem.

⁶⁰³ Ofício nº 80, do Embaixador português no Rio de Janeiro, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 9 de julho de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 121.

⁶⁰⁴ Idem. O grifo não consta no original.

⁶⁰⁵ Neste artigo, Cristóvam Dantas tece inúmeros elogios à política de neutralidade adotada por Portugal com relação ao conflito da Segunda Guerra Mundial, inclusive, segundo o autor, esta foi uma medida acertada porque “não participando até agora do conflito, a sua atuação mostrou-se, todavia, de tal forma inteligente e proveitosa que aliviou sobremaneira a tarefa de guerra dos povos aliados, em um setor fundamental do Mediterrâneo e do Atlântico”. Jornal *Diário da Noite*, São Paulo, em 2 de julho de 1943, p. 2.

⁶⁰⁶ Ofício nº 435, do Cônsul geral em São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 2 de julho de 1943. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

A opinião contrária a este posicionamento também pode ser constatada. As notícias de críticas ao governo português de igual forma são evidenciadas na correspondência encaminhada pelo corpo diplomático e consular português no Brasil. Este é o exemplo do artigo “A vez de Portugal”⁶⁰⁷, publicado pela revista semanal *Ilustração*, o qual, além de considerar Salazar como um “fascista de segunda ordem”, questiona os rumos da situação portuguesa após o término da Segunda Guerra Mundial, já que com a “derrota do nazismo na Europa, Portugal deverá ter plena liberdade para continuar mantendo o seu regime declaradamente totalitário, infelicitando seu povo que há mais de uma década vive mergulhado na miséria e na servidão mais abjeta”⁶⁰⁸. Em alguns casos, o remetente (o Embaixador ou algum Cônsul português no Brasil) menciona suas atitudes com vistas a neutralizar tal elemento ou situação. Um exemplo desta atitude flagrante de intervenção salazarista foi informado pelo Cônsul geral português em São Paulo, no momento em que ele noticia que o Dr. J. Batista de Souza, diretor da seção de imprensa do Departamento Estadual de Imprensa e Propaganda (DEIP), havia comunicado-o “ter em seu poder quatro artigos procedentes do Rio de Janeiro e destinados à publicidade no vespertino local ‘A Gazeta’ e cuja publicação foi sustada em nossa atenção”⁶⁰⁹. Sobre a prática do referido jornal, o ofício emitido pelo Cônsul esclarece, ainda, que “os nossos amigos de ‘A Gazeta’ esforçam-se, em face da guerra mundial, em afastar recriminações ou acusações a Portugal, dando preferência a tudo quanto respeita a um maior entendimento entre os dois países irmãos”⁶¹⁰.

Além desse aspecto, o desenvolvimento de ações que desfaçam ou neguem a presença portuguesa no Brasil são imediatamente comunicadas a

⁶⁰⁷ Ofício nº 503, do Cônsul geral em São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de junho de 1944. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68. Neste ofício, o Cônsul geral português, chama a atenção para o fato de que “a edição deste artigo se esgotou nesta Capital”. Idem.

⁶⁰⁸ A vez de Portugal. In: Revista *Ilustração*, nº 30, março de 1944, p. 1.

⁶⁰⁹ Ofício nº 184, do Cônsul geral em São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 11 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119. De acordo com o Cônsul geral, os artigos intitulavam-se “A política internacional luso-espanhola”; “Um aviso de toda a oportunidade”; “Em Portugal começa a sentir-se a guerra”, e outro “Sobre a tendência nazista do governo português e a questão do Timor”.

⁶¹⁰ Idem.

Portugal. Esse é o caso, por exemplo, da notícia veiculada no jornal *O Estado de São Paulo*, sobre a desaprovação do Instituto Histórico e Geográfico referente à execução de um monumento ao Pe. Anchieta como o fundador da cidade de São Paulo, ignorando o feito do Pe. Manuel da Nóbrega pois, este, no entendimento do Cônsul geral português, é o “verdadeiro fundador, de nacionalidade portuguesa e a quem cabe aquela homenagem”⁶¹¹.

Nesta direção, os ofícios confidenciais deste período, em sua maioria, identificam o alerta feito pelo corpo diplomático e consular no Brasil, no sentido da execução de possíveis manifestações contrárias ao regime. Inclusive, a documentação enviada para Portugal ressalta a prática da coibição destas. Não obstante, o contrário também ocorre. Verificam-se gratificações às manifestações favoráveis ao regime; pessoas ilustres e/ou influentes junto à colônia portuguesa no Brasil recebem comendas ou são colocadas em evidência. Além disso, as ações de portugueses, que vangloriam o governo português, também encontram respaldo junto à correspondência enviada pela representação diplomática e consular portuguesa no Brasil. Exemplo desta afirmação é o ofício de 27 de fevereiro de 1943, no qual o Cônsul Manuel Anselmo relata a realização da conferência do Dr. Francisco Patti – Diretor do Departamento Municipal de Cultura de Recife – intitulada “Influência da Literatura na Medicina”, momento em que o conferencista, por ter se referido “em termos sumamente elogiosos, a vários escritores portugueses, inclusive ao dr. Fidelino de Figueiredo”⁶¹², recebe elogios e respaldo dos portugueses moradores no Estado de Pernambuco.

Assim, a busca pela adesão dos emigrantes portugueses aos pressupostos do regime salazarista constitui uma linha de ação do corpo diplomático sediado no Brasil. Para isto, os meios de comunicação – notadamente a imprensa – são vistos como mecanismos muito importantes no sentido de doutrina e vigília sobre a colônia portuguesa no território

⁶¹¹ Ofício nº 95, do Cônsul geral em São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de abril de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶¹² Relatório do Consulado de Pernambuco, de 27 de fevereiro de 1943, p. 3. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233A.

brasileiro⁶¹³. Deste modo, os jornais ligados ao regime salazarista procuram neutralizar qualquer tipo de influência negativa aos preceitos do governo português e, para isto, contavam com o apoio de importantes meios de comunicação no Brasil.

Dentro desse contexto, aponta-se que a imprensa representa um importante instrumento de reprodução da ideologia do regime salazarista junto à colônia de imigrantes portugueses no Brasil, “quer através da propaganda direta dos regimes de Lisboa, quer através da reprodução dos valores comuns da sociedade portuguesa, destinada aos filhos de imigrantes”⁶¹⁴. Durante o Estado Novo brasileiro, o jornal que mais se destaca no exercício deste papel é a *Voz de Portugal*⁶¹⁵; com o passar do tempo, este periódico tornar-se-á “a expressão totalitária da Pátria distante”⁶¹⁶.

O jornal *Brasil-Portugal*⁶¹⁷, fundado no Rio de Janeiro, em abril de 1944, era dirigido por Viriato Dornelles Vargas, irmão do presidente Getúlio Vargas. Muito embora a defesa do regime salazarista e o respaldo evidenciado à colônia portuguesa no Brasil, o jornal citado não constitui um órgão de efetivação da aproximação luso-brasileira. Contudo, o citado periódico publicava, com muita frequência, o resumo dos discursos proferidos por Salazar, em Portugal. Aliás, este foi um dos mecanismos encontrados pelo regime português para “refutar de vez a insidiosa campanha de críticas à nossa política externa movida por emigrantes políticos, com erros e falsidades históricas engenhosamente arquitetados e alimentada por boa parte dos jornais deste país”⁶¹⁸. Com relação a este jornal, há que se fazer menção à sua

⁶¹³ A historiadora Heloisa Paulo ressalta que, além da imprensa, o rádio, o teatro e a televisão também constituíram elementos porta-vozes da ideologia salazarista para a colônia portuguesa. Sobre o assunto, ver: PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal – A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Op. cit., pp. 204-215.

⁶¹⁴ PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal – A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Op. cit., p. 189.

⁶¹⁵ O jornal *Voz de Portugal*, fundado em abril de 1936, surgiu a partir de uma cisão entre o Dr. Mário Moreira Fabião e Henrique Ferreira Lopes, diretores do periódico *Diário Português*, e o seu fundador, Crisóstomo Cruz.

⁶¹⁶ *Jornal Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, em 11 de abril de 1936, p. 2.

⁶¹⁷ O jornal *Brasil-Portugal* existiu durante o período de abril de 1944 até o ano de 1948.

⁶¹⁸ Ofício do Embaixador de Portugal, Martinho Nobre de Mello, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 29 de maio de 1940. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

importante atuação no que respeita à crítica aos portugueses exilados políticos no Brasil por ocasião da sua reunião na sede da União Universitária, cuja pauta seria a definição do pensamento português em prol do anti-fascismo, porque, a partir deste momento, o jornal *Brasil-Portugal* “abriu [uma] violenta campanha contra esses portugueses que fazem política fora [da] sua terra, mormente quando ela toma aspecto vingativo chegando [a] reclamar medidas enérgicas para fazer terminar o Estado Novo”⁶¹⁹.

Assim, o apoio desses periódicos ao Estado Novo português, seja por meio de publicações que ressaltem e exaltem o regime salazarista ou pela coibição de notícias que “maculem” a imagem portuguesa, tem sua razão de ser, afinal, estes jornais têm relação quase que direta com o governo brasileiro e esta oposição ao governo português poderia refletir-se no Estado Novo brasileiro.

Desse modo, constata-se que o controle exercido por Salazar apresentava uma dimensão mais profunda e ultrapassava a linha dos discursos. O expressivo número de recortes de jornais, artigos publicados por membros ligados à colônia, encaminhados para Portugal via sua representação diplomática e consular no Brasil comprovam tal afirmativa.

Todavia, além da imprensa, para o exercício deste trabalho de vigilância, os representantes diplomáticos e consulares portugueses buscam, também, apoio em outras frentes. Nas festividades de batismo do avião Lusitânia – cujo padrinho era o Almirante Gago Coutinho – em abril de 1943, o escritor Assis Chateaubriand proferiu um discurso condenando a designação de estrangeiros aos portugueses, concitando “a nossa juventude a que nunca tolere que se chame de estrangeiro a um português. Nossa individualidade é lusitana e a preservação dessa individualidade é essencial”⁶²⁰. Este discurso levou o Cônsul de Portugal em Recife, Manuel Anselmo, a defender o “aliciamento” de Chateaubriand à causa portuguesa, argumentando que “este homem, que tem 18 diários em todo o Brasil e dispõe de uma influência poderosíssima, precisa

⁶¹⁹ Trecho do Telegrama nº 102, do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro, em 24 de abril de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 121.

⁶²⁰ Ofício, confidencial, do Cônsul de Pernambuco, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 6 de abril de 1943, p. 1. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

ser acarinhado na imprensa portuguesa⁶²¹, ou seja, de acordo com o Cônsul português, o apoio de Chateaubriand apresenta-se como fundamental para conter “o perigo que paira sobre a cultura portuguesa nestas terras”⁶²².

Uma outra face deste processo de busca pela adesão dos emigrantes portugueses no Brasil consiste na exaltação a Portugal ou a fatos, pessoas, festas etc. cujos interesses portugueses podem ser evidenciados. Este parece ser o caso do monumento erigido a Luís de Camões, no átrio da Biblioteca Municipal de São Paulo⁶²³. Todavia, “mais contundente, porém, é a busca do controle dos principais postos das associações da colônia, como nos casos do Clube Português, da Casa de Portugal, da Câmara Portuguesa de Comércio e do Centro Transmontano”⁶²⁴, tendo em vista que eles constituem importantes mecanismos de vigília e doutrinação da colônia portuguesa no Brasil. Assim, a colônia portuguesa era subvencionada por meio das suas associações e pela representação oficial portuguesa residente no país, formando-se uma espécie de policiamento das atividades desenvolvidas pelos membros da colônia no território brasileiro. Com relação à adoção destas ações, o Cônsul geral português corrobora este pensamento ao informar que:

*...só se poderá conseguir por uma série de manifestações cívicas, constantes, não só na capital como nos aglomerados do interior, trabalho insano por nós iniciado, desde o ano de 1937 e mantendo a atuação brilhante da “Casa de Portugal” com as suas conferências da alta cultura luso-brasileira e a “Caravana de cooperação intelectual luso-brasileira” nas suas excursões ao interior do Estado, visitando os núcleos coloniais portugueses*⁶²⁵.

⁶²¹ Idem.

⁶²² Ibidem.

⁶²³ O monumento custou, aproximadamente, 40 contos de réis e foi realizado por meio de uma subscrição entre a classe de comerciantes e outras figuras da elite portuguesa de São Paulo. Ofício do Cônsul geral em São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de novembro de 1941. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶²⁴ PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal* – A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo. Op. cit., p. 96.

⁶²⁵ Anexo ao Ofício nº 743, do Cônsul português em São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de dezembro de 1939. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

Além da imprensa, as notícias veiculadas por emissoras de rádio no Brasil também constituem objeto de atenção – leia-se procura de controle – do governo português. Este tipo de intervenção portuguesa pode ser exemplificado pela ação consular ocorrida após o comentário “indigno” difundido pela Rádio Sociedade Farroupilha, de Porto Alegre, a propósito da conferência realizada em Sevilha entre Salazar e o Franco⁶²⁶. Nesta direção aponta-se a atitude consular portuguesa promovida no sentido de repelir o fato, de modo que “de tão insólito ataque chamei desde logo a atenção do governo deste Estado para a inconveniência daquele comentário, tendo-me o Secretário do Interior assegurado que sem demora seriam tomadas as necessárias providências”⁶²⁷. E, Miguel Tostes, Secretário do Interior do governo do Rio Grande do Sul, em seguida, esclarece sobre a atitude executada com relação à solicitação do Cônsul português:

*Levando na devida consideração o pedido que, verbalmente, formulastes, a propósito de comentários feitos pela Rádio Sociedade Farroupilha, cientifico-vos de que tomei a respeito as necessárias providências, junto à Repartição Central de Polícia, que acaba de comunicar-me haver aquela difusora, em virtude das medidas postas em prática pela censura, resolvido suspender o noticioso que habitualmente costumava irradiar*⁶²⁸.

Dessa forma, como já foi evidenciado neste texto, os Consulados constituíam foco de vigilância constante da colônia portuguesa no Brasil. Entretanto, suas atribuições abrangiam uma profundidade maior. Por um lado, há um incremento nestas atividades no sentido da publicação de material de

⁶²⁶ Com relação a Portugal, o comentário difundido pela Rádio Sociedade Farroupilha aludia que “seu regime é corporativo como o de Mussolini. E o deste, como se sabe, não pode ser criticado, nem presta contas de seus atos a ninguém, embora haja em Roma, como em Berlim, um arremedo de Parlamento. Na Alemanha, na Itália, na Espanha e em todos os regimes fascistas, o povo não tem o direito de saber de que maneira são geridos os negócios públicos, de que forma é empregado o suor que o Fisco lhe pede ou lhe tira. As decisões do chefe nacional são dogmas (...)”. Anexo 1 ao Ofício nº 39, do Cônsul português em Porto Alegre, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 18 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119.

⁶²⁷ Ofício nº 39, do Cônsul português em Porto Alegre, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 18 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119.

propaganda do governo. E, por outro, desenvolve-se uma série de eventos nos Consulados e Embaixada, que objetivam a promoção do emigrante, bem como a sua incorporação em atividades sociais, as quais permitam ao cidadão ausente da Pátria uma possibilidade de torná-lo membro participativo dentro do projeto do Estado Novo português. Assim, verifica-se que as autoridades consulares trabalham na direção do reforço da identidade portuguesa, mesmo que distante da Pátria-mãe.

4.5 A ação dos “insubmissos”⁶²⁹ da colônia portuguesa durante o Estado Novo brasileiro

Em maio de 1938, ocorre no Brasil o fracassado assalto ao Palácio da Guanabara pelos integralistas⁶³⁰. A partir deste momento, intensifica-se a perseguição aos líderes integralistas, culminando com a prisão e o posterior exílio do seu chefe nacional, Plínio Salgado, em Portugal, no ano de 1939. Além do chefe do integralismo brasileiro, também foram para Portugal neste período os integralistas Hermes Malta Lins e Albuquerque e sua esposa, Rosa Albuquerque, e Lauro Barreira. Situação semelhante também ocorre no Brasil, com a vinda de muitos exilados políticos portugueses.

Neste sentido, a cidade de São Paulo, por apresentar um grande número de exilados políticos portugueses, constitui um dos principais focos de oposição ao regime salazarista. Isto acontece porque a capital paulista, juntamente com a cidade do Rio de Janeiro, representavam os dois mais importantes núcleos de estabelecimento dos portugueses no Brasil à época. É

⁶²⁸ Anexo 2 ao Ofício nº 39, do Cônsul português em Porto Alegre, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 18 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119.

⁶²⁹ A expressão foi utilizada pelo Embaixador português Martinho Nobre de Mello, no momento em que escreve “tenho a honra de remeter a Vossa Excelência o incluso memorial informativo do nosso Cônsul em São Paulo, a respeito dos insubmissos da Colônia naquele Estado”. Ofício nº 216, do Embaixador português no Rio de Janeiro, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 10 de setembro de 1940. M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117. (O sublinhado consta no original).

⁶³⁰ Em março de 1938, as autoridades de segurança de Getúlio Vargas debelaram uma tentativa de golpe realizada por parte dos elementos seguidores de Plínio Salgado. Dois meses depois, um grupo de integralistas, desiludidos com a política centralizadora adotada pelo presidente Getúlio Vargas e julgando contar com o apoio do exército e da opinião pública, promoveram um assalto ao Palácio Presidencial, no bairro de Laranjeiras, no Rio de Janeiro, eis o “*putsch* integralista”. O movimento fracassa, pois Vargas pôde contar com a intervenção do ministro da Guerra, o General Eurico Gaspar Dutra.

claro, além deste aspecto, ressalta-se a importância econômica e política destas cidades.

Assim, os portugueses José Augusto Prestes e João Maria Ferreira Sarmiento Pimentel são tidos pelo governo português como os seus maiores opositores no solo brasileiro. O primeiro se formou em Engenharia Mecânica, em Lisboa; emigrou para o Brasil, vindo a ter sucesso como jornalista, escrevendo tanto para jornais da colônia lusitana como outros do Rio de Janeiro, notadamente, o *Portugal Republicano*. O segundo, por sua vez, era ligado ao republicanismo português, tendo atuado com grande destaque no movimento 28 de Maio (ver 1º capítulo desta tese); após sua vinda para o Brasil, ligou-se a Ricardo Severo da Fonseca e Costa⁶³¹, com quem passa a trabalhar, vindo a ser diretor cultural do Centro Republicano de São Paulo e, mais tarde, seu diretor.

O controle dos portugueses exilados – opositores ao regime salazarista – ocorre por meio do acompanhamento das suas atividades públicas no Brasil, notadamente, na imprensa. Neste sentido, há uma preocupação visando não permitir que os “insubmissos” ocupem espaços de grande destaque na colônia, como é o caso da direção dos postos associativos no país, estilo a Câmara Portuguesa de Comércio, a Casa de Portugal, Clube Português etc. A historiadora Heloisa Paulo destaca que “a promoção do emigrante e a sua incorporação nas atividades sociais da Embaixada, juntamente com o controle da oposição no exterior, denotam o investimento do regime no reforço dos laços das colônias com Portugal”⁶³².

Justamente em virtude deste posicionamento, o predomínio de membros ligados a Sarmiento Pimentel na direção da Casa de Portugal, em 1940, constitui motivo de forte preocupação por parte do Embaixador português no Rio de Janeiro, pois, segundo ele, “os inimigos do regime desejam tomar conta

⁶³¹ O português Ricardo Severo da Fonseca e Costa veio para o Brasil em 1908, onde se liga a atividades da construção civil, à *Revista Portuguesa* e ao Centro Republicano da cidade de São Paulo sendo, inclusive, seu diretor. Faleceu em 3 de junho de 1940, em São Paulo.

⁶³² PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal – A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Op. cit., p. 97.

de todos os organismos portugueses de influência no momento em que se aproxima a comemoração dos centenários”⁶³³.

Entretanto, o momento de oposição ao regime português ganhará contornos bem mais definidos após a realização da Conferência dos Chanceleres americanos no Brasil, em janeiro de 1942, momento em que um grupo de portugueses – descontentes com os rumos do Estado Novo português – iniciou no país um movimento de oposição ao regime salazarista. Neste sentido, o jornalista Thomás Ribeiro Colaço⁶³⁴ representava um dos expoentes mais fortes desta oposição, por ele ter sido o elemento precursor do movimento na colônia portuguesa.

Além de Colaço, outros dois portugueses, Jaime de Morais e Lúcio Pinheiro dos Santos⁶³⁵, também são vistos como fortes elementos de oposição a Portugal. Santos era colaborador do jornal *Correio da Manhã*, e utilizava o periódico para fazer oposição ao regime salazarista⁶³⁶, como é o caso do artigo

⁶³³ Ofício, reservado, nº 54, do Embaixador português do Rio de Janeiro, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 13 de março de 1940. M.N.E., 3º piso, Armário 9, Maço 117. Um anexo a este ofício ainda informa sobre o modo como Pimentel conseguiu assumir o controle da Casa de Portugal, relatando que ocorreu “há dias um conflito entre o secretário da diretoria Sr. João Sarmento Pimentel e o Consultor jurídico Dr. Virgílio Sobral (...). Na luta travada entre aqueles membros da agremiação portuguesa tomaram parte os empregados do escritório e o que agravou a situação por tratar-se de uma questão de caráter de serviço interno a política e o desejo em afastar da Comissão Executiva todos os elementos conservadores e sinceros amigos do Estado Novo, principalmente, o seu Presidente, Sr. Soares Brandão. O referido senhor encontrava-se ausente nas termas do Prata e ao ter conhecimento do desagradável caso, imediatamente se demitiu acompanhando-o o vice-presidente, Dr. Silva Azevedo. O Sr. J. Sarmento Pimentel, aproveitando-se da oportunidade, substituiu todo o pessoal da ‘Casa de Portugal’ por indivíduos pertencentes ao Centro Republicano Português, onde exerce, também, o cargo de Secretário e, dessa maneira, integrou a ‘Casa de Portugal’ no agrupamento republicano”.

⁶³⁴ Thomás Ribeiro Colaço nasceu em Lisboa, em 1899. Formado em Direito e escritor, apresentava simpatia pela Monarquia. Veio para o Brasil em 1941, com o objetivo de uma viagem de estudos, entretanto, permaneceu no país escrevendo para diversos jornais e periódicos locais. Foi membro de oposição ao regime salazarista, notadamente, no momento pós-guerra; contudo, na década de sessenta, assumiu uma posição pró-colonial. Morreu em 1965, no Rio de Janeiro.

⁶³⁵ Jaime de Morais tornou-se exilado político de Portugal após ter participado da Revolta de 1927; foi para a Espanha e, depois, para a França, de onde se retira e vem para o Brasil depois da invasão de Paris pelas tropas de Hitler, em 1940. O segundo, Lúcio Pinheiro dos Santos, era professor de Filosofia na Universidade do Porto, e estava exilado no Brasil desde o ano de 1928.

⁶³⁶ Como exemplo cita-se o artigo intitulado “Os portugueses e a América”; no texto, ele defende a idéia de que “o povo de Portugal espera a oportunidade de dar a sua adesão à carta do Atlântico, instrumento do futuro, e de acompanhar, em todo o mundo português, a política libertadora do bloco de alianças das grandes democracias”. Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1942, p. 4.

publicado no referido jornal, momento em que Santos tece críticas ao governo português, argumentando falar “em nome de todos que em Portugal não podem falar livremente (...), com a entrada da América na guerra (...), procurando conhecer os sentimentos populares dos países aos quais foi traiçoeiramente imposta a ditadura”⁶³⁷. Desse modo, Lúcio Pinheiro dos Santos defende a idéia de que os lusos devem aderir à “declaração feita pelas Nações Aliadas em Washington, adesão que o governo dos Estados Unidos, em nome das 26 nações, está preparando para receber de todos os povos amantes da liberdade, temporariamente obrigados ao silêncio”⁶³⁸. Mais tarde, ele interferirá, novamente, nesta questão, advogando para que “todos os portugueses se congreguem em torno do Comitê Luso-Americano pela Democracia, com sede em Nova York, que tem por objetivo a reabilitação da democracia em Portugal”⁶³⁹.

Domingos Carvalho da Silva, cidadão português residente no Rio de Janeiro, também constitui uma figura de oposição ao regime português; ele não tem a designação de emigrado político; contudo, em virtude da publicação de um artigo no jornal *Correio Paulistano*, apresentando uma “áspera crítica ao regime político português”⁶⁴⁰, passa a sofrer uma vigilância constante do governo português. Isto tudo porque no mencionado texto, Domingos Silva, fazendo referência à falta de democracia em Portugal, afirma que “não temos nenhum prazer em que isso aconteça, nem satisfação em proclamá-lo. Quem o proclama com satisfação e entusiasmo são os próprios porta-vozes do regime”⁶⁴¹.

⁶³⁷ Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1942, p. 4.

⁶³⁸ SANTOS, Lúcio Pinheiro dos. Os portugueses e a América. In: Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1942, p. 4..

⁶³⁹ Jornal *Folha da Manhã*, São Paulo, em 24 de fevereiro de 1945, p. 5.

⁶⁴⁰ Ofício nº 971, do Cônsul geral em São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de novembro de 1944. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁴¹ SILVA, Domingos Carvalho da. O regime português e a democracia. In: Jornal *Correio Paulistano*, São Paulo, em 11 de novembro de 1944, p. 3. Neste artigo, Silva ainda argumenta sobre a necessidade “do exame rigoroso e frio do problema é, portanto, uma atitude amistosa e simpática em relação ao povo português que não poderá ser condenado à sua revelia, com base nos erros políticos proclamados e defendidos pelo Secretariado Nacional de Propaganda, de Lisboa”.

Como a maioria dos artigos do português Lúcio Pinheiro dos Santos é publicada em São Paulo e no Rio de Janeiro, imagina-se que a ação desses “insubmissos” restringia-se à região sudeste, entretanto, ela é bem mais abrangente. Em novembro de 1942, o Cônsul português em Porto Alegre noticia a publicação de um artigo no jornal *Correio do Povo*, “na qual a política do governo português é atacada a propósito da conferência de Sevilha e se incitam os portugueses do Brasil à formação duma frente de ‘portugueses livres’”⁶⁴².

Um outro exemplo desta oposição dos “insubmissos” portugueses ocorre por ocasião da fundação da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa⁶⁴³, no Rio de Janeiro, cujo objetivo principal consistia em “prestigiar, por todos os meios, os portugueses que dentro de Portugal ou no exílio desejam substituir o governo salazarista”⁶⁴⁴, a qual faz publicar nos principais jornais do eixo Rio/São Paulo um manifesto que informa sobre a fundação da Sociedade e realiza afirmações no sentido de que a “fraternidade luso-brasileira se acha perigosamente ameaçada pela tendência fascista do Governo Português e que só num ambiente de legalidade e de liberdade em Portugal poderão as relações estabelecer-se sobre seus legítimos fundamentos”⁶⁴⁵.

Além da atuação da Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa junto à imprensa brasileira, a instituição, em 18 de novembro de 1945, realizou um comício na sede da União Nacional, no Rio de Janeiro, em protesto contra as fraudes nas eleições realizadas em Portugal. O comício, que foi presidido pelo professor Hermes Lima, contou com a colaboração dos emigrados políticos portugueses Jaime Cortesão, Aniceto Monteiro e Lúcio Pinheiro dos

⁶⁴² Ofício nº 24, do Cônsul português em Porto Alegre, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 26 de novembro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119.

⁶⁴³ Esta Sociedade também congregava membros da intelectualidade brasileira; entre eles, citam-se: Carlos Drummond de Andrade, Graciliano Ramos, Manuel Bandeira, Caio Prado Júnior, João Mangabeira de Holanda, Hermes Lima e Castro Rebelo, José Lins do Rego, Gilberto Freyre, Jorge Amado, Oswald de Andrade, Raimundo Souza Dantas, Guilherme Figueiredo, Oscar Niemeyer, etc.

⁶⁴⁴ Colônia portuguesa no Brasil contra Salazar. In: *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 21 de novembro de 1945, p. 3.

⁶⁴⁵ *Idem*.

Santos e, entre inúmeras manifestações contrárias ao salazarismo, aprovou uma moção de repúdio às últimas eleições portuguesas ocorridas⁶⁴⁶.

Ações como as mencionadas anteriormente levaram a Embaixada de Portugal no Brasil a entrar em contato com o Ministério das Relações Exteriores do Brasil no sentido de conter “o caso dos desmandos da imprensa brasileira em correlação com a propaganda e ação antipatriótica de certos dos nossos ‘emigrados’ políticos”⁶⁴⁷. Neste sentido, a Embaixada encaminha um memorando ao Ministério das Relações Exteriores apresentando os principais nomes dos emigrados políticos que faziam oposição a Portugal naquele momento, conforme segue:

Entre esses emigrados destacam-se o antigo oficial da Armada Jayme de Moraes, conhecido agitador político e extremista, que chefiou uma subvelação contra as atuais instituições portuguesas e se enfileirou depois nas hostes vermelhas da Espanha donde fugiu para o Brasil; o Dr. Lucio dos Santos, velho adversário do Estado Novo e que em todas as ocasiões “propícias” é sempre o primeiro a aparecer para atacar e combater; o Dr. Thomás Colaço, que veio para este país em missão de estudo munido de passaporte oficial e que tinha um lugar rendoso em Portugal, para o qual fora nomeado pelo Governo-Salazar, mas que no Brasil trocou aquela situação pela de emigrado e adversário político ...⁶⁴⁸.

No memorando indicado anteriormente, a Embaixada do governo português afirma que causa estranheza a publicação de tais artigos, tendo em vista que “o Brasil é um país de instituições fortes e de imprensa controlada”⁶⁴⁹. Além desses aspectos, informa que não admite procedimentos semelhantes

⁶⁴⁶ Telegrama da Embaixada de Portugal do Rio de Janeiro, em 22 de novembro de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119.

⁶⁴⁷ Memorando, reservado, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 20 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁴⁸ Memorando da Embaixada de Portugal encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, datado de 8 de fevereiro de 1942. Os grifos são da Embaixada. Anexo ao Ofício, reservado, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 20 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁴⁹ Idem.

junto à imprensa portuguesa, “não permitindo comentários descaroadáveis aos seus chefes e instituições políticas, e muito menos autorizando quaisquer discussões sobre a sua política internacional”⁶⁵⁰ e, por isso mesmo, evidencia a necessidade de ações do governo brasileiro, visando a solução dos problemas apontados, pois ao considerar a atual situação “como perturbadora das boas relações existentes entre os dois governos e do fraternal entendimento entre os respectivos povos”⁶⁵¹, deixa claro que a falta de um posicionamento mais coercitivo por parte do governo brasileiro pode acarretar em perdas nas relações luso-brasileiras.

Diante de uma situação tão tensa, a resposta do Ministério das Relações Exteriores do Brasil é encaminhada com rapidez. No memorando, confidencial, o ministro se defende argumentando que a ação dos emigrados políticos de Portugal é feita “à revelia dos órgãos oficiais, na imprensa do país, da qual se valem aqueles exilados para veiculá-las sem que, no entanto, tivessem até hoje encontrado acolhida nos meios nacionais”⁶⁵². Em decorrência desta argumentação, o ministro ainda chama a atenção para o fato de que as relações luso-brasileiras não poderiam ficar estremecidas em virtude dessas insinuações, de caráter político, elaboradas por tais elementos, afinal:

Essa amizade entre os dois países, que nunca foi maior do que presentemente, não importa qual seja a orientação política internacional de cada um, baseia-se, sobretudo, num entendimento mútuo e no respeito pelas deliberações tomadas, as quais, muito embora possam tomar rumos diferentes, não deixam de ser acatadas e compreendidas, pois que essa norma de conduta constitui, no Brasil e em Portugal, tradição histórica que o perpassar dos séculos e das gerações do mesmo sangue

⁶⁵⁰ Ibidem.

⁶⁵¹ Memorando da Embaixada de Portugal encaminhado ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil, datado de 8 de fevereiro de 1942. Os grifos são da Embaixada. Anexo ao Ofício, reservado, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 20 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁵² Memorando, confidencial, do Ministério das Relações Exteriores do Brasil à Embaixada de Portugal, de 11 de fevereiro de 1942. Anexo ao ofício, reservado, da Embaixada de Portugal no Rio de Janeiro, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 20 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

*não pode desmentir, mas, antes, dá-lhes força e vigor redobrados*⁶⁵³.

A citação indicada anteriormente não deixa dúvidas sobre o entrosamento existente entre o governo português e brasileiro. Resta destacar, por fim, que em diversos momentos, o governo português se utilizou desta amizade para vigiar e conter os excessos dos seus “insubmissos” políticos no Brasil.

4.6 A colônia portuguesa no Brasil em face à Segunda Guerra Mundial

Após o início da Segunda Guerra Mundial, em 1939, o Brasil adota, inicialmente, uma posição de neutralidade em relação ao conflito, tendo como ponto alto desta resolução o fato de sediar a realização da Conferência dos Chanceleres Americanos, no Rio de Janeiro⁶⁵⁴. Nesse momento, a colônia portuguesa no país, em geral, segue as diretrizes traçadas pelo governo português, ou seja, adota uma posição de igual neutralidade. Contudo, alguns elementos portugueses, isoladamente, assumem posições pró-aliados ou germanófilas.

O fato de os portugueses residentes nos Estados Unidos terem definido inteira solidariedade à entrada do país na guerra – em decorrência do ataque japonês à base americana de Pearl Harbor –, independente do caminho que o governo português optasse por seguir, também motivou intensa repercussão no Brasil⁶⁵⁵.

Diante deste conturbado ambiente, em 28 de janeiro de 1942, no dia do encerramento da Conferência dos Chanceleres Americanos, no Rio de Janeiro, um “grupo de portugueses”, encaminha um manifesto – sem indicação de

⁶⁵³ Idem.

⁶⁵⁴ Sobre as causas que levaram à entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial, tratar-se-á no capítulo seguinte desta tese.

⁶⁵⁵ De acordo com o artigo publicado no Brasil, no que respeitava ao possível apoio da colônia portuguesa aos Estados Unidos em guerra, existiam “duas correntes definidas – uma que era representada por aqueles que desejavam enviar telegramas de protesto ao Governo português, por o julgarem prestes a abraçar a causa do Eixo; a outra, que era talvez a mais numerosa e representativa dos espíritos mais calmos, pretendia apenas definir a sua atitude perante o Governo deste país e o de Portugal, seja qual for o caminho que os governantes portugueses resolvam trilhar”. *Jornal A Notícia*, Rio de Janeiro, em 16 de janeiro de 1942, p. 1. Muito embora o número menor, venceu o primeiro grupo.

autoria – para publicação no jornal *Diário da Noite*, conclamando os compatriotas portugueses a demonstrarem apoio à luta contra as potências do Eixo⁶⁵⁶. Desse modo, a publicação do manifesto ocorreu antes mesmo do anúncio do ministro das Relações Exteriores, Oswaldo Aranha, de rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha, a Itália e o Japão.

O manifesto, como era de se imaginar, origina uma série de reações no país – mesmo com a diretriz de neutralidade imposta por Salazar –, pois muitos portugueses escrevem ao jornal *Diário da Noite* oferecendo a sua solidariedade para com o Brasil. O apelo do referido jornal é tanto que eles chegam a reproduzir uma suposta carta, atribuída a uma criança de apenas 11 anos:

Eu, uma criança portuguesa de 11 anos de idade, que há meses deixei o meu querido Portugal, sentindo pulsar dentro do meu peito um grande amor pelo Brasil e pela liberdade dos povos, pedi autorização a meus pais para, pelo meu próprio punho, escrever estas linhas. Pois bem, sr. Redator, quero que o DIÁRIO DA NOITE, se for possível, transmita meu apelo no sentido de que todos os portugueses e brasileiros, velhos, jovens ou crianças, se unam nesta hora de incertezas, fraternalmente, para defender, quando necessário, este idolatrado Brasil. Subscrevo-me muito respeitosamente, desejando muitas felicidades para o DIÁRIO DA NOITE. Esmeralda Pinto dos Santos. Rua Dr. Bulhões, 170⁶⁵⁷.

⁶⁵⁶ O manifesto, na íntegra, compreendia o seguinte texto: “AOS PORTUGUESES DO BRASIL – Rio de Janeiro, 28 de janeiro de 1942 – Portugueses residentes no Brasil, somos solidários, como D. Pedro IV, de Portugal, com os princípios que, desde a Declaração de Independência dos países americanos, têm marcado a posição da América, na defesa da liberdade dos povos, como neste momento, em que a unidade política do Continente, proclamada na Conferência do Rio de Janeiro, perante o ato de agressão das potências totalitárias, traduz a concordância da América com os fundamentos humanos e políticos do acordo Roosevelt-Churchill, consignado na Carta do Atlântico, garantia única da liberdade de todos os povos, sem exceção. Quando, neste momento, a unidade americana ainda mais se reveste de significação, por ter estado ameaçada, concitamos todos os portugueses do Brasil a dirigirem a sua ex. o sr. Presidente da República, dr. Getúlio Vargas, a manifestação dos nossos sentimentos de portugueses pondo-nos incondicionalmente à disposição do Brasil, prontos a lutar, ao lado dos brasileiros, pelo futuro da nossa civilização comum e pelos princípios de dignidade e de liberdade humana, pelos quais sempre se bateram nossos maiores, donde nos vem a honra de sermos portugueses. Todo português que estiver de acordo com esta declaração de princípios, em todo o território do Brasil, aderindo, de coração, ao puro sentido lusíada da manifestação, deverá dirigir, desde hoje, pelo correio, à Secretaria do Palácio do Catete, espontaneamente, sua declaração de português, nos termos do coupon que vai publicado na segunda página”. *Jornal Diário da Noite*, Rio de Janeiro, em 28 de janeiro de 1942, p. 1.

⁶⁵⁷ *Idem*, p. 2.

A partir deste momento, verifica-se uma intensa campanha no sentido de adesão da colônia portuguesa ao lado do Brasil, contra as potências do Eixo. Desse modo, os portugueses organizam um livro com a assinatura de lusos, o qual seria entregue na sede do governo brasileiro, no Rio de Janeiro. As cartas (ou trechos destas), divulgadas pelo jornal *Diário da Noite*, são provenientes das mais diferentes classes de portugueses no Brasil e compreendem desde membros ilustrados, até pessoas mais simples da colônia portuguesa. Além das cartas ou da indicação do nome das adesões de portugueses à causa brasileira⁶⁵⁸ – para se ter uma idéia, em 7 de fevereiro de 1942, o jornal carioca já contabiliza centenas de assinaturas – o periódico ainda publica entrevistas com figuras de destaque da colônia portuguesa, apresentando, inclusive, fotos e detalhes da vida destes imigrantes⁶⁵⁹.

Albino de Souza Cruz, Presidente do Conselho dos Portugueses do Brasil, a 3 de fevereiro de 1942, em uma entrevista reproduzida no jornal *O Globo*, procura conter as manifestações desses portugueses, difundindo a idéia de união da colônia portuguesa no sentido de manter “a mais rigorosa discrição durante o desenvolvimento dos acontecimentos, porque entendemos que, como é óbvio, nas atuais circunstâncias só ao Brasil e aos brasileiros cabe exclusivamente o direito de manifestar-se”⁶⁶⁰.

Entretanto, os apelos do Presidente Souza Cruz não surtem os efeitos esperados, tanto que os líderes “oficiais” da colônia portuguesa optam pela realização de uma reunião, no Gabinete Português de Leitura, em 9 de fevereiro, visando a tomada de decisão quanto à posição “oficial” da colônia portuguesa no Brasil face ao momento atual⁶⁶¹. A repetição do texto nos principais jornais do país, convidando a colônia portuguesa para a reunião,

⁶⁵⁸ De acordo com o periódico *Diário da Noite*, “as três primeiras adesões que recebemos foram as seguintes: Manuel Moreira de Matos, solteiro, português, de 20 anos, comerciante, residente à rua Sampaio Ferraz, 21; José Tavares de Melo, português, de 32 anos, casado, comerciante, morador à rua Camerino, 89 e Antônio Pontes”. Jornal *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, em 4 de fevereiro de 1942, p. 2.

⁶⁵⁹ Este é o caso, por exemplo, da publicação da opinião do português Mário Ferreira de Castro, o qual declara que os portugueses do Brasil deveriam seguir a posição “dos portugueses da América do Norte, que foram os primeiros estrangeiros ali radicados a oferecer o seu concurso e a formar ao lado dos valentes yankees a primeira linha de defesa da liberdade da América”. Jornal *Diário da Noite*, Rio de Janeiro, em 23 de janeiro de 1942, p. 6.

⁶⁶⁰ Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1942, p. 5.

evidencia a interferência do Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP) e a ligação entre os governos brasileiro e português. Nesta reunião, o Presidente do Conselho da Federação declara que, no dia 27 de janeiro, havia encaminhado um documento confidencial a todas as figuras de representatividade da colônia portuguesa no Brasil, informando que a atitude da colônia deveria acompanhar a decisão brasileira, ou seja, teriam que, “em tal eventualidade, imediatamente exprimir em nome dos portugueses do Brasil o nosso incondicional apoio a nossa segunda pátria e a nossa fé nos seus gloriosos destinos”⁶⁶²; contudo, “convém que seja guardada toda a discrição sobre o nosso projeto, uma vez que ele só deverá ter realização no caso de surgir o estado de guerra com o Brasil”⁶⁶³. Assim, a posição “oficial” da colônia portuguesa permanece sendo de neutralidade. Aliás, esta obedecia a orientação do Conselho dos Portugueses do Brasil e, por tabela, a decisão encaminhada por Salazar.

Diante desses acontecimentos, o jornal *Correio da Noite*, órgão representativo dos ideais salazaristas no Brasil, apressa-se em elogiar a neutralidade portuguesa e justificar a mudança de atitude do governo português, esclarecendo que “tem sido impecável a neutralidade que vem mantendo Portugal (...), porém, que ela mantenha seus velhos laços de amizade com países hostis ao Eixo, e, também, suas obrigações para com a Inglaterra e o Brasil”⁶⁶⁴.

Do lado brasileiro, a imprensa, em sua grande maioria, publica artigos de brasileiros agradecendo a solidariedade portuguesa para com o Brasil. Entretanto, Costa Rego, no artigo intitulado “A atitude dos portugueses”, chama a atenção para um aspecto interessante de análise, pois, segundo ele, os imigrantes portugueses do Brasil haviam adotado um posicionamento diferente da sua pátria-mãe, haja vista que “nem a própria neutralidade de sua pátria de origem foi obstáculo a que os portugueses do Brasil se pronunciassem como o

⁶⁶¹ Jornal *Meio Dia*, Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1942, p. 3.

⁶⁶² O jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, em 10 de fevereiro de 1942, p. 4.

⁶⁶³ *Idem*.

⁶⁶⁴ Jornal *Correio da Noite*, Rio de Janeiro, em 9 de fevereiro de 1942, p. 4.

fizeram”⁶⁶⁵. E isto, como já foi destacado anteriormente, no momento em que se abordou a criação da Sociedade Defensora da Democracia em Portugal, acabará repercutindo no Brasil como uma crítica negativa à manutenção do Estado Novo em Portugal.

Neste mesmo mês, ou seja, em fevereiro de 1942, o Cônsul português em Recife, Manuel Anselmo, envia um ofício, confidencial, ao governo português, destacando que 99% da colônia portuguesa apóia os aliados e, segundo ele, isto ocorre “não só por paixão e ideal, mas também por medo do que lhe possa acontecer, em matéria de injúrias, prejuízos e saques, caso Portugal entre na guerra ao lado do eixo”⁶⁶⁶. Inclusive, com relação a este assunto, o Cônsul Anselmo ainda deixa claro que na hipótese de Portugal se ligar às potências do Eixo, não poderá contar com nenhum apoio da sua colônia, em Pernambuco. Reafirma, também, que o silêncio de Salazar, face aos acontecimentos no Brasil, tem ocasionado a interpretação de que Portugal é simpatizante do Eixo⁶⁶⁷.

Logo após o recebimento deste ofício, Salazar encaminha um telegrama para o Consulado de Pernambuco, alertando o Cônsul Manuel Anselmo sobre o que ele denomina de “manejos a que colônia portuguesa está sujeita em todo o Brasil”⁶⁶⁸, no sentido de levar à guerra os países que ainda se mantêm neutros, como é o caso de Portugal. O presidente do Conselho ainda informa sobre o modo como Anselmo deve tratar a questão no momento em que evidencia: “seja intransigente com [as] especulações [de] políticos que semeiam [a] discórdia na colônia sem categoria ou posição para fazerem juízo exato do que convém [a] Portugal”⁶⁶⁹.

Com o desenrolar dos acontecimentos, o Brasil vai romper relações diplomáticas com os países do Eixo e, posteriormente, assumir uma posição no

⁶⁶⁵ Jornal *Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, em 12 de fevereiro de 1942, p. 7.

⁶⁶⁶ Ofício, confidencial, do Cônsul português em Pernambuco, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 6 de abril de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁶⁷ Idem.

⁶⁶⁸ Telegrama do Ministro dos Negócios Estrangeiros, Antônio de Oliveira Salazar, para o Consulado de Portugal, em Pernambuco, em 26 de abril de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

conflito ao lado das potências aliadas. Esta definição brasileira desvelará a preocupação do Embaixador português Martinho Nobre de Mello e do regime salazarista com relação à possível “perda” de espaço no Brasil para os Estados Unidos. O Cônsul português em Recife, Manuel Anselmo, é um dos elementos da representação consular portuguesa a demonstrar a maior preocupação nesta direção. Seguindo estes temores, Salazar orienta o seu Embaixador no Rio de Janeiro a difundir a idéia de que os Estados Unidos representam a grande ameaça à influência européia⁶⁷⁰.

Não obstante, a definição da posição oficial da colônia portuguesa só ocorrerá após a publicação da manifestação de solidariedade do Presidente Carmona e de Salazar ao governo brasileiro, ocorrida em 24 de agosto de 1942. Nesta direção, o Conselho da Colônia portuguesa reuniu-se no Real Gabinete Português de Leitura, com o objetivo de preparar uma mensagem de apoio ao presidente Getúlio Vargas⁶⁷¹. Esta foi entregue ao presidente Vargas na oportunidade de uma visita de membros integrantes da Federação das Associações Portuguesas do Brasil, no dia 5 de setembro do mencionado ano.

Na direção do apoio à tomada de decisão do Brasil, o Centro Trasmontano de São Paulo também publica o artigo intitulado “A valiosíssima cooperação da Colônia Portuguesa”, conclamando os portugueses a se unirem ao país em guerra. Inclusive, diante da impossibilidade dos portugueses assumirem posição junto ao exército nacional, em virtude das leis militares brasileiras, o boletim enfatiza que os portugueses “podem cooperar num outro exército, o da retaguarda, que manterá o poderio da frente, tão indispensável, aliás, como o primeiro, demais na guerra moderna, em que o fornecimento constante de alimentos e munições”⁶⁷².

Entretanto, a solidariedade da colônia portuguesa também originará reclamações por parte de brasileiros que se sentem “lesados”. Nesta direção, o

⁶⁶⁹ Idem.

⁶⁷⁰ TELO, Antônio. *Portugal na Segunda Guerra*. Lisboa: Perspectivas e Realidades, 1987, pp. 485-487.

⁶⁷¹ Esta ação da Federação das Associações Portuguesas foi estampada na primeira página do jornal português *Diário de Notícias*, em 6 de setembro de 1942.

⁶⁷² A valiosíssima cooperação da Colônia Portuguesa. In: *Circular do Centro Trasmontano*. São Paulo, outubro de 1942, p. 1.

jornal *A Gazeta*, em 30 de setembro de 1942, publica o artigo, sem assinatura, intitulado “Situação privilegiada de certos estrangeiros”, que ocasiona forte movimentação em todas as colônias estrangeiras residentes no Brasil e, notadamente, dos portugueses. O artigo mencionado faz referência aos espaços abertos nas indústrias e/ou estabelecimentos comerciais no Brasil em decorrência da convocação dos jovens brasileiros para o serviço militar e o seu posterior preenchimento por elementos não identificados com as potências do Eixo. O português Luiz Gouveia, ao entender que os estrangeiros mencionados no artigo só podiam ser portugueses, utiliza os microfones da Rádio Bandeirantes, no programa Lusitano, em 7 de outubro de 1942, para apresentar o que ele denomina de “resposta a uma calúnia”, alertando para o fato de que a publicação do jornal *A Gazeta*, “com o seu modo de analisar os fatos, quase que faz perder a vontade de se apresentarem os moços convocados – sim, porque os coloca no dilema de, ou perderem os empregos ou não cumprirem com o seu dever”⁶⁷³.

Além destes aspectos, o português Luiz Gouveia enumera uma série de contribuições dos portugueses radicados no Brasil, as quais evidenciam o apoio ao país em guerra⁶⁷⁴. Finalizando a sua fala, Gouveia ressalta, ainda, que os portugueses estavam dispostos a lutarem pelo Brasil e, que muito embora a qualidade de irmãos apregoada por parte da intelectualidade brasileira, os portugueses ainda não recebiam este tratamento por parte do presidente Getúlio Vargas, como se constata pela citação abaixo:

Venha aqui ao meu programa, que eu lhe mostrarei as centenas de cartas escritas por portugueses, nas quais verberam os atentados sofridos pelo Brasil, dizendo que estão dispostos a lutar pela sua segunda pátria. Mostro-lhe os artigos lidos a este microfone, por intelectuais brasileiros, os quais nos outorgam a lúdica qualidade de irmãos, na verdadeira acepção do termo. E

⁶⁷³ Anexo ao Ofício nº 666, do Cônsul geral português de São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 24 de outubro de 1942, p. 2. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁷⁴ Entre elas, destacam-se: a ação dos diretores da Casa de Portugal de São Paulo que angariaram quase 300 contos de donativos para as famílias dos vitimados pelos navios torpedeados pelas potências do Eixo; as contribuições espontâneas dos portugueses para a Marinha de Guerra Nacional; o incondicional apoio moral, material e físico dos portugueses oferecido ao presidente Getúlio Vargas. Idem, p. 3.

mostro-lhe também um recorte de jornal, em que um redator comenta a nobilíssima atitude do presidente Getúlio Vargas, sobre o pedido que lhe fez um pai português para que um filho seu pudesse entrar no Brasil, escrevendo, no requerimento, de seu próprio punho: “Deferido por ser português”⁶⁷⁵.

Em 1943, foi criada a Legião Brasileira de Assistência (LBA)⁶⁷⁶, entidade voltada à assistência àqueles envolvidos na guerra. A colônia portuguesa realiza inúmeros eventos visando obter auxílio para destinar às LBAs estaduais. Este é o caso da colônia portuguesa em Pernambuco, ao realizar “uma festa elegantíssima no Centro Português (...), a qual rendeu um lucro líquido de Cr\$ 18.296,40, e a colheita por subscrição de 645 lençóis e 645 fronhas para a campanha da Legião em prol dos reservistas e soldados brasileiros”⁶⁷⁷.

À medida que o envolvimento brasileiro na guerra aumenta, com o envio da Força Expedicionária Brasileira (FEB)⁶⁷⁸, a colônia se mobiliza para angariar auxílio aos “pracinhas”. Além desse aspecto, os filhos dos emigrantes portugueses, caracterizados como brasileiros natos, são convocados pelo governo brasileiro, assumindo posição na guerra. Este fato acaba, indiretamente, englobando a colônia portuguesa no conflito mundial.

Em maio de 1945, a notícia veiculada no país – pelos emissores ingleses e agências telegráficas – de que o governo português havia declarado luto oficial por dois dias, em decorrência do falecimento de Adolf Hitler, teve ampla repercussão no Brasil. A movimentação foi tanta que o Embaixador português telegrafou a Portugal, em caráter urgentíssimo, solicitando

⁶⁷⁵ Anexo ao Ofício nº 666, do Cônsul de São Paulo, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 24 de outubro de 1942, pp. 3-4. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁷⁶ A LBA foi fundada em 1942; Darci Vargas, esposa do presidente Getúlio Vargas, era sua presidente.

⁶⁷⁷ Ofício do Cônsul de Portugal em Pernambuco, Recife, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 19 de março de 1943. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁷⁸ Sobre a formação e atuação da FEB, ver 5º capítulo desta tese, pp. 269-272.

informações no sentido de como agir com relação ao assunto⁶⁷⁹. O governo português responde à solicitação do Embaixador português, informando que a ação praticada estava abaixo do que havia sido estabelecido para a morte de qualquer chefe de Estado com o qual o país mantivesse relações, pois o governo “limitou-se enviar Chefe de Protocolo à Legação da Alemanha para condolências oficiais, tendo-se Ministro dos Negócios Estrangeiros e Secretário Geral [do] Ministério limitado [a] mandar cartões”⁶⁸⁰.

Após a deposição de Getúlio Vargas, em 29 de outubro de 1945, a colônia portuguesa “oficial”, ou seja, aquela que é simpatizante do regime salazarista aguardará o rumo dos novos acontecimentos para, em seguida, saudar o novo presidente da República brasileira, Eurico Gaspar Dutra.

Como ficou atestado neste capítulo, o decreto do Estado Novo no Brasil acarretou uma intensificação no sistema de restrições à entrada e permanência de estrangeiros no país. Contudo, o governo português, paulatinamente, conseguiu transpor estas barreiras, obtendo um tratamento diferenciado aos portugueses, e se aproveitou da amizade luso-brasileira e do controle exercido por Getúlio Vargas à época, para incrementar a vigilância salazarista sobre a sua colônia. Além desses aspectos, o deflagrar da Segunda Guerra Mundial originou, por um lado uma intensa colaboração da colônia portuguesa no Brasil – como se constatou na última parte deste capítulo – e, por outro, incrementou ainda mais as relações luso-brasileiras através da representação portuguesa dos interesses brasileiros na Alemanha, na Itália e no Japão, como poderá ser verificado no quinto capítulo desta tese.

⁶⁷⁹ Telegrama, urgentíssimo, do Embaixador português no Rio de Janeiro, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 4 de maio de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68.

⁶⁸⁰ Telegrama, urgente, do Ministro dos Negócios Estrangeiros, à Embaixada de Portugal, em 4 de maio de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68. No telegrama, o ministro ainda informa que “ordenou com respeito a quartéis e marinha que se praticasse o que está determinado ordenança para morte qualquer Chefe de Estado, suprimindo contudo salvas que estão determinadas ordenanças”. Idem.

CAPÍTULO 5

PORTUGAL E A DEFESA DOS INTERESSES BRASILEIROS DURANTE A SEGUNDA GUERRA MUNDIAL

A opinião pública portuguesa sente as dores e as alegrias do Brasil como se fossem suas e uma política atlântica bem compreendida não pode excluir uma manifestação solidária na adversidade como uma palavra de exaltação nas horas festivas⁶⁸¹.

⁶⁸¹ Jornal *Diário de Lisboa*, Lisboa, em 22 de agosto de 1942, p. 2.

Ao longo do texto desta tese, observou-se que, durante o Estado Novo brasileiro, houve uma real aproximação luso-brasileira. Esta se fez, notadamente, no aspecto cultural, econômico e na política imigratória brasileira; contudo, o deflagrar da Segunda Guerra Mundial e o posterior rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e a Itália, seguido da declaração de guerra, favoreceu ainda mais esta reaproximação na medida em que o governo brasileiro confia a Portugal a defesa dos seus interesses – ou de súditos brasileiros – na Alemanha, na Itália e no Japão e em outros locais ocupados pelas forças do Eixo, como é o caso da França.

Neste sentido, fica evidente que o governo brasileiro se utilizou do interesse português em reafirmar os laços de união luso-brasileiros, visando garantir seus próprios interesses, ou seja, “o país se aproveitou de políticas e investidas estrangeiras para se inserir no plano internacional”⁶⁸². Por outro lado, para Portugal também era interessante o desenvolvimento desta tarefa de salvaguarda dos interesses brasileiros, pois mesmo não assumindo diretamente uma posição no conflito mundial, colocava-se ao lado do Brasil, sua antiga colônia e reduto de inúmeros portugueses. Além disso, como se constatará neste capítulo, o governo português tentou articular a visita de um contingente dos expedicionários brasileiros visando dois objetivos fundamentais: primeiro, obter o apoio brasileiro quanto à questão colonialista portuguesa e, segundo, aplacar determinadas animosidades para com o Estado Novo português.

5.1 O dúbio jogo de interesses desenvolvido por Getúlio Vargas e a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial

Quando a Segunda Guerra Mundial principia, em setembro de 1939, o Brasil mantinha excelentes relações comerciais com a Alemanha. Esta política, entre outros motivos, havia sido estabelecida em razão de o Estado Novo

⁶⁸² LESSA, Mônica L. *Relações culturais internacionais*. Artigo apresentado no Curso de Relações Culturais Internacionais. Rio de Janeiro: UERJ, 2000, p. 2.

brasileiro aproximar-se, em termos ideológicos, dos países totalitários – Alemanha e Itália –, fato este que leva o historiador Mendes Júnior a afirmar que “no início da guerra, era positivamente manifesta a simpatia de Getúlio pelo ‘Eixo’ e pelos governos de Hitler e de Mussolini. Em vários discursos dessa época, chegou ele a elogiar o sistema fascista”⁶⁸³. Não obstante, muito embora essa “predileção”, Getúlio Vargas adota, num primeiro momento, a política de neutralidade e observa o desenrolar dos acontecimentos como mero espectador⁶⁸⁴.

Seguindo esta linha, até 1940, em razão da execução da política nacionalista de Getúlio Vargas, consubstanciada na Carta Constitucional de 1937, o Brasil não se define por nenhum dos lados beligerantes, ou seja, nem pelos denominados países do Eixo (Alemanha, Itália e Japão), nem pelo bloco classificado de aliados (Inglaterra e França, com apoio da Rússia e Estados Unidos), apesar das divisões internas da sua equipe de governo, tendo em vista que os dois lados do conflito haviam conquistado valiosos expoentes no Brasil e almejavam o firmamento de compromissos com o governo brasileiro.

Entretanto, em 1939, Getúlio Vargas e o seu ministro da Fazenda, Souza Costa, já haviam trabalhado no planejamento de um plano quinquenal de desenvolvimento para o Brasil. Este abrangia, entre outros aspectos, a construção de uma usina de aço, uma usina hidroelétrica em Paulo Afonso, a construção de uma fábrica de aviões, a drenagem do rio São Francisco, a realização de estradas de ferro e de rodagem e a compra de navios alemães⁶⁸⁵. Como precisava de recursos capazes de operacionalizar estas transformações, Getúlio Vargas executa uma hábil diplomacia de “barganha” entre a Alemanha de Adolf Hitler e os Estados Unidos do presidente Franklin

⁶⁸³ MENDES JR, Antônio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes... [et al]. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, p. 227.

⁶⁸⁴ Gerson Moura denomina essa prática com o nome de *eqüidistância pragmática*. Entretanto, segundo ele, “essa eqüidistância não deve, porém, ser visualizada como uma trajetória retilínea, mas como aproximações alternadas e simultâneas a um e outro censo”. MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980, p. 63. Aliás, o próprio nome da obra de Moura – autonomia na dependência – identifica a prática getulista desenvolvida na época.

⁶⁸⁵ SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, p. 275. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

Roosevelt, pois “a política exterior haveria de sacar do sistema internacional insumos de desenvolvimento, consoante metas estabelecidas para suprir demandas internas”⁶⁸⁶. Sobre este tema, Stanley Hilton considera que:

*...em termos simples, a política adotada pelo governo Vargas foi a de jogar as duas potências uma contra a outra. O Rio de Janeiro, em 1935, assinou um acordo comercial com Washington baseado em concessões de nação-mais-favorecida; ao mesmo tempo, entretanto, comerciava com o Terceiro Reich numa base bilateral que envolvia práticas discriminatórias que contrariavam as previsões do acordo brasileiro-americano*⁶⁸⁷.

A realização desse dúbio jogo de interesses, efetuado por Vargas, só se tornou possível devido aos interesses alemães e americanos em relação ao Brasil. Os primeiros procuravam “ampliar a área de influência na América Latina, região que já se caracterizava pela forte presença norte-americana no plano econômico e político [...] a presença da colônia alemã no país explica o interesse desse país pelo Brasil”⁶⁸⁸. O segundo grupo, por sua vez, tinha consciência dos perigos e vantagens que a situação geográfica do Brasil poderia acarretar no desenrolar da guerra.

A execução desse jogo ainda permitiu ao Brasil “explorar as possibilidades que cada potência mundial pudesse oferecer, evitando firmar alianças rígidas com qualquer dos nascentes sistemas de poder”⁶⁸⁹ e, no caso das relações com a Alemanha, houve um salto significativo nas exportações para o país alemão, tendo em vista que “nessa época o comércio brasileiro com a Alemanha aumentou muito, chegando a ocupar o segundo lugar, enquanto os EUA ocupavam o primeiro”⁶⁹⁰.

⁶⁸⁶ CERVO, Amado Luiz. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: Ed. da UnB, 1994, p. 32.

⁶⁸⁷ HILTON, Stanley E. A influência militar na política econômica brasileira, 1930-1945: uma reavaliação. In: *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Op. cit., p. 67.

⁶⁸⁸ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* Op. cit., p. 134.

⁶⁸⁹ D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000, p. 45.

⁶⁹⁰ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* Op. cit., p. 134.

Ciente desta situação e, por isso mesmo, com forças suficientes para prosseguir com o seu dúbio jogo político, Getúlio Vargas, em maio de 1940, envia uma comunicação ao Departamento de Estado americano, informando que a firma alemã Krupp estava disposta a construir a usina siderúrgica de Volta Redonda. A resposta americana ocorre no momento em que os Estados Unidos encaminhavam a “oferta” de um empréstimo de 20 milhões de dólares, pelo banco EXIMBANK (Export-Import Bank), valor suficiente para a implantação da usina siderúrgica, sem a necessidade da participação de nenhuma outra empresa estrangeira. De acordo com Lourdes Sola, também fazia parte da proposta americana o “incremento de transporte marítimo do carvão vindo do sul para a usina, o equipamento da Estrada de Ferro Central do Brasil, para transportar o ferro extraído de Minas Gerais”⁶⁹¹.

Mesmo após o encaminhamento do empréstimo que garantia a execução da usina siderúrgica de Volta Redonda, Vargas continua adotando um dúbio jogo político, pois em 11 de junho de 1940, a bordo do “Minas Gerais”, pronuncia um famoso discurso “em que, praticamente negava não só pan-americanismo, pois se colocava numa posição inversa à de Roosevelt, como ainda a sobrevivência da democracia”⁶⁹². O referido discurso causa repercussões tanto na Alemanha como nos Estados Unidos. Outras atitudes de Vargas também serviram de mola propulsora para a obtenção de algumas vantagens econômicas ao Brasil, como as “elogiosas declarações feitas por Getúlio a Hitler não impediram o crescimento dos negócios, principalmente de matérias-primas estratégicas entre EUA e o nosso país”⁶⁹³.

Entretanto, com o ataque japonês a Pearl Harbor, em 7 de dezembro de 1941, e a posterior entrada dos Estados Unidos na guerra, a pressão americana sobre os países latino-americanos – notavelmente o Brasil – aumenta consideravelmente; soma-se a isto a realização da Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, no Rio de Janeiro, em janeiro de 1942, e o momento seguinte, em que a aliança Brasil-Estados Unidos será selada, definitivamente, com a assinatura dos *Acordos de Washington*, em 3 de

⁶⁹¹ SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. Op. cit., p. 275.

⁶⁹² PINSKI, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930-1945. Op. cit., p. 346.

⁶⁹³ TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996, p. 51.

março do referido ano, pelos quais “o Brasil concedia permissão aos americanos para utilizar, em colaboração com tropas brasileiras, o Nordeste como base de defesa aérea e naval, desde Fortaleza até Salvador”⁶⁹⁴.

Na Conferência de Chanceleres das Repúblicas Americanas, além do enraizamento do pan-americanismo⁶⁹⁵, Oswaldo Aranha propõe – e sai vencedor em seu objetivo – o corte diplomático e comercial do Brasil com os países do Eixo. Argentina e Chile não aderem à proposta. Contudo, a deliberação desta proposição é utilizada pela Alemanha como uma justificativa para o bombardeamento de navios brasileiros, tanto que:

*A 4 de fevereiro, o navio brasileiro “Cabedelo”, com a tripulação composta de 54 homens, desaparece misteriosamente, no decorrer de uma viagem de Filadélfia para o Brasil. Logo se atribuiu seu desaparecimento a uma ação dos submarinos do Eixo, o que veio a ser comprovado, pois nos dias seguintes quatro navios brasileiros foram torpedeados, nas costas norte-americanas, dentro dos limites da zona de segurança estabelecidos pelas nações pan-americanas na Conferência do Panamá. As embarcações afundadas foram o “Buarque” (16/2), o “Olinda” (18/2), o “Arabuta” (7/3) e o “Cairu” (9/3), sendo que com este último encontraram a morte 6 passageiros e 47 tripulantes*⁶⁹⁶.

Como uma reação direta ao bombardeamento dos navios brasileiros, inúmeras manifestações contrárias aos países do Eixo começam a frutificar em todo o país; alemães, italianos e japoneses, residentes no Brasil, também constituem alvo de inúmeros atos de hostilidade por parte da comunidade brasileira⁶⁹⁷. A situação fica mais complexa no momento em que os jornais

⁶⁹⁴ SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. Op. cit., p. 277.

⁶⁹⁵ De acordo com Gerson Moura, “o sucesso de personagens como ‘Zé carioca’, de Walt Disney, no Brasil, e a baiana de Carmen, Miranda nos EUA, assim como a realização de célebre filme sobre o Brasil por Orson Welles, enquadra-se nesse esforço de aproximação pan-americana e solidariedade hemisférica”, tanto que “o sucesso desse esforço foi incontestável: rapidamente o pan-americanismo passou a ser pedra de toque da política externa da maioria dos Estados latino-americanos”. MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Op. cit., p.141.

⁶⁹⁶ PINSKY, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930-1945. Op. cit., p.347.

⁶⁹⁷ FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). O Estado Novo: o que trouxe de novo? Op. cit., p. 135.

também passam a cobrar do governo brasileiro a tomada de iniciativa no sentido de conter os abusos cometidos pelas potências do Eixo. O torpedeamento do navio *Baependi*, que navegava de Salvador para Maceió, representa a gota final para a declaração de guerra do Brasil, tendo em vista que este “era um navio de passageiros, com 305 pessoas a bordo, entre os quais 141 militares destinados aos quartéis de Recife. Atingido pelos torpedos do *U-507*, ele afunda rapidamente. Morrem 269 pessoas”⁶⁹⁸.

Dessa forma, o afundamento de navios brasileiros convulsiona a população brasileira, principalmente os estudantes⁶⁹⁹, a organizar inúmeras manifestações a favor da entrada do Brasil na guerra. Estas levam o presidente Getúlio Vargas, que até este momento mantinha certa neutralidade acerca dos acontecimentos, a assumir uma posição direta no conflito. Assim, atendendo o clamor geral da população, a 22 de agosto de 1942, o governo brasileiro declara o estado de beligerância⁷⁰⁰ – ficando ao lado das potências aliadas – e, após nove dias, declara guerra à Alemanha e à Itália⁷⁰¹. A nota oficial a respeito da declaração de guerra, fornecida às missões credenciadas no Rio de Janeiro, explicava que:

⁶⁹⁸ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000, p. 313. Grifo do autor. Nesta mesma página o autor ainda informa que “o ataque contra o *Baependi* marca uma nova etapa na escalada da marinha de guerra do Eixo contra os transportes marítimos brasileiros. Se até o momento os alvos foram exclusivamente aos navios mercantes, a partir de 15 de agosto, o Eixo não hesita em atacar navios de passageiros. No mesmo dia e em condições semelhantes, o *Araraquara* é vítima do *U-507*. Morrem 129 pessoas. No dia seguinte, o *U-507* afunda um terceiro navio de passageiros, *Aníbal Benévolo*, fazendo 150 vítimas, entre mortos e desaparecidos. Em 17 de agosto, o submarino alemão ataca o navio de passageiros Itagiba, provocando 39 vítimas e, poucas horas depois, põe a pique o *Arara* (20 mortos)”.

⁶⁹⁹ Os estudantes, principalmente aqueles ligados à União Nacional dos Estudantes (UNE), fundada em agosto de 1937, logo após o afundamento de navios brasileiros, organizam uma grande manifestação de apoio aos aliados por meio da marcha do 4 de julho de 1942. FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs.). *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* Op. cit., p. 133.

⁷⁰⁰ Sobre a entrada do Brasil na guerra, entende-se esta como o resultado final de um longo processo, o qual culminou com a autodefesa dos interesses brasileiros, tanto que, inicialmente, o Brasil não declara guerra ao Japão e só o faz no momento em que é agredido por forças japonesas, em 1945.

⁷⁰¹ O preço “acordado” pelo alinhamento do Brasil com os aliados resulta no fornecimento de armamento para o Brasil efetuar a sua defesa perante as forças do Eixo. Sobre a política de realinhamento do Brasil com os Estados Unidos informações podem ser obtidas em: MOURA, Gérson. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense,

À vista disso, o governo brasileiro fez saber aos governos da Alemanha e da Itália que, a despeito de sua atitude sempre pacífica, não podia ser negado que esses países haviam praticado atos de guerra, criando uma situação de beligerância que o Brasil era forçado a reconhecer, na defesa de sua dignidade, soberania e segurança, próprias e da América⁷⁰².

Em Portugal, os acontecimentos que levaram à declaração de guerra feita pelo Brasil são estampados nos principais jornais do país, notadamente, no órgão divulgador do Estado Novo português, o jornal *Diário de Notícias*. Interessante é que o periódico acompanha – noticia – os acontecimentos mais importantes da política brasileira, como é o caso da Conferência dos Chanceleres no Rio de Janeiro, em princípios de 1942; contudo, a censura age sempre que necessário e algumas notícias são, simplesmente, “ignoradas” como é o exemplo do posicionamento da colônia portuguesa ao lado dos Estados Unidos perante o conflito mundial; este mesmo procedimento ocorre, também, com relação à solidariedade da colônia lusa no momento em que o Brasil declara guerra à Alemanha e à Itália.

Entretanto, a notícia da declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália ocupa as primeiras páginas de boa parte dos jornais portugueses. No que respeita à divulgação da notícia, invariavelmente, os periódicos apresentaram-na como algo justificado pelos últimos acontecimentos – leia-se afundamento dos navios mercantes brasileiros – e, em alguns casos, há uma relação direta entre a nação brasileira e a portuguesa, tendo em vista que “os atentados cometidos contra o Brasil sensibilizam a opinião portuguesa, como se tratasse de violências contra Portugal cometidas. É como um atentado contra a nossa própria carne e o nosso próprio sangue cometido”⁷⁰³. Em outras situações, como é o caso do jornal *Novidades*, o qual publica o artigo “Compreensão” – onde o próprio título já é bastante sugestivo – há reafirmação dos laços histórico-culturais que unem os dois países e, portanto, a difusão de um ideal de solidariedade lusa para com o Brasil, como se constata a seguir:

1987 e *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

⁷⁰² VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1960, p. 201.

⁷⁰³ Jornal *A Voz*, Lisboa, em 23 de agosto de 1942, p. 2.

*A imprensa portuguesa deu à notícia alto relevo e o público tomou conhecimento dela com vivo interesse. Um e outro se justificariam plenamente com a natural impressão causada pelo alastramento do conflito, já antes de vastíssimas proporções, que divide e ... confunde o mundo. Mas a sua mais exata explicação encontra-se na existência dos laços profundos que, através dos caminhos da história, unem Portugal e Brasil*⁷⁰⁴.

Por outro lado, na correspondência emitida pelo Embaixador brasileiro em Lisboa, Dr. Artur Guimarães de Araújo Jorge, há destaque para as primeiras medidas adotadas pelo Presidente da República portuguesa, General Oscar Carmona, após receber a notícia da declaração de guerra do Brasil. De acordo com o Embaixador, “o Presidente Carmona, logo que foi informado do estado de guerra do Brasil, telegrafou ao Presidente Getúlio Vargas solidarizando-se com ele”⁷⁰⁵. A imprensa portuguesa publicou, com destaque, o texto do telegrama, o que denota a interferência do Secretariado de Propaganda Nacional (SPN) no assunto:

*No momento em que recebo comunicação oficial de se encontrar o Brasil em estado de beligerância, quero ser intérprete, junto de V. Ex. e do Povo brasileiro, dos meus sentimentos fraternos e dos do povo português, que acompanha a nobre Nação brasileira, com a maior emoção, neste momento histórico da vida.
General Carmona, Presidente da República Portuguesa*⁷⁰⁶.

Além desse aspecto, o Embaixador brasileiro finaliza o seu ofício destacando o expressivo apoio que a Embaixada brasileira estava recebendo dos portugueses. De acordo com ele, diariamente, ocorria “dos pontos mais remotos de Portugal e de todas as classes sociais as mais carinhosas demonstrações de solidariedade e de estima, bem como inúmeros

⁷⁰⁴ Jornal *Novidades*, Lisboa, em 24 de agosto de 1942, p. 1.

⁷⁰⁵ Ofício nº 170, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 28 de agosto de 1942. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1942.

⁷⁰⁶ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 24 de agosto de 1942, p. 1.

oferecimentos de serviços militares”⁷⁰⁷. Assim, de forma semelhante ao que ocorre no Brasil, quando a população acompanha e participa do desenrolar dos acontecimentos relativos à guerra, em Portugal, a comunidade lusa manter-se-á atenta acerca dos rumos do conflito – pelo menos no que tange às notícias veiculadas com a permissão da censura portuguesa. Todavia, o rompimento das relações diplomáticas e a declaração de guerra efetivada pelo Brasil à Alemanha e à Itália – posteriormente ao Japão –, impulsionarão uma ligação luso-brasileira no que se refere ao desenrolar dos acontecimentos, afinal, a salvaguarda dos interesses brasileiros nestes países será levada a efeito por Portugal.

5.2 A representação portuguesa acerca dos interesses brasileiros na Alemanha, na Itália e no Japão

A questão de um possível rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e a Itália (posteriormente com o Japão), cedo ou tarde, traria à tona o ponto de como iria se processar a defesa dos interesses brasileiros nestes países. Por isso, antes mesmo de o Brasil romper relações diplomáticas com os países do Eixo, o governo brasileiro entra em contato com a sua Embaixada, em Lisboa, instruindo-a para consultar o governo português no sentido de que diante da iminência do rompimento das suas relações diplomáticas com a Alemanha, a Itália e o Japão, o governo luso assumiria a proteção dos interesses brasileiros nestes países. Como era de se esperar, o governo português assinala que aceita tal tarefa.

Depois da definição portuguesa, o Ministério das Relações Exteriores do Brasil telegrafa ao Embaixador brasileiro, em Portugal, Dr. Artur Guimarães de Araújo Jorge, solicitando que o governo português já entrasse em contato com “seus representantes diplomáticos na Alemanha, Itália, Japão, Romênia e Hungria, que vão ficar encarregados dos interesses do Brasil naqueles países”⁷⁰⁸ porque muito embora ainda não houvesse a confirmação oficial do

⁷⁰⁷ Ofício nº 170, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministro de Estado das Relações Exteriores do Brasil, em 28 de agosto de 1942. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1942.

⁷⁰⁸ Ofício do Embaixador brasileiro, em Lisboa, ao Embaixador Luiz Teixeira de Sampaio, em 28 de janeiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

rompimento das relações brasileiras, o Ministro brasileiro desejava que o Presidente do Conselho ficasse sabendo das intenções do governo brasileiro o mais rápido possível e, imediatamente, começasse a agir no sentido de tomar providências quanto ao atendimento do pedido brasileiro. Diante desta situação, o Ministro dos Negócios Estrangeiros lusitano telegrafa às Embaixadas portuguesas sediadas em Berlim, Roma, Tóquio, Bucarest e Budapeste determinando que “aceitará portanto Vossa Excelência esse encargo quando isso lhe for solicitado por representante [do] Brasil e nessa conformidade se dirigirá depois a esse governo”⁷⁰⁹.

Após a confirmação do rompimento das relações do governo brasileiro com os países do Eixo e a garantia da salvaguarda dos interesses brasileiros por Portugal, membros ligados ao governo português no Brasil tratam de assinalar este acontecimento e de divulgá-lo como mais um laço de união luso-brasileira. Este é caso do presidente do Conselho dos Portugueses do Brasil, Sr. Albino de Souza Cruz, o qual, em entrevista concedida ao jornal *O Globo*, concebe o pedido brasileiro ao governo português como um:

*...sentido de afeto que liga Brasil e Portugal às lealíssimas e íntimas relações que a admirável política externa do Governo de Salazar e do Governo brasileiro tornaram para nosso orgulho numa realidade viva e de que é o mais recente testemunho a notícia de que o Brasil confiou a Portugal, nesta emergência, a defesa e a representação dos interesses brasileiros nos países com que cortou as suas relações*⁷¹⁰.

Nesta direção, entende-se que o governo brasileiro confiou a defesa dos seus interesses ao governo português, não somente pelas afinidades histórico-culturais dos dois países como, também, pelo fato de que, a esta altura, as relações luso-brasileiras estavam fortemente solidificadas, tendo-se em mente os acordos luso-brasileiros firmados até este momento. Por outro lado, ressalta-se que “tradicionalmente, os estados buscaram, em relação aos

⁷⁰⁹ Telegrama nº C-3, urgente, do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Legação de Portugal em Berlim, Roma, Tóquio, Bucarest e Budapeste, em 29 de janeiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103. Neste telegrama, Salazar ainda indica que “de missão idêntica serão encarregados representantes [de] Portugal nos outros países do Eixo”.

demais países, como prioridade a segurança, através de alianças militares, de autonomia bélica e de ações voltadas à manutenção de sua soberania”⁷¹¹. Logo, a união luso-brasileira, num segundo momento, também pode ser compreendida dentro deste contexto.

Desse modo, muitos são os processos diplomáticos e consulares constantes no Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Portugal. Estes dizem respeito às intervenções levadas a efeito pelas autoridades portuguesas com relação à defesa dos interesses do Brasil e/ou de brasileiros radicados na Alemanha, na Itália ou no Japão, como se observará na seqüência do texto.

5.2.1 Defesa portuguesa dos interesses brasileiros na Alemanha

Após a realização da Conferência dos Chanceleres, no Rio de Janeiro, inúmeros países optaram pelo rompimento das suas relações diplomáticas com os países do Eixo, entre eles figura o Brasil. Imediatamente a esta decisão, como já foi evidenciado anteriormente, o governo português é comunicado e, inclusive, consultado, como se viu, acerca da possibilidade dele representar os interesses brasileiros nos países do Eixo, pois as Embaixadas brasileiras lá existentes encerrariam suas atividades. Com o aceite ao pedido, Portugal passa a representar os interesses do Brasil junto à Alemanha, Itália e Japão – e, posteriormente, em outros países ocupados pelas forças do Eixo, como é o exemplo da França.

Nesta direção, o Embaixador brasileiro em Berlim, Cyro de Freitas Valle, foi encarregado pelo governo brasileiro de levar ao conhecimento do Sr. Joachim von Ribbentrop, Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, a notícia do rompimento das relações diplomáticas e comerciais do Brasil com a Alemanha. A justificativa brasileira para esta ação englobava argumentos como:

⁷¹⁰ Jornal *O Globo*, Rio de Janeiro, em 3 de fevereiro de 1942, p. 2.

⁷¹¹ SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *Para uma política externa brasileira*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994, p. 19.

O Brasil é com os demais Estados americanos firmador de acordos mediante os quais se preceitua que qualquer ataque contra uma nação do continente deva ser considerado como ataque a todos e a cada um dos países americanos, constituindo ameaça imediata à liberdade e à independência das Américas. Tais acordos foram reafirmados na Resolução aprovada unanimemente a 23 do corrente pela Reunião de Consulta dos Ministros das Relações Exteriores americanos, que no dia 15 se congregaram no Rio de Janeiro.

No dia 7 de dezembro, produziu-se uma agressão caracterizada do Japão contra os Estados Unidos da América e, logo depois, declararam guerra à Alemanha e à Itália, solidarizando-se com o agressor.

Em vista de tal atitude, coerente com os compromissos continentais do Brasil, resolveu sua Excelência, o Sr. Presidente da República, romper relações diplomáticas e comerciais com a Alemanha e me encarrega de levar tal decisão ao conhecimento de Vossa Excelência⁷¹².

Neste mesmo dia – em 29 de janeiro de 1942 –, o Embaixador brasileiro em Berlim também escreveu ao representante diplomático português, Sr. Conde Tovar de Lemos, repassando às suas mãos a defesa dos interesses brasileiros na Alemanha. Na oportunidade, o representante diplomático brasileiro declarou que:

De acordo com instruções do meu governo e em virtude da bondosa aquiescência do governo da República Portuguesa, venho depor em mãos de Vossa Excelência, a partir de hoje, a salvaguarda dos interesses brasileiros na Alemanha. A ruptura das relações diplomáticas do Brasil com o Reich reclamava que aqueles negócios fossem confiados ao amigo mais seguro e foi por isso exatamente que, para defendê-los, se recorreu a Portugal⁷¹³.

Assim, após esta tomada de decisão por parte do governo brasileiro e da aquiescência portuguesa no que respeita à defesa dos interesses do Brasil, a

⁷¹² Ofício nº 20 do Embaixador brasileiro em Berlim, Cyro de Freitas Valle, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, Joachim von Ribbentrop, em 29 de janeiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷¹³ Idem

partir do dia 29 de janeiro, o Sr. Conde Tovar de Lemos – enviado extraordinário e ministro plenipotenciário de Portugal, em Berlim – assume a salvaguarda dos interesses brasileiros, na Alemanha. Nesta direção, o Embaixador brasileiro, em Berlim, antes de deixar o local, visando facilitar o trabalho do representante diplomático português, encaminha, via ofícios, “algumas indicações que poderão, talvez, permitir a Vossa Excelência resolver mais facilmente os problemas que lhe deparem”⁷¹⁴.

A primeira “instrução” relacionada à salvaguarda dos brasileiros, faz menção ao fato de que o representante português não deveria dar proteção aos indivíduos com dupla nacionalidade, se estes estavam fixados ou se encontravam em seu país de origem. Além disso, “os filhos de alemães só tem direito a assistência em caso de haverem entrado na Alemanha com passaporte brasileiro, com visto de entrada outorgado por autoridade consular alemã”⁷¹⁵; além desse aspecto, estes deveriam constar como brasileiros no Registro de Estrangeiros da cidade na qual se encontravam. Com relação a este assunto, o Cônsul brasileiro pede atenção especial para com os seguintes brasileiros: Maria de Lourdes Lages (pianista); Christina Turisco Lages (mãe da pianista) e Otto Rudi Renner⁷¹⁶.

Por fim, o Embaixador brasileiro informa que até a data de encerramento dos trabalhos da Embaixada brasileira, se encontravam em andamento os seguintes processos (dos quais havia maços especiais): Alfaias do Senhor Embaixador M. de Pimentel Brandão; Alfaias do Senhor J. Ruy Barbosa; móveis e pratas do Senhor Embaixador P. de Moraes Barros; Espólio de Dom Pedro de Orleans-Bragança; C. Van Dionant de Cáceres e “Cafelite”⁷¹⁷.

⁷¹⁴ Ofício nº 20 do Embaixador brasileiro em Berlim, Cyro de Freitas Valle, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros do Reich, Joachim von Ribbentrop, em 29 de janeiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷¹⁵ Anexo 1 ao Ofício nº 20, do Embaixador brasileiro em Berlim, ao Sr. Conde Tovar de Lemos, enviado extraordinário de Portugal para Berlim, no dia 29 de janeiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷¹⁶ A documentação analisada não apresenta justificativas para esta atenção, especial, aos nomes indicados.

⁷¹⁷ Informações constantes no Anexo 17 ao Ofício nº 20, do Embaixador brasileiro em Berlim, ao Sr. Conde Tovar de Lemos, enviado extraordinário de Portugal para Berlim, no dia 29 de janeiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103. Com relação ao último ponto, denominado de “Cafelite”, destaca-se que o mesmo faz referência ao registro nos Países Baixos e na Alemanha da patente de invenção “Composição Moldável” e da marca de comércio

Entre estes, cabe mencionar o assunto “Alfaias do Senhor Embaixador M. de Pimentel Brandão”. De acordo com o ex-Embaixador brasileiro, o governo brasileiro havia removido para Berlim e entregue à guarda da firma Glaeser Herzberg “os móveis e algumas alfaias do Senhor M. de Pimentel Brandão, que era, ao tempo da invasão alemã, Embaixador do Brasil, em Bruxelas”⁷¹⁸. A partir deste momento, o representante português deveria ficar encarregado da proteção dos referidos bens.

Outro assunto pendente dizia respeito ao ponto denominado “Espólio de Dom Pedro de Orleans-Bragança”; este fazia referência às propriedades deixadas pelo Príncipe Imperial, Dom Pedro. A primeira situava-se em Attersee, na Áustria e, a segunda, o Castelo d’Eu, na França (região ocupada pelos alemães). Sobre este assunto, o ex-Embaixador brasileiro em Berlim solicita um tratamento especial, tendo em vista que se tratava de imóveis pertencentes aos descendentes de uma família que por muito tempo governara o Brasil. Além desse aspecto, há ressalva, também, para o fato de que o Castelo d’Eu “foi ocupado por tropas alemãs durante a campanha da França, mas que a Embaixada pediu e conseguiu do governo alemão, que fosse desocupado”⁷¹⁹.

Em 4 de fevereiro de 1942, o governo alemão, na pessoa do seu representante diplomático, o Secretário de Estado, Sr. Weizsäcker, acusa a recepção ao ofício do representante português dos interesses brasileiros junto à Alemanha, comunicando que “o governo do Reich está de acordo com a

“Cafelite”, que o Departamento Nacional do Café havia comprado do Sr. Herbert Spencer Polin. Em ambos os países os registros foram impugnados, no entanto, existia a possibilidade de que tanto o advogado alemão, quanto a firma responsável, reclamasse os honorários devidos pelo governo brasileiro e, nestes casos, o representante português deveria assumir o trâmite dos pagamentos a serem efetuados.

⁷¹⁸ Anexo 18 ao Ofício nº 20, do Embaixador brasileiro em Berlim ao Sr. Conde Tovar de Lemos, enviado extraordinário de Portugal para Berlim, no dia 29 de janeiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷¹⁹ Anexo 22 ao Ofício nº 20, do Embaixador brasileiro em Berlim ao Sr. Conde Tovar de Lemos, enviado extraordinário de Portugal para Berlim, no dia 29 de janeiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103. O interesse brasileiro se justificava, ainda, pelo fato do Castelo abrigar arquivos de interesse para a história do Brasil, os quais haviam sido doados ao governo brasileiro pela Família Imperial Brasileira.

salvaguarda, por Portugal, dos interesses do Brasil no território do Reich com o governo geral, bem como nos territórios ocupados por tropas alemãs⁷²⁰.

Após este aceite, em abril de 1942, o representante diplomático do governo alemão, Weizsäcker, após ter tido conhecimento de que o representante português Conde de Tovar iria a Lisboa, conversou longamente com ele. Na oportunidade, além de felicitar o governo português “pela política que tem seguido nesta guerra e pela energia e habilidade com que a tem mantido até hoje⁷²¹ e comentar que as relações entre Portugal e Alemanha eram excelentes, “lamentou-se do procedimento [do] governo brasileiro para com a colônia alemã salientando [as] conseqüências que daí podem advir principalmente nas relações entre os dois países depois da guerra⁷²².

Os procedimentos brasileiros a que se refere o representante diplomático da Alemanha dizem respeito à reformulação constitucional apresentada pelo presidente Getúlio Vargas, em março de 1942, a qual facultava ao chefe de Estado brasileiro – sem prévia autorização do Congresso Nacional – o decreto de estado de sítio parcial ou em todo país e a suspensão das garantias constitucionais de pessoas ou propriedades de súditos ligados às nações praticantes de atos contra os direitos e/ou bens do Estado ou de cidadãos brasileiros. A reclamação do governo alemão tinha por base a emissão do decreto por parte do governo brasileiro que responsabilizava os “súditos alemães, japoneses e italianos pelos prejuízos causados [pelos] seus respectivos Estados e determinando-lhes obrigação [de] comunicar [as] repartições competentes [a] natureza e valor dos seus bens⁷²³. Aliás, esta tomada de decisão por parte do governo brasileiro senão estimulou, pelo menos aquiesceu à realização de hostilidades da população brasileira no momento em que foram invadidas e saqueadas “importantes casas comerciais [dos] referidos súditos, nomeadamente, [o] banco alemão, [a] casa alemã, [a]

⁷²⁰ Documento nº 5, (traduzido) da Legação da República Portuguesa, em Berlim, no dia 4 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷²¹ Telegrama nº 167, do Cônsul português em Berlim ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal, em 27 de abril de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷²² Idem.

⁷²³ Telegrama nº 167, do Cônsul português em Berlim ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal, em 27 de abril de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

sede Lloyd alemão e a Livraria alemã (...) sendo livros retalhados e espalhados pelas ruas”⁷²⁴. É de se destacar, neste caso, que a intervenção policial aconteceu somente após o fato consumado, ou seja, quando não poderia tomar nenhuma atitude, nem punir os culpados. Além disso, como a imprensa brasileira estava sob a intervenção direta do DIP, portanto, atendendo aos interesses do governo getulista, “regozija-se com [as] medidas [do] governo e restantes acontecimentos que considera legítima manifestação [de] indignação e represália contra [as] agressões submarinas”⁷²⁵ do governo alemão para com o Brasil.

Desse modo, numa tentativa de dissuadir o governo brasileiro das retaliações aos alemães no Brasil e evitar que tais ações continuem acontecendo, Weizsäcker solicita ao Conde de Tovar que ele converse com o governo português para ver se este “não poderia fazer alguma coisa no sentido de dissuadir o governo brasileiro da atitude agressiva que está tomando a instâncias de Washington”⁷²⁶. Contudo, o pedido alemão não é atendido e, após a declaração brasileira de guerra aos países do Eixo, em agosto de 1942, a situação dos ditos súditos do Eixo no Brasil, tende a ficar ainda mais delicada.

Na página seguinte, uma tabela contendo indicações gerais dos assuntos referentes à salvaguarda portuguesa dos interesses brasileiros na Alemanha.

⁷²⁴ Telegrama nº 68, da Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal, em 13 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103. Em um outro telegrama, o Embaixador português denuncia a continuidade dessas ações informando que “infelizmente, voltaram [a] reproduzir-se ontem nesta cidade cenas semelhantes às referidas [em] meu telegrama nº 68, além de que estão chegando a esta Embaixada informações de acontecimentos idênticos em muitas localidades do país”. Telegrama nº 72, da Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal, em 14 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷²⁵ Telegrama nº 68, da Embaixada portuguesa no Rio de Janeiro, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal, em 13 de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷²⁶ Telegrama nº 167, do Cônsul português em Berlim ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em Portugal, em 27 de abril de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

Tabela 5.1 – Defesa dos interesses brasileiros na Alemanha⁷²⁷

Número	Assunto
I	Relações brasílio-germânicas: ruptura, diligências de ambos os governos acerca da atitude assumida para com os seus súditos
II	Protesto do governo brasileiro contra os ataques e afundamento de navios mercantes brasileiros
III	Repatriação e troca de brasileiros e outros sul-americanos e súditos do “Eixo”
IV	Instruções sobre a concessão de vistos nos passaportes de estrangeiros em trânsito por Portugal com destino ao Brasil
V	Tratamento dos diplomatas brasileiros pelas autoridades alemãs
VI	Relação nominal dos brasileiros natos residentes na Alemanha, França e outros países ocupados
VII	Assuntos relativos a pessoal auxiliar e subalterno
VIII	Assuntos relativos a rendas de casa, expediente material etc.
IX	Despesas da missão diplomática brasileira em Berlim
X	Pedido de proteção aos interesses brasileiros ao governo sueco em virtude da retirada da missão diplomática portuguesa
XI	Pedido de proteção aos prisioneiros de guerra brasileiros

⁷²⁷ Com relação aos assuntos apontados, destaca-se que nem sempre há documentação (processos), o que inviabilizou uma descrição mais pormenorizada dos trabalhos realizados pelo representante português junto à salvaguarda dos interesses brasileiros na Alemanha.

Fonte: Tabela elaborada a partir das informações constantes na pasta intitulada “Interesses brasileiros na Alemanha – I”. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

Com base na análise da tabela indicada acima e nas informações referentes ao trabalho desenvolvido pelo Sr. Conde Tovar de Lemos – representante diplomático português em Berlim e responsável pela salvaguarda dos interesses brasileiros na Alemanha – é possível inferir que, inicialmente, suas atividades limitaram-se à interlocução entre o governo alemão – representado pelo Sr. Weizsäcker – e o governo português – que repassava as informações ao governo brasileiro – no sentido de evitar o agravamento das relações envolvendo os governos alemão e brasileiro. Neste sentido, merece destaque uma de suas primeiras intervenções junto aos interesses brasileiros; esta se refere ao esclarecimento enviado ao governo brasileiro das situações em que os navios brasileiros constituiriam alvo de bombardeios. De acordo com a consulta do diplomata português, os navios brasileiros seriam torpedeados, sem aviso prévio, sempre que estivessem armados ou fossem incorporados em comboios inimigos⁷²⁸. Entretanto, em outras situações, os navios brasileiros seriam apenas submetidos às regras internacionais, as quais regulam o bloqueio marítimo⁷²⁹.

Outra circunstância que corrobora este pensamento de interlocução do governo português provém do fato de que na Alemanha, em fevereiro de 1942, circula uma notícia mencionando que a polícia brasileira havia invadido a Embaixada alemã no Brasil e que o governo brasileiro tinha se apoderado e arrombado alguns de seus cofres. Este fato leva o representante da Legação portuguesa em Berlim a encaminhar um telegrama ao Presidente do Conselho português, Salazar, informando que “esta notícia [tem] causado aqui má impressão e caso [a] confirmar-se, não deixará [de] provocar represálias. A bem [dos] interesses brasileiros, seria conveniente podê-la desmentir”⁷³⁰.

⁷²⁸ Telegrama nº 93, da Legação de Portugal, em Berlim, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1º de março de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷²⁹ Idem.

⁷³⁰ Telegrama nº 64, da Legação de Portugal, em Berlim, ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 14 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

Diante desta situação, o governo português telegrafia ao Ministério das Relações Exteriores do Brasil solicitando informações acerca do assunto. Após a resposta do governo brasileiro, o Ministro português encaminha um telegrama para a sua representação diplomática, em Berlim, esclarecendo que a “polícia brasileira não entrou jamais [na] Chancelaria ou Embaixada alemã”⁷³¹. Sobre este assunto, Salazar ainda noticia a apuração do ocorrido a partir da seguinte descrição:

*A polícia brasileira em nenhuma época penetrou em qualquer local, nem Embaixada, nem na Chancelaria da Embaixada alemã. No período anterior em que o governo espanhol assumiu a proteção dos interesses dos alemães, estes próprios, por sua iniciativa, fizeram remover para uma garagem situada em bairro distante do local da Chancelaria alemã dois cofres fortes, renunciando assim a qualquer proteção. Um desses cofres não foi arrombado e sim aberto com as próprias chaves levadas por representantes espanhóis, que assistiram ao ato de abertura*⁷³².

Contudo, à medida que o tempo passa e a guerra avança, o trabalho do representante português, na execução dos trabalhos de salvaguarda dos interesses brasileiros na Alemanha, depara-se com questões um pouco mais complexas, como aquela resultante do fato de que a “polícia alemã começou a aplicar multas aos súditos brasileiros que não apresentam passaportes em ordem, nomeadamente aqueles que mandaram os seus passaportes ao Consulado do Brasil em Zurich para revalidação”⁷³³. A demora no envio da documentação ocorria em decorrência da falta de pagamento para a revalidação dos passaportes. Diante desta situação, o Ministério dos Negócios Estrangeiros de Portugal encaminha um ofício à Embaixada do Brasil, em Lisboa, solicitando, “com a possível brevidade, uma indicação da atitude que,

⁷³¹ Ofício nº 38, da Embaixada do Brasil, em Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 19 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷³² Ofício nº 38, da Embaixada do Brasil, em Lisboa, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 19 de fevereiro de 1942. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103.

⁷³³ Ofício nº 63, do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada do Brasil em Lisboa, em 24 de abril de 1943. M. N. E., 3º piso, Armário 49, Maço 86.

nesta questão, deve ser observada pelo representante de Portugal em Berlim”⁷³⁴.

Na verdade, esta questão acaba originando dúvidas relacionadas às reais atribuições dos representantes diplomáticos portugueses, quanto ao desenvolvimento de atividades relacionadas à salvaguarda dos interesses brasileiros, tendo em vista que, no momento do acordo entre Brasil e Portugal, no que respeita à defesa dos interesses do primeiro junto às potências do Eixo, “ficou acordado [...] que os cônsules portugueses não atuariam como representantes oficiais brasileiros, limitando-se, portanto, a praticar os atos indispensáveis para a proteção dos cidadãos brasileiros”⁷³⁵, ou seja, nesta ocasião, não foi repassado aos representantes diplomáticos portugueses o Regulamento Consular brasileiro, nem as estampilhas brasileiras referentes à cobrança de emolumentos consulares. Para solucionar este problema, o Ministro de Portugal, em Berlim, escreve ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em Portugal, solicitando sua intervenção e consulta junto à Embaixada do Brasil, em Lisboa. No documento enviado, ele sugere que:

*Sejam enviadas instruções ao Consulado do Brasil, em Zurich, no sentido de, neste e casos semelhantes, ser prestada proteção gratuita aos súditos brasileiros – à semelhança do que se está fazendo nos Consulados portugueses encarregados da proteção dos mesmos em países inimigos, ou ocupados pelos beligerantes*⁷³⁶.

Diante deste impasse, a Embaixada do Brasil, em Lisboa, ratifica a sugestão enviada pelo Ministro de Portugal, em Berlim. Entretanto, a partir deste momento, este procedimento suscitará uma nova questão. Trata-se da necessidade de se “explicar às missões em Vichy, Budapeste e Bucareste, para que estas por sua vez o explicassem aos Consulados, a natureza e os

⁷³⁴ Idem.

⁷³⁵ Ofício nº 11, do Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 4 de fevereiro de 1943. M. N. E., 3º piso, Armário 49, Maço 86.

⁷³⁶ Ofício nº 18, do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada do Brasil, em Lisboa, em 12 de fevereiro de 1943. M. N. E., 3º piso, Armário 49, Maço 86.

termos do acordo a que se chegou em Berlim”⁷³⁷. De acordo com o pensamento português, tal procedimento se apresentava como inadequado, pois “não se compreende como se possa generalizar simples acordo local ao ponto de o aplicar em países diferentes e a funcionários que nele não tiveram a mínima interferência”⁷³⁸. Todavia, foi o que prevaleceu.

Com relação ao trabalho de repatriamento, a Embaixada do Brasil em Lisboa solicita à Secretaria de Estado das Relações Exteriores a sua ajuda para repatriar o Sr. Henrique Goldstein, o qual estava internado em um campo de concentração de Tittomonig, na Alemanha, “sob o número 724, para onde foi levado pelas autoridades militares alemãs, que o retiraram da residência de seus pais, 7 rue d’Oignies, em Carvin, Pas de Calais, França, quando ocuparam aquela região”⁷³⁹. Para facilitar e agilizar os trabalhos de repatriamento do cidadão brasileiro, a Embaixada brasileira destaca que o referido “estava devidamente matriculado no Consulado Geral do Brasil em Paris, como se infere de uma carta de 4 de abril de 1940, subscrita pelo Senhor Cônsul Oscar Pires do Rio, então encarregado da direção do Consulado Geral do Brasil”⁷⁴⁰.

Em fevereiro de 1944, o Embaixador brasileiro em Lisboa, pela Nota nº 26/940, de 1º de fevereiro do mencionado ano, solicita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, que este entre em contato com a Legação de Portugal em Berlim com o objetivo de saber “a relação das despesas efetuadas, no correr do ano de 1943, com a missão diplomática e Consulados brasileiros fechados, na Alemanha, bem como a informação do saldo em poder da mesma Legação, em 31 de dezembro de 1943”⁷⁴¹. Por meio da Nota nº 18, de 9 de fevereiro, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informa à Embaixada brasileira em Lisboa que “o saldo em poder da legação de Portugal, em Berlim, é, aproximadamente, de 3.500 marcos, salientando que tal saldo é quase

⁷³⁷ Ofício nº 71, da Repartição dos Negócios Políticos à Repartição de Administração Consular, em 20 de agosto de 1943. M. N. E., 3º piso, Armário 49, Maço 86.

⁷³⁸ Idem.

⁷³⁹ Ofício nº 118, da Embaixada brasileira em Lisboa à Secretaria de Estado das Relações Exteriores, em 16 de junho de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

⁷⁴⁰ Idem.

insuficiente para as despesas correntes”⁷⁴², o que ratifica o empenho português em defender os interesses brasileiros na Alemanha.

5.2.2 Defesa portuguesa dos interesses brasileiros na Itália

Em atitude semelhante à relatada no caso da defesa portuguesa dos interesses brasileiros na Alemanha, o Embaixador brasileiro em Roma, C. A. Moniz Gordilho, encaminha um ofício ao Dr. José Lobo d’Ávila Lima, Ministro de Portugal em Roma, contendo “esclarecimentos indispensáveis, de maneira a que fique a Legação de Portugal familiarizada com os assuntos principais, relativos ao serviço de proteção”⁷⁴³. Junto ao referido documento constava, ainda, as chaves do apartamento onde estava instalada a sede da Embaixada do Brasil, assim como referências a tudo aquilo que dizia respeito à missão que havia sido encarregada ao Ministro português.

Desse modo, uma das primeiras informações contidas no referido ofício consistia na indicação da data de transferência da guarda da sede da missão diplomática brasileira em Roma. Com relação a este assunto, Gordilho informa que esta havia ocorrido no dia 31 de março de 1942, momento em que foi efetuado não somente o inventário do local, bem como dos demais consulados brasileiros na Itália.

Com relação ao inventário patrimonial e arquivístico, como o governo brasileiro tinha resolvido manter o apartamento do Palácio Dória – local onde se encontrava instalada a Embaixada brasileira – na praça *Navona*, número 14, primeiro andar, os móveis, objetos, bem como arquivos do Estado brasileiro, permaneceriam depositados no local. Neste ambiente ficaria armazenado, também, todo o mobiliário e arquivos da Embaixada brasileira junto à Santa Sé,

⁷⁴¹ Ofício nº 49, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 14 de fevereiro de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

⁷⁴² Idem.

⁷⁴³ Ofício nº 2, ao Sr. Dr. José Lobo d’Ávila Lima, Ministro de Portugal em Roma, em 31 de março de 1942, p. 4. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1942.

assim como dos Consulados de Gênova, Milão, Trieste, Livorno e do extinto Consulado em Nápoles⁷⁴⁴.

Relativamente aos Livros Consulares, o Embaixador brasileiro destaca que, de acordo com as instruções recebidas, entregará os livros provenientes dos Consulados de Gênova, Milão, Trieste, Livorno e do Serviço Consular desta Missão. Contudo, o Embaixador brasileiro ressalta que “não abrange a medida do governo brasileiro todos os livros existentes em nossas repartições consulares, mas apenas aqueles, cuja guarda pela Legação de Portugal se impunha”⁷⁴⁵, ou seja, aqueles “de Matrícula dos cidadãos brasileiros, os de atos de Registro Civil; os de Procurações, os de Termos de Nascimento, Casamentos e Óbitos, os de Escrituras e Registro de Títulos e Documentos, etc.”⁷⁴⁶. Isto demonstra que o governo brasileiro tomou algumas medidas de precaução com relação à documentação existente em seus Consulados.

Outra instrução encaminhada pelo Embaixador brasileiro consistia na parte de rotina do serviço de proteção dos interesses brasileiros na Itália. De acordo com ele, como o trabalho deveria abranger, principalmente, questões de caráter consular, ele elaborou uma espécie de síntese com “esclarecimentos, indicações dos textos legais a consultar e diretivas a serem seguidas nos casos que mais freqüentemente se suscitam, a saber; nacionalidade, passaportes, serviço militar, certidões de nascimento, procurações”⁷⁴⁷. Inclusive, com relação ao aspecto dos passaportes, o Embaixador brasileiro ressalta que o trabalho português será facilitado em virtude da comunicação recentemente encaminhada pelo Ministério das Relações Exteriores do Rio de Janeiro, na qual o ministro afirmava que “só por

⁷⁴⁴ No que respeita aos móveis e objetos brasileiros existentes nos quatro últimos Consulados citados, o ofício do Embaixador Gordilho informa que eles “estão concentrados na Sala Palestrina, constituindo cinco grupos separados e identificados por letreiros visíveis: ‘Consulado em...’”. Com reação à documentação relacionada à Embaixada do Brasil na Santa Sé, Gordilho esclarece que esta “será entregue mais tarde a Vossa Excelência pelo Embaixador Hildebrando Accioly, visto não saber ainda este colega quando lhe será possível recolher-se ao Vaticano”. *Idem*.

⁷⁴⁵ *Ibidem*.

⁷⁴⁶ Ofício nº 2, ao Sr. Dr. José Lobo d’Ávila Lima, Ministro de Portugal em Roma, em 31 de março de 1942, p. 4. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1942.

⁷⁴⁷ *Idem*, p. 5.

solicitação do governo brasileiro poderá Vossa Excelência conceder a estrangeiro visto de entrada no território nacional”⁷⁴⁸.

No que se refere à concessão de passaportes a brasileiros, o Embaixador brasileiro esclarece que as missões portuguesas, encarregadas das defesas dos interesses brasileiros, “podem, tão somente, ampliar o prazo de validade dos passaportes brasileiros já concedidos”⁷⁴⁹. Um aspecto que chama a atenção neste ponto é que, a exemplo de Portugal, o governo brasileiro também mantinha certo controle sobre os brasileiros residentes na Itália, bem como sobre os italianos expulsos do Brasil, afinal, o Embaixador Moniz Gordilho repassa “uma relação das pessoas, cujas matrículas foram canceladas por determinação do governo brasileiro e uma lista dos indivíduos indesejáveis e expulsos do Brasil”⁷⁵⁰.

Na seqüência do texto, o Embaixador brasileiro indica instruções relativas à Legação brasileira em Atenas⁷⁵¹, bem como ao contrato da casa onde estava situada a Embaixada brasileira em Roma⁷⁵². Por fim, trata dos funcionários e empregados do local, os quais haviam sido dispensados⁷⁵³, e

⁷⁴⁸ Ibidem.

⁷⁴⁹ Ibid. Com relação a este assunto, o Embaixador brasileiro ainda informa que “o passaporte comum é válido no Brasil por 2 anos, podendo ser prorrogado esse prazo por dois períodos sucessivos (...)”.

⁷⁵⁰ Ibid, p. 6.

⁷⁵¹ Como a Legação do Brasil em Atenas havia sido fechada pelo governo brasileiro – em razão da ocupação do local – e o Embaixador português em Roma havia ficado respondendo, também, pelos assuntos na Grécia, o Embaixador brasileiro deixou informações sobre os pertences desta, bem como instruções relativas ao aluguel do imóvel onde os objetos e documentos da Legação estavam depositados, em Roma. Ofício nº 2, ao Sr. Dr. José Lobo d’Ávila Lima, Ministro de Portugal em Roma, em 31 de março de 1942, p. 6. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1942.

⁷⁵² De acordo com as informações do representante diplomático brasileiro, a Embaixada do país estava instalada há 22 anos na Praça Navona, nº 14, 1º andar, e o aluguel desta estava pago até 30 de junho de 1942. Todo o mobiliário da Embaixada estava segurado contra fogo pela Companhia Assicuazioni Generali Nenezia, em um montante de 2 milhões de liras. Idem, p. 8.

⁷⁵³ Sobre este assunto, o Embaixador brasileiro esclarece que “os auxiliares da Chancelaria, Vitório Massani e Giuseppe Alpi, tiveram três meses de vencimento como indenização, os demais empregados (porteiros, contínuo, *chauffeur* e governante) receberam um mês. Dados os longos anos de serviço dos empregados Baiocco Americo, porteiro da Chancelaria, e Bolletta Caetano, porteiro da parte residencial, resolvi atender ao pedido dos mesmos no sentido de continuarem a residir, sem ônus para o governo brasileiro, nos alojamentos externos dependentes do apartamento principal tendo, para tanto, obtido autorização do proprietário. Essa concessão aos empregados Baiocco Americo e Bolletta Caetano não implica em nenhum encargo nem cria, nem pode criar, direito ou pretensão alguma para o futuro”. Ibidem, p. 10.

conclui o documento alertando que se surgissem outros problemas ou alguma questão não relacionada no seu documento, o responsável pela defesa dos interesses brasileiros na Itália poderia “sempre consultar o Rio de Janeiro, que não deixará de instruí-lo no sentido de providências a tomar”⁷⁵⁴.

Diferentemente do exemplo da Alemanha, com relação à Itália, não existe muita documentação que especifique a atuação portuguesa em defesa dos interesses brasileiros em território italiano. Contudo, um ofício da Embaixada brasileira em Lisboa, de princípios de janeiro de 1944, oferece indícios quanto ao trabalho desenvolvido pelo Ministro de Portugal em Roma. No citado documento, há referência à “prestação de contas de verbas fornecidas em 1942 e 1943, à Legação de Portugal em Roma, para prover, naquela cidade, à proteção de pessoas e interesses brasileiros, no total de 102.851 e 48 centésimos”⁷⁵⁵ e, também, a “cinco maços de documentos, numerados de um a cinco, comprovantes das despesas”⁷⁵⁶, o que não deixa dúvidas a respeito. Inclusive, no mesmo documento, há indicação de saldo ao Brasil, pois “como o desembolso da Legação de Portugal em Roma ascendeu a 87.927 liras e 63 centésimos, a nota em questão veio acompanhada do saldo, em moeda corrente, de 14.721 liras e 85 centésimos”⁷⁵⁷.

5.2.3 Portugal na salvaguarda dos interesses brasileiros na França ocupada

A representação portuguesa dos interesses brasileiros não se restringiu somente à Alemanha e à Itália. Esta representação portuguesa abrangeu outros países envolvidos com a guerra, como é o caso da França. Com relação à defesa dos interesses brasileiros em Paris, por exemplo, o Ministério dos Negócios Estrangeiros português solicita informações referentes à forma como

⁷⁵⁴ Ibid., p. 11.

⁷⁵⁵ Ofício nº 19, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 26 de janeiro de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

⁷⁵⁶ Ofício nº 19, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 26 de janeiro de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

⁷⁵⁷ Idem. Neste ofício, o Embaixador brasileiro em Lisboa, após agradecer os serviços prestados pelo governo português e, em especial, ao Ministro de Portugal em Roma, relata que

sua representação deveria agir no território da França ocupada, ou seja, mais precisamente, no caso da Sra. Margarida Frank, a qual “atualmente em Paris, tem várias vezes recorrido aos auxílios financeiros concedidos pelo Consulado Geral de Portugal nessa cidade aos súditos brasileiros”⁷⁵⁸ – o que não deixa dúvidas acerca da existência de uma política de salvaguarda portuguesa dos interesses brasileiros no território francês. No entendimento português, a situação tornava-se mais complexa porque os fundos de ajuda aos brasileiros eram reduzidos e, conforme instrução recebida do governo brasileiro, estes deveriam ser destinados àqueles desamparados e/ou indigentes, o que não constituía o caso da Sra. Frank. Para solucionar esse impasse, o Cônsul português propõe ao governo brasileiro que este entre em contato com a mãe da interessada, Sra. M. D. Frank, “residente no Hotel Argentina, nº 30, rua Cruz Lima, Rio de Janeiro, de que pode transferir ao cuidado do Consulado de Portugal, se assim o preferir, os fundos suficientes para a manutenção em Paris da interessada”⁷⁵⁹. Esta proposição portuguesa tinha por base o fato do estado mental da referida nacional brasileira não ser satisfatório e sua família possuir condições de custear o seu tratamento.

No exercício da defesa dos interesses brasileiros em Paris, o governo português ainda relata a situação da Sra. Elisa Alves Portella Lopes da Cruz, viúva do capitão de fragata Luiz Lopes da Cruz, a qual há muito tempo não recebia as pensões anteriormente pagas pelos banqueiros Nottinger & Cia, fato este que levou “o Consulado Geral de Portugal em Paris, a fazer vários adiantamentos por conta das pensões em atraso, que totalizam até a data, frs. 15.500”⁷⁶⁰. Desta vez, a solicitação dirigia-se, diretamente, ao governo brasileiro, tendo em vista a sugestão encaminhada pelo “Cônsul de Portugal em Paris de que as competentes autoridades brasileiras se dignem promover o necessário para que sejam pagas à interessada as somas em atraso e

“a Embaixada do Brasil em Lisboa tem a honra de declarar que conferiu as contas, os documentos e a quantia em dinheiro, e que tudo foi achado em boa ordem, como de costume”.

⁷⁵⁸ Ofício nº 58, do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada brasileira em Lisboa, em 14 de abril de 1943. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1943.

⁷⁵⁹ Ofício nº 58, do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada brasileira em Lisboa, em 14 de abril de 1943. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1943.

⁷⁶⁰ Ofício nº 60, do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada brasileira em Lisboa, em 14 de abril de 1943. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1943.

garantida, de futuro, a remessa regular da sua pensão”⁷⁶¹, pois esta ação garantiria a distribuição dos recursos financeiros aos indigentes brasileiros que se encontravam em Paris, para os quais este auxílio era essencial.

Contudo, talvez, a maior contribuição portuguesa, com relação à defesa dos interesses brasileiros na França ocupada pelas forças do Eixo, diga respeito à libertação da representação diplomática e consular brasileira e outros membros brasileiros, internados na Alemanha. Fato este que leva o governo brasileiro a solicitar ao governo português a seguinte ajuda:

*A Embaixada do Brasil em Lisboa [...] vem solicitar do governo português o favor de se encarregar da troca que oportunamente se realizará em território português de cidadãos alemães que ainda se encontram no Brasil por membros da representação diplomática e consular do Brasil na França internados na Alemanha e por vários cidadãos brasileiros a serem repatriados da França, da Alemanha e de outros países ocupados*⁷⁶².

Em resposta à solicitação brasileira, o governo português informa que as trocas de cidadãos alemães por membros das representações diplomática e consular do Brasil na França e, também, de outros cidadãos brasileiros a repatriar do território francês, alemão, bem como de outros países ocupados, “que tem a honra de informar que nada tem a opor a que essa troca se realize em Portugal e que [...], intervirá nela pela mesma forma como tem intervindo nas trocas aqui realizadas entre brasileiros e cidadãos dos países do Eixo”⁷⁶³.

Diante desta afirmativa portuguesa, uma das maiores contribuições do governo português frente às questões da guerra diz respeito ao Embaixador Luís de Souza Dantas – antigo Embaixador do Brasil na França –, tendo em vista que mesmo após o governo norte-americano, por intermédio do governo suíço, ter assumido as negociações referentes à troca do Embaixador Dantas e

⁷⁶¹ Idem.

⁷⁶² Ofício nº 52, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 3 de março de 1943. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1943.

⁷⁶³ Ofício nº 43, do Ministério dos Negócios Estrangeiros à Embaixada brasileira em Lisboa, em 5 de março de 1943. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1943.

os demais funcionários diplomáticos brasileiros⁷⁶⁴ por 132 alemães, o governo do Brasil solicita a interferência do governo português no sentido de acelerar a saída dos funcionários diplomáticos brasileiros da Alemanha. Utiliza dois argumentos:

A primeira razão é que Bad-Godesberg se encontra numa perigosa zona de guerra, nas vizinhanças de Colônia e de Bonn, sendo constantes os bombardeios e os combates aéreos, já tendo mesmo até caído bombas nas imediações do hotel em que se acham confinados os brasileiros. Correm suas vidas, assim, um risco permanente, de vez que pode ser o hotel atingido não só por bombas extraviadas, como por qualquer aparelho que acidentalmente sobre ele caia. A segunda razão é que com a chegada da primavera pode determinar operações militares de grande envergadura, que tenham por conseqüência dificultar e até mesmo impossibilitar o tráfico normal entre Bad-Godesberg e a fronteira da Espanha⁷⁶⁵.

Na verdade, o governo brasileiro também havia recorrido à ajuda portuguesa em razão do seu intermédio, anteriormente, junto à negociação envolvendo a Suíça e os Estados Unidos, pela qual houve a troca, em Lisboa, de alemães pelos nacionais de diferentes Repúblicas americanas, à exceção do Brasil, em razão de que a liberação destes tinha como prerrogativa o embarque, no Rio de Janeiro, dos alemães que se encontravam internados no país. Neste sentido, a intenção do governo brasileiro era garantir que os brasileiros a serem repatriados aguardassem em Lisboa – ou em outra região de Portugal – a chegada dos alemães, os quais já haviam deixado o Brasil no pacote espanhol “Cabo de Buena Esperanza” e deveriam chegar à capital portuguesa por volta do dia 15 de abril de 1944. Para facilitar a intercessão do

⁷⁶⁴ De acordo com o jornal *Diário de Notícias*, além do Embaixador Souza Dantas, a delegação brasileira a ser repatriada do território alemão, era composta pelos “Srs. Ministro João Pinto da Silva, Ministro-Conselheiro Trajano Medeiros do Passo e esposa; Cônsul Osório Dutra e esposa; Vice-Cônsules Orlando Pimentel de Bittencourt Leal e esposa; Roberto de Castro Brandão e Silva e Artur Teixeira de Mesquita e esposa; os funcionários do Consulado Srs. José Teixeira Lima, Leon Levi e esposa, Pantaleão Machado, Vítor Orban e esposa e Luciano Turqué, esposa e filha; os Adidos Srs. Augusto Schaw e Paulo Berredo Carneiro; Antônio Dias Tavares Bastos e esposa e Carlos Cardoso”. Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 1º de abril de 1944, p. 2.

⁷⁶⁵ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 1º de abril de 1944, p. 2.

governo português no que diz respeito às pretensões do governo brasileiro, o seu Embaixador em Lisboa ainda informa ao governo luso que “desse embarque teve ciência o governo do Reich por intermédio da Embaixada da Espanha, no Rio de Janeiro”⁷⁶⁶.

O desfecho deste episódio – que havia levado há mais de um ano de prisão do Embaixador Luís de Souza Dantas e dos demais funcionários diplomáticos brasileiros – ocorreu no dia 31 de março do mencionado ano, no momento em que eles chegaram a Lisboa, por intervenção direta do governo português, “graças a qual a liberação daqueles internados se pode fazer antes mesmo que o grupo alemão, contra o qual será efetuada a troca, houvesse chegado a águas portuguesas”⁷⁶⁷. No ofício de agradecimento do governo brasileiro, encaminhado ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, o Embaixador brasileiro, em Lisboa, ainda salienta que o governo alemão havia manifestado no Rio de Janeiro, por intermédio da Embaixada espanhola, “o desejo de que o grupo alemão, ao chegar a Lisboa, possa imediatamente prosseguir viagem para a Alemanha, ainda que por qualquer circunstância o grupo brasileiro se veja forçado a retardar a sua saída desta capital para o Brasil”⁷⁶⁸. Diante dessa circunstância, o governo brasileiro, em conformidade com o pedido do Reich, solicita que:

*Para tais fins, o governo português fará o favor de aceitar os mais amplos poderes, realizando a troca nas condições desejadas pelo governo do Reich, certo como está também o governo brasileiro de que Vossa Excelência acautelará igualmente os interesses brasileiros nesse assunto, até a última prática da permuta, isto é, até a chegada dos funcionários em questão ao seu destino*⁷⁶⁹.

⁷⁶⁶ Ofício nº 109, do Embaixador brasileiro em Lisboa, Sr. João Neves da Fontoura, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, em 21 de março de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

⁷⁶⁷ Ofício nº 127, do Embaixador brasileiro em Lisboa, Sr. João Neves da Fontoura, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, em 1º de abril de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

⁷⁶⁸ Ofício nº 127, do Embaixador brasileiro em Lisboa, Sr. João Neves da Fontoura, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, em 1º de abril de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

A presença da delegação brasileira em Lisboa, além de ter constituído motivo de inúmeras visitas e atividades protocolares envolvendo a representação diplomática brasileira e o governo português, foi ostentada na imprensa portuguesa como o resultado da eficiente intervenção lusa no assunto.

Posteriormente, no exercício da proteção dos interesses brasileiros na França, com o avançar da guerra, surge um impasse relacionado ao pedido de eventuais auxílios dos brasileiros residentes na França. Fato que leva o Embaixador brasileiro em Lisboa a esclarecer que:

O governo brasileiro, em tempo oportuno, na previsão de um rompimento de relações diplomáticas com a Alemanha, deu instruções aos seus representantes diplomáticos e consulares na França para que entrassem em entendimento, por todos os meios possíveis, com os brasileiros que se encontravam naquele país, a fim de avisá-los de que deveriam dali partir⁷⁷⁰.

Em comunicação oficial, o Embaixador brasileiro ainda informa que diante desta determinação do governo brasileiro, “a maior parte dos brasileiros nessas condições atendeu prontamente aos avisos recebidos, enquanto que outros, num pequeno número, declararam que não o fariam, não desejando abandonar o país⁷⁷¹. Como exemplo destes últimos, o Embaixador brasileiro cita Bondino Piergentille, Pierri Civardi, Albino Monteiro e Adolfo Grossmann, justamente aqueles elencados num pedido de auxílio do Sr. Otávio Chermont da Costa, endereçado ao Cônsul Geral de Portugal, em Paris. Inclusive, o Sr. Albino Monteiro já havia sido repatriado por uma ação do governo brasileiro, em 1939, tendo regressado à França posteriormente. Utilizando estas explicações, o governo brasileiro justifica o seu posicionamento de “decidir que não mais atenderá a qualquer apelo dos que recalcitraram a desobediência aos

⁷⁶⁹ Idem.

⁷⁷⁰ Ofício nº 78, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 2 de março de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

⁷⁷¹ Ofício nº 62, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 12 de março de 1943. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1943.

avisos recebidos, porquanto, a sua situação é a prevista consequência da resolução que tomaram”⁷⁷², logo encerrando a questão⁷⁷³.

Contudo, o exercício desta tarefa, por parte de Portugal, origina um questionamento relativo ao discernimento de se saber quais eram os cidadãos brasileiros na Europa em condições de repatriamento. Na existência desta dúvida, o governo brasileiro encaminha instruções de que isto poderia ocorrer por meio da troca de cidadãos brasileiros na Europa por cidadãos alemães ainda residentes no Brasil, caso fossem obedecidas as seguintes regras:

*Podem ser incluídos na lista, para os efeitos de repatriamento, os brasileiros, nascidos no Brasil de pais alemães, desde que provem, mediante documento emanado das autoridades militares alemãs, não haverem prestado serviço militar na Alemanha, devendo outrossim ser avisados de que todas as despesas de viagem ficarão a seu cargo, salvo em caso de indigência*⁷⁷⁴.

Em abril de 1944, o governo do Brasil decide não mais socorrer financeiramente os brasileiros que, contrariamente às instruções formais do governo brasileiro, ainda se mantinham no território alemão ou em regiões ocupadas pelas forças do Eixo. A partir desta decisão, a Embaixada brasileira em Lisboa solicita ao Ministério dos Negócios Estrangeiros que este entrasse em contato com os seus representantes diplomáticos e consulares na Itália, para que estes pudessem emitir uma lista dos brasileiros, os quais a par da nova situação desejavam ser repatriados pelo governo brasileiro⁷⁷⁵. Inclusive, para facilitar este trabalho, o governo brasileiro determina ações no sentido da realização de um “estudo da lista desses repatriados e as modalidades desta

⁷⁷² Ofício nº 78, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 2 de março de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

⁷⁷³ Visando colocar um ponto final na questão, o Embaixador brasileiro informa que “nestas condições, o governo brasileiro resolveu reembolsar a quantia de 20.000 francos franceses ao Senhor Cônsul Geral de Portugal em Paris pelas despesas que já fez em benefício dos internados, mas não concordará com qualquer outro auxílio pecuniário que tenha ligação com os casos expostos”. Ibidem.

⁷⁷⁴ Ofício nº 62, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 12 de março de 1943. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1943.

⁷⁷⁵ Ofício nº 208, do Embaixador brasileiro em Lisboa, Sr. João Neves da Fontoura, ao Ministro dos Negócios Estrangeiros português, em 16 de maio de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

nova troca e, desejaria ele ainda ter conhecimento dos que são brasileiros natos e manifestam a intenção de fixar residência no Brasil⁷⁷⁶. Pela documentação analisada, esta constitui a última ação mais significativa do governo português no sentido da proteção dos interesses brasileiros no território da França ocupada.

Na página seguinte, apresenta-se uma tabela contendo indicações gerais dos assuntos referentes à salvaguarda portuguesa dos interesses brasileiros no Japão, tendo em vista que os interesses brasileiros neste local também estavam sob a proteção portuguesa.

Tabela 5.2 – Defesa dos interesses brasileiros no Japão

Ano	Assunto
1949	Pedido de informações do japonês Hoshiro Kanamura
1946	Vistos em passaportes brasileiros que regressam ao Brasil
1946	Pedido de informações sobre o paradeiro do japonês Jujiro Montre
1946	Paradeiro de três caixotes do cidadão brasileiro Mario Botelho de Miranda que ficaram no Consulado do Brasil em Yokoama
1946	Morte do súdito brasileiro Joji Nakamori
1946	Questão de nacionalidade
1946	Vistos de entrada no Brasil para súditos portugueses residentes no Japão
1949	Concessão de vistos missão comercial japonesa e brasileira convidada a visitar o Brasil

Fonte: Tabela elaborada a partir das informações constantes na pasta intitulada “Interesses brasileiros no Japão”. M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 104.

⁷⁷⁶ Ofício nº 197, do Embaixador brasileiro em Lisboa, Sr. João Neves da Fontoura, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 17 de agosto de 1944. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1944.

Com relação à defesa dos interesses brasileiros pelo governo português no Japão, destaca-se que a documentação localizada refere-se a ações executadas em um momento posterior a 1945; portanto, foge ao período de análise desta tese. Não obstante, numa caracterização geral, evidencia-se que o trabalho português abrangeu questões burocráticas, como a concessão de vistos e informações sobre brasileiros residentes no Japão; em outras palavras, não diferiu muito daquele realizado na Alemanha e na Itália.

5.3 O pedido de facilidades de passagem a Portugal

Como se observou anteriormente, no aspecto relacionado à guerra, o governo português desempenhou um importante papel junto à salvaguarda dos interesses brasileiros nos países do Eixo ou em territórios por eles ocupados, como exemplo, a França. Todavia, o desenrolar da guerra também originou um outro tipo de ligação luso-brasileira. Esta se refere à permissão portuguesa para o desembarque em Lisboa, de material de guerra, proveniente da Alemanha e com destino ao Brasil. Na verdade, além da permissão para o desembarque, o governo português também permite o armazenamento temporário do material de guerra com destino ao Brasil.

Na parte inicial deste capítulo, abordou-se a relação pendular do governo brasileiro, ora em direção à Alemanha, ora em direção aos Estados Unidos, até a definição por este último. Entretanto, antes da adoção desta posição brasileira, cabe destacar que Getúlio Vargas compra armamento da Alemanha e numa situação contraditória, posteriormente, este material será utilizado contra a própria Alemanha, no momento seguinte à ação de afundamento de navios mercantes brasileiros e, notadamente, após a declaração de guerra do Brasil, em agosto de 1942.

Em setembro de 1940, a Embaixada brasileira em Lisboa entra em contato com o Ministério dos Negócios Estrangeiros, visando obter livre passagem para o material bélico que havia sido comprado da Alemanha, anteriormente. Diante da aquiescência do governo português, começam as negociações referentes ao livre trânsito do material. Nesta direção, um ofício do Embaixador brasileiro, em Lisboa, comunica que “parte do material bélico,

vindo da Alemanha, transportando numa primeira composição de 36 vagões, entrará de um momento para outro pela fronteira de Vilar Formoso, segundo comunicação telefônica da Embaixada do Brasil em Madrid”⁷⁷⁷.

Em resposta ao ofício recebido, o Ministério dos Negócios Estrangeiros informa ter emitido instruções às autoridades responsáveis no que se refere às facilidades para a entrada dos 36 vagões com o material de guerra destinado ao governo do Brasil. Entretanto, solicita que lhe fosse comunicado, com a maior brevidade possível, “a data de entrada do restante do material, bem como as informações que a esse respeito foram já solicitadas”⁷⁷⁸. Em atendimento a esta solicitação, o Embaixador brasileiro esclarece que o material bélico, com procedência da Alemanha, a ser enviado ao Rio de Janeiro, era composto por quatro comboios, dos quais:

- a) o primeiro (com peso de 120 toneladas aproximadamente) já está parte em Lisboa e pequena parte (4 vagões) a chegar à fronteira portuguesa de Vilar Formoso;*
 - b) o segundo (com o mesmo peso aproximadamente), de cerca de 35 vagões, deverá chegar hoje, 16, a Irun;*
 - c) o terceiro (com o peso de 240 toneladas aproximadamente), de cerca de 60 vagões, deverá chegar a Irun⁷⁷⁹ mais ou menos a 17 do corrente;*
- Nenhuma notícia havendo ainda quanto ao quarto e último⁷⁸⁰.*

Com relação ao pedido de passagem do material bélico procedente da Alemanha, o Embaixador brasileiro ainda demonstra certa preocupação com a mercadoria que seguiria para o Brasil no vapor Siqueira Campos, em virtude de um equívoco cometido pela firma expedidora do material, com o esquecimento da indicação de “mercadoria em trânsito”, porque isto poderia causar prejuízos

⁷⁷⁷ Ofício nº 59, do Embaixador brasileiro, Artur Guimarães de Araújo Jorge, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 7 de outubro de 1940. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

⁷⁷⁸ Ofício nº 8, do Ministério dos Negócios Estrangeiros ao Embaixador brasileiro, Artur Guimarães de Araújo Jorge, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 8 de outubro de 1940. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

⁷⁷⁹ Como Irun fica na fronteira franco-espanhola (Hendaya), o caminho devia ser via Espanha (provavelmente Salamanca – Vilar Formoso).

⁷⁸⁰ Ofício nº 62, do Embaixador brasileiro, Artur Guimarães de Araújo Jorge, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 16 de outubro de 1940. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

no seu despacho para o Brasil, em regime de trânsito, fato este que leva o Embaixador a solicitar “que as autoridades aduaneiras competentes fossem informadas disso e também de que esta deficiência já foi sanada em relação aos três comboios restantes a chegar”⁷⁸¹.

Passado um período, em fevereiro de 1941, Artur Guimarães de Araújo Jorge, Embaixador do Brasil em Lisboa, cumprindo instruções recebidas do governo brasileiro, volta a solicitar autorização e providências das autoridades portuguesas para “a livre entrada e facilidades de trânsito no território português para 44 (quarenta e quatro) caixas com a marca ‘H.P.T. – F.I.’, procedentes de Gênova, e 35 (trinta e cinco) caixas procedentes de Berlim, contendo maquinário fotográfica”⁷⁸². Este material seria utilizado na fabricação de armas portáteis e destinado à fábrica de Itajubá, em Minas Gerais.

De acordo com o ofício do Embaixador brasileiro, caso o governo português permitisse, as primeiras 44 caixas entrariam em território luso pela fronteira de Fuentes de Oñoro – Vilar Formoso e as 35 demais, pela fronteira de Valência de Alcântara. Diante desse pedido, o governo português, novamente, concede as facilidades solicitadas pelo Embaixador brasileiro.

Outro aspecto da ligação luso-brasileira por ocasião da Segunda Guerra Mundial consiste na permissão portuguesa para o trânsito, por Lisboa, de um grupo de oficiais aviadores brasileiros, em outubro de 1943⁷⁸³. O governo português havia estabelecido esta concessão desde que os oficiais brasileiros “tanto quanto lhes permitem as condições da viagem aérea, façam uso de trajés civis”⁷⁸⁴.

Desse modo, conclui-se que a amizade luso-brasileira além de ter favorecido a defesa dos interesses brasileiros junto aos países do Eixo – ou

⁷⁸¹ Ofício nº 64, do Embaixador brasileiro, Artur Guimarães de Araújo Jorge, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 18 de outubro de 1940. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

⁷⁸² Ofício nº 8, do Embaixador brasileiro, Artur Guimarães de Araújo Jorge, ao Ministério dos Negócios Estrangeiros, em 22 de fevereiro de 1941. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

⁷⁸³ Os oficiais aviadores brasileiros saíam do Rio de Janeiro, via Lagos, e tinham como destino a cidade de Londres. Ofício nº 197, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 30 de outubro de 1943. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1943.

⁷⁸⁴ Ofício nº 197, da Embaixada brasileira em Lisboa ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 30 de outubro de 1943. A. H. I. Pasta de Ofícios, ano de 1943.

ocupado por eles – também permitiu ao governo brasileiro um ponto de apoio no continente europeu, no que respeita às questões relacionadas ao avançar da guerra.

5.4 A formação e a visita de um contingente da Força Expedicionária Brasileira a Portugal

Após a ruptura das relações diplomáticas e a declaração de guerra do Brasil à Alemanha e à Itália – em janeiro e agosto de 1942, respectivamente – o governo brasileiro alinha-se aos Estados Unidos e assume uma posição mais efetiva no conflito, no momento em que envia soldados brasileiros – denominados de “pracinhas”⁷⁸⁵ de guerra pela imprensa brasileira – à Itália, para lutarem ao lado das tropas aliadas. Não obstante, entre a declaração de guerra, processada pelo governo brasileiro, e o envio dos expedicionários brasileiros ao *front* italiano evidenciaram-se muitos acontecimentos.

Neste assunto, um ponto digno de menção diz respeito aos esforços dos generais Góis Monteiro e Gaspar Dutra, no sentido de evitar o rompimento das relações brasileiras com a Alemanha e a Itália. Estes, todavia, diante do afundamento dos navios mercantes brasileiros e do clamor da população em prol de uma resposta brasileira à altura, tornaram-se em vão⁷⁸⁶. Não obstante, há que se destacar que a preocupação da ala militar governista tinha sua razão de ser, afinal, o Exército brasileiro não apresentava condições para fazer parte de uma guerra, tendo em vista que faltava pessoal, experiência, treinamento, armamento, entre outras dificuldades.

⁷⁸⁵ Sobre a origem do termo “pracinhas”, Luciana dos Santos informa que “os que embarcariam para a Europa foram chamados de ‘pracinhas’ pela imprensa e passaram a ser objeto de culto pelo movimento patriótico e anti-fascista, que apoiava suas ações como exemplo para o povo”. SANTOS, Luciana Ibarra dos. *Há algo de novo no front: a participação do Brasil na segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2006, p. 53.

⁷⁸⁶ Com relação à falta de participação das Forças Armadas do Brasil nos processos decisórios relativos à guerra, o historiador Hélio Silva, fazendo referência a uma carta do Ministro da Guerra ao presidente Getúlio Vargas, informa que “no concernente à decisiva questão de ruptura das relações, de que decorria a conclusão, indesbordável da guerra – nenhuma contribuição foi requerida, nem sequer aviso a respeito lhe foi endereçado, enquanto justo fosse seu interesse em matéria de tanta monta”. SILVA, Hélio. *1942 – Guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972, p. 202.

Como se pode deduzir, estes problemas brasileiros não escapavam à atenção norte-americana, a qual demonstrava grande preocupação frente à falta de defesa da costa brasileira⁷⁸⁷. Além disso, desde julho de 1941, o Brasil já havia assinado um acordo com os Estados Unidos, regulamentando o trabalho de uma Comissão Mista envolvendo o Brasil e os Estados Unidos, visando à ajuda brasileira na defesa comum do continente americano por meio da construção de bases aéreas e navais – as quais poderiam ser utilizadas por outras Repúblicas americanas, leia-se Estados Unidos – sendo que, em troca, o governo americano se comprometia a ajudar o Brasil na obtenção de armas e outros meios materiais, bem como garantia o fornecimento de técnicos necessários para o país⁷⁸⁸. O que o governo dos Estados Unidos não contava é que, com base nesse acordo, em março de 1943, o presidente brasileiro apresentaria a possibilidade de o país colaborar com a guerra por meio da criação de uma Força Expedicionária Brasileira (FEB)⁷⁸⁹. Neste sentido, esta é pensada por Vargas como um projeto que, além de fortalecer as Forças Armadas brasileiras, iria consagrar ao país um importante espaço junto à América Latina e resultaria, ainda, em voz ativa ao Brasil dentro do cenário de paz após o término do conflito; em outras palavras, a formação da FEB constituía-se muito mais num jogo de manipulação política do governo Vargas e uma forma de fortalecimento das forças armadas do Brasil. Inclusive, neste ponto, concorda-se com Gerson Moura, quando afirma que a FEB constituiu-se a partir de uma exigência do governo brasileiro junto aos Estados Unidos, a qual Vargas trataria de tirar o máximo de proveito próprio⁷⁹⁰.

Desse modo, a FEB formou-se em 1943⁷⁹¹; diferia do Exército profissionalizado, pois se constituía de um contingente improvisado, formado por um pessoal voluntariado, com idade entre 18 e 30 anos, recrutado das

⁷⁸⁷ Idem, p. 50.

⁷⁸⁸ Ibidem, p. 66.

⁷⁸⁹ Sobre o processo de formação da FEB, consultar: SANTOS, Luciana Ibarra dos. *Há algo de novo no front: a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Op. cit., pp. 45-57.

⁷⁹⁰ MOURA, Gerson. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil antes e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991, p. 27.

⁷⁹¹ Com base na Resolução nº 16, de 11 de agosto de 1943, a FEB seria composta por três divisões – cada uma com aproximadamente 30 mil homens – e, também, por uma pequena

camadas mais simples da população, tendo em vista que “o grosso da tropa enviada [era] composto de civis”⁷⁹². Além disso, “a grande maioria do voluntariado era formada por analfabetos, trabalhadores do campo, operários, comerciários e funcionários públicos com curso primário ou ginásial”⁷⁹³.

Apesar de toda a descrença no deslocamento da FEB⁷⁹⁴, no dia 30 de junho de 1944, sob o comando do General João Batista Mascarenhas de Moraes, o primeiro regimento de expedicionários brasileiros embarcam, rumo à Itália, para lutar ao lado das tropas americanas. Assim, o Brasil enviou à Itália 25.334 homens. Destes, o número de 15.069 corresponde “à tropa que realmente entrou em ação de combate, ficando o restante pelos órgãos não divisionários e Depósito de Pessoal”⁷⁹⁵. Após a sua chegada à Itália, os pracinhas brasileiros foram incorporados ao V exército norte-americano, sob o comando do General Mark Clark e incluídos nos quadros do IV Corpo de Exército, cujo comando estava sob a responsabilidade do General Willis Crittenger. Na Itália, a FEB participou de forma ativa nas operações de guerra em prol da conquista dos Apeninos, uma cadeia montanhosa localizada no norte da Itália⁷⁹⁶, no período de 6 de setembro de 1944 até 2 de maio de 1945⁷⁹⁷, no momento em que, terminado o conflito, iniciava-se o regresso das tropas brasileiras⁷⁹⁸.

divisão aérea. Ademais, teria como orientação os padrões estabelecidos pela organização militar dos Estados Unidos, ficando sob a direção do alto comando americano.

⁷⁹² NEVES, Luís Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica*. Op. cit.

⁷⁹³ SANTOS, Luciana Ibarra dos. *Há algo de novo no front: a participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Op. cit., pp. 54-55.

⁷⁹⁴ O descrédito na partida da FEB à Itália originou uma série de anedotas como justificativas; por exemplo, “A F.E.B. não partirá. Não partirá porque o seu comandante é DE MORAIS; o comandante da Infantaria é da COSTA; e o comandante da Artilharia é CORDEIRO, isto é, não é de briga”. HENRIQUES, Elber de Mello. *A FEB doze anos depois*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959, 31. Os grifos constam no original.

⁷⁹⁵ COSTA, Octavio. *Cinqüenta anos depois da volta*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995, 47. Sobre as perdas humanas, o autor relata que “perdemos 451 combatentes, tivemos 1.577 feridos e 1.145 acidentados, além de 58 extraviados; dos quais 35 caíram prisioneiros dos alemães”. Idem.

⁷⁹⁶ Este local constituía-se em ponto estratégico, pois viabilizava o acesso aos vales dos rios Reno e Pó.

⁷⁹⁷ Sobre a atuação da FEB na Itália, entre outros, ver: SILVA, Hélio. *1944 – O Brasil na guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974; CARVALHO, Estevão Leitão de. *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1952; FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília:

Diante do conturbado clima do pós-guerra, o Presidente do Conselho português, Antônio de Oliveira Salazar, adota uma estratégia interessante para distrair a atenção portuguesa naquele momento em que os governos autoritários estavam em xeque, bem como “se congregar com os vencedores”⁷⁹⁹. Nesta direção, Salazar encaminha uma tarefa ao Embaixador luso no Rio de Janeiro: este deveria negociar com o Ministro das Relações Exteriores do Brasil a permissão para a escala de um contingente da FEB, em Lisboa, por ocasião do seu regresso ao solo brasileiro. Entretanto, a mudança na pasta da Guerra – motivada pela saída do General Dutra – e a sua posterior substituição pelo General Góis Monteiro, estavam concentrando a atenção do governo brasileiro, o que dificultou um entendimento e resposta imediata à solicitação portuguesa.

A idéia inicial do governo português consistia na visita, à capital portuguesa, de um dos contingentes da FEB, por ocasião de sua viagem de regresso ao Brasil. Desse modo, os integrantes brasileiros iriam desfilar em lugar de honra, no dia 14 de agosto, dentro das atividades de comemorações do aniversário da Batalha de Aljubarrota⁸⁰⁰. Para tanto, Salazar tenta antecipar a saída das tropas brasileiras da Itália, argumentando que na “data prevista para [a] saída [de] Nápoles, do [vapor] Duque de Caxias, a cerca [do dia] 12 do corrente, talvez fosse possível avançar 2 ou 3 dias [a] viagem de maneira a estarem aqui dia 14”⁸⁰¹. Inclusive, o interesse português na escala de um contingente da FEB em Lisboa é tão forte que, diante da impossibilidade das tropas brasileiras chegarem a Portugal até a data do dia 14 de agosto, Salazar se apressa em justificar que “se [a] referida data [for] impraticável receberemos [em] qualquer outro dia aquelas tropas sempre com o mesmo fraternal espírito

Editora da UnB, 1999; NEVES, Luís Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992; HENRIQUES, Elber de Mello. *A FEB doze anos depois*. Op. cit.

⁷⁹⁸ Em 18 de julho de 1945, chegavam ao Rio de Janeiro os primeiros 4.931 pracinhas de guerra.

⁷⁹⁹ Jornal *A Imprensa*, Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1945, p. 4.

⁸⁰⁰ A Batalha de Aljubarrota ocorreu em agosto de 1385 e opôs tropas portuguesas, sob o comando de D. João I e de D. Nuno Álvares Pereira, ao exército castelhano de D. Juan I, de Castela. A derrota dos castelhanos pôs fim à crise de 1383-1385 e resultou na consolidação de D. João I como rei de Portugal.

⁸⁰¹ Telegrama nº 69, do Ministro dos Negócios Estrangeiros à Embaixada portuguesa em Nápoles, em 4 de agosto de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

[de] hospitalidade”⁸⁰², ou seja, o que importava era a presença de um grupo de expedicionários em Portugal – e os frutos que Portugal poderia colher deste acontecimento.

Após o aceite do governo brasileiro ao convite feito pelo Embaixador português, faltava a definição com referência ao contingente que iria tomar parte nas comemorações portuguesas. Quanto a este ponto, “às forças a serem embarcadas nos vapores ‘Pedro I’ e ‘Pedro II’, havia dificuldades técnicas, que as autoridades competentes estavam a examinar”⁸⁰³. Diante desta dificuldade, “outra possibilidade, era a de fazer escalar em Lisboa um transporte norte-americano, conduzindo tropas do mesmo Corpo Expedicionário”⁸⁰⁴. No caso, pensava-se no transporte norte-americano “General Meigh”, que conduzia aproximadamente 5 mil expedicionários, o qual tinha previsão de sair de Nápoles nos primeiros dias de agosto.

A par destas indefinições, Salazar empenha-se em saber não somente qual seria a embarcação que faria escala em Lisboa como, ainda, a data da sua chegada à capital portuguesa, como comprova o seu telegrama ao Embaixador português no Vaticano, onde ele menciona que “muito [me] interessava saber urgentemente quando há intenção [de] fazer partir [as] forças expedicionárias brasileiras em direção [a] Lisboa”⁸⁰⁵.

Os preparativos para a recepção de um dos contingentes das tropas brasileiras da FEB, em Lisboa, são intensos, o que denota a importância do evento para o governo português. Nesta direção, os principais periódicos de Lisboa, notadamente, o *Diário de Notícias* – evidenciando os interesses do governo português –, estampam em suas primeiras páginas a notícia da visita da FEB a Portugal, tanto que, vários dias antes da parada militar, a qual estava programada para o dia 3 de setembro, os jornais divulgam o seguinte convite:

⁸⁰² Idem.

⁸⁰³ Ofício nº 185, do Presidente do Conselho ao Embaixador português, no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210. No caso “das dificuldades técnicas” do Pedro II, estas se relacionavam ao fato do vapor conduzir muitos soldados feridos em decorrência da guerra.

⁸⁰⁴ Ofício nº 185, do Presidente do Conselho ao Embaixador português, no Rio de Janeiro, em 28 de julho de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

⁸⁰⁵ Telegrama nº 41 do Presidente do Conselho, à Embaixada de Portugal no Vaticano, em 10 de agosto de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

*A União Nacional, a Legião Portuguesa, a Comissão Central das Juntas de Freguesia, a Liga 28 de Maio e os Sindicatos Nacionais, convidam todos os seus associados e o povo da capital a assistirem, na próxima segunda-feira, às 10 horas, na Avenida da Liberdade, ao desfile dos heróicos soldados da nobre Nação Brasileira e dos contingentes das unidades do glorioso Exército Português*⁸⁰⁶.

Para facilitar o acompanhamento do desfile de um dos contingentes das tropas brasileiras, o Subsecretariado de Estado das Corporações e Previdência Social determinou o fechamento de todas as repartições públicas e dos estabelecimentos industriais e comerciais até as 14 horas do dia 3 de setembro – data este em que desfilariam os brasileiros –, fato este que foi amplamente divulgado pelos jornais lisboetas, notadamente, aqueles diretamente ligados ao governo português⁸⁰⁷. O empenho do governo português na recepção aos expedicionários da FEB foi tanto que o Ministro da Guerra chegou a nomear uma comissão para elaborar um roteiro e acompanhar a visita dos expedicionários brasileiros a Lisboa. Esta era constituída pelos Srs. Faro Viana, chefe do Gabinete do Ministério da Guerra, Esmeraldo Carvalhais, chefe do Protocolo do mencionado Ministério, Cel. Joviano Lopes e os capitães Mateus Cabral, Faria Real e Tassara Machado⁸⁰⁸.

Sobre a participação do Brasil no desfile militar ocorrido no dia 3 de setembro, os jornais portugueses são unânimes em relatá-lo em minúcias, sempre evidenciando a euforia, a alegria e os aplausos do povo português diante de tal acontecimento, ou seja, evidenciam uma visão laudatória do regime salazarista, como bem atesta o periódico *Diário de Lisboa*:

⁸⁰⁶ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 1º de setembro de 1945, p. 1.

⁸⁰⁷ Sobre o fechamento dos estabelecimentos industriais e comerciais até as 14 horas do dia 3 de setembro e a forma de recuperação deste horário de trabalho, o jornal *Diário de Notícias* informa que “determina-se, nos termos do 1º art. do 19º do Decreto 24.402, que os estabelecimentos industriais e comerciais encerrem até as 14 horas do dia 3 de setembro. Ficam desde já autorizados: a) os estabelecimentos comerciais a encerrarem às 20 horas no dia do desfile; b) os estabelecimentos industriais a laborarem nesse dia até as 19 horas e por mais uma hora em cada um dos três primeiros dias seguintes. O referido trabalho não é considerado extraordinário para os efeitos legais”. Jornal *Diário de Notícias*, em 2 de setembro de 1945, p. 1.

⁸⁰⁸ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 1º de setembro de 1945, p. 1.

...ouve-se um vendaval de aclamações, de vivas delirantes, que aumenta e se espraia a cada passo da marcha da banda magnífica do batalhão brasileiro, 120 figuras; e das frações desse mesmo batalhão, 1.300 homens, em passo impecável, marcial, impressionante de garbo e de aprumo. Se o povo os cobre de palmas, de flores os cobrem as muitas centenas de senhoras que, assim, dos talhões de convidados, se associam à grande alegria da multidão.

O desfile de cada um dos pelotões das várias companhias desse batalhão dá ensejo a manifestações delirantes do amor de Portugal ao Brasil⁸⁰⁹.

A foto, apresentada na página seguinte, ilustra o contingente da Força Expedicionária Brasileira em desfile, na capital portuguesa.



As tropas brasileiras desfilando ante a tribuna presidencial na Avenida da Liberdade⁸¹⁰.

⁸⁰⁹ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 4 de setembro de 1945, p. 2. Sobre o desfile, o jornal ainda relata que este “durou três horas – três horas de vibrante entusiasmo popular – tomaram parte 10.649 homens, assim distribuídos pela várias unidades: 955 de Infantaria 1, de Lisboa, com banda; 722 de Infantaria 5, das Caldas; 722 de Infantaria 11, de Setúbal; 955 da Escola Prática de Infantaria, de Mafra; 722 de Infantaria 15, de Tomar; 722 de Infantaria 16, de Évora; 722 de Caçadores 5; 700 de Metralhadoras 1; 273 do Batalhão de Engenheiros; 416 de Artilharia contra aeronaves, que só por si ocupa um quilômetro em formatura; 280 de cavalaria 2; 190 de Cavalaria 7; 540 da Escola Prática de Cavalaria 4; 647 de Engenharia 2; 139 do Batalhão de Telegrafistas; 647 de Sapadores de Caminhos de Ferro e 198 do Trem Automóvel”.

Após o desfile em lugar de honra junto aos camaradas portugueses, no dia 3 de setembro, as forças expedicionárias brasileiras também participaram de atividades como a condecoração da bandeira brasileira, com a medalha de ouro e de um banquete oferecido pelo Chefe de Estado português, no Palácio de Belém, momento em que os militares brasileiros foram condecorados. Inclusive, há a sugestão para que estas atividades tenham prosseguimento no Brasil, pois “tendo [o] Chefe [de] Estado condecorado Sr. General Góis Monteiro com [a] Grã Cruz [da] Ordem Militar [de] Aviz, [a] entrega [de] insígnias poderia talvez ser feita [em] sessão solene [no] Gabinete Português de Leitura”⁸¹¹.

O envolvimento do governo português em tal empreendimento foi tanto que, no dia seguinte às atividades e ao desfile das tropas brasileiras, em Lisboa, o jornal *Diário de Notícias* traz estampado na sua primeira página, a seguinte notícia:

Apelo ao povo de Lisboa

Partindo hoje, às 14h e 30 min, de regresso ao Rio de Janeiro, o navio transporte “Duque de Caxias”, é dever do povo português acorrer ao cais do Entrepósito Central, ao lado da estação do Sul e Sueste, a fim de prestar ao contingente brasileiro a homenagem calorosa de entusiasmo que merecem esses bravos e heróicos combatentes que honraram na Europa o nome da sua Pátria.

O povo de Lisboa, que ontem envolveu uma apoteótica manifestação às tropas brasileiras em parada, deverá manifestar-lhes hoje, à sua partida, a expressão sincera e calorosa da sua fraternidade e da sua solidariedade. Acorrendo ao cais do Entrepósito Central, saudando a bandeira auri-verde, que se cobriu de glória nos campos de batalha da Europa, aclamando os soldados do País irmão, a população de Lisboa, capital do Império, cumprirá, uma vez mais, o seu dever”⁸¹².

⁸¹⁰ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 4 de setembro de 1945, p. 1.

⁸¹¹ Telegrama de Marcelo Mathias para o Dr. Souza Batista – Gabinete Português de Leitura. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

⁸¹² Jornal *Diário de Notícias*, em 4 de setembro de 1945, p. 1. O grifo consta no original.

A apresentação desta primeira página do jornal *Diário de Notícias*, em 4 de setembro, permite a execução de uma relação direta entre os anseios do governo e suas pretensões, afinal, o “apelo ao povo de Lisboa” foi colocado logo abaixo de uma foto de Salazar e o comandante da FEB, coronel Mário Travassos, numa menção clara de união, fraternidade entre os dois países. Aliás, o artigo “A fraternidade de dois povos nunca esteve como ontem” também deixa transparecer este aspecto ao destacar a importância de um contingente da FEB, em Portugal, evidenciando que “esse dia, na história na amizade luso-brasileira, ficará marcado, para sempre, com indelévelas letras de ouro”⁸¹³.



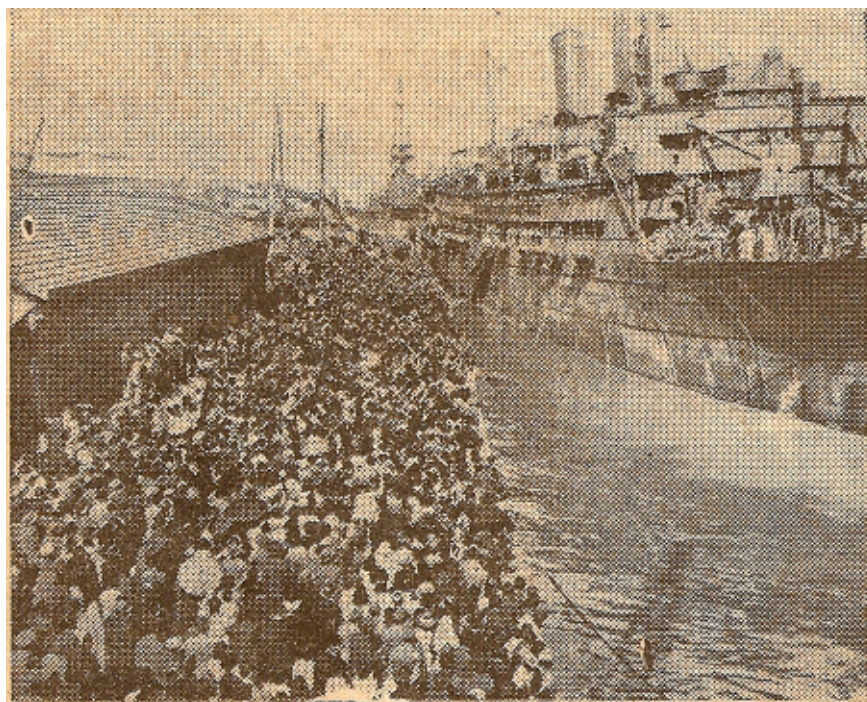
Cel. Mário Travassos, comandante da FEB, com Dr. Oliveira Salazar⁸¹⁴.

Passados dois dias, após inúmeras festividades – as quais não se restringiram somente ao desfile –, em 4 de setembro, o contingente das forças expedicionárias brasileiras, constituído por 162 oficiais e 1636 soldados e sargentos, despede-se de Portugal e continua a sua viagem de retorno ao

⁸¹³ Idem.

⁸¹⁴ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 4 de setembro de 1945, p. 1.

Brasil. Contudo, mediante o forte apelo do governo português, a saída dos expedicionários reveste-se, novamente, como um momento de forte comoção nacional, pois “quando, efetivamente, o ‘Duque de Caxias’ se afastou, vagarosamente, do cais do Entrepasto Colonial, o momento foi belo e impressionante, como nenhum outro das suas jornadas em Portugal”⁸¹⁵, como deixa transparecer a imagem a seguir:



Despedida às tropas brasileiras no cais, em Lisboa⁸¹⁶.

No entanto, o que os jornais portugueses não evidenciam – em razão, é claro, da falta de liberdade de imprensa – é que o delírio do povo português mediante o desfile de um dos contingentes da FEB representava, também, a voz contrária à manutenção do regime salazarista, pois “o povo que veio à rua saudar os soldados do Brasil que voltavam após vencer fascistas é um povo anti-salazarista”⁸¹⁷.

⁸¹⁵ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 5 de setembro de 1945, p. 1.

⁸¹⁶ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 5 de setembro de 1945, p. 1.

⁸¹⁷ Jornal *Hoje*, São Paulo, em 9 de novembro de 1945, p. 2.

A passagem das tropas brasileiras por Lisboa ocasionou a troca de telegramas por parte dos presidentes português e brasileiro. Do lado luso, o General Carmona escreveu:

*No momento em que as vitoriosas tropas brasileiras, regressadas dos campos de batalha da Europa, desfilam em Lisboa entre os seus camaradas portugueses, sob apoteóticas aclamações, apresento a V. Exa. os meus agradecimentos por este momento de inolvidável confraternização dos dois Exércitos, já tão fraternal e intimamente ligados pelas mesmas heróicas tradições [...]*⁸¹⁸.

Do lado brasileiro, o presidente Getúlio Vargas emitiu um telegrama endereçado ao presidente da República Portuguesa, General Carmona, “agradecendo as carinhosas homenagens do governo e do nobre povo português, prestadas aos soldados da força expedicionária brasileira”⁸¹⁹.

Não obstante, homenagens e agradecimentos à parte, o que interessa na análise deste ponto do trabalho é a relação direta entre a visita da FEB a Portugal e suas conseqüências nas relações luso-brasileiras. Nesta direção, não deixa de ser contraditório o desfile de um contingente das tropas brasileiras – que haviam lutado em prol do fim da ditadura fascista na Itália – em plena Avenida da Liberdade, em Lisboa, em meio à euforia da vitória da democracia, justamente em um país onde imperava a falta de liberdade e prevalecia a existência de um regime de características totalitárias.

É claro, o fato teve sua razão de ser, pois com o término da Segunda Guerra Mundial, questões relacionadas à manutenção do regime salazarista vieram à tona e Portugal como ainda mantinha – e iria conservar por um longo período – o seu Estado Novo, tratava de executar políticas que amenizassem este quadro, como foi o caso da presença da FEB, em Lisboa. Em um segundo momento cabe ressaltar, também, que a providencial visita de um contingente dos expedicionários a Lisboa foi estrategicamente utilizada pelo governo português para reafirmar os laços de união luso-brasileiros, afinal, “a presença dos combatentes brasileiros em Lisboa corresponde, na sua clara significação,

⁸¹⁸ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 7 de setembro de 1945, p. 1.

⁸¹⁹ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 7 de setembro de 1945, p. 1.

a um momento incomparável na história das relações luso-brasileiras⁸²⁰, como o governo português destacou. Nesta direção, um telegrama de Salazar para o Embaixador português em Roma comprova as intenções deste segundo aspecto, tendo em vista que a incorporação de um contingente das forças expedicionárias no desfile em Lisboa “e [as] afirmações [nos] discursos proferidos [no] almoço do Chefe de Estado podem ter muita importância para [o] futuro [da] política ao menos afetiva entre as duas nações”⁸²¹.

Por outro lado, a visita de um dos contingentes das forças expedicionárias brasileiras à capital portuguesa, por ocasião do término da guerra, também irá originar críticas quanto à manutenção do Estado Novo português – a exemplo do que ocorrerá no Brasil, afinal, a FEB havia lutado na Itália, contra o fascismo. É claro, com todo o controle do SPN, a imprensa portuguesa tratou de coibir tais manifestações. Todavia, apesar “de uma imprensa amarrada, de milhares nas cadeias tenebrosas, nas ilhas, presídios que são cemitérios, certas verdades, proclamadas no mundo, penetram em Portugal”⁸²² e, talvez, o expressivo número de pessoas prestigiando o desfile da FEB constitua a comprovação desta afirmação.

Além disso, a luta da força expedicionária brasileira na Itália pelo fim do fascismo europeu ocasiona, no Brasil, a difusão do discurso anti-fascista. Assim, a volta dos expedicionários brasileiros é entendida “pelos opositores do Estado Novo brasileiro como um marco para o fim da ditadura de Vargas, e é, de igual forma, aproveitada pela oposição anti-salazarista”⁸²³, tanto que alguns jornais publicam textos ressaltando que “o povo português prestou, em nossos pracinhas, uma delirante manifestação de adesão ao Brasil e de repulsa ao salazarismo. Nossos soldados chegaram ao Rio com os bolsos recheados de

⁸²⁰ Jornal *Diário de Notícias*, Lisboa, em 1º de setembro de 1945, p. 1.

⁸²¹ Telegrama nº 46, do Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal à Legação de Portugal em Roma, em 3 de setembro de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210. Neste mesmo telegrama, Salazar faz referência ao fato de estar “satisfeito por ter sido possível levar a cabo estes atos, contrariados pela intriga dos inimigos que a levaram mesmo [até] o Rio, embora sem resultado”.

⁸²² Jornal *Hoje*, São Paulo, em 9 de novembro de 1945, p. 2.

⁸²³ PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal – A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Op. cit., p. 539.

manifestos contra o ditador português⁸²⁴. Aliás, no Brasil, desde o ano de 1944, membros pertencentes e/ou ligados à colônia portuguesa no país, em face de uma atuação bem mais flexível do DIP, aproveitaram o momento e passaram a tecer fortes críticas à continuidade do regime salazarista em Portugal, como é o caso do artigo “A vez de Portugal”, publicado na revista semanal *Ilustração*, texto em que se exprime a esperança do abandono à “incômoda bagagem corporativista, em má hora importada pelo Estado Novo de Salazar dos armazéns de Mussolini”⁸²⁵.

Com o passar do tempo, notadamente com a perda – ou pelo menos limitação – de controle do DIP sobre a imprensa brasileira, a oposição ao salazarismo aumenta no Brasil. Nesta nova atmosfera política origina-se, por exemplo, a Sociedade dos Amigos da Democracia Portuguesa, a qual, além de criticar a manutenção de um regime autoritário em Portugal, afirma que as relações luso-brasileiras se acham “perigosamente ameaçadas pela tendência fascista do governo português”⁸²⁶. Esta questão torna-se ainda mais delicada em virtude de um manifesto que a referida Sociedade publica em alguns jornais do Rio de Janeiro, criticando a falta de solidariedade dos brasileiros aos portugueses que lutam pela volta da democracia portuguesa⁸²⁷. Na visão do Embaixador, mais grave ainda é o expressivo número de intelectuais, professores e distintas personalidades brasileiras que assinam o manifesto: Gilberto Freyre, Manuel Bandeira, Caio Prado Júnior, João Mangabeira de Holanda, Hermes Lima, Carlos Drummond de Andrade, Joracy Camargo, Oscar Niemeyer, Raimundo Magalhães Júnior, Guilherme Figueiredo, Raimundo Sousa Dantas, entre outros⁸²⁸.

Desse modo, com o término da guerra se aproximando, os portugueses ligados ao anti-fascismo ocuparão cada vez mais as páginas dos periódicos brasileiros, agindo contra a manutenção do regime salazarista em Portugal.

⁸²⁴ Jornal *A Imprensa*, Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1945, p. 4.

⁸²⁵ Anexo ao Ofício nº 503, do Consulado de Portugal em São Paulo ao Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 23 de junho de 1944. M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210.

⁸²⁶ Telegrama nº 207, do Embaixador de Portugal no Rio de Janeiro ao Ministério dos Negócios Estrangeiros em 28 de agosto de 1945. M.N.E., 2º piso, Armário 47, Maço 126.

⁸²⁷ De acordo com o manifesto da Sociedade, “a causa da democracia portuguesa é sob este aspecto uma causa brasileira”. O aspecto referido diz respeito à fraternidade luso-brasileira.

Este movimento, muitas vezes, associar-se-á ao Movimento de Unidade Nacional Anti-Fascista (MUNAF)⁸²⁹, o qual tem o início de suas atividades em dezembro de 1943. Em contrapartida, o jornal *Brasil-Portugal*, de Viriato Vargas, irmão do presidente, inúmeras vezes assumirá a defesa do regime salazarista no Brasil – ou colaborará para esta – ao criticar a ação de alguns exilados políticos portugueses, considerando-os “impatriotas” ou, até mesmo, ao publicar artigos que refutem uma imagem negativa do governo português como é o caso daquele em que acusam “o governo português de ter inúmeros presos políticos sofrendo as torturas do cárcere. Ontem, a Emissora Nacional de Lisboa deu conta pública desses detidos postos em liberdade e que nem a setenta chegavam”⁸³⁰. Entretanto, em Portugal, o Estado Novo durará até abril de 1974; já o seu congêneres, no Brasil, estava com os seus dias contados.

5.5 As repercussões do término da Segunda Guerra Mundial para o Brasil e para as relações luso-brasileiras

Com o passar do tempo e a aproximação do término da guerra aumentam as reações contrárias à manutenção do Estado Novo no Brasil. Associa-se a isto o fato de que o governo brasileiro, ao enviar tropas (FEB) para lutar na guerra ao lado dos aliados, contra a difusão do fascismo na Europa, ocasiona, no país, uma situação contraditória, pois externamente o Brasil lutava pela democracia, entretanto, internamente, vivenciava a execução do regime ditatorial de Getúlio Vargas. Esta situação agravou-se ainda mais com o desembarque dos pracinhas de guerra e as festividades ocorridas para a coroação deste momento histórico. Leôncio Basbaum, com muita propriedade, explora a relação entre a volta desses pracinhas e o fim do Estado Novo brasileiro ao afirmar que:

⁸²⁸ Idem.

⁸²⁹ Sobre o assunto, ver: RABY, Dawn Linda. *A resistência antifascista em Portugal*. Lisboa: Salamandra, 1980.

⁸³⁰ Jornal *Brasil-Portugal*, Rio de Janeiro, em 28 de outubro de 1945, p. 2. Com referência ao assunto da prisão de inúmeros presos políticos, o jornal ainda justifica a prisão de muitos com a desculpa nada convincente de que “não quis o governo libertar porque estão presos pelo bonito feito de, tomando como pretexto uma revolução, tentarem alcançar a barra de Lisboa, fugindo com barcos de guerra lusos para os entregar nas mãos de comunistas em guerra, então, com a Espanha”.

No segundo semestre de 45, terminada a guerra, começam a regressar em escalões sucessivos, os soldados brasileiros. Sua chegada constituía, de cada vez, apoteose cívica. Festejava-se não apenas a vitória das forças das Nações Unidas e a derrota do nazi-fascismo. Festejava-se também um enterro. Entre foguetes, gritos e canções patrióticas, desfilava também um cadáver: o da ditadura. O que restava ainda no governo era apenas uma sombra que o morto não havia largado, mas que não tardaria a segui-lo⁸³¹.

Como fica claro, com o fim do conflito mundial, em 1945, e a vitória dos aliados, Getúlio Vargas começa a sentir a força das oposições, pois “as contradições do Estado Novo, um regime internamente autoritário e externamente favorável à democracia, tornaram-se explícitas e isto enfraqueceu o prestígio do ‘ditador’ que passou a ser alvo de oposição sistemática”⁸³². Desse modo, com o término da Segunda Guerra Mundial, a oposição ganhará corpo e vencerá no momento em que os próprios alicerces do regime evidenciarem todas as suas fissuras, em outras palavras, a falta de apoio dos generais Eurico Gaspar Dutra (ministro da Guerra de Getúlio e possível candidato à sucessão presidencial brasileira) e Góis Monteiro que, após reunião no Ministério da Guerra, enviam tanques da Vila Militar com destino ao Palácio da Guanabara, visando a deposição do presidente Getúlio Vargas. E essa ocorre em 31 de outubro de 1945⁸³³. Assim, termina o Estado Novo no Brasil, fato que, em decorrência dos últimos acontecimentos no país, não originou nenhuma grande surpresa, afinal, os mais importantes alicerces do regime há muito tempo demonstravam grandes desgastes. Entretanto, ressalta-se que o fim da experiência estadonovista brasileira foi noticiada ao governo português imediatamente, por telegrama, e com riquezas de detalhes, como se constata a seguir:

⁸³¹ BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República* – de 1930 a 1960. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1991, p. 131.

⁸³² FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (Orgs.). *O Estado Novo: o que trouxe de novo?* Op. cit., p. 136.

⁸³³ Após a deposição de Getúlio Vargas, ele segue num avião militar para São Borja (estância Itu), sua terra natal; lá permanecerá por quatro anos, numa espécie de exílio voluntário, quando

Quando segunda-feira à tarde se tornou pública [a] nomeação [do] Chefe de Polícia Benjamin Vargas, [o] General Góis Monteiro enviou [uma] carta ao Presidente Getúlio Vargas pedindo sua demissão [como] Ministro da Guerra. Todos os generais procuraram imediatamente Góis Monteiro e pediram-lhe [que] permanecesse à frente [das] forças armadas como Chefe do Exército Brasileiro. Este aquiesceu e designou, imediatamente, Chefe do Estado maior, [o] General Cordeiro Farias. Às vinte horas foi dada ordem para tropas saírem para ocupar posições que previamente lhes haviam sido fixadas. Às 21 horas e meia [os] Generais Cordeiro Farias, Firmo Freire e Ministro da Justiça Agamenon Magalhães, dirigiram-se ao Palácio Guanabara e comunicaram a Getúlio Vargas [a] decisão de classes armadas e em nome destas apelar [ao] espírito de renúncia e patriotismo para evitar [o] derramamento de sangue, pois não desejavam ter de recorrer à luta. Getúlio Vargas acedeu declarando [estar] pronto [para] entregar [a] chefia da Nação ao Presidente do Supremo Tribunal Federal. Às duas horas [da] madrugada uma comissão de generais e almirantes procurou em sua casa José Linhares, Presidente do Supremo Tribunal Federal, afim de convidá-lo a assumir [a] Presidência da República. Ele contestou que não podia aceitar sem consultar os colegas magistrados. Após rápidas consultas telefônicas e obtidas respostas unânimes afirmativas declarou que aceitava, partindo imediatamente para o Ministério da Guerra, onde o aguardavam Ministro da Guerra e todas [as] altas patentes do Exército, entre elas, o Brigadeiro Gomes [...]. José Linhares respondeu: “Em virtude dos graves acontecimentos políticos que agitam no momento os destinos do país e na qualidade de Presidente do Supremo Tribunal Federal assumo com o apoio das forças armadas a Presidência da República esperando corresponder pelos meus atos a tão alta investidura [...]”. Não me consta alteração da ordem pública em qualquer parte do país⁸³⁴.

Com relação a este assunto, concorda-se com o artigo publicado no jornal *A Imprensa*, o qual menciona que Portugal constituiu o caso onde a

retornará à presidência brasileira “nos braços do povo”, em 1950, assumindo a presidência no ano seguinte, deixando-a somente em 1954, com o seu suicídio, em 24 de agosto.

⁸³⁴ Telegrama nº 231, do Embaixador português no Rio de Janeiro ao Presidente do Conselho e Ministro dos Negócios Estrangeiros, em 1º de novembro de 1945. M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119.

queda de Getúlio Vargas originou maior repercussão emocional. De acordo com o periódico, este fato é atribuído, fundamentalmente, a dois fatores: “primeiro, porque apesar dos cinco mil quilômetros de mar que nos separam, o Brasil ainda é hoje, e será sempre, o país mais próximo de Portugal”⁸³⁵ e, o segundo, relaciona-se ao fato de que na “fase heróica da era getuliana [...] o Portugal de Salazar era o modelo preferido do homem que se obstinou em permanecer no Catete durante quinze anos”⁸³⁶. Em outras palavras, com o fim do Estado Novo no Brasil, Salazar perdia seu maior e mais importante discípulo e isto, certamente, afetaria as pretensões salazaristas no que fazia referência às relações luso-brasileiras.

Todavia, não restando alternativa, após a deposição de Getúlio Vargas e a indicação de um novo presidente para o Brasil, Portugal, por meio do seu encarregado de Negócios, Dr. Carlos Pinto Ferreira, reconhece o novo governo do Brasil na audiência que ele teve com o Embaixador brasileiro Pedro Leão Veloso. Na ocasião, trata de destacar a satisfação do governo português com a permanência de Veloso na Pasta das Relações Exteriores, pois isto representava a “segurança de continuidade política e de afeto luso-brasileiro”⁸³⁷. Entretanto, na prática, o que se verifica é que com o término do Estado Novo no Brasil, no que respeita à intensificação das relações luso-brasileiras, estas ficarão em um plano inferior até que, mais tarde, na década de 50 – e aqui cabe mencionar a volta de Getúlio Vargas à presidência do país, em 1951 – a idéia de formação da comunidade luso-brasileira adquira novo fôlego, notadamente, com o governo de Juscelino Kubitschek de Oliveira⁸³⁸.

⁸³⁵ Jornal *A Imprensa*, Rio de Janeiro, em 4 de novembro de 1945, p. 4.

⁸³⁶ *Idem*.

⁸³⁷ Jornal *Brasil-Portugal*, Rio de Janeiro, em 6 de novembro de 1945, p. 2.

⁸³⁸ Sobre a análise desta reaproximação indica-se a obra de GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Portugal e Brasil, durante o século XX, com peculiaridades próprias, vivenciaram a instauração dos seus Estados Novos. No primeiro caso, observa-se que o Estado corporativo português tem suas raízes na grave crise econômica e política que se alastrou pelo país durante os anos vinte, pondo fim à Primeira República portuguesa, em 1926, por meio do movimento de 28 de Maio. A ditadura implantada a partir de então, após passar por uma série de golpes e contragolpes, ocasionados em nome da busca pelo controle do Estado português, favorece a afirmação do regime salazarista, o qual tem por base a organização de um Estado forte, centralizador, alicerçado na idéia da construção de um novo e moderno Portugal, o que representava uma espécie de volta ao passado, mas não a um passado qualquer e sim àquele em que o país era moderno e se encontrava à frente dos grandes descobrimentos.

No segundo caso, a implantação do Estado Novo no Brasil, em novembro de 1937, constituiu a consolidação de um processo que estava sendo construído aos poucos, a partir do momento em que Getúlio Vargas inicia uma conduta centralizadora na administração do país, neutralizando – paulatinamente – os principais focos de oposição, articulando alianças e apoio de importantes lideranças militares e políticas e desfazendo-se destas quando elas não eram mais necessárias ou se mostravam perigosas, como é o caso do integralismo. Entretanto, o pretexto imediato para o decreto do Estado Novo brasileiro foi a “descoberta” do falso Plano Cohen – de acordo com o qual os comunistas tencionavam tomar o poder, por meios violentos –, pois sua “localização” foi utilizada para a obtenção do apoio popular necessário ao decreto do Estado Novo no Brasil.

Com base na documentação analisada – principalmente na correspondência diplomática e consular portuguesa – pôde-se constatar que o governo português acompanhava com atenção o desenrolar dos acontecimentos no Brasil, tanto que os relatórios emitidos por Martinho Nobre de Mello, Embaixador português no país, evidenciam em detalhes os fatos que resultaram no decreto do Estado Novo brasileiro, tratando, inclusive, de assinalar as principais características da nova Constituição brasileira e, ainda, as suas similitudes com a Carta Constitucional portuguesa. Além disso, de acordo com a leitura do Embaixador Mello, a institucionalização do Estado Novo no Brasil representa uma oportunidade de intensificação nas relações luso-brasileiras, tendo em vista que os maiores obstáculos – leia-se democracia liberal representativa – deixavam de existir.

Desse modo, com a institucionalização do Estado Novo no Brasil, inaugurou-se um novo período nas relações luso-brasileiras, afinal, os traços ideológicos comuns, associados às ligações histórico-culturais e ao expressivo número de portugueses residentes no Brasil, aproximaram os dois países e permitiram uma intensificação nas relações entre os dois países. Todavia, cabe mencionar que este processo de aproximação foi capitaneado por Portugal. Esta liderança fica clara à medida que se considera que os mais importantes passos nesta direção, como a vinda da Embaixada especial, chefiada pelo escritor Júlio Dantas – do trabalho desta resultou o acordo cultural luso-

brasileiro –, a criação da Revista *Atlântico*, o encaminhamento da missão comercial ao Brasil, entre outros fatores, foram iniciativas diretas do governo português.

Por outro lado, há que se mencionar que o aprofundamento das relações luso-brasileiras interessava – em escalas diferentes – a ambos os países. O governo português tinha em mente a criação e a liderança da civilização lusíada, a qual seria integrada por Portugal, suas colônias e pelo Brasil, o que cada vez mais se tornava importante, levando-se em consideração os planos de continuidade do império colonial português. Ao Brasil esta aproximação era interessante, principalmente, por dois motivos: primeiro porque o país vivenciava um momento de afirmação do seu nacionalismo, logo, a identificação com o elemento português, em detrimento de outras etnias – sobretudo a italiana, a alemã e a japonesa –, ia ao encontro dos seus objetivos; segundo, em virtude do retraimento comercial que circundava a Europa, pois o aprofundamento das relações com Portugal poderia incentivar um aumento nas exportações do Brasil com destino ao continente europeu. Em outras palavras, a intensificação nas ligações luso-brasileiras permitiria aos dois países a sua afirmação no cenário internacional e o fortalecimento dos seus nacionalismos.

A idéia da aproximação cultural luso-brasileira não constituía um projeto novo. Desde o início do século XX algumas personalidades de Portugal e do Brasil almejavam este estreitamento das relações culturais entre os dois países. Entretanto, apesar de inúmeras tentativas, nenhuma delas logrou grandes resultados. Foi somente com a interferência do governo português que a aproximação entre os dois países, no plano cultural, começou a adquirir forma. Assim, a estratégia portuguesa consistiu em colocar em evidência todos os aspectos que destacavam a identidade luso-brasileira. Nesta direção, realizaram-se congressos, conferências, palestras, foram criadas Sociedades, Institutos, Associações, enfim, toda uma gama de atividades que permitissem a reafirmação de um passado em comum. Não obstante, o maior produto destas atividades consistiu na assinatura do Acordo Cultural Luso-Brasileiro, no Rio de Janeiro, a 4 de setembro de 1941.

O Acordo Cultural, além de ter possibilitado uma maior colaboração e difusão cultural entre os dois países na medida em que tornou possível a ocupação de espaços importantes, como o meio literário, através das exposições sobre o livro português no Brasil, abriu espaço, também, para a execução de uma política de doutrinação da colônia portuguesa residente no país, ou seja, muitas das atividades realizadas no âmbito cultural visavam uma espécie de legitimação do governo salazarista, na medida em que ressaltavam os grandes feitos do governo e a difusão da sua doutrina ideológica.

Não obstante, uma das ramificações mais importantes do Acordo Cultural de 1941 fundamentou-se na criação da Revista *Atlântico*. Idealizada por Antônio Ferro, a revista objetivava a difusão recíproca da cultura nacional luso-brasileira; contudo, destacou-se pela publicação de textos que colocavam em evidência o passado em comum de Portugal e Brasil. Do lado brasileiro, esta prática é vista de modo positivo, pois a partir do momento que o presidente Getúlio Vargas se afasta das potências do Eixo, põe em prática uma política de perseguição e contenção das suas idéias no solo brasileiro; logo, a irradiação da cultura portuguesa seria utilizada para preencher estes espaços – e isto fecha com os interesses do regime salazarista.

Dentre as medidas adotadas em prol da intensificação das relações culturais luso-brasileiras merece destaque, também, o Acordo Postal de 1942, pois sua assinatura constitui-se em um importante instrumento para o aumento na circulação do livro português no Brasil e o livro brasileiro em Portugal, haja vista a redução nas tarifas postais cobradas nos dois países. Nesta direção, há que se evidenciar, ainda, a assinatura do Acordo Telegráfico, em 1943, o qual diminuía as taxas cobradas para a emissão de telegramas entre Brasil e Portugal.

A aproximação luso-brasileira sob o ponto de vista cultural também abrangeu a assinatura de uma Convenção Ortográfica, em Lisboa, em 29 de dezembro de 1943 – que foi reformulada em 1945 – como resultado das negociações entre o governo de Portugal e do Brasil. Muito embora o fato destas Convenções Ortográficas não terem posto um fim às divergências na aplicação da ortografia em Portugal e no Brasil – tenha-se em mente todas as discussões da atualidade – ressalta-se sua importância, pois, atualmente, salvo

algumas modificações introduzidas em 1971, são elas que regem as normas ortográficas da Língua Portuguesa no Brasil.

A esfera econômica constituiu-se em outro ponto de pauta neste processo de aproximação luso-brasileira. Este havia iniciado em 1933, por ocasião da assinatura do Tratado de Comércio e Navegação, no Rio de Janeiro; entretanto, como havia sido firmado em um momento marcado por uma forte onda protecionista decorrente da crise econômica de 1929, seus resultados foram pouco expressivos. Tendo em mente este fato e levando em consideração a emergência de uma nova conjuntura no Brasil, Salazar encaminha, em 1938, uma missão comercial especial ao território brasileiro. Esta tinha como objetivo o estudo do comércio português com o Brasil, assim como o levantamento de alternativas para o seu incremento.

No Brasil, a missão comercial portuguesa foi muito bem recebida por classes dirigentes e indivíduos ligados à área comercial. Isto aconteceu porque muitos exportadores brasileiros também vislumbravam este momento como uma oportunidade de aumento das suas exportações para Portugal. Do seu lado, a missão comercial portuguesa visitou os mais importantes centros econômicos do país na época – Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul –, participou de inúmeras reuniões e, após alguns meses, retornou ao solo português. A partir do trabalho realizado por esta delegação, o governo português sugeriu ao Brasil o envio de uma delegação oficial a Lisboa com poderes suficientes para efetuar negociações abrangendo esta área. Como consequência, em 21 de julho de 1941, em Lisboa, ocorre a assinatura do Protocolo Adicional ao Tratado de Comércio e Navegação. Por meio deste, Portugal procurava conter os reflexos da onda protecionista internacional, evitando a adoção de restrições relacionadas à importação e à exportação de determinados produtos provenientes de Portugal e do Brasil.

Apesar dos fracos resultados obtidos com o protocolo adicional de 1941, há que se mencionar que isto foi decorrente do fato de ambos os países necessitarem de produtos industrializados, ou seja, basicamente tanto Portugal quanto o Brasil precisavam de produtos os quais nenhum dos dois produzia. Porém, não se pode ignorar que o protocolo, além de ter propiciado um debate acalorado no Brasil e em Portugal acerca das relações comerciais envolvendo

os dois países, possibilitou a correção de algumas incoerências no comércio luso-brasileiro, como é o caso das exportações de couros e peles do Brasil. Além disso, o protocolo determinava a criação de duas comissões técnicas, uma brasileira e outra portuguesa, as quais deveriam trabalhar em conjunto com vistas à elaboração das bases para a execução de um novo tratado comercial luso-brasileiro.

Neste sentido, o trabalho desenvolvido por estas comissões foi importante na medida em que permitiu a análise de todos os produtos comercializados entre Brasil e Portugal, assim como a indicação de alguns ajustes e a necessidade de revisão da lista de produtos brasileiros e portugueses fixados pelo protocolo adicional de 1941. Todavia, com o fim do Estado Novo no Brasil, as intenções portuguesas com relação à assinatura de um acordo comercial terão que aguardar por uma conjuntura brasileira mais favorável, como é o caso do final da década de quarenta e princípios da década de cinquenta do século XX.

Desde o princípio do governo de Getúlio Vargas, uma das características da sua gestão foi o início da regulamentação – leia-se contenção – da entrada de emigrantes no Brasil. Estas medidas, que atingiam, inclusive, os portugueses, foram adotadas por meio da institucionalização de inúmeros decretos restritivos relacionados à entrada, à fixação e ao desenvolvimento de atividades dos estrangeiros no país. Os argumentos utilizados para a adoção dessas restrições consistiam no favorecimento à nacionalização do trabalho e à limitação da entrada daqueles estrangeiros que representavam perigo à soberania nacional – notadamente alemães e italianos – na medida em que se considerava que estes eram monitorados por seus países de origem.

Com o advento do Estado Novo no país, em 1937, estas restrições aumentaram consideravelmente. No entanto, diante das constantes reclamações do governo português e da percepção de que os lusos, em razão da afinidade histórico-cultural e lingüística, poderiam ser úteis ao desenvolvimento do projeto nacional almejado pelo presidente Vargas, o governo brasileiro, paulatinamente, passou a excluir a imigração portuguesa desse contexto e a utilizá-la como um reforço à sua política nacionalista.

O governo português, por sua vez, utilizou-se da amizade luso-brasileira para incrementar sua política de controle sobre a colônia portuguesa no Brasil, tendo, inclusive, recorrido ao meio de censura da imprensa brasileira (DIP) para divulgar ações que exaltassem o estado Novo português – e nesta direção há o desenvolvimento de um amplo trabalho de cooptação dos lusos no Brasil – e neutralizassem as manifestações de oposição ao regime salazarista no país, notadamente, dos ditos “insubmissos” da colônia portuguesa residentes no território brasileiro. Além disso, o governo português procurou, sempre que possível, evitar a naturalização dos portugueses, haja vista o perigo que isto representava para o projeto nacionalista, assim como – sem êxito – tentou dissuadir o envolvimento da colônia portuguesa no conflito da Segunda Guerra.

O início da Segunda Guerra Mundial e o posterior rompimento das relações diplomáticas do Brasil com a Alemanha e a Itália, em princípios de 1942, favoreceu ainda mais a intensificação das relações luso-brasileiras no momento em que o governo brasileiro confiou a Portugal a defesa dos seus interesses – ou de súditos brasileiros – na Alemanha, na Itália e no Japão e em outros locais ocupados pelas forças do Eixo, como foi o caso da França. Assim, a execução da salvaguarda dos interesses brasileiros por Portugal coloca em evidência o fato de que Getúlio Vargas também se aproveitou da amizade luso-brasileira – e de toda a aproximação ocorrida neste período – visando assegurar seus próprios interesses.

O aspecto da guerra ainda contribuiu para um outro tipo de ligação luso-brasileira. Esta se refere à permissão portuguesa para o desembarque em Lisboa, de material de guerra, proveniente da Alemanha e com destino ao Brasil. Na verdade, além da permissão para o desembarque, o governo português também permitiu o armazenamento temporário do material de guerra com destino ao Brasil.

Após o final da guerra, Salazar, utilizando-se da amizade luso-brasileira, ainda adotou uma estratégia interessante para reforçar estes laços e distrair a atenção dos portugueses naquele momento em que os governos autoritários estavam em xeque – além, é claro, de se congratular com os vencedores do conflito –, pois conseguiu obter do governo brasileiro a concordância quanto ao desfile, em Lisboa, de um contingente da força expedicionária brasileira (FEB)

por ocasião do seu regresso ao Brasil. Entretanto, o que o governo português não teria condições de imaginar é que a visita de um dos contingentes dos expedicionários brasileiros à capital lusitana fosse originar tantas críticas no Brasil quanto à manutenção do Estado Novo em Portugal.

Aliás, talvez nem mesmo o próprio presidente Getúlio Vargas tivesse noção sobre a dimensão dos problemas no Brasil decorrentes da participação da FEB, na Itália, contra a manutenção do fascismo na Europa. Afinal, a participação do Brasil na guerra criou no país uma situação contraditória, pois externamente o Brasil lutava pela democracia; entretanto, internamente, vivenciava a execução do regime ditatorial varguista. Esta situação agravou-se ainda mais com o desembarque dos pracinhas de guerra e as festividades ocorridas para a coroação deste momento histórico. Tanto que, em 29 de outubro de 1945, Vargas se afastou da presidência do país e seguiu para o seu auto-exílio, em São Borja, sua terra natal, e o ministro José Linhares – Presidente do Supremo Tribunal Federal – assumiu a presidência do país até que o candidato do PSD, o General Eurico Gaspar Dutra, assumisse a presidência do país.

Do outro lado do Atlântico, a notícia do fim do Estado Novo no Brasil foi recebida como um verdadeiro resfriamento nos planos do governo português no que respeita ao estreitamento nas relações luso-brasileiras, afinal, com a queda de Getúlio, caía também um simpatizante das idéias políticas de Salazar e com ele as possibilidades de incremento no relacionamento Brasil/Portugal.

FONTES E BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

1. FONTES PRIMÁRIAS

Arquivo Histórico do Itamaraty (A. H. I.), Rio de Janeiro:

- Pasta de Ofícios, anos de 1937 a 1945;
- Pasta de Telegramas, anos de 1937 a 1945.

Arquivo do Ministério dos Negócios Estrangeiros (M. N. E.), Lisboa:

- M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 119;
- M. N. E., 2º piso, Armário 47, Maço 121;
- M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 210;
- M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233 A;
- M. N. E., 2º piso, Armário 48, Maço 233;
- M. N. E., 2º piso, Armário 49, Maço 103;
- M. N. E., 2º piso, Armário 50, Maço 68;
- M. N. E., 3º piso, Armário 11, Maço 348.
- M. N. E., 3º piso, Armário 49, Maço 86;

- M. N. E., 3º piso, Armário 9, Maço 117.

Jornais brasileiros:

- *Jornal A Gazeta*, Recife, 1942;
- *Jornal A Gazeta*, São Paulo, 1943;
- *Jornal A Imprensa*, Rio de Janeiro, 1945;
- *Jornal A Notícia*, Rio de Janeiro, 1942;
- *Jornal Brasil-Portugal*, Rio de Janeiro, 1945;
- *Jornal Correio da Manhã*, Rio de Janeiro, 1938, 1939, 1942, 1945;
- *Jornal Correio da Noite*, Rio de Janeiro, 1942;
- *Jornal Correio Paulistano*, São Paulo, 1944;
- *Jornal Democracia*, Rio de Janeiro, 1945;
- *Jornal Diário da Manhã*, Recife, 1942;
- *Jornal Diário da Noite*, São Paulo, 1943;
- *Jornal Diário de Pernambuco*, Recife, 1942;
- *Jornal Diário Popular*, Rio de Janeiro, 1938;
- *Jornal Diretrizes*, Rio de Janeiro, 1945;
- *Jornal O Dia*, Curitiba, 1945;
- *Jornal O Estado de São Paulo*, São Paulo, 1940, 1941, 1943, 1945;
- *Jornal O Globo*, Rio de Janeiro, 1941 e 1942;
- *Jornal Folha da Manhã*, Recife, 1941;
- *Jornal Hoje*, São Paulo, 1945;
- *Jornal Meio Dia*, Rio de Janeiro, 1942;

Jornais portugueses:

- *Circular do Centro Transmontano*. São Paulo, outubro de 1942.
- *Jornal A Noite*, Lisboa, 1938;
- *Jornal A Voz*, Lisboa, 1938, 1941 e 1942;
- *Jornal Correio Português*, Lisboa, 1939;
- *Jornal Correio da Manhã*, Lisboa, 1938;
- *Jornal Diário da Noite*, Lisboa, 1942, 1943;
- *Jornal Diário de Governo*, Lisboa, 1941;
- *Jornal Diário de Lisboa*, Lisboa, 1942, 1944;
- *Jornal Diário de Notícias*, Lisboa, 1933, 1935, 1937, 1938, 1942, 1944, 1945;
- *Jornal do Brasil*, Lisboa, 1938;

- *Jornal do Comércio e das Colônias*, Lisboa, 1938;
- *Jornal Novidades*, Lisboa, 1942;
- *Jornal O Comércio do Porto*, Porto, 1933;
- *Jornal O Século*, Lisboa, 1938;
- *Jornal Pequeno*, Recife, 1943;
- *Jornal Voz de Portugal*, Rio de Janeiro, 1936;
- *Revista Arquivo Nacional*, ano 6, nº 287, Lisboa, de 7 de julho de 1937.
- *Revista Arquivo Nacional*, ano 6, nº 295, Lisboa, de 1º de setembro de 1937.
- *Revista Atlântico*, Nº 1, 1942; Nº 2, 1942; Nº 3, 1943; Nº 4, 1943; Nº 5, 1944; Nº 6, 1945.
- *Separata do Boletim Financeiro do Banco Português do Atlântico*. Portugal: Gráficas de “O Comércio do Porto”, out. de 1948.

2. FONTES BIBLIOGRÁFICAS

2.1 LIVROS

ALMEIDA, Paulo Roberto de. *Relações internacionais e política externa do Brasil: dos descobrimentos à globalização*. Porto Alegre: Ed. da Universidade/UFRGS, 1998.

AMADO, Jorge. *O cavaleiro da esperança*. 25. ed. Rio de Janeiro: Record, 1981.

ARON, Raymond. *Paz e Guerra entre as nações*. Trad. de Sérgio Bath. 2. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1986.

ARRIAGA, Manuel de. *Na primeira presidência da República: um rápido relatório*. Lisboa: Typ. A Editora, 1916.

As Constituintes de 1911 e os seus Deputados. Lisboa: Petrony, 1911. Obra compilada e dirigida por um antigo oficial da Secretaria do Parlamento.

AZEVEDO, Fernando de. *A cultura brasileira: introdução ao estudo da cultura no Brasil*. 4. ed. Brasília: Ed. da UnB, 1963.

BARDIN, Laurence. *Análise de conteúdo*. Rio de Janeiro: Edições 70, 1995.

BASBAUM, Leôncio. *História sincera da República – de 1930 a 1960*. 6. ed. São Paulo: Alfa-Ômega, 1991.

Bases orgânicas da União Nacional citadas em *Anais da Revolução Nacional*. 1930-1936. v. III. Lisboa: Empresa Nacional de Publicidade, 1933.

BASTOS, João Eduardo Monteverde Pereira. *O fenômeno migratório como fator corretivo do balanço de pagamento*. Rio de Janeiro: Tese apresentada ao Departamento de Ciências da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, 1976.

BOBBIO, Norberto, MATTENCI, Nicola e PASQUINO, Gianfranco. *Dicionário de política*. 7. ed. Brasília: Ed. da UnB, v. 2, 1995.

- BONAVIDES, Paulo; ANDRADE, Paes de. *História Constitucional do Brasil*. 3. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1991.
- BRANDÃO, Alonso Caldas (compilador). *Legislação de estrangeiros*. Rio de Janeiro: A. Coelho Branco Filho, 1949.
- CAETANO, Marcelo. *Depoimento*. Rio de Janeiro; São Paulo: Distribuidora Record, 1974.
- CAMPINOS, Jorge. *A ditadura militar: 1926-1933*. Lisboa: Publicações D. Quixote, 1975.
- CAMPOS, Reynaldo Pompeu de. *Repressão judicial no Estado Novo: esquerda e direita no banco dos réus*. Rio de Janeiro: Achiamé, 1982.
- CARNEIRO, J. Fernando. *Imigração e colonização no Brasil*. Rio de Janeiro: Universidade do Brasil, 1950.
- CARONE, Edgard. *O Estado Novo (1937-1945)*. Rio de Janeiro: Difel, 1976.
- _____. *Revoluções do Brasil Contemporâneo*. São Paulo: Burity, 1965.
- CARRILHO, Maria. *Forças armadas e mudança política em Portugal no século XX: para uma explicação sociológica do papel dos militares*. Lisboa: Imprensa Nacional/Casa da Moeda, 1985. (Coleção Estudos Gerais: Série Universitária)
- CARVALHO, Alberto Arons de. *A censura e as leis de imprensa*. Lisboa: Seara Nova, 1973. (Coleção Que País?)
- CARVALHO, Estevão Leitão de. *A serviço do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: A Noite, 1952.
- CERVO, Amado Luiz. *O desafio internacional: a política exterior do Brasil de 1930 aos nossos dias*. Brasília: Ed. da UnB, 1994.
- _____. & BUENO, Clodoaldo. *História da política exterior do Brasil*. São Paulo: Ática, 1992.
- _____. & MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro (Org.). *Depois das caravelas. As relações entre Portugal e Brasil: 1808-2000*. Brasília: Ed. da UnB, 2000.
- Coleção de leis do Brasil*. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1930.
- CORSI, Francisco Luiz. *Estado Novo: política externa e projeto nacional*. São Paulo: Ed. da UNESP; FAPESP, 2000.
- COSTA, Eduardo Freitas da. *História do 28 de Maio*. Lisboa: Bertrand, 1979.
- COSTA, Octavio. *Cinqüenta anos depois da volta*. 3. ed. Rio de Janeiro: Expressão e Cultura, 1995.
- CRUZ, Manoel Braga da. *O partido e o estado no salazarismo*. Lisboa: Editorial Presença, 1988.
- D'ARAÚJO, Maria Celina Soares. *O Estado Novo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2000.
- DELGADO, Iva. *Portugal e a Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Europa-América, 1980. (Coleção Estudos e Documentos, 162).

- FALCÃO, João. *O Brasil e a Segunda Guerra Mundial: testemunho e depoimento de um soldado convocado*. Brasília: Edit. da UnB, 1999.
- FAUSTO, Boris (Org.). *História geral da civilização brasileira*. 2. ed. São Paulo: Difel, 1986. t. 3. O Brasil republicano. v. 3: Sociedade e política (1930-1964).
- FERRÃO, Carlos. *História da república*, ed. comemorativa do cinquentenário. Lisboa: 1960; PERES, Damião. *História de Portugal*. Porto: Suplemento, 1954.
- _____. *Relatórios sobre a Revolução de 5 de Outubro*. Lisboa: Câmara Municipal de Lisboa, 1978.
- FERREIRA, Joaquim. *História de Portugal*. 2. ed. Porto: Editorial Domingos Barreira, p. 953.
- FERREIRA, Jorge; DELGADO, Lucília de Almeida Neves (Orgs). *O tempo do nacional-estatismo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003. (Coleção O Brasil Republicano, Livro 2).
- FERRO, Antônio. *Estados Unidos da Saudade*. Lisboa: Literatura Estrangeira, 1949.
- FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos entre a África e o Rio de Janeiro*. São Paulo: Cia. das Letras, 1997.
- FONSECA, Pedro Cezar Dutra. *Vargas: o capitalismo em construção (1906-1954)*. São Paulo: Brasiliense, 1989.
- FRANCO, Afonso Arinos de Mello. *Evolução da crise brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1965.
- FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. 50 ed. São Paulo: Global, 2005. (Introdução à História da Sociedade Patriarcal)
- _____. *Uma cultura ameaçada: a luso-brasileira*. 3. ed. Recife: Gabinete Português de Leitura de Pernambuco, 1980.
- GAMBINI, R. *O duplo jogo de Getúlio Vargas*. Influência americana e alemã no Estado Novo. São Paulo: Símbolo, 1977.
- GARÇÃO, F. Mayer. *Portugal em guerra*. 2. Série, Nº 8, Lisboa: 1918, s/e.
- GARCIA, Eugênio Vargas. *Cronologia das relações internacionais do Brasil*. São Paulo: Alfa-Ômega, 2000.
- GERTZ, René E. *O fascismo no sul do Brasil*. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1987, p. 122. (Documenta SC, 1)
- GIBERNAU, Montserrat. *Nacionalismos*. O Estado nacional e o nacionalismo no século XX. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.
- GOMES, Angela Castro. *A invenção do trabalhismo*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.
- GOMES, Teixeira M. *Correspondência*. v. I. Lisboa: Amigos do Livro Editores, 1960.
- GONÇALVES, Williams da Silva. *O realismo da fraternidade: Brasil-Portugal*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais, 2003.

HENRIQUES, Elber de Mello. *A FEB doze anos depois*. Rio de Janeiro: Biblioteca do Exército, 1959.

HILTON, Stanley E. *O Brasil e as grandes potências: os aspectos políticos da rivalidade comercial (1930-1945)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1977.

LEITÃO, Joaquim. *Anais políticos da República Portuguesa*. v. I. Porto: Livraria Magalhães Moniz, 1916, pp. 13-62.

LENHARO, Alcir. *Sacralização da política*. 2. ed. Campinas: Papyrus, 1986.

LINS, Augusto Estelita. *A nova Constituição dos Estados Unidos do Brasil: decretada em 10 de novembro de 1937 pelo Presidente Getúlio Vargas: sinopses, anotações e repertório*. Rio de Janeiro: José Konfino, 1938.

LOBO, Eulália Maria Lahmeyer. *Imigração portuguesa no Brasil*. 4. ed. São Paulo: Hucitec, 2001.

_____. *Portugueses em Brasil en siglo XX*. Madrid: Mapfre, 1994.

LOUREIRO, Maria Amélia Salgado. *Plínio Salgado, meu pai*. São Paulo: GRD, 2001.

MACHADO, Manuel de Sá. *Para uma comunidade luso-brasileira*. Lisboa: Sociedade de Geografia de Lisboa, 1973.

MADUREIRA, Arnaldo. *O “28 de Maio”*. Elementos para a sua compreensão. Lisboa: Editorial Presença, 1982.

MAGALHÃES, José Calvet de. *Breve história das relações diplomáticas entre Brasil e Portugal*. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

_____. *Relance histórico das relações diplomáticas luso-brasileiras*. Lisboa: Quetzal Editores, 1997.

MAGRO, Breno Simões. *Política pendular em relações internacionais na Era Vargas de 1930 a 1945 – o comércio exterior à luz da Teoria Política de Ator Racional*. Brasília: Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, 2004.

MANTA, L. H. Afonso. *Estado Novo em Portugal*. Lisboa: Fragmentos, 1989.

MARQUES, A. H. de Oliveira. *A primeira república portuguesa – alguns aspectos estruturais*. 2. ed. Lisboa: 1975.

_____. *História de Portugal – desde os tempos mais antigos até a presidência do Sr. General Eanes*. 3. ed. Lisboa: Palas Editores, 1986.

_____. *A Liga de Paris e a ditadura militar: 1927-1928 – a questão do empréstimo externo*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1976.

MARTÍNEZ, Pedro Soares. *História diplomática de Portugal*. Lisboa: Verbo, 1994.

MARTINS, Rocha. *A monarquia do norte*. Lisboa: Oficinas Gráficas do ABC, 1922.

_____. *Memórias de Sidônio Pais*. Lisboa: Inquérito, 1922.

MATOS, Norton de. *Os dois primeiros meses da minha candidatura à Presidência da República*. Lisboa: Edição do Autor, 1948.

ROSAS, Fernando. *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*. Lisboa: Estampa, 1990.

_____. *O Salazarismo e a aliança luso-britânica*. Lisboa: Fragmentos, 1988.

MEDINA, João. A democracia frágil: a Primeira República portuguesa (1910-1926). In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. São Paulo: EDUSP; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. (Coleção História).

_____. *Portugal na Grande Guerra – guerristas e antiguerristas, estudos e documentos*. Lisboa: Bertrand, 1986.

MICELI, Sérgio. *Intelectuais e classe dirigente no Brasil (1920-1945)*. São Paulo: Difel, 1979.

MIRANDA, Jorge. *As constituições portuguesas: de 1822 ao texto atual da Constituição*. 2. ed. Lisboa: Livraria Petrony, 1984.

MOURA, Gerson. *Autonomia na dependência: a política externa brasileira de 1935 a 1942*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

_____. *Sucessos e ilusões: relações internacionais do Brasil antes e após a Segunda Guerra Mundial*. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1991.

_____. *Tio Sam chega ao Brasil: a penetração cultural americana*. São Paulo: Brasiliense, 1987.

NEVES, Luís Felipe da Silva. *A Força Expedicionária Brasileira: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: UFRJ, Dissertação de Mestrado, 1992.

NOGUEIRA, Franco. *As crises e os homens*. Lisboa: Ática, 1971.

OLIVEIRA, Antônio Correia de. *Pátria Nossa – Pátria Vossa*. Portugal: A Federação das Associações Portuguesas, 1937.

OLIVEIRA, César de. *Salazar e Guerra Civil de Espanha*. Lisboa: Edições “O Jornal”, 1987.

OLIVEIRA, Lucia Lippi. *O Brasil dos imigrantes*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2002.

_____. Tradição política: o pensamento de Almir de Andrade. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

PAULO, Heloisa. *Aqui também é Portugal – A colônia portuguesa do Brasil e o Salazarismo*. Coimbra: Quarteto, 2000.

_____. *Estado novo e propaganda em Portugal e no Brasil: o SPN/SNI e o DIP*. Coimbra: Livraria Minerva, 1994.

_____; SILVA, Armando B. Malheiro da. Norton de Matos, o Brasil e as raízes do paraíso – A construção da colônia ideal e o ideal colonialista. In: *O beijo através do Atlântico: o lugar do Brasil no Panlusitanismo*. RAMOS, Maria Bernadete; SERPA, Élio; PAULO, Heloisa (Orgs.). Chapecó: Argos; Editora Universitária, 2001.

PERAZZO, Priscila Ferreira. *O perigo alemão e a repressão policial no Estado Novo*. São Paulo: Arquivo do Estado, 1999.

- PEREIRA, Armando Gonçalves. *Relações econômicas luso-brasileiras*. Coimbra: Coimbra Editora, 1942.
- PERES, Damião. *História da Portugal*. Barcelos: Portucalense Editora, 1954.
- PINHEIRO, Paulo Sérgio. *Estratégia da ilusão: a revolução mundial e o Brasil, 1922-1935*. São Paulo: Companhia das Letras, 1999.
- PINTO, A. C. *O salazarismo e o fascismo europeu*. Problemas de interpretação nas Ciências Sociais. Lisboa: Estampa, 1992.
- RABY, Dawn Linda. *A resistência antifascista em Portugal*. Lisboa: Salamandra, 1980.
- RAMPINELLI, Waldir José. *As duas faces da moeda – as contribuições de JK e Gilberto Freyre ao colonialismo português*. Florianópolis: EDUSFC, 2004.
- _____. As relações do governo de Juscelino Kubitschek (1956-1961) com Portugal – as razões da contradição de JK. In: *VIII Congresso Luso-Brasileiro de Ciências Sociais – A questão social no novo milênio*. Coimbra: Universidade de Coimbra, 2004.
- RAVARA, Antônio. A Assembléia Nacional Constituinte. In: MEDINA, João (Dir.). *História contemporânea de Portugal*. v. II. Lisboa: Multilar, 1992, pp. 149-152.
- REGO, Antônio da Silva. *Relações luso-brasileiras (1822-1953)*. Lisboa: Panorama, 1965.
- REIS, Jaime Batalha. *O descobrimento do Brasil intelectual pelos portugueses do século XX*. Lisboa: Publicações Dom Quixote, 1988.
- RIBEIRO, Edgar Telles. *Diplomacia cultural: seu papel na política externa brasileira*. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 1989. (Coleção Relações Internacionais)
- RIBEIRO, Maria da Conceição Nunes de Oliveira. *O debate em torno do projeto de constituição do Estado Novo na imprensa de Lisboa e Porto (1932-1933)*. Lisboa: Faculdade de Ciências Sociais e Humanas, da Universidade Nova, julho de 1990. (texto datilografado)
- RICHTER, Ivone Mendes. *Interculturalidade estética do cotidiano no ensino das artes visuais*. Campinas: Mercado das Letras, 2003.
- ROSAS, Fernando. *O Salazarismo e a aliança luso-britânica*. Lisboa: Fragmentos, 1988.
- _____. *Portugal entre a paz e a guerra (1939-1945)*. Lisboa: Estampa, 1990.
- SALAZAR, Antônio de Oliveira. *Discursos e notas políticas (1935-1937)*. v. II. Coimbra: Coimbra Editores, 1945.
- SANTANA, Emídio. *História de um atentado – o atentado a Salazar*. Lisboa: Fórum, 1976.
- SANTOS, Luciana Ibarra dos. *Há algo de novo no front: a participação do Brasil na segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: Dissertação apresentada no Programa de Pós-Graduação em História da PUCRS, 2006.

SARAIVA, Arnaldo. *Meio século de estudos brasileiros na Universidade Portuguesa*. Porto: Faculdade de Letras, 1974.

SARAIVA, José Hermano. *História concisa de Portugal*. Lisboa: Publicações Europa-América, 1995.

SCHIRÓ, L. B. *A experiência fascista em Itália e Portugal*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas, 1997.

SEITENFUS, Ricardo Antônio Silva. *O Brasil de Getúlio Vargas e a formação dos blocos: 1930-1942. O processo de envolvimento brasileiro na II Guerra Mundial*. São Paulo: Companhia Editora Nacional, 1985.

_____. *Para uma nova política externa*. Porto Alegre: Livraria do Advogado, 1994.

_____. *A entrada do Brasil na Segunda Guerra Mundial*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2000.

SERRÃO, Joaquim Veríssimo. *História de Portugal – A Primeira República (1910-1926)*. v. XI. Lisboa: Verbo, 1989.

_____. *História de Portugal – Da 1ª Legislatura à visita presidencial aos Açores (1935-1941)*. v. XIV. Lisboa: Verbo, 2000.

SERRÃO, Joel. *A emigração portuguesa: sondagem histórica*. 4. ed. Lisboa: Livros Horizonte, 1982.

SGANZERLA, Claudia Mara. *A lei do silêncio: repressão e nacionalização no Estado Novo em Guaporé (1937-1945)*. Passo Fundo: Edit. da UPF, 2001.

SILVA, Hélio. *1942 – Guerra no continente*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1972.

_____. *1944 – O Brasil na guerra*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1974.

SKIDMORE, Thomas. *Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964)*. Rio de Janeiro: Saga, 1969.

SOBRINHO, Barbosa Lima. *A verdade sobre a revolução de outubro*. São Paulo: Unitas, 1933; SILVA, Hélio. *1930 – A revolução traída*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.

SOUZA, Paula Margarida Fontes de. *Dívida externa brasileira e os portadores de títulos em Portugal (1930-1940)*. Dissertação apresentada à Faculdade de Letras do Porto, em 1999.

TEIXEIRA, L. *Portugal e a guerra: neutralidade colaborante*. Lisboa: Tipografia Empresa nacional de Publicidade, 1944.

TELO, Antônio José. *Portugal na Segunda Guerra Mundial*. Lisboa: Edições Perspectivas e Realidades, 1988.

TOTA, Antonio Pedro. *O Estado Novo*. 2. ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.

Tratados e Actos Internacionais: Brasil-Portugal. Lisboa: Embaixada do Brasil, 1962.

VARGAS, Getúlio. *A nova política do Brasil*. v. II. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1938.

_____. *O governo trabalhista do Brasil*. v. III. Rio de Janeiro: Livraria José Olympio, 1969.

VERGARA, Luiz. *Fui secretário de Getúlio Vargas: memórias dos anos de 1926-1954*. Porto Alegre: Globo, 1960.

VIANNA, Hélio. *História diplomática do Brasil*. São Paulo: Melhoramentos, 1960.

WIRTH, J. *A política de desenvolvimento na era Vargas*. Rio de Janeiro: FGV, 1973.

2.2 CAPÍTULOS DE LIVROS E ARTIGOS

_____. O Estado Novo. Fascismo, salazarismo e Europa. In: TENGARRINHA, José (Org.). *História de Portugal*. Bauru, São Paulo: EDUSC; São Paulo: UNESP; Portugal: Instituto Camões, 2000. (Coleção História)

BRANCATO, Sandra M. L. Getúlio Vargas e a implantação do Estado Novo no Brasil, em 10 de novembro de 1937: as primeiras impressões do *Diário de Notícias* de Lisboa. In: NEVES, Lúcia Bastos; MOREL, Marco e FERREIRA, Tânia Bessone da C. (Orgs.). *História e Imprensa – representações culturais e práticas de poder*. Rio de Janeiro: DP&A Edit. e FAPERJ, 2006, pp. 260-272.

CATROGA, Fernando. Ritualizações da história. In: TORRAL, Luís Reis; CATROGA, Fernando. *História da história em Portugal: da historiografia à memória histórica*. Lisboa: Temas e Debates, 1998.

DINIZ, Eli. Engenharia institucional e políticas públicas: dos conselhos técnicos às câmaras setoriais. In: PANDOLFI, Dulce Chaves (Org.). *Repensando o Estado Novo*. Rio de Janeiro: Editora FGV, 1999.

FAUSTO, Boris. A revolução de 1930. In: MOTA, Carlos Guilherme. *Brasil em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969, pp. 227-255. (Coleção Corpo e Alma do Brasil).

FLORENTINO, Manolo; MACHADO, Cacilda. *Ensaio sobre a imigração portuguesa e os padrões de miscigenação no Brasil (séculos XIX e XX)*. Disponível em: http://www.ppghis.ifcs.br/media/manolo_imigracao_lusa.pdf. Acesso em 7 de setembro de 2007.

GERTZ, René. Cidadania e nacionalidade: história e conceitos de uma época. In: MÜLLER, Telmo (Org.). *Nacionalização e imigração alemã*. São Leopoldo: Ed. da UNISINOS, 1994.

GOMES, Angela Castro. A escola republicana: entre luzes e sombras. In: GOMES, Ângela Maria de Castro; PANDOLFI, Dulce Chaves; ALBERTI, Verena (Orgs.). *A República no Brasil*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira/Fundação Getúlio Vargas, 2002.

GUIMARÃES, Lucia Maria Paschoal. Festa portuguesa no IV Congresso de História Nacional: a comemoração dos quatrocentos anos da fundação da cidade de Salvador (IHGB, 1949). In: *2º Colóquio do PPRLB: Relações Luso-Brasileiras: deslocamentos e permanências*, 2004. Rio de Janeiro. Anais do 2º Colóquio do Programa de Pesquisa em Relações Luso-Brasileiras. Rio de Janeiro: Real Gabinete Português de Leitura, 2004, pp. 57-73.

HILTON, Stanley E. A ação integralista brasileira: o fascismo no Brasil, 1932-1938. In: *O Brasil e a crise internacional: 1930-1945*. Rio de Janeiro: Cultura Brasileira, 1977, pp. 23-57. (Coleção Retratos do Brasil)

LESSA, Mônica L. *Relações culturais internacionais*. Artigo apresentado no Curso de Relações Culturais Internacionais. Rio de Janeiro: UERJ, 2000.

LEVY, Maria Stella Ferreira. O papel da migração internacional na evolução da população brasileira (1872 a 1972). In: *Revista de Saúde Pública*. São Paulo: Ed. da USP, v. 8, suplemento 1974.

MAGALHÃES, José Calvet de. A imigração portuguesa no Brasil no século XX. In: CERVO, Amado Luiz; MAGALHÃES, José Calvet de; ALVES, Dário Moreira de Castro (Orgs.). *Depois das caravelas: as relações entre Portugal e Brasil (1808-2000)*. Brasília: Ed. da UnB, 2000, pp. 129-168.

MEDINA, João. A revolução republicana: esperanças, mitos e desilusões. In: MEDINA, João (Dir.). *História contemporânea de Portugal*. v. I. Lisboa: Multilar, 1990, pp. 153-198.

MENDES JR, Antônio de. Do declínio do Estado Novo ao suicídio de Getúlio Vargas. In: GOMES, Ângela de Castro Gomes... [et all]. *O Brasil republicano: sociedade e política (1930-1964)*. 6. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1996, pp. 225-254.

PINSKI, Jaime. O Brasil nas relações internacionais: 1930-1945. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 19. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990, pp. 339-351.

ROBIN, Régine et alii. Discurso e ideologia: bases para uma pesquisa. In: ORLANDI, Eni Puccinelli (Org.). *Gestos de leitura da história no discurso*. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1994.

ROEDEL, Hiran. Comunidade portuguesa na cidade do Rio de Janeiro: mobilidade e formação de territórios. In: *Os lusíadas na aventura do Rio Moderno*. Rio de Janeiro; São Paulo: Record, 2002.

ROSAS, Fernando. Saber durar (1926-1949). In: MATTOSO, José (Dir.). *História de Portugal – o Estado Novo (1926-1974)*. Lisboa: Círculo de Leitores, 1994, pp. 141-215.

SOLA, Lourdes. O golpe de 37 e o Estado Novo. In: MOTA, Carlos Guilherme (Org.). *Brasil em perspectiva*. 2. ed. São Paulo: Difusão Européia do Livro, 1969. (Coleção Corpo e Alma do Brasil)

TORGAL, Luís Reis. Estado Novo em Portugal: ensaio de reflexão sobre o seu significado. In: *Estudos Ibero-Americanos*. Porto Alegre: EDIPUCRS, n. 1, v. XXIII, jun. 1997, pp. 5-32.

VARGAS, Getúlio. Discurso proferido em 17 de junho de 1939 no Real Gabinete Português de Leitura. In: *Vida e obra da Federação das Associações Portuguesas do Brasil*. Rio de Janeiro: Gráfica Olímpica, 1943.

VELLOSO, Mônica Pimenta. Cultura e poder político: uma configuração do campo intelectual. In: OLIVEIRA, Lúcia Lippi; VELLOSO, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria de Castro. *Estado Novo: ideologia e poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.

_____. Os intelectuais e a política cultural do Estado Novo. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves. *O Brasil Republicano: o tempo do nacional-estatismo – do início da década de 1930 ao apogeu do Estado Novo*. Livro 2. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, pp. 145-177.